



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

Alexandre Firmo dos Santos

FICHADOS, PORÉM ATUANTES: RELIGIOSOS PROTESTANTES E TESTEMUNHAS  
DE JEOVÁ VIGIADOS PELO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1970-1987)

SÃO CRISTÓVÃO-SE  
2026

Alexandre Firmo dos Santos

FICHADOS, PORÉM ATUANTES: RELIGIOSOS PROTESTANTES E TESTEMUNHAS  
DE JEOVÁ VIGIADOS PELO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1970-1987)

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade, na linha de pesquisa Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Prof(a). Dr<sup>a</sup>. Célia Costa Cardoso

---

Prof(a). Dr<sup>a</sup>. Célia Costa Cardoso (UFS)  
Presidente da Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida (UFAL)  
Examinador Externo

---

Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro (UFS)  
Examinador Interno

---

Prof(a). Dr<sup>a</sup>. Edna Maria Matos Antônio (UFS)  
Examinador Interno (Suplente)

Aos meus pais e irmãos.

## AGRADECIMENTOS

Enfim, chegou o momento de agradecer a todos que, de alguma forma, foram contributivos com o processo de escrita deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela manifestação da sua bondade para comigo, pois nada disso seria possível sem a soberana vontade dEle.

Agradeço à minha querida orientadora, professora Célia Costa Cardoso, que pacientemente instruiu-me com os procedimentos da escrita historiográfica, além de tecer comentários necessários, sempre visando extrair o meu melhor. Amavelmente aconselhava-me nos momentos em que a escrita solitária me confrontava com situações angustiantes, sua atenção foi inspiradora para que, ao final de todo o processo, esta pesquisa fosse bem-sucedida. Muito obrigado por acreditar em mim!

Aos professores Anderson da Silva Almeida, Bruno Gonçalves Alvaro e Edna Maria Matos Antônio, por aceitarem o convite para compor as bancas de qualificação e de defesa do meu trabalho, pelas indicações bibliográficas e das fontes, pelas sugestões pertinentes que impactaram positivamente o resultado final desta investigação.

Nessa mesma sintonia, agradeço ao meu círculo familiar, que soube me entender nos momentos em que precisei ausentar-me da vida social por uma causa nobre. Dedico esta pesquisa aos meus pais Adolfo Francisco dos Santos Filho e Marizilda Firmo dos Santos que, mesmo sem entenderem os pormenores nos quais o presente estudo foi submetido, apoiaram com palavras e sorrisos de elevada estima. Sim, este escrito também é parte de vocês que, com muito carinho, me proporcionaram, na medida do possível, um ambiente repleto de companheirismo, o qual favorecesse a produção desta pesquisa.

Estendo esses agradecimentos aos meus irmãos Josevan e André Luiz, que foram cruciais nos momentos em que a exaustão física e mental se avizinhavam às minhas forças vitais, tentando aviltar o compromisso historiográfico a mim confiado. Os nossos momentos alegradores me oportunizaram seguir adiante, mas, sobretudo, ciente do caminho no qual decidi percorrer.

Aos amigos de perto e de longe, estes que as diversas atividades acadêmicas permitiram, mesmo que por alguns instantes, nossa aproximação; àqueles também que fizeram com que o mestrado transcorresse de maneira fluida. Dentre essas amigas verdadeiras, encontra-se a maneiríssima Julia da Rosa Savian, a qual sempre que possível se prontificou em tranquilizar-me quando as intercorrências acadêmicas surgiam como uma “avalanche”, portanto, este espaço lhe é merecido por sua presteza.

Estendo esses agradecimentos à Biblioteca do SESC, especialmente, as queridas Rosângela, Ivanilde e Aninha, que me recepcionariam de maneira acolhedora durante o período que desenvolvi minha pesquisa, aliás, desde o processo seletivo para o mestrado o referido espaço foi minha segunda casa. Não posso e nem poderia esquecer do meu amigo Carlos Alberto que criava os melhores ambientes, entre uma pausa e outra, ríamos juntos, lamentávamos as ocorrências da vida, mas sem deixar de prospectar um horizonte repleto de esperança e reflexões. Aos amigos Thiago, Vanessa, André, Paulinha, Gildo, Seu Manoel, com quem neste mesmo espaço pude ter a honra de compartilhar bons momentos.

Aos amigos que a UFS me permitiu conhecer: Elze, Sulyvan, João Pedro, Ivete, Élcio, José Aparecido, Sheila, Cris, Tatiane e alguns outros que se fizeram presentes em minha vida acadêmica. Ao estimado amigo Gilvan, com o qual nutri desde o Ensino Fundamental uma amizade sincera e de apoio mútuo. Aos amigos Alisson e Marco sempre presentes em nossas interações.

Não é querendo categorizar e pôr um “nível” de amizade entre todos aqui mencionados nominalmente, mas preciso sublinhar a importância do meu ilustre amigo Matheus Honorato, o qual foi imprescindível no decorrer da elaboração da dissertação em que os nossos momentos de pilhérias arrancavam-me risos sinceros e, por conseguinte, aliviavam o espírito. Além do mais, sua companhia durante as leituras literárias foram decisivas na minha animosidade frente aos obstáculos. Dedico esse espaço para Jocilene, minha querida amiga, sempre atenta e cuidadosa ao dirimir minhas objeções quase sempre de cunho existencial – algo que nem os melhores cabedais teóricos são capazes de “traduzir” em palavras.

Ao Programa de Pós-Graduação de História (PROHIS), ao seu corpo docente e técnico.

Por fim e não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar esta investigação, garantindo condições para minha dedicação integral à pesquisa científica.

*“Como vencer o oceano  
Se é livre a navegação  
Mas proibido fazer barcos?”  
(Carlos Drummond de Andrade, Rola Mundo, 2000)*

*“Demore o tempo que for para decidir o que você quer da  
vida, e depois que você decidir não recue ante nenhum  
pretexto, porque o mundo tentará te dissuadir”.  
(Friedrich Nietzsche)*

## RESUMO

O presente estudo consiste em analisar a atuação política dos religiosos protestantes e Testemunhas de Jeová (TJs) durante a Ditadura Civil-Militar e a transição autoritária, com base nos relatórios produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), em que descrevem a suposta “ação subversiva” dos membros das referidas congregações. Arelado a isso, foram perscrutadas as influências dessas ditas ações “subversivas”, praticadas por esses membros que atuavam sob suas próprias diretrizes ou quando estavam vinculados aos movimentos declarados como de resistência à ditadura brasileira. Observa-se também, o contexto político e social em que os protestantes e as TJs estavam imersos e as relações políticas estabelecidas no decorrer das investidas repressivas, cuja intenção era fazer prevalecer os ideais e princípios moldados pela Ideologia de Segurança Nacional. Os militares no poder acreditavam que os protestantes poderiam apoiar ações intervencionistas, criando uma relação ambígua em que os evangélicos eram, ao mesmo tempo, aliados e vigiados. De posse dos referenciais teóricos que embasaram e suscitaram debates profícuos neste estudo, destacamos a ideia foucaultiana de “dispositivo de poder” que enredou as relações sociais; além do pertinente entendimento acerca da Ideologia de Segurança Nacional, segundo a qual lançaria as bases para a execução do *modus operandi* adotado pelos militares no poder. Ressalta-se, ainda, o interesse em realizar uma pesquisa documental em conjunto com uma revisão historiográfica da experiência ditatorial no Brasil. Nesse sentido, no que tange à metodologia, lançou-se mão de ferramentas disponibilizadas pela Análise do Discurso (AD), a fim de obtermos um aprofundamento do estudo temático, confrontando-o com as fontes. Considera-se, portanto, que trabalhos desta natureza configuram-se como sendo de relevante contribuição social, pois apontam para a necessidade de fazer emergir vozes subalternas que se encontram silenciadas nos arquivos da ditadura.

**Palavras-chave:** Ditadura Civil-Militar; Protestantes; Serviço Nacional de Informações; Testemunhas de Jeová.

## ABSTRACT

This study analyzes the political activities of Protestant clergy and Jehovah's Witnesses (JWs) during the Civil-Military Dictatorship and the authoritarian transition, based on reports produced by the National Information Service (SNI), which describe the alleged “subversive activities” of members of these congregations. In conjunction with this, the influences of these so-called “subversive” actions, carried out by members acting on their own initiative or when linked to movements declared to be in resistance to the Brazilian dictatorship, were examined. The political and social context in which Protestants and Jehovah's Witnesses were immersed and the political relations established during the repressive attacks, whose intention was to enforce the ideals and principles shaped by the National Security Ideology, were also observed. Based on the theoretical references that underpinned and sparked fruitful debates in this study, we highlight Foucault's idea of a “device of power” that entangled social relations, in addition to the pertinent understanding of the National Security Ideology, according to which it would lay the foundations for the execution of the *modus operandi* adopted by the military in power. The military in power believed that Protestants could support interventionist actions, creating an ambiguous relationship in which evangelicals were both allies and under surveillance. It is also worth noting the interest in conducting documentary research in conjunction with a historiographical review of the dictatorial experience in Brazil. In this sense, with regard to methodology, tools provided by Discourse Analysis (DA) were used in order to obtain a deeper understanding of the thematic study, comparing it with the sources. It is therefore considered that works of this nature constitute a relevant social contribution, as they point to the need to bring to light subaltern voices that are silenced in the archives of the dictatorship.

**Keywords:** Civil-military dictatorship; Protestants; National Intelligence Service; Jehovah's Witnesses.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1	Gadiel Perruci sendo entrevistado .....	31
Figura 2	Capa do livro escrito por Gadiel Perruci .....	33
Figura 3	Organograma do SNI .....	51
Figura 4	Ficha de Levantamento de Dados Biográficos (LDB) .....	56
Figura 5	Descrição das denominações protestantes no relatório do SNI .....	70
Figura 6	Final do relatório do diretor com sugestões para o Ministro .....	92
Figura 7	Projeto de Lei nº 1733 proposto por Antunes de Oliveira .....	118

### TABELAS

Tabela 1	Descritores e registros pesquisados no SIAN .....	60
----------	---	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Agência Central
AD	Análise do Discurso
AI-5	Ato Institucional nº 5
AN	Arquivo Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
Cenimar	Centro de Informações da Marinha
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIE	Centro de Informações do Exército
Cisa	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CLAI	Conselho Latino-Americano de Igrejas
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DASP	Departamento Autárquico do Serviço Público
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DPF	Departamento de Polícia Federal
DSI	Divisões de Segurança e Informações
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
EST	Escola Superior de Teologia
FAQs	<i>Frequently Asked Questions</i>
FUMEC	Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos
GEP	Grupo de Estudo e Planejamento
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IMB	Instituto Metodista Bennett
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPi	Igreja Presbiteriana Independente
IPSB	Igreja Pentecostal Sinos de Belém
ISER	Instituto Superior de Estudos da Religião

ISN	Ideologia de Segurança Nacional
JW	<i>Jehovah's Witnesses</i>
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Levantamento de Dados Biográficos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OEA	Organização dos Estados Americanos
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNI	Plano Nacional de Informações
PROHIS	Programa de Pós-Graduação em História
Prorural	Programa de Assistência do Trabalhador Rural
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REI	Relatório Especial de Informações
Sfici	Serviço Federal de Informação e Contra-Informações
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
Sisni	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUSIEM	Subsistema de Informações Estratégicas Militares
TJs	Testemunhas de Jeová
UCEB	União Cristã de Estudantes do Brasil
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
I. CONTRA A “FÉ SUBVERSIVA”: SNI E AS REMINISCÊNCIAS DO <i>PROTESTATIO</i> ..	27
1.1 O SNI: ORIGEM E ATRIBUIÇÕES DO “MINISTÉRIO DO SILÊNCIO”.....	34
1.1.1. ESTRUTURA E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO .....	47
1.1.2. A “FICHA” COMO PRODUTO DA CULTURA DO SEGREDO .....	55
1.2. A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL (ISN): UM “PROJETO” DE PODER .....	61
II. À MARGEM DO IDEAL MILITAR: AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ E O FENÔMENO DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL.....	68
2.1. O “INIMIGO INTERNO” TAMBÉM TEM SUA FÉ .....	76
2.1.1. “PRISONEIROS” POR CONVICÇÃO E A IDOLATRIA NO SETOR EDUCACIONAL..	80
2.2. “SEGUNDO A SUA CONSCIÊNCIA”: A DIMENSÃO SUBVERSIVA DAS PREGAÇÕES.....	100
III. UM PARECER-SER: DO SUJEITO EVANGÉLICO INVISIBILIZADO ÀS AÇÕES POLÍTICAS ANÔNIMAS .....	111
3.1. CONTESTAR, RELATAR E INVESTIGAR: ACUSAÇÕES CONTRA A IGREJA PENTECOSTAL SINOS DE BELÉM.....	120
3.1.1. DESVELANDO O ESTATUTO SOCIAL: UMA AMEAÇA AO IDEAL MILITAR? .....	131
3.2. “FILOSOFIAS MODERNAS CONTRASTAM COM A FÉ DA IGREJA” (1983-1986) .....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	154
REFERÊNCIAS E FONTES.....	158

## INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo consiste em analisar a atuação política dos religiosos protestantes e Testemunhas de Jeová (TJs) durante a Ditadura Civil-Militar<sup>1</sup>, através dos relatórios produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>2</sup>, em que descreviam a suposta “ação subversiva” de alguns dos membros das referidas congregações. Atrelado a isso, serão perscrutadas as influências dessas ditas ações “subversivas” praticadas por esses membros que atuavam sob suas próprias diretrizes ou quando estavam vinculados aos movimentos que se declaravam como resistência à ditadura. Observa-se, também, o contexto político e social em que os protestantes e as TJs estavam imersos e a relação dos mesmos para com as investidas dos militares com a intenção de fazer prevalecer os ideais e princípios recém-estabelecidos.

Para tanto, justifica-se o recorte temporal dessa investigação de 1970 a 1987 pelo fato de levarmos em consideração os registros das datações nos relatórios produzidos pelos agentes do SNI, esses documentos referem-se às seguintes denominações religiosas: Igreja Presbiteriana, Igreja Pentecostal Sinos de Belém e as Testemunhas de Jeová. Essas balizas temporais demarcam dois momentos distintos apresentados pela historiografia sobre a Ditadura Civil-Militar, uma vez que, em 1970, tivemos a continuidade da fase de “consolidação” do regime ditatorial militar, que contou com as gestões dos governos dos presidentes-generais Artur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

A partir de 1974, o presidente-general Ernesto Geisel (1974-1979) implementou uma “política de distensão, lenta, gradual e segura”, promovendo o diálogo com setores oposicionistas moderados. Nessa pesquisa, fez-se de Adriano Nervo Codato (2005) uma

---

<sup>1</sup> A referida concepção se apresenta como uma celeuma historiográfica, segundo a qual foi posta à exame por historiadores e estudiosos do tema quando se registrou os 50 anos da efeméride de 31 de Março de 1964. As polêmicas historiográficas acerca do uso do qualificativo “civil-militar” espalharam-se num “terreno propício” para tal, no qual são discutidas a natureza do golpe e os seus desdobramentos. O entendimento mais recente a respeito deste debate historiográfico é de que “o uso do termo responde a avanços de pesquisas significativas na última década, e que procura ampliar o leque para além de uma perspectiva muito centrada em formulações dicotômicas” (Cardoso; Moreira, 2024, p. 28). Portanto, considera-se a participação, e não apenas a adesão de alguns setores da sociedade brasileira ao golpe em que se encontravam na condição de “devotados e crentes do seu projeto político, contribuindo com marchas, escritos, pregações anticomunistas, além da fundamental inserção de muitos civis no aparato repressivo, e também nos círculos decisórios centrais dos governos do período” (Cardoso; Moreira, 2024, p. 27). Apoiando-se, também, no entendimento de Denise Rollemberg (2019), reforçamos a premissa de que parte da sociedade civil ou, nas palavras desta historiadora, os “segmentos sociais” interagiram com o “projeto político que se tornara vitorioso em 1964” (p. 62). Por compreendermos que o funcionamento e a construção daquilo que viria a perfilar a ditadura brasileira estão alicerçados na participação imprescindível dos “círculos civis” (Cardoso; Moreira, 2024), justifica-se, dessa maneira, a opção em adotarmos o termo “ditadura civil-militar”, cômicos das implicações que dele suscitam no âmbito historiográfico.

<sup>2</sup> Serão levados em consideração, também, os relatórios produzidos pelos demais órgãos que faziam parte do Sistema Nacional de Informações (Sisni), pois muitos documentos seguiam uma “difusão”, isto é, um caminho que passava pelas inúmeras agências do SNI espalhadas em todo território nacional.

referência inspiradora, numa leitura específica visando distribuir o período ditatorial em fases ou etapas, a fim de facilitar tanto a análise quanto a compreensão deste evento traumático. “O ano de 1979 abriu um novo cenário para a política brasileira [...]. As expectativas levantadas na sociedade baseavam-se no papel que os governos federal e estadual iriam cumprir para o avanço da liberalização política” (Vieira, 2015, p. 80). Nessa conjuntura, é válido incluirmos o “pacote de abril”, um conjunto de medidas que “não representaram um avanço para a política de liberalização, pois não rompeu com as perspectivas autoritárias instituída pelo projeto de ‘distensão’ mantendo o controle militar sobre as disputas institucionais” (Vieira, 2015, p. 80).

Francisco Carlos Teixeira da Silva (2019) explica que o processo histórico de “abertura política” em nosso país teve inúmeras tentativas, ou, nas palavras dele, “ensaios de reconstitucionalização do regime”. Entre tentativas e insucessos das propostas de “abertura política” possibilitaram tanto Geisel quanto Golbery engendrar um projeto, o qual ficou conhecido por suas características: “lento, gradual e seguro”.

A continuidade da “distensão política” seria prospectada no governo do presidente-general João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), agora, sob a concepção de “abertura política”. O fenômeno das “aberturas” foi coordenado pelas elites políticas e tem como ponto ativo a “reinstalação” dos regimes representativos; para tanto, vale considerar a participação de diversos atores sociais nesse processo ocorrido em nosso país (Silva, 2019). Diante desse cenário é que propomos o nosso recorte temporal.

Em seu artigo *Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici*, Janaína Martins Cordeiro (2008) retrata uma dualidade vivida pelo povo brasileiro à época, já que tudo parecia favorecer a um futuro promissor, mas que, por outro lado, mascarava as mazelas e os engodos perpetrados pelos militares. A obra de Guillermo O’Donnell (1991) auxilia na problematização da ideia de “distensão política” atribuída ao presidente-general Geisel, com o seu propósito de ser “lenta, gradual e segura”, compreendendo como uma “transição” ao regime autoritário, sob outra análise, que pode ser concebido como “preparativo” para o processo de “redemocratização”.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Período marcado também pelas inúmeras negociações que, por vezes, eram conflitantes como, por exemplo, a Lei da Anistia (1979). Cabe aqui sublinhar o debate a respeito da Anistia que deveria ser “ampla, geral e irrestrita” e serviria como um “preparo” da sociedade civil a fim de defender a redemocratização do país (Vieira, 2015). Nas palavras do autor, “essas lutas permitiram a articulação de uma pauta específica, com questões mais gerais que envolviam denúncias aos crimes da ditadura, como também propostas de mobilização social em busca de solução para os problemas brasileiros” (Vieira, 2015, p. 24). Dessa forma, compreendemos que o tema da vez era a anistia, a qual foi lançada no centro da discussão, servindo de apoio para as argumentações no processo de redemocratização do país, a propósito, nesse momento houve a participação também das pessoas que não foram vítimas diretas do Estado autoritário, no entanto, o sentimento de liberdade acometia o povo brasileiro nesse contexto.

Diante disso, pudemos questionar como procedeu a participação dos protestantes e das TJs durante duas temporalidades diferentes, a saber: a de recrudescimento do período militar e as fases de “distensão” e abertura política. A presente pesquisa se debruçou mediante as referidas temporalidades considerando os seus respectivos elementos constitutivos, a fim de entender com maior precisão a conduta dos sujeitos envolvidos no processo.

Pressupõe-se que havia uma crença por parte dos militares no poder, em que as igrejas da vertente protestante eram alinhavadas com os princípios implantados pelo Comando Supremo da “Revolução”, ao menos, essa lógica se sustentava em função do amplo apoio de inúmeros setores sociais ao golpe de 1964, como comprovado por parte da historiografia e por fontes dessa pesquisa. Em sua dissertação, Ermerson Porto Santos (2017) nos fornece um compilado de entrevistas a respeito da *Cruzada Cristo Esperança Nossa*<sup>4</sup> que, dentre tantas questões analisadas, destaca-se a relação da interação das igrejas evangélicas participantes do referido evento com o período militar.

No que tange à relação dos protestantes com o golpe civil-militar, pode-se dizer que eles não eram um grupo homogêneo nos aspectos da retórica, no entanto, “foi um dos grupos organizados da sociedade civil, assim como revelam as fontes, de adesão ao discurso da ‘revolução’ em 1964, produzido em um campo ideológico aglutinador dos diferentes setores golpistas” (Santos, 2017, p. 13). Nesse sentido, alguns membros, provenientes de igrejas protestantes, “desertaram” do círculo religioso e passaram a fazer parte de organizações fundadas em discursos progressistas, bem como estavam envoltos de pressupostos ideológicos das esquerdas, rendendo-lhes pechas de “esquerdistas” e “subversivos”.

Cabe, ainda, ressaltar que o interesse por esta temática surgiu das aulas ministradas na disciplina de Temas de História do Brasil Contemporâneo, em que um dos tópicos abordava sobre a estruturação e (des)estruturação dos Órgãos de Segurança e Repressão. A disciplina em tela foi proporcionada pela professora Dr<sup>a</sup>. Célia Costa Cardoso, hoje na condição de orientadora deste estudo, durante o segundo período da graduação, em que nos foi apresentado um plano de curso que nos permitiu ter acesso às leituras pontuais sobre a experiência brasileira e uma vasta bibliografia em se tratando da Ditadura Civil-Militar, segundo a qual são indispensáveis para esta investigação.

Apesar de que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tenha sido voltado para a

---

<sup>4</sup> “Cristo Esperança Nossa não foi um evento político em sua essência e tampouco era esse seu objetivo principal. Entretanto, infere-se que há a apropriação do discurso religioso para a fundamentação do discurso político revolucionário” (Santos, 2017, p. 17). Caracterizado por ser um evento de massa, campanhas religiosas realizadas no contexto em que o temor do comunismo e das consequências que dele suscitam eram incontornáveis, causando nos grupos evangélicos um certo repúdio.

Reforma Protestante, cujo título foi “Lutero entre a política e a religião – uma análise preliminar das teses defendidas no documento *Disputatio pro declaratione virtutis indulgentiarum* (1517)”<sup>5</sup>, pode-se dizer que o supracitado TCC lançaria as bases para estudos posteriores no Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) por se tratar de um evento fundante e influente das inúmeras denominações protestantes.

Esta pesquisa tem a pretensão de colaborar com a ampliação dos trabalhos que tratem sobre o fenômeno da ditadura brasileira, ocorrendo nos debates a respeito do tema. Face ao exposto, embora existam vários trabalhos ligados à ditadura brasileira ou assuntos afins, como: supressão de direitos civis, repressão às minorias sociais ou formas e estratégias de resistência; poucos são aqueles que tratam do monitoramento e perseguição política do SNI, tendo como alvo membros de Igrejas protestantes e das TJs.

De modo que esta investigação demanda a constatação de que existem várias possibilidades de análises do tema, principalmente, ao nos depararmos com a abertura de um acervo vinculado aos órgãos de informação atuantes na ditadura. No entender de Michael Pollak (1992), trabalhos desta natureza configuram-se como sendo de relevante contribuição social, pois apontam para a necessidade de fazer emergir vozes subalternas, que se encontram esquecidas nos arquivos do período militar; apresentando-se, dessa forma, como pilares de sustentação de uma história vista de baixo.

Sabendo disso, lançaremos mão do conceito “territórios de memória” formulada pela professora Ludmila da Silva Catela que, através de sua pesquisa para produção da tese de doutorado, que depois foi editada e tornou-se uma obra publicada, cujo título é *Situação-Limite e Memória*, pensou em uma categoria de memória que não se limitasse ao espaço geográfico. Tendo isso em vista, adotamos neste trabalho a perspectiva de “territórios de memória” pelo fato de abordar um episódio semelhante vivenciado no Brasil, já que a referida autora se debruça sobre a ditadura militar na Argentina.

Segundo Catela (2001), a noção de “território de memória” conforma-se mediante a um “sistema de atos, de públicos e formas de objetivação” calcada numa “etnografia de rituais e espaços”, tornando sua proposição e aplicabilidade singular. Neste trabalho, a memória tem sua importância por tratarmos de um tema sempre delicado que é o período militar, por estarmos

---

<sup>5</sup> Para melhor compreensão ver: SANTOS, A. F. dos. **Lutero entre a política e a religião: uma análise preliminar das teses defendidas no documento *Disputatio pro declaratione virtutis indulgentiarum* (1517)**. São Cristóvão, 2023. Monografia (licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2023. Este trabalho de TCC foi orientado pelo professor Dr. Luis Eduardo Pina Lima, vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS). É possível encontrar o referido trabalho no repositório institucional acessando o link <https://ri.ufs.br/handle/riufs/19776>.

lidando com a memorialística daqueles que viveram os horrores acompanhados de ações truculentas perpetradas pelos “representantes” do Estado.

No que diz respeito a outros aspectos que compõem a pesquisa histórica, esta investigação encontra-se vinculada ao campo teórico da História Política. No entendimento de René Remond (1994, p. 17), “a esfera do político absorve problemas ou questões que não se colocavam antes e que aliás, em alguns casos, tornam a sair dela. Os contornos são pouco nítidos, mas hoje em dia poucos domínios escapam da política”. Em outras palavras, a esfera do político está envolta de um contexto formulado por aspectos sociais, econômicos e culturais; nesse sentido, as abordagens não se limitam ao poder sob uma perspectiva institucional<sup>6</sup>.

Ao buscarmos um conceito de poder que se adeque à nossa pesquisa, a interpretação de Michel Foucault (1984) nos ajuda a compreender os poderes periféricos que podem se acoplar ao do Estado. Nesse sentido, pode-se observar as interações entre os sujeitos que agem de forma coercitiva, representam a lógica do poder institucionalizado, como também há os que se submetem pelo medo da punição à qual está suscetível.

A partir dessa miríade, infere-se que, durante a Ditadura Civil-Militar, tanto os agentes do SNI quanto algumas igrejas de origem protestante agiam em conformidade com seus próprios preceitos institucionais. No caso em estudo, havia líderes religiosos que eram subalternos aos princípios propostos pelo Comando Supremo da “Revolução” e exigiam que os fiéis também o fossem. Para os que seguiam tais preceitos, eram benquistos dentro da instituição religiosa; contudo, para os tidos como “subversivos”, contestadores, restava o medo e as ameaças de punições.

Foucault (1984) declara que o poder político surge com a necessidade de “esquadrinhar” a população, inclusive, as mínimas intenções são averiguadas para que se evite toda e qualquer insurreição que comprometa a fonte de origem desse poderio. Para tanto, não basta o uso da coerção, é imprescindível a existência de um “dispositivo” que condicione as ações e as operacionalizações do poder, a fim de alcançar os propósitos estabelecidos por quem faz uso do mesmo.

---

<sup>6</sup> Essa visão de história política mais propícia às análises dos fenômenos sociais se valendo de outros aspectos se opõe ao “estatuto” analítico tradicional, vigente em todo século XIX e nas primeiras décadas do XX, pois, como aponta Diehl (1998), foi a partir do processo de independência na América e o pungente crescimento dos nacionalismos europeus que a história tradicional política pautaria suas agendas de interesses investigativos. Portanto, percebe-se que o poder nem sempre tratou de elementos culturais ou se utilizou, por exemplo, dos instrumentais desse campo de estudo. Segundo Falcon (1997), a história política não pode ser explicada sozinha, no entanto, elementos não-políticos auxiliam o historiador a problematizar e explicar o objeto pesquisado.

Então, vê-se que o dispositivo de poder<sup>7</sup> autorizava e desautorizava condições comportamentais do ser humano mediante a sua função dominadora. Retomando a abordagem sobre a história política, já sabemos que o poder não está unicamente nos espaços estatais, mas diluído em todo meio social, constituindo, dessa forma, relações que podem ser conflituosas ou não.

A partir da interdisciplinaridade existente nos estudos históricos<sup>8</sup>, recorremos ao domínio da História da Religião, somado às renovadas perspectivas advindas dos *Annales*, para tratarmos sobre assuntos inerentes às TJs e às denominações protestantes. As igrejas foram analisadas dentro de um contexto histórico específico, já que consideramos os ambientes frequentados pelos fiéis – entendendo-os como agentes históricos que operam no quadro social, para tanto, foi necessário fazer um “recorte” denominacional uma vez que são diversas instituições com origem comum<sup>9</sup>. Diante disso, “[...] o estudo da religiosidade não consiste, pois em glosar a fé ou a verdade da religião, porém em estudar os atos e os gestos que constituem esta religiosidade” (Leenhard, 2012, p. 7).

No que se refere à metodologia empregada neste estudo, lançou-se mão das ferramentas disponibilizadas pela Análise do Discurso (AD). Em termos conceituais, a AD “não trata da língua, não da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. [...] é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 2012, p. 15). Nessa mesma perspectiva, é que as fontes foram analisadas, já que se tratam de fichas e relatórios produzidos nos diversos espaços do Serviço Nacional de Informações (SNI) em que consideramos o contexto de produção desses materiais, cujo intuito foi de captar os interesses e as intenções dos seus produtores.

Para Michel Pêcheux (2008), é característica da AD a percepção na mudança de sentidos de um texto, ou nas palavras dele, “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]” (Pêcheux, 2008, p. 53). O mesmo autor ainda acentua a ideia de “disciplina da interpretação” e, portanto, não se pode saber do que se fala, pois os textos, objetos e narrativas

---

<sup>7</sup> Sobre o dispositivo, Foucault (1984, p. 244) declara que este é “[...] um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”.

<sup>8</sup> Desde a aparição da Escola dos *Annales*, ainda no século XX, a História passou a ampliar os seus horizontes teórico-metodológicos com novas abordagens temáticas e inúmeros objetos pesquisáveis. Teríamos, portanto, uma “história problematizada” com novas questões a serem investigadas, “[...] o ‘Problema’ passou a ser um recorte que deveria ser feito necessariamente no ‘tema’, conforme os novos parâmetros da própria disciplina histórica” (Barros, 2005, p. 31). Esses novos parâmetros são resultado da interdisciplinaridade com outras ciências – linguística, antropologia, ciências sociais, entre outras.

<sup>9</sup> Decidimos inserir no corpo do texto as TJs por se autodenominarem apenas “cristãs” e não “protestantes”, portanto, elas não se veem como pertencentes dessa “origem comum”.

estão sujeitos às “filiações históricas” e não há uma aprendizagem. Diante disso, entende-se que devemos ter cuidado ao fazer as análises das fontes e reputar também o contexto de produção vivenciado por quem elaborou, no nosso caso, os relatórios produzidos pelo SNI.

É importante considerar que estamos lidando com fontes fragmentadas, isto é, relatórios produzidos nas dependências dos órgãos informacionais, os quais inseriam nos dossiês trechos e recortes de jornais, além de outros tipos de textos como forma de comprovar as acusações contra os investigados. Nesse sentido, o fragmento textual fornecido pelas fontes aqui utilizadas está vinculado ao desejo de ler, portanto, a maneira como a documentação é apresentada, ou está organizada, incute em nós a curiosidade de ampliar o conhecimento em se tratando de sua feitura e contextualização (Ramos; Corso, 2010). Diante disso, na medida em que somos impelidos pela curiosidade ao fitarmos a documentação estudada, irrompe-se o desejo de entender as minúcias provenientes dela.

Dessume-se que “[...] o sentido do texto é dado por mecanismos internos que permitem construir uma totalidade de sentido (por exemplo, a coerência e a coesão) e pela relação com outros textos do universo textual em que ele se insere” (Fiorin; Savioli, 2007, p. 3). Porquanto, não podemos tomar um trecho isolado como a totalidade, tampouco inferir interpretações somente embasadas nos relatórios eivados do “ideal militar” vigente. É de grande valia considerar os demais “elementos” que podem ser apreendidos do discurso, seu contexto e suas implicações.

Trabalhar com fontes fragmentadas, em nosso caso, especialmente com os relatórios, não é um problema, pois como assevera a AD, lidamos com os detalhes, com aquilo que passa geralmente despercebido, mas também verificamos elementos ao redor, ou seja, aquilo que está em volta do produtor do documento (contexto). Assim sendo, as descontinuidades oferecidas a partir das fontes consultadas exigem do pesquisador não apenas o interesse em compreender o que salta aos seus olhos, mas também o esforço em cotejar ideias, mesmo que cause confrontos, nos importa obter uma análise documental em sua completude.

À vista disso, pretende-se fazer um estudo minucioso da usualidade dos termos e “códigos” registrados nos textos a fim de entender a propositura de quem os produziram, nesse caso, os agentes<sup>10</sup> do SNI foram também objetos da nossa investigação. Os “códigos”

---

<sup>10</sup> A ideia de “agente” transposta neste trabalho é embasada no seu sentido primeiro, isto é, de quem opera e age em função de algo ou, ainda, atua em um determinado espaço (no nosso caso, serão as agências do SNI e suas correspondentes que compunham o Sisni). Ao longo do estudo será possível verificar tal terminologia que nos parece condizente com a proposta acoplada aos termos aqui mencionados, diante disso, “agente” exprime uma noção de quem atua em atividades mais burocráticas ou “técnicas” como estas foram ao longo do período militar, já que lidavam com dados e informes dos investigados por “subversões”. No entanto, em momentos oportunos aparecerão termos similares.

registrados nos relatórios ou as intenções perpetradas podem ser analisados a partir dos detalhes e minúcias, como bem pontuou Carlo Ginzburg (2003). Portanto, sabendo como esses indícios ou pistas podem ser reveladores dentro de uma pesquisa na qual os objetos estudados deixam transparecer informações pouco perceptíveis numa leitura desatenta e apressada dos relatórios. Como a pesquisa lida com sujeitos<sup>11</sup> que também são atores sociais que participam ativamente do processo histórico, é necessário entendermos que o ato tem um significado dentro de um contexto e, no caso dos militares, dos protestantes e das TJs não seria diferente.

Deve-se ter uma atenção redobrada, uma vez que os relatórios que compõem o escopo dessa pesquisa tratam de instituições religiosas, por exemplo, quando não são as próprias denominações protestantes o alvo dos militares, são atores sociais vinculados a elas. Além das instituições religiosas, as fontes do SNI nos fornecem, quando possível identificar, os seus nomes e os informes pessoais dos envolvidos nos supostos movimentos de “subversão”.

Em o *Queijo e os vermes*<sup>12</sup>, Carlo Ginzburg (2006), ao se referir às fontes utilizadas por Menocchio das quais adquiriu conhecimento que, para aquele contexto em que o Tribunal do Santo Ofício atuava com mão de ferro, era arriscado uma pessoa simples ter uma instrução que não fosse institucionalmente permitida. O simples moleiro decidiu “quebrar” a lógica do monopólio do conhecimento estabelecido por um grupo seletivo e privilegiado, causou repulsa nos inquisidores ao ouvirem Menocchio apresentando suas ideias “heréticas”, pois os textos em que tomara como fundamento não eram “legitimados” pelos inquisidores, já que os mesmos definiam os limites do conhecimento<sup>13</sup>.

Como bem nos recorda Ginzburg (2003), não devemos cair na “armadilha” das palavras, porque o que está registrado nas fichas possui sentidos e terminologias conferidos por um grupo de sujeitos que também são autores de um discurso. São os detalhes, ou no jargão do historiador italiano, as “pistas” quando observadas explanam a ideologia<sup>14</sup> que tem apelo por parte de um

---

<sup>11</sup> Para Lulia Queiroz Silva (2010, p. 9), “os sujeitos históricos podem ser entendidos como sendo os agentes da ação social, que se tornam significativos para o estudo da História, sendo eles indivíduos, grupos ou classes sociais, que atuam em grupo ou isoladamente e produzem para si ou para uma coletividade”.

<sup>12</sup> Obra que retrata a vida de Domenico Scandella, conhecido por Menocchio, um homem simples que exercia as atividades de moleiro numa pequena aldeia na região da Friuli. Acusado de heresia devido à explanação de ideias desvirtuantes daquelas apregoadas pela Igreja Católica, a propósito, este motivo foi suficiente para que o Tribunal do Santo Ofício autorizasse sua execução. Com esse texto, nos deparamos com a atuação das instituições da época que reprimiam ideias contrárias e outras tantas ações que fugiam das “normalidades” institucionais.

<sup>13</sup> A partir dessa lógica, infere-se que os militares, estando no poder, faziam sua própria leitura de mundo, inclusive, dela se sobressai a figura do “inimigo interno” que precisava ser combatido, além de que toda ideia divergente desta deveria ser rechaçada.

<sup>14</sup> Sobre isso, a ideologia que compõe a perspectiva militar também impactaria a produção historiográfica em se tratando da Ideologia da Segurança Nacional, a qual resumimos como “ideal militar”. A propósito, conforme Jacques Le Goff (1990), as “visões históricas” são atravessadas por ideologias, portanto, estas desaguardam na escrita historiográfica porque não há como dissociar o indivíduo dos ideais vigentes numa determinada época.

grupo dominante e esta, por sua vez, é replicada.

Logo, tem-se um viés que desaguará no discurso que comumente conhecemos como “anticomunista” – perspectiva dos militares, mas vem uma possível questão: E como fica o outro lado que, inclusive, é o objeto descrito pelos militares? Para aqueles indivíduos acusados de “subversão”, pouco ou quase nada sabiam das investigações envolvendo os seus nomes, muito menos o que se passava nos corredores das agências informacionais. Restava, portanto, resistir ou viver na clandestinidade porque, para esses, não havia uma legitimação naquilo em que registravam. Diferentemente do grupo político que geria o país no período militar, pois detinha o domínio das estruturas e dos cargos diretivos mais importantes.

Ao decidirmos trabalhar com os relatórios do SNI sobre algumas denominações protestantes e as TJs, a propositura foi não se prender a “delimitação dos objetos”, já que existem outros elementos envolvidos na produção de uma ficha<sup>15</sup>. Dito de outra forma, não se pode analisar a ficha por ela mesma, isto é, a sua funcionalidade, mas também devemos nos atentar ao conteúdo, ao contexto em que foi produzida, elementos que expressam uma ideia ou explicitem uma concepção de quem os elabora.

Neste caso, o discurso militar é revestido por uma aura “culturalmente” construída que vai desde a usualidade de determinadas palavras como também de codificações que foram produzidas internamente para se referir aos movimentos insurgentes ou indivíduos enquadrados como “subversivos”. Assim sendo, pelo fato de as características do SNI, enquanto um importante órgão informacional, partirem das sigiloidades, criou-se uma “cultura do segredo” (Mathias; Andrade, 2012).

E por que concordaríamos em chamar essas práticas do SNI de “cultura”? Porque, como já foi dito, são práticas replicadas pelos militares que compartilham do mesmo discurso, portanto, estão na condição de concordantes. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2018) nos fornece a concepção de “cultura política”, que se caracteriza no âmbito brasileiro, segundo ele, a partir do “personalismo” e da “acomodação” na qual angariaria uma série de “tradições políticas” que acometeria, a título exemplificativo, os partidos e seus adeptos<sup>16</sup>. Diante disso, atribuíam aos militares no poder a responsabilidade de “evitar” que o país, em 1964, pendesse

---

<sup>15</sup> “Ficha” também é um termo para se referir aos relatórios produzidos no interior das agências do SNI. Esta “ficha”, internamente, era denominada também de “prontuário” e as informações coletadas sobre os investigados eram inseridas na medida em que elas iam surgindo (Baffa, 1989).

<sup>16</sup>Motta (2018) assevera que “a aplicação da categoria cultura política permitiu compreender [...] – alguns aspectos paradoxais da ditadura brasileira, como seu caráter simultaneamente conservador e modernizador, [...] em que repressão e negociações caminharam juntas” (p. 124). O mesmo autor complementa que a “acomodação” serviu como uma forma de manter a ordem e evitar rupturas o que, acertadamente, corrobora com a nossa perspectiva apresentada neste estudo uma vez que a ação dos militares no poder foi, no imaginário de alguns setores sociais, necessária no “combate” às ideias esquerdizantes.

para o comunismo; porquanto, estes militares eram vistos como “salvadores da pátria” na luta contra os movimentos de “subversão”.

Assim sendo, “a força das tradições culturais ajudaria a compreender, igualmente, as relações peculiares do aparato repressivo [...]” (Motta, 2018, p.124). Essa “cultura” no imaginário social da época era de que os militares tinham um “papel” ou função definida e, portanto, esperava-se deles determinadas condutas, se agiriam em silêncio ou não, o que importava era o resultado da intervenção das Forças Armadas na gerência do país, isto é, afastar qualquer perigo ou ameaça.

Aciona-se, novamente, Ginzburg (2003, p. 167), que trata da “cultura escrita” como fonte de registro dos saberes locais que outrora estavam “sem memória e nem história”, estando registrados, possibilita-se tanto a salvaguarda quanto a difusão desses conhecimentos para a posteridade. O produto resultante da “comunidade de informações” é o relatório que, findado o período militar e a partir de políticas públicas de reparação, protagonizadas pelo Poder Público e até por segmentos privados, nos serve como fonte para análise deste evento traumático, por isso a “cultura escrita” perpetrada nas fichas nos auxiliam a contar a história do nosso país.

Sublinham-se essas convicções mencionadas pelos autores supracitados, devido a tamanha valoração das categorias de cultura e escrita, portanto, aqui elas nos serve de subsídios a fim de entendermos que os relatórios e as fichas contêm um discurso que, por seu turno, fora adotado e internalizado pela “comunidade” e os seus agentes difundem tais práticas; dito de outra forma, a leitura desse discurso engendrado pelos militares é específica e repleta de sentidos/signos que compõem o vocabulário/linguajar da “comunidade”.

Ao verificar a explanação conceitual, observa-se que ambos os conceitos supracitados estão imersos numa relação de poder, e isso é perceptível quando colocamos sob análise um relatório produzido no período militar. Para José Luiz Fiorin (1988, pp. 15-16), “o discurso não é expressão de uma consciência, mas esta é formada pelo conjunto de discursos interiorizados pelo indivíduo. Se os discursos são sociais, a consciência também o é”, portanto, tais discursos internalizados são “transcritos” nos relatórios, já que, como declara o autor, estes são produzidos por indivíduos que também são “agentes” sociais.

À luz da concepção de Fiorin (1988), podemos dessumir que o enunciador (os agentes produtores dos relatórios) são “divulgadores” ou “transmissores” de uma ideologia<sup>17</sup> que, como

---

<sup>17</sup> Há um “circuito das comunicações” que envolve o processo de interação entre quem escreve (autor) e o leitor que, no entendimento de Darnton (1990), ambos estão imersos nessa rede comunicativa que também é influente. Nas palavras dele, “o leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição. Os próprios autores são leitores. Lendo e se associando a outros leitores e escritores” (Darnton, 1990, p. 112). Se aplicarmos essa lógica do “circuito das comunicações” nessa pesquisa, obteremos uma estrutura

já sabemos, no período militar é denominada de discurso “anticomunista” perpetrado pela Ideologia de Segurança Nacional e foi amplamente difundido e reforçados em vários meios, inclusive, através das “fichas” utilizadas nas investigações. Dessa forma, o discurso cimentado no pensamento militar também é explicitado em função das estruturas de poder constituídas pelo grupo político estabelecido nos postos de comando do país.

Tendo isso em vista, há elementos que nos servirão para direcionar o estudo sobre a produção e recepção do discurso anticomunista. A propósito, a recepção deve ser entendida neste trabalho mediante as proposições da Análise do Discurso em que, no contexto da ditadura brasileira, é necessário considerarmos que os agentes dos órgãos informacionais reproduziam o discurso vigente e difundiam-no, como já é sabido, através dos relatórios. Não temos a pretensão de explicitar o que realmente os militares no poder pensavam, até porque a sua própria classe era dividida em diferentes grupos que se posicionavam conforme seus interesses, mas é possível verificar a “recepção do discurso”<sup>18</sup> a partir da influência da Ideologia de Segurança Nacional, dos cursos de formações ofertados pela ESG aos militares interessados, e isso ocorre porque “a recepção, assim como as condições históricas de produção, interfere no discurso por coação sobre o autor” (Fiorin, 1988, p. 152).

Cabe, ainda, ressaltar que este estudo trata-se de uma pesquisa documental complementado por uma revisão historiográfica sobre a experiência ditatorial no Brasil, entre 1964 e 1985, que se sustenta com base nas fontes encontradas e disponibilizadas em acervos físicos e on-line, a saber: Fundo do Serviço Nacional de Informações e o Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, ambos se encontram acondicionados sob a responsabilidade do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).<sup>19</sup>

As fichas e os relatórios produzidos pelos agentes do SNI e utilizadas durante a Ditadura Civil-Militar possuíam destinos diversos e percorriam uma “rede” informacional interpretada por diferentes setores que compunham a “comunidade de informações”. Portanto, tais documentos detinham codificações próprias e níveis de importância do seu conteúdo variado,

---

informacional da seguinte forma: os agentes do SNI seriam os autores dos relatórios sobre os “subversivos”; os leitores seriam os próprios agentes, uma vez que esses relatórios quase nunca chegavam ao conhecimento dos investigados, apenas circulavam entre as agências de informação. Vale ressaltar que no “ato de composição”, têm-se contribuições substanciais devido ao contato quase que ininterrupto dos elementos que constituem o referido “circuito”.

<sup>18</sup> O próprio relatório produzido internamente nas agências informacionais expressa o “caminho” (no linguajar dos agentes, chama-se “difusão”, em linhas gerais, é a distribuição das fichas entre os demais órgãos) percorrido pelos materiais elaborados no âmbito da “comunidade”. Trabalharemos a “recepção” do discurso mediante a sua incorporação nos cursos de formação militar ministrados e afins, especialmente, pela Escola Superior de Guerra.

<sup>19</sup> No decorrer do capítulo 1, nos propusemos a explicar melhor o suporte, no caso, o funcionamento do SIAN e de que maneira articulamos o nosso processo de busca documental na referida plataforma.

segundo o qual era validado conforme a veracidade do que foi registrado nesses suportes.

Em se tratando das TJs, por possuírem um vasto acervo de materiais utilizados principalmente para estudos bíblicos, foi substancial a seleção de suas produções, a fim de delimitar as escolhas conforme a proposta deste estudo. Para tanto, nos detivemos ao exame de duas das principais revistas (*A Sentinela*<sup>20</sup> e *Desperta!*)<sup>21</sup>, além do Anuário das Testemunhas de Jeová e da Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada (versão bíblica produzida pela editora das próprias TJs).<sup>22</sup>

Fez-se necessário reforçar a importância deste estudo que articulou os principais objetos pesquisáveis. A propósito, para chegarmos até esse momento, foi indispensável um percurso teórico profícuo e calcado numa metodologia aplainada com os demais elementos desta investigação. “Se qualquer viagem traz consigo uma sensação de novidade e de confronto com o desconhecido, a viagem do conhecimento depara-se adicionalmente com a inédita realidade de que o caminho da Pesquisa deve ser construído a cada momento pelo próprio pesquisador” (Barros, 2005, p. 9). A viagem do conhecimento requer um preparo antecipado que “abrigue” os diferentes conceitos empregados na investigação, a fim de que o pesquisador seja, desde o princípio da pesquisa, parte integrante do processo de produção do trabalho historiográfico.

Para tanto, esta investigação está organizada em três capítulos, sendo a primeira intitulada *Contra a fé “subversiva”: SNI e as reminiscências do protestatio*. Embora o título

<sup>20</sup> “A revista *A Sentinela* começou a ser produzida por Russell, em julho de 1879, com o nome *Zion’s Watch Tower and Herald of Christ’s Presence* (A Torre de Vigia de Sião e Arauto da Presença de Cristo) e começou a ser publicada no Brasil em 1º de outubro de 1923, com o nome A Torre de Vigia” (Soares, 2018, p. 17). O periódico em tela passaria por modificações importantes no título (tanto na versão em português quanto em inglês), conforme Soares (2018), as publicações nas primeiras décadas do século XX já expunham essas alterações. Caldas (2018) explica que *A Sentinela*, em seu conteúdo, tem o objetivo de instruir questões doutrinárias das próprias TJs.

<sup>21</sup> Durante a administração de J. F. Rutherford (1869-1942) as TJs viveriam um período de mudanças significativas no interior da comunidade religiosa. Uma dessas alterações foi o próprio nome “Testemunhas de Jeová” adotado pelo referido líder devido as implicações com a terminologia escolhida desde a origem do grupo quando se chamavam de “Estudantes da Bíblia” o que causava uma “confusão” com grupos dissidentes, portanto, tal decisão visava distingui-los dos demais (Caldas, 2018; Soares, 2018). Foi Rutherford que daria início a uma nova revista denominada de *The Golden Age* (A Idade de Ouro), a qual conhecemos hoje como *Desperta!*, objetivando ampliar as divulgações dos ensinamentos da Bíblia. *A Desperta!*, no entendimento de Caldas (2018), tem um caráter mais informativo, assim sendo, dedica-se a temas como política, religião, saúde, ciência, entre outros. O mesmo autor declara que todos esses assuntos são concatenados com a compreensão dos estudos e leituras das TJs.

<sup>22</sup> Todo esse material aqui mencionado encontra-se disponível no site do referido grupo religioso, a saber: <https://www.jw.org/Pt>. Vale ressaltar que a periodização da história das TJs pode ser compreendida em 3 principais momentos, os quais sejam: 1º) Charles Taze Russell (1870-1916), compreende o momento da fundação dos Estudantes da Bíblia, núcleo inicial das TJs, os primeiros fundamentos que seriam basilares para os anos seguintes; 2º) J. F. Rutherford (1916-1942), acertadamente o período de maior avanço na comunidade religiosa, inclusive, alguns já abordados neste estudo – resumidamente, poderíamos definir que este momento se vale das alterações fundantes no corpo doutrinário das TJs e na expansão dos ensinamentos bíblicos; 3º) Corpo Governante (1942-) importante ressaltar que nesta fase ocorre a consolidação das novas doutrinas propostas ainda na administração de Rutherford, no entanto, há a presença do Corpo Governante como órgão responsável pela liderança dos seus membros, o qual preza pela organização em todos os sentidos das TJs, inclusive, a produção e divulgação das revistas aqui supracitadas (Castro, 2007; Barra, 2008; Jw, c2024). Entende-se por Corpo Governante o órgão formado por “um grupo central de anciãos experientes que supervisionam a congregação mundial” (Jw, c2024).

seja sugestivo, discute-se desde o surgimento do SNI até os desdobramentos de suas atribuições. Nesse sentido, busca-se entender qual foi a real intenção em criar um serviço de informação dentro de um regime ditatorial, além da compreensão que depreende da sua própria estrutura interna com as interações entre os demais órgãos que compunham o Sistema Nacional de Informações (Sisni). Com o passar do tempo, pretendeu-se verificar as ações do SNI durante o transcorrer do período militar e sua mutabilidade conforme as sucessões dos governantes no cargo de Presidente da República.

Ainda sobre o primeiro capítulo, busca-se entender a relação dos militares com algumas igrejas protestantes durante os governos do período militar, haja vista que os oficiais acreditavam na cooperação dessas instituições religiosas em prol dos “Objetivos Nacionais”, como também estavam convictos de que os evangélicos eram apoiadores do golpe civil-militar e dos empreendimentos realizados posteriormente pela nova ordem instituída após 1964.

Veremos como essas interações foram sendo estabelecidas diante das condições que se apresentaram com a ditadura brasileira, sobretudo, a implementação da Ideologia de Segurança Nacional (ISN). Diante disso, foi necessário embasar a atuação dos protestantes ante a necessidade de posicionamentos mais enérgicos e de resistência; porquanto, um retorno, mesmo que em linhas gerais, à Reforma Protestante foi salutar, tendo em vista que se examinou a origem histórica do termo que nomeou os participantes do movimento religioso ocorrido no século XVI, a saber: os “protestantes”.

O segundo capítulo, *À margem do ideal militar: Testemunhas de Jeová e o fenômeno da desobediência civil* foi elaborado a partir da difusão do “ideal militar”, sustentado pela lógica formulada na Ideologia de Segurança Nacional (ISN), segundo o qual foi incutida no pensamento militar a execução de práticas fundantes que seriam replicadas pelos agentes vinculados às Forças Armadas, corroborando, dessa forma, com o processo de coleta de informações e investigações, não apenas sobre os protestantes considerados “subversivos”, mas também as TJs. A propósito, as TJs são um exemplo de fuga desse ideal dos militares sob os protestantes que também eram estigmatizados. Estuda-se, assim, as peculiaridades das TJs, considerando o fenômeno da desobediência civil, a qual preocuparia as forças de segurança e deixaria parte da sociedade brasileira assustada com a difusão dos seus “ensinamentos” bíblicos.

No terceiro capítulo, *Um parecer-ser: do sujeito evangélico invisibilizado às ações políticas anônimas* debate-se expressivamente a utilização e as funcionalidades das “fichas” e dos relatórios produzidos pelos agentes do SNI sobre os evangélicos “subversivos”. O estudo alternou o exame do uso das “fichas” com a análise da ação política dos evangélicos durante o

período militar no Brasil, compreendendo suas particularidades mediante as diferenças denominacionais, pois a preocupação com a aparição do ecumenismo e das influências dos seus idealizadores adentraram às igrejas e, por conseguinte, “subverteriam” a juventude causando um temor nos líderes. A propósito, é nesse momento que se apresentam os evangélicos anônimos investigados pelo SNI com base nos motivos já supracitados, portanto, nomes de pessoas “comuns” eram listados em relatórios que circulavam nas agências informacionais.

Pressupõe-se que o parecer não se limitou apenas a cumprir sua funcionalidade basilar, isto é, o registro dos informes dos investigados. Foi também um elemento decisivo na vida dos cristãos<sup>23</sup> que, por algum motivo, estiveram na mira dos militares no poder. Discute-se, portanto, a relação do indivíduo investigado com os registros produzidos pelos agentes do SNI, uma vez que interpretamos, ao longo desta pesquisa, que ser “rotulado” como “subversivo” impactaria direta e negativamente nos desdobramentos de suas vidas.

Apesar das dificuldades encontradas para obter documentos que envolvam as igrejas protestantes em Sergipe, a unidade federativa em tela não ocupa um “lugar” de prestígio ou de forma destacada na historiografia em se tratando do período militar, “[...] isso se deve tanto por uma cultura historiográfica de elucidar apenas o eixo sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo), como também por um acesso restrito às fontes, muitas vezes dificultada por familiares das vítimas ou até delas próprias [...]” (Reis, 2015, p. 21). Portanto, fizemos um esforço analítico a partir das fontes selecionadas, cujo intuito é ampliar os horizontes da pesquisa em tela, assim sendo, propondo novas perspectivas que componham a “agenda” de investigação dos historiadores.

---

<sup>23</sup> Utiliza-se esta terminologia pelo fato de ela satisfazer diferentes grupos religiosos que têm os ensinamentos de Jesus Cristo como base da fé.

## I.CONTRA A “FÉ SUBVERSIVA”: SNI E AS REMINISCÊNCIAS DO *PROTESTATIO*

O presente capítulo se concentra em compreender os desdobramentos das relações políticas entre os militares e alguns membros vinculados às igrejas protestantes ou ao protestantismo<sup>24</sup>, levando em consideração alguns pressupostos concebidos nessa conjuntura autoritária, a saber: o ideal militar e a suspeição dos envolvidos. Estas são relações permeadas por “medições” de poder, como veremos na atuação de Gadiel Perruci, cuja proposta é investigar uma situação de ruptura desse ideal militar sobre as igrejas evangélicas. Os estudos em tela antecederão a uma breve explanação do SNI, abordando sua origem, estrutura interna, funcionalidades durante a “interação” com membros das igrejas protestantes.

É importante termos em mente que nem todos os evangélicos compactuaram ou atuaram ao lado dos militares, chegando até a sofrer retaliações por seus pares ao suspeitarem de suas respectivas condutas consideradas “subversivas”. Observaremos no decorrer deste trabalho a aparição de diferentes sujeitos que professavam a fé protestante e que, a partir das suas funções sociais e sem abdicar dos seus compromissos profissionais/espirituais, posicionaram-se contra os ditames tanto nos espaços religiosos quanto nos seculares.

Sujeitos históricos que mesmo estando em espaços geográficos diferentes, entendiam que, no período militar, a linguagem de resistência deveria ser a mesma. Há inúmeras explicações que podem direcionar o interesse dos órgãos informacionais em monitorar alguns membros ou até mesmo denominações vinculadas às igrejas protestantes, talvez pelo fato de

---

<sup>24</sup> Entendemos o movimento da Reforma Protestante enquanto nascedouro das práticas e concepções as quais foram “agrupadas” na vertente do protestantismo, segundo a qual é apresentada ao mundo como sendo avessa às imposições limitadoras ou que subjuguem os seus fiéis (Lindberg, 2017; Marshall, 2017). Carter Lindeberg (2017) assevera que desde a consagração do vocábulo “protestante”, referindo-se a todo aquele que assinara o “protesto” ou eram simpatizantes a causa luterana, foram estigmatizados de forma pejorativa. Diante disso, surge uma “imagem”, nesse contexto, de “grupo insurgente”, a qual o acompanharia ao longo do processo que os envolveu, nesse sentido, observa-se, na origem do termo protestante, um teor político, algo que marcaria os seus adeptos (Pollak, 1992). A inserção do protestantismo no Brasil ocorreu por duas principais vias, a saber: imigratória e missionária – concepções tidas como clássicas da historiografia protestante acerca das incursões em nosso país. Há quem classifique esse processo de inserção por meio da “invasão”, entendendo-a como uma terceira via que estabeleceria o protestantismo no solo brasileiro (Vilela, 2014; Silva, 2017). O modelo de protestantismo adotado no Brasil foi o norte-americano, isto corresponde à via de inserção missionária. No entendimento de Carlos Barros Gonçalves (2011), as missões aqui realizadas tinham um caráter “divino” pelo fato de levar o Brasil ao posto de “grande nação”, como também, era necessário que o protestantismo fosse difundido, já que este era compreendido como o “modelo” detentor de uma moralidade tida como verdadeira e de costumes sadios. Levando em consideração essa explanação conceitual e suas implicações, Rubem Alves (2005, p. 34) declara que “o protestantismo não pode ser usado como um conceito científico, por não se referir de forma unívoca a um objeto determinado que exhibe constantes de comportamento. Não posso, portanto, falar sobre o protestantismo em geral”. Isto é, deve-se ponderar a usualidade do termo em função da amplitude denominacional. Nesse sentido, infere-se que as discussões sobre a historiografia protestante no Brasil apresentam origens e balizas históricas próprias, ainda que não consensuais entre as diferentes denominações. Mesmo assim, é possível identificar uma organização das fases do protestantismo, conforme a que foi proposta por Antônio Gouvêa Mendonça (2005), a qual considera as “crises internas” e as “questões teológicas” em sua periodização.

que na própria concepção protestante resguarda-se, em seu núcleo, um teor político (Lindberg, 2017).

À vista disso, esse teor político mobilizaria grupos inteirados em reaver a democracia e persistir no processo de derrocada da ditadura. Irineu José Rabuske *et al.* (2012) declara que os protestantes possuem um forte impacto na sociedade, que vai desde o setor econômico até os aspectos políticos, sociais e educacionais. São, justamente, estes aspectos que comporão as nossas análises, que ao fitarmos os relatórios elaborados pelo SNI, nos deparamos com um contexto do qual não se pode dissociar.

Atentemos para o caso do Gadiel Perruci<sup>25</sup> que professava sua fé protestante e liderava, nas décadas de 1950 e 1960, a juventude da Igreja Presbiteriana de Boa Vista sediada no Recife<sup>26</sup>. Durante um exame mais detido no relatório produzido pelo SNI em 1975, nota-se algumas vinculações utilizadas pelos agentes investigativos de que já o rotulavam como “subversivo”, alegando a participação de Perruci no grupo revolucionário estudantil-camponês, idealizado pelo seu amigo pessoal, o ex-deputado estadual Inaldo Lima, no estado de Pernambuco, que sofrera com a repressão das forças de segurança atuantes na ditadura.

É comum encontrar o nome de Gadiel Perruci nos relatórios do SNI, já que os “indícios” coletados pelos agentes investigativos eram suficientes para produzir os dossiês que serviriam de apoio nas acusações. Ressalta-se, desde já, uma peculiaridade do monitoramento social da vida de Gadiel, pois, dentre os relatórios elencados nesta investigação, nota-se a menção feita no tocante à sua localização durante a “Revolução de 64”. Conforme o relato dos agentes, Gadiel se encontrava na França realizando os seus estudos no curso de História<sup>27</sup>.

Esse dado informacional apresentado, poderia, em leituras mais apressadas, não ser notado. No entanto, ao que parece, interessa aos agentes saber onde o investigado estava durante o Golpe Civil-Militar em 1964. Uma informação que poderia ser utilizada para comprovar o posicionamento do suspeito, possivelmente, quando era elaborada a ficha de Levantamento de Dados Biográficos (LDB). Acertadamente, pode-se inferir que essa prática de registrar o local exato onde o monitorado estava em 1964, passa a ser cogitada quando ele é denunciado ou

---

<sup>25</sup> Nascido em Recife-PE, Gadiel Perruci (1937-2021) era professor e advogado de formação. O relatório do SNI em tela não traz muitas informações a respeito de sua vida religiosa pregressa, apenas faz menções pontuais de que era protestante e atuou em um grupo de jovens da Igreja Presbiteriana. Aliás, sobre esse aspecto de sua vida pouco é sabido, no entanto, em se tratando do âmbito acadêmico/docente já é possível verificarmos mais informes necessários para nossa análise.

<sup>26</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Gadiel Perruci**, 1975, 32ff. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002646.

<sup>27</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Gadiel Perruci**, 1975, 32ff. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002646. p. 5.

devido a sua constante atuação contra a ditadura chega ao conhecimento dos órgãos informacionais, os quais, por seu turno, fazem uma averiguação da vida pessoal.

Quando lançamos o nosso olhar para o “bloco” de informações classificadas como “antecedentes”, notamos uma série de denúncias a respeito de Gadiel, sobretudo, de quando ele atuava no quadro funcional do governo estadual. A propósito, os informes coletados pelos agentes eram de um teor “subversivo” considerável e, se levarmos à risca o ideal militar, tais informações seriam suficientes para condená-lo. Assim sendo, o relatório aqui analisado enfatiza não apenas dados pessoais, mas, também, suas interações no âmbito profissional (enquanto atuava como professor do Estado de Pernambuco), sua relação com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e temas afins<sup>28</sup>.

No que tange às interações, o relatório declara que Gadiel “[...] mantém ligações com a Pró-reitora MARIA ANTÔNIA MCDOWELL, ex-assessora do então governador MIGUEL ARRAES”<sup>29</sup>. Por esse trecho já é possível imaginar como as palavras malsinavam a conduta de Gadiel, que, em outra oportunidade, foi acusado, em 1961, de difundir “ideias marxistas” quando este atuava como professor de Português. Assim sendo, tais descrições não favoreciam a um parecer positivo se pensarmos que ele poderia ter uma progressão profissional.<sup>30</sup>

Como professor de História contratado pela UFPE, e através [da] sua ligação com a Pró-reitora, espera ser elevado à vice-chefia do curso de Pós-graduação em História, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas daquela Universidade. Em período anterior a Revolução de 31 MAR 64, durante o Governo de MIGUEL ARRAES, participou do "Movimento de Cultura Popular". Nessa época, como sócio participou da "Sociedade Cultural Brasil-União Soviética", seção de Pernambuco.[1]<sup>31</sup>

<sup>28</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Gadiel Perruci**, 1975, 32ff. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002646.

<sup>29</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Gadiel Perruci**, 1975, 32ff. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002646. p. 5. O governador Miguel Arraes (1963-1964) fora cassado logo que irrompeu-se o período militar. Diante do processo de desestabilização política contra o presidente João Goulart, os estados de Pernambuco e Sergipe, tiveram seus governadores cassados pelos militares pelo fato de simpatizarem com as propostas reformistas; Fico (2014) denomina essas localidades como “ilhas de sanidade administrativa”.

<sup>30</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Gadiel Perruci**, 1975, 32ff. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002646.

<sup>31</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Gadiel Perruci**, 1975, 32ff. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002646. pp. 5-6. Os agentes novamente fazem menções à Pró-reitora e ao ex-governador a fim de convencer a “comunidade de informações” de que não estavam lidando com um suspeito qualquer. Nesse sentido, observamos o recurso discursivo da repetição sendo aplicado no relatório (discurso) com o intuito de fazê-la não apenas compreender o que está registrado, mas também acreditar e, dessa forma, dar prosseguimento investigatório (Andrade, 2010). Portanto, nota-se a função persuasiva do discurso mediante a repetição das informações; aliás, destacamos que o suspeito monitorado é parte integrante de um “contexto sócio-histórico”, isso porque, quando investigamos os documentos relatoriais, é possível verificar Gadiel enquanto sujeito linguístico-histórico, sendo percebido como um “corpo” estranho na sociedade, em outros termos, seria um agitador que através dos seus escritos, previamente consultados pelos agentes, o definiam como tal (Orlandi, 2012).

Novamente, aparecem as menções ao governador Arraes e à Pró-reitora atreladas à figura de Perruci, o qual, agora, tinha qualificações que forneciam as justificativas necessárias para a suspeição deste docente. Como se não bastasse, a participação de Perruci em um evento que envolvia a União Soviética atestava uma conduta desviante no entendimento dos agentes, pois o referido professor era sócio e não um mero visitante. Os qualificativos se avolumavam na mesma intensidade em que os agentes desejavam incriminá-lo por subverter a “ordem” vigente.

Não satisfeitos, os agentes, no mesmo relatório, enfatizam a contratação de Perruci, mediante regime celetista, pela UFPE. Em 1975, o governador Francisco Moura Cavalcanti (1975-1979), no uso de suas atribuições, prorroga o contrato de Gadiel Perruci, então professor de Ensino Médio, a fim de que o mesmo fosse mantido à disposição da instituição de ensino superior, mas sem prejudicar o Estado<sup>32</sup>. Depreende-se desses registros elementos que podem configurar uma “manobra” interna para manter Perruci no cargo, talvez pela sua proximidade com pessoas vinculadas ao ex-governador Arraes.

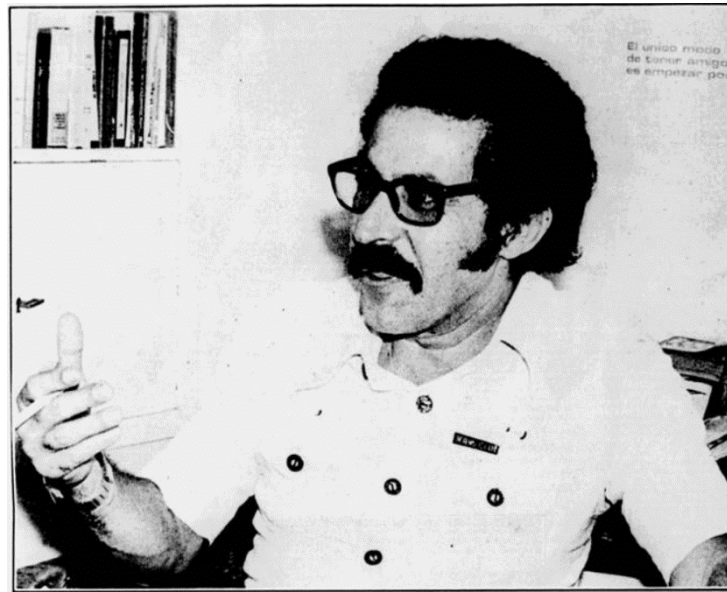
Ao consultarmos outras fontes, nos deparamos com a sua expressiva participatividade em eventos acadêmicos, geralmente na condição de palestrante. As temáticas das quais costumava lidar nos congressos tratava da discrepância entre o desenvolvimento econômico do Nordeste, com destaque para o açúcar. Durante entrevista ao Diário de Pernambuco, Gadiel fez afirmações potentes e que eram direcionadas também à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), suas ideias confrontavam o cenário político, econômico e social do país em plena ditadura, ou seja, mais argumentos plausíveis de serem utilizados contra Gadiel<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Gadiel Perruci**, 1975, 32ff. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002646. p. 6.

<sup>33</sup> Um dos eventos que foram ressaltados pelos agentes do SNI, consta a presença de Perruci na 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Evento realizado em 1981, na cidade de Salvador-BA. Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência Regional no Estado de Pernambuco. **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**, 1981, 4ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81002559\_d0001de000. Nessa ocasião, Perruci foi descrito pelos agentes como Vice-presidente da Associação dos Docentes da UFPE (ADUFEPE) e, ao cruzar suas informações acadêmicas, encontramos uma participação anterior na SBPC em 1973.

**Figura 1** – Gadiel Perruci sendo entrevistado.



**Fonte:** Sobreira, *Diário de Pernambuco*, 29 de outubro, 1978, p. D6.

Ocorre que, ainda no relatório de 1975, há um escrito do Perruci cujo título é *Realidade e Protestantismo no Brasil* (1963) e este serviria como fonte para que os agentes extraíssem o que bem entendessem e utilizassem de forma conveniente a eles, como se pode ler no seguinte trecho: “Trata-se de uma publicação em que o autor se revelou, naquela época, um pregador marxista e revolucionário [...]”<sup>34</sup>. Ao realçarmos os termos “marxista” e “revolucionário”, compreende-se que o olhar analítico dos agentes<sup>35</sup> que investigavam Perruci explana o alinhamento do discurso anticomunista com o *modus operandi* dos militares em primeiro eleger a vítima, depois, arranjar uma justificativa (Fico, 2019).

Lançando luz sobre os relatórios produzidos nos âmbitos do SNI, não podemos tomá-los como uma “verdade” absoluta por se tratar de um discurso oficial com fins políticos para identificação do “inimigo” interno, propagandeado ao longo do período militar. O crivo do historiador deve ser sempre problematizador, questionar as imposições de uma única versão e refletir sobre a verdade na História.

<sup>34</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Gadiel Perruci**, 1975, 32ff. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002646. p. 2.

<sup>35</sup> Na prática, esses termos que qualificam o sujeito investigado eram declarativos cuja pretensão era de torná-lo “conhecido” como um “subversivo”, mas para isso, foi necessário adjetivá-lo antes. As categoriais sociais que se estabeleceram no decorrer do período militar não toleravam meio-termo, isto é, existiam duas categorias bem definidas, a saber: o Subversivo (também chamado de comunista) e o Defensor da “Revolução”. Essa concepção dualista será explanada mais adiante, por ora, é preciso saber que ela compunha a “narrativa conservadora” (Fiorin, 1988).

Assim sendo, “[...] o pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade do seu material” (Cellard, 2012, p. 296). Diante disso, entendemos que Gadiel Perruci foi um cristão protestante investigado pelos órgãos informacionais por supostas conclusões ao seu respeito quando, na verdade, ele desejava explicar sua perspectiva em se tratando da sociedade brasileira à época, bem como do protestantismo que teria uma configuração moldada pelos fatores estressores também descritos.

Vejamos o que diz Perruci em sua obra *Realidade e Protestantismo no Brasil*:

Ao contrário do que pregam os demagogos, não é apenas a fome e a miséria que determinam uma transformação radical da sociedade, mas a íntima compreensão do povo em se colocar num estado de produtividade não alienada, isto é, de desejar a coparticipação de todos os aspectos da vida material e espiritual da nação. E essa explosão da consciência popular é, cotidianamente, anestesiada e retardada pela tentativa da classe dominante e de seus ideólogos em escamotear e falsear a realidade ao acreditar e pregar que a causa principal e única da inquietação do povo brasileiro, ou, como chamam, da "agitação comunista" é a fome e a miséria. O povo não precisa do poder, dizem eles, visto que o poder já é exercido pelo próprio povo, através de seus representantes eleitos. Pretende-se, pois, aqui, caracterizar uma sociedade — a brasileira — em explosão. Que amadurece rapidamente, porquanto em estado de acelerada conscientização. Uma realidade que se torna, ela mesma, problema, por isso mesmo revolucionária. Realidade ou revolução brasileira, portanto (Perruci, 1963, p. 43).<sup>36</sup>

É de bom alvitre salientar que os argumentos de análise da realidade social, expostos por G. Perruci na obra em tela, foram suficientes para que ele sofresse as duras acusações que o levaram a ser investigado pelos órgãos informacionais, mais precisamente, o SNI. O seu crime foi tipificado posteriormente à publicação de 1963, com a instauração do governo militar, supostamente por revelar um pensamento crítico a respeito da situação social do país, falando em fome, miséria e consciência de classe.

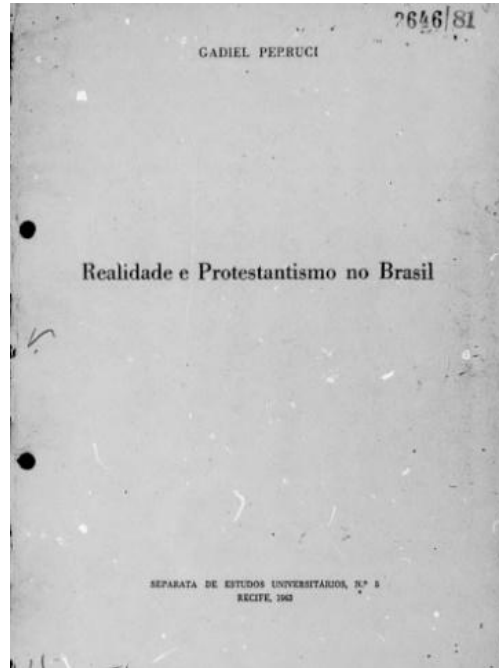
Dedicou, ainda, algumas páginas para tratar do protestantismo em sua época<sup>37</sup>, e mesmo assim, teve os seus escritos recolhidos pelos agentes a serviço das forças de informação e

<sup>36</sup> A fim de obtermos uma melhor compreensão adotamos a atualização ortográfica na citação.

<sup>37</sup> O protestantismo é amplamente debatido por Gadiel, inclusive, ele se questiona de como o protestante brasileiro diz ter “sofrido uma revolução interior e pessoal” não foi capaz de perceber que a sociedade em que vivia também precisava passar por transformação. Aliás, Gadiel lança luz sob a participação da juventude evangélica nesse contexto, já que os jovens, segundo ele, lutavam contra o conservadorismo dentro das igrejas e, dessa forma, eram tachados de “rebeldes” ou de “comunistas”. “Quando, justamente, se rebelam com a passividade e a conviência do silêncio protestante no Brasil; quando lutam contra os donos das igrejas que oram e pregam sermões piedosos, mas que compactuam com a oligarquia reinante na exploração do trabalhador [...]” (Perruci, 1963, p. 60). Ao longo desta investigação, trataremos mais detidamente da juventude protestante e sua participação no processo de resistência contra a ditadura.

segurança, que extraíram passagens e excertos do texto para rotulá-lo como “subversivo” e marxista. Assim sendo, os militares estavam interessados apenas nos discursos que fossem convenientes às medidas que coadunassem com a ideologia do desenvolvimentismo com segurança nacional difundida pelas Forças Armadas.

**Figura 2** – Capa do livro escrito por Gadiel Perruci.



**Fonte:** Serviço Nacional de Informações (SNI). **Gadiel Perruci**, 1975, 32ff. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002646.

Gadiel Perruci é apenas um dos muitos outros evangélicos investigados pelo SNI, assim sendo, o seu registro nos relatórios dos órgãos informacionais estabelece nesta pesquisa um demonstrativo, talvez mais conhecido devido a sua atuação contra o Estado autoritário, em que expõe o procedimento investigativo sobre aqueles que professavam a fé protestante neste período escuro da nossa história. Com este exemplo, comprova-se a existência de casos de resistência religiosa no período militar, rompendo com a ideia dominante de que ser evangélico era coadunar com a postura valorativa dos “bons costumes” e da “moralidade”, patrocinados pelo conservadorismo perpetrado por diferentes setores sociais<sup>38</sup>. Nesse sentido, Gadiel Perruci

<sup>38</sup> Sobre o alinhamento das igrejas protestantes para com os militares no poder, verificamos que na entrevista do Pastor Gerinaldo Messias concedida a Santos (2017), em se tratando do contexto da Cruzada já mencionada, o referido líder religioso foi questionado como tal evento de grande proporção foi possível de ser realizado no principiar de um período militar. O pastor respondeu: “Bem, não deixa de ter si... ter havido alguma dificuldade né, mas como os evangélicos, é, sempre primaram pela boa ordem né, é, sempre estive ao lado do governo para as grandes decisões do país, entendeu, então não, os encontros, os ajuntamentos, não representaram assim nenhuma ameaça para a, para a segurança pública, certo, então tudo foi feito dentro de um espírito cordial, fraternal, e foi

fugia a este “padrão” e não restava outra alternativa, senão colocá-lo na mira dos órgãos de segurança, a propósito ele era um “subversivo” e, dessa forma, deveria ser tratado como tal.

Durante as próximas seções do capítulo 1, discutiremos de maneira mais detida o SNI e a Ideologia de Segurança Nacional, compreendendo-os como objetos essenciais deste estudo, afinal, a proposta deste primeiro capítulo é apresentar um “quadro” explicativo o qual será útil no desenrolar da pesquisa.

### 1.1 O SNI: ORIGEM E ATRIBUIÇÕES DO “MINISTÉRIO DO SILÊNCIO”

Após o Golpe Civil-Militar de 1964, houve um movimento de convencimento ou de busca por legitimidade política do novo regime recém-instaurado no Brasil, que se sucedeu com a instauração de uma ditadura que perdurou por 21 anos, entregando a gestão do país aos presidentes militares que se alternavam no poder, de acordo com as divisões políticas internas. O processo de convencimento não perpassa em um mero recurso calcado em retórica com “enfeites” estilísticos, pois é necessário que entendamos que o Golpe de 1964 foi implementado dentro de uma conjuntura política e que, logo em seguida, transcorreria de forma interligada à Ideologia de Segurança Nacional e, não menos importante, à inescapável Guerra Fria (1947-1991).

Lucas Figueiredo (2005) relata, em sua célebre obra, uma espécie de origem “mítica” do serviço secreto brasileiro em que resguarda, em seu nascedouro, o ímpeto com o qual surgiria os elementos estruturantes aplicados à investigação. O autor discorre sobre essa origem da seguinte forma:

O serviço secreto brasileiro – ou o Serviço, como é conhecido internamente – teve, durante décadas, um patrono. Como não poderia deixar de ser, tratava-se de um espião. Seu nome era Argus, e além de espião ele era também um semideus. O mito era cultivado entre os agentes secretos como uma espécie de alerta: mantenha os olhos sempre atentos, desconfie de tudo e, se possível, não morra. Foi justamente a segunda e definitiva morte – que fez dele um modelo para o serviço secreto do Brasil (Figueiredo, 2005, p. 11).

---

uma benção [sic]”. Ver *Entrevista do Pastor Gerinaldo Messias concedida a Ermerson Porto Santos* em 13 de novembro de 2012, na cidade de Aracaju/SE. p. 120. Essa fala foi com base na lembrança de um pastor evangélico participe de um evento cruzadista, sendo realizado nos primeiros meses após o Golpe de 1964. Infere-se, ainda, a partir do excerto dessa entrevista, que os evangélicos, ao passo que não eram concordantes com as vilanias praticadas pelos grupos militares ocupantes dos cargos diretivos do país, preferiam acreditar na “missão” protecionista empreendida por eles contra a “subversão esquerdizante” na qual era entendida como difusora do caos no Brasil – tal postura demonstra o temor “sonorizado” pelas palavras do entrevistado. Portanto, Gadiel Perruci é a prova cabal de que o “ideal militar” sobre os protestantes ser inteiramente apoiantes do autoritarismo instalado no país não se sustenta, inclusive, essa concepção de “apoio” dos evangélicos ao regime era um tanto generalizante e, ao longo dos demais capítulos deste estudo, verificaremos os desdobramentos da conjectura apresentada pelos militares no poder em relação aos protestantes.

A partir deste relato mítico<sup>39</sup> abordado pelo autor, conseguimos identificar o que posteriormente seriam as características pujantes dos serviços secretos do Brasil. O agente de informação deveria, tal qual um “espião”<sup>40</sup>, agir sorrateiramente, quase que de maneira imperceptível. Dessa maneira, adota-se um patronato que representava o símbolo de astúcia e destreza em cada movimento realizado, pois a “morte”, salientada por Figueiredo (2005), é o exposto da vivacidade de uma vontade que seria incutida nos militares ao longo do período ditatorial.

Desde sua fundação, o Serviço Nacional de Informações (SNI) passaria por uma escalada de “níveis” de importância durante a Ditadura Civil-Militar, mas suas origens podem remontar à época em que se concebia a estruturação de um órgão que debatesse<sup>41</sup> sobre questões de defesa e segurança nacional, como propôs Antunes (2002)<sup>42</sup>, articuladas à criação do Conselho Nacional de Defesa, em 1927. Para Fabiana de Oliveira Andrade (2014), “outros nomes foram atribuídos, com o passar dos governos, à mesma instituição: Conselho de Segurança Nacional, com Getúlio Vargas, e o Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligência – SFICI, durante o governo JK” (Andrade, 2014, p. 13). O Sfici é parte integrante desta contextualização em que se pretende contar um pouco sobre o surgimento do Serviço Nacional de Informações<sup>43</sup>, pois antes mesmo de o SNI ser criado pela Lei 4.341 de 13 de junho de 1964<sup>44</sup>, tinha um órgão precedente que, salvaguardadas suas características internas, também tratava da matéria de circulação das informações em território nacional.

---

<sup>39</sup> Ayrton Baffa (1989) praticamente “narra” a origem do SNI em um dia “cabalístico”, pois o decreto que lhe deu causa foi apresentado no dia 13. Portanto, sob esta análise, vê-se os “mistérios” em torno deste órgão informacional desde seu nascedouro.

<sup>40</sup> A formação dos agentes que trabalhariam com as informações e contrainformações, especialmente durante o período militar, era realizada antes de 1970 na Escola Superior de Guerra (ESG). Nesta instituição, ofertava-se os subsídios para formar os agentes com o intuito de combater a “subversão”. A partir da criação da Escola Nacional de Informações (EsNI), em 1972, houve uma preparação mais específica no âmbito informacional afastando-se do “amadorismo”, portanto, neste momento, poderíamos dizer que os primeiros “espiões” já estavam sendo lançados no campo de atuação (Andrade, 2014).

<sup>41</sup> Para Priscila Antunes (2002) a “atividade de informações” existe oficialmente desde 1927 e os órgãos especializados desde a década de 1940, assim sendo, desde a aparição dos primeiros núcleos informativos, as Forças Armadas chamaram para si a “responsabilidade” de prezar pela ordem perante as insurgências.

<sup>42</sup> Antunes (2002), ao trabalhar com a “atividade de informação” no Brasil, estabeleceu um recorte temporal que se inicia em 1927 e se prolonga até 1990, quando o SNI foi extinto. Por entender que esse recorte temporal é satisfatório como um “quadro” panorâmico, consideraremos o uso destas datações a fim de contribuir com a análise proposta em nosso estudo.

<sup>43</sup> Sobre o surgimento do SNI, Antunes (2002) assevera que sua criação permite a flexibilização das estruturas internas do órgão, a fim de que se adaptasse às circunstâncias não previstas em lei.

<sup>44</sup> BRASIL. Lei 4.341, 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1964. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

Ao estudarmos o Sfici, criado pelo Decreto-lei nº 9.775-A (Brasil, 1946)<sup>45</sup>, como uma instituição antecessora do SNI, em funcionamento no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), nota-se uma mudança de pensamento sobre o “serviço de inteligência” no Brasil desde o momento em que nos deparamos com o Decreto-lei nº 9.775-A de 1946, lançado logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Conforme João Manoel Roratto e Beatrice Laura Carnielli (2006), a atividade de inteligência está interligada ao Estado, bem como ela se propõe a assessorar o Presidente da República, os autores asseveram que tal funcionalidade de “sigilo” executada no país antes de 1946 “era desenvolvida pelos órgãos policiais, que dispunham, na sua estrutura, de um organismo específico que cuidava da segurança interna – a polícia política, encarregada da defesa ou preservação do regime político vigente” (Roratto; Carnielli, 2006, p. 9).

Há uma importância em tratarmos do momento em que se findou a Segunda Guerra Mundial, devido às articulações das instituições responsáveis pela mudança de mentalidade dos militares no que se refere às temáticas de segurança nacional que não se limitariam à criação de comissões, conselhos ou quaisquer outras entidades coletivas. Atrela-se a essa miscelânea de transformações no âmbito da defesa ocorridas no Brasil nas décadas republicanas, principalmente de 1940 e 1950, o surgimento da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. Criada por meio da Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, seu objetivo é “destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”<sup>46</sup>

O Sfici aparece como um dos elementos catalisadores dessas transformações, que delegaria funções específicas a um serviço concatenado com as mudanças internas adotadas no país, apesar de ser um órgão civil, suas valências seriam visadas como potencialidades futuras, tendo sido valorizado pelos militares em sua reformulação interna, a fim de atender aos anseios da chamada “Revolução de 1964”.

[...] o SFICI foi implementado apenas no ano de 1956, já durante o governo democrático de Juscelino Kubitschek, e tratou-se do principal órgão civil de informações do país até 1964, o primeiro que se encarregou explicitamente da atividade de contraespionagem e contrainformações. A introdução de temas mais atinentes à segurança interna brasileira do que à defesa durante o governo

<sup>45</sup> BRASIL. **Decreto-Lei 9.775**, 06 de setembro de 1946. Dispõe sobre a atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1964. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9775-6-setembro-1946-417547-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

<sup>46</sup> BRASIL. **Lei nº 785**, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1949. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/l785.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l785.htm). Acesso em: 03 abr. 2025.

JK influenciou sua organização, cujo modelo também foi impactado por uma maior presença norte-americana, a partir da criação da Escola das Américas, no Panamá (Mathias; Andrade, 2012, p. 540).

Observa-se que, mesmo havendo a necessidade de criar um órgão responsável por lidar com as informações internas ou externas, esta decisão não poderia ser tomada por um mero impulso, sem considerar os fatores contextuais, que alavancariam medidas visando controlar a circulação dos informes envolvendo assuntos de Estado. No entendimento de Alfredo Moreno Leitão e Débora Cristina Santos da Silva (1998), a demanda por uma instituição responsável por gerir informações já havia sido assinalada pelo Departamento Autárquico do Serviço Público (DASP), sendo assunto respaldado pelo então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, ainda em 1941, com a consonância do Ministro da Justiça, Francisco Campos, que reforçou as possíveis funcionalidades do serviço, cujo status seria de executar atividades secretas e “teria a denominação de Departamento Federal de Segurança Pública. Este órgão seria responsável pela direção geral dos serviços de polícia de todo o país e também pela busca de informações e contra-espionagem em âmbito nacional e, quando necessário, agiria até no exterior” (Leitão; Silva, 1998, p. 78).

Porquanto, “apreende-se desde já que o controle e o estudo dos fluxos de informações têm, entre outras funções, um papel fundamental na repressão política visando à manutenção da ordem capitalista, sobretudo em face das reivindicações” (Saraiva Neto; Neves Júnior; Lanza, 2019). Essas reivindicações quase sempre eram oriundas dos Estados Unidos que serviam como diretrizes, mas também implicariam na reformulação das estruturas dos órgãos de segurança e informação, os quais, posteriormente, atuariam junto aos governos militares que se sucederiam após o golpe civil-militar de 1964.

É inegável que houve muitas medidas transformativas adotadas durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), mas foi no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que o Sfici teria uma maior funcionalidade, se comparada com as outras tentativas de organizar legalmente um núcleo que se comprometesse com as tratativas das informações e contrainformações<sup>47</sup> do país. Assim sendo, o Sfici seria regulamentado apenas 12 anos depois de sua criação, mediante o Decreto nº 44.489-A<sup>48</sup> (Brasil,

<sup>47</sup> De acordo com Ayrton Baffa (1989), a contrainformação notabiliza-se por ser uma atividade de “natureza defensiva”, bem como é caracterizada pelo planejamento e proteção dos segredos que são interesses da Segurança Nacional.

<sup>48</sup> BRASIL. Decreto nº 44.489-A, 15 de Setembro de 1958. Dispõe sobre o Serviço Federal de Informações e ContraInformações (Sfici) de que trata o Decreto-lei nº 9.775- A, de 6 de setembro de 1946. *In*: Agência Brasileira de Inteligência. **Atividade de Inteligência no Brasil (1927-1989)**. Brasília, DF: Cadernos de Legislação da Abin, 2023. (Volume 1).

1958; Antunes, 2002), em que já despontava “[...] com a competência de superintender e coordenar as atividades de informações que interessavam à Segurança Nacional” (Roratto; Carnielli, 2006, p. 17).

Embora fosse um organismo intermediário de assessoria à Presidência da República, a direção do Sfici era exercida de forma alternada por oficiais superiores das forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), fato que começou a marcar a presença militar dominante na condução da atividade de inteligência de Estado, como já acontecia com a nomeação de oficiais superiores para a chefia da polícia do Distrito Federal, no governo Vargas (Roratto; Carnielli, 2006, p. 17).

Percebe-se, portanto, que, ao mesmo tempo em que eram escolhidos os ocupantes dos cargos diretivos do Sfici, o referido serviço de informação ia ganhando o contorno de uma agência especializada em colher dados e operacionalizar investigações. Essa especialização se valia bastante devido ao contato com a *Central Intelligence Agency* (CIA) destacada como um modelo para os demais países, em especial os da América Latina. Nesse sentido, os Estados Unidos não mediram esforços para incentivá-los a seguir as recomendações sobre a segurança nacional já que era do interesse norte-americano que, se possível, toda a América Latina adotasse essa proposta de ter uma agência responsável por investigar e recolher dados de maneira sistemática (Antunes, 2002; Andrade, 2014).

Priscila Antunes (2002, p. 48) declara que “a criação de uma agência de informações no Brasil fazia parte de uma estratégia de fortalecimento das estruturas dos estados integrantes da OEA (Organização dos Estados Americanos) que era de extremo interesse para o governo americano”, no entanto, isso implicava aos demais países que anuíram a essa estratégia, reestruturações internas dos Conselhos de Segurança Nacional ou dos órgãos responsáveis pela defesa.

Por vezes, as diferenças do que se entendia por assuntos de segurança e a identificação de “informações sensíveis” e úteis à defesa do país aos poucos foram sendo resolvidas (Antunes, 2002). Ao tomar a CIA como parâmetro para criação de uma agência de inteligência, os países latino-americanos precisaram construir praticamente do zero suas respectivas estruturas para instalar os órgãos responsáveis pelo sistema de inteligência e informação; além de respaldá-los legalmente através de decretos ou afins.

O governo do Brasil passou a afinar ainda mais suas relações com o governo norte-americano que, por sua vez, demonstrou-se interessado em cooperar com a criação da agência de informação brasileira. Prontamente, os estadunidenses ofereceram todo o aparato instrutivo,

a fim de orientar esse procedimento da melhor forma possível, a propósito, reuniões foram marcadas entre os representantes dos dois países para que o projeto de criação fosse concretizado. Para Samantha Quadrat (2012), a criação do Sfici preencheria uma “lacuna” em se tratando de um órgão responsável pelas informações, segundo o qual se concentraria também nas questões de espionagem e contraespionagem.

Foi pensado um organismo próprio, com competências exclusivas e vinculada hierarquicamente ao mais alto nível administrativo do Poder Executivo. Nasce, assim, o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, o órgão de informações mais estruturado até 1964, e o primeiro que se encarregou explicitamente e exclusivamente da coleta, análise e processamento de informações e da atividade de contrainformações. Foram eliminadas, desta forma, o fracionamento da atividade de Informações a que o Conselho de Segurança Nacional era submetido (Andrade, 2014, p.34).

Dessa maneira, pode-se dizer que a necessidade de um setor responsável por lidar com informações, o incentivo estadunidense com a criação de uma agência brasileira de inteligência e a reestruturação dos órgãos já existentes e que precederam o Sfici, foram suficientemente imprescindíveis para uma mudança da mentalidade dos militares. Nesse sentido, Quadrat (2012) também concorda com a modificação no pensamento das Forças Armadas que reverberaria em vários setores das corporações, tendo os Estados Unidos como referência bélica e suas práticas como diretrizes.

As funcionalidades do Sfici eram diversificadas em se tratando da coleta de informações, pois este servia como uma agência centralizada e recebia relatórios e processos de outras agências das quais ele coordenava. Além de prestar apoio ao Grupo de Estudo e Planejamento (GEP) para assuntos ligados à segurança nacional (Quadrat, 2012). Segundo Antunes (2002), estruturalmente o Sfici estava organizado, inicialmente, como parte da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que, a partir de um novo regimento, ela teve a seguinte configuração: um gabinete, três seções e o Sfici. Mas ao nos debruçarmos especificamente sobre a organização interna do Sfici, perceberemos uma configuração própria. Vejamos:

A estrutura do Sfici ficou formada por quatro subseções: uma subseção responsável por questões exteriores, à qual cabia proceder aos levantamentos estratégicos das áreas que lhe eram determinadas; uma dedicada a questões interiores, responsável por pesquisar e fazer o levantamento das potencialidades nacionais; uma subseção de operações, responsável principalmente por colaborar com outros órgãos governamentais no planejamento de suas operações, quando fosse solicitado, e uma subseção voltada para a segurança interna (Antunes, 2002, p. 50).

Tendo isso em vista, a supracitada estrutura já apresentava funcionalidades que, antes da criação do Sfici, eram exercidas por outros órgãos, cada qual dentro do conhecimento sobre o funcionamento de uma agência de inteligência que ainda era passível de melhorias. Assim sendo, todo esse aparato era o melhor que o governo brasileiro possuía em matéria de segurança interna e coleta de informações que, posteriormente, serviriam para a criação e reorganização do SNI. Fabiana Andrade (2014) entende que a estrutura do Sfici ainda era carente de uma ordem técnica, segundo a qual é indispensável para um órgão informacional que se projetava no setor que lidava com assuntos sigilosos.

Nesse bojo das funcionalidades do Sfici, discute-se a eficácia das atuações do referido serviço, já que, no decorrer da gestão de João Goulart, mais precisamente nos anos que antecederam sua deposição, houve questionamentos administrativos. Priscila Antunes (2002) sugere que a serventia seja “medida” a partir de quem interessava o seu funcionamento, como também declara que “não se justifica a hipótese da queda do governo Goulart em função da ineficiência do Sfici” (Antunes, 2002, p. 53). A autora chega a complementar essa proposição hipotética inserindo a articulação dos militares em se tratando do golpe, frisa que os mesmos membros das Forças Armadas compunham o quadro técnico que operacionalizava e monopolizava a “atividade de inteligência”.

Em se tratando da serventia do Sfici, que está para além do evento de deposição do governo Goulart, o referido órgão receberia, em 1959, sua primeira missão, a qual era tratada como “guerra interna”. Naquele ano, no plano internacional, houve uma mobilização armada que culminaria na deflagração da Revolução Cubana após a destituição do governo Fulgêncio Batista (1952-1959). O medo e o terror incutido pelo Estado brasileiro permitiram que o Sfici pudesse agir a fim de “identificar e neutralizar possíveis infiltrações cubanas e comunistas” (Andrade, 2014, p. 38). A mesma autora complementa que os primeiros alvos dessa ação coordenada foi o movimento estudantil que flertava com as ideias revolucionárias difundidas em Cuba e, portanto, a providência por parte do governo brasileiro era inibir esses contatos que seriam prejudiciais às pretensões do país.

O Brasil, em 1959, tinha condições sociais e econômicas semelhantes às cubanas. A crise econômica da época, marcada pela crescente inflação e por certa negligência governamental com o setor agrário, devido ao incentivo do governo ao setor industrial, o que justificava o temor às mobilizações sociais. Tais mobilizações, incentivadas pelos comunistas brasileiros (PCB), teriam sua origem primitiva no campo – como exemplo é possível observar as Ligas Camponesas, e abrangeriam posteriormente, os operários urbanos, o que

poderia levar a uma revolução e à instalação do comunismo no Brasil, como consequencial (Andrade, 2014, p. 38).

A conjuntura de 1959 explica o motivo da preocupação que havia no governo brasileiro em face da eclosão de ideias revolucionárias em Cuba por entender que o Brasil seria alvo de investidas em larga escala. Andrade (2014) reforça a importância do Brasil nesse cenário, uma vez que possuía “posição geopolítica” destacada, atraindo os interesses tanto da União Soviética quanto dos Estados Unidos. Pelo fato de encontrar-se alinhado com as ideologias norte-americanas, o Brasil seguiria à risca as instruções transmitidas, cujo intuito era evitar a propagação do socialismo na América.

Diante de tudo o que foi exposto, o SNI se apresenta no “horizonte” das pretensões do governo militar logo após o início do regime ditatorial no Brasil, uma vez que, à época, houve a necessidade de reorganizar um órgão informacional, o qual deveria ser bem estruturado e atuante, pois se levava em consideração a conjuntura das possíveis “ameaças revolucionárias” que já se espalhavam pelo continente. Suzeley Mathias e Fabiana Andrade (2012) entendem a importância do SNI, enquanto um órgão responsável por lidar com assuntos e dados internos e, portanto, estes deveriam ser tratados com todo o sigilo e cautela requerida. Nesse sentido, “[...] um dos poucos assuntos que une partidos de oposição e situação refere-se às medidas a serem tomadas contra o vazamento de informações relativas a assuntos atinentes à segurança nacional” (Mathias; Andrade, 2012, p. 538).

Carlos Fico (2014) faz algumas considerações pertinentes sobre o SNI, uma delas é quando o autor discute o processo de “transição” a partir do encerramento do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) que, desde sua fundação, em 1961, recebia investimento do empresariado com intuito de cooperar com o processo de “desestabilização” do governo Goulart – isso ficava evidente quando o IPES propagandeava anúncios com teor anticomunista. Através de Castello Branco, o IPES “foi reconhecido como ‘órgão de utilidade pública’ [...]. Vários de seus integrantes ocupariam funções importantes nos governos militares [...]” (Fico, 2014, p. 35). Dentre esses integrantes, destaca-se o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), ao qual atribuem à autoria da criação do SNI, já que esse indivíduo possuía inúmeras fichas que havia reunido enquanto estava atuando no instituto.

Em se tratando das funcionalidades/características do SNI<sup>49</sup>, destaca-se a capacidade do referido órgão se organizar em uma “comunidade” que, por sua vez, é denominada de

---

<sup>49</sup> Antunes (2002, p. 88) descreve as funções do SNI da seguinte forma: “O SNI interceptava correspondências, roubava documentos, fazia escuta telefônica e acompanhava a vida das pessoas, tanto dos adversários políticos e suspeitos de subversão, como de integrantes da equipe governamental. Infiltrava pessoas tanto nas organizações

“comunidade de informações” por tratar os informes sigilosos de uma maneira coletiva e sistematizada entre as agências e instituições afins. A propósito, o jornalista Alberto Dines (1932-2018) ao prefaciá-la obra *SNI: Como nasceu? Como funciona?* (1983) traz a seguinte definição:

A expressão "comunidade de informações" deveria pois, ao menos pela vertente etimológica, significar algo claro, definido e compartilhado por todos [...]. Na realidade, "comunidade de informações" é justamente o contrário: sistema muito fechado e rarefeito por onde circula material amorfo, de qualidade e credibilidade duvidosas, a serviço de uns poucos (Dines, 1983, p. 7).

Percebe-se que o sentido atribuído à comunidade não é a obriedade como bem formulou Dines (1983), mas sim o oposto. Embora o referido autor declare que o sistema seja fechado e a atuação seja restrita, assim como tudo o que é produzido internamente, não há como negar a existência de uma mobilização coletiva entre os agentes que trabalhavam a serviço do SNI, por exemplo, ao circularem os dados contidos nas fichas e relatórios produzidos. Portanto, havia uma sistematização das ações e fornecimento dos informes, tudo isso era obra da atuação conjunta entre as agências e os seus funcionários<sup>50</sup> – vale ressaltar que isso não impedia discordância ou desentendimentos entre eles.

Essa “comunidade de informações” não era apenas um mero aglomerado de indivíduos que estavam vinculados ao SNI, como também é incluído um conjunto de órgãos<sup>51</sup> “dedicados a identificar e aniquilar os inimigos do governo” (Mathias; Andrade, 2012; Figueiredo, 2005). Para a pesquisadora Fabiana Andrade (2014), o termo “comunidade de informações” surge pela primeira vez no cenário político brasileiro em 1967 e sua atuação seria de maneira “mútua no universo de informações”, assim sendo, “haveria uma grande troca de papéis entre os diversos órgãos de segurança e informação” (Andrade, 2014, p. 65).

Seguindo essa logicidade da “comunidade de informações” apresentada anteriormente, Priscila Antunes (2002) complementa a descrição dela como sendo uma “rede complexa” que agia em função dos interesses do governo militar, operacionalizando os processos

---

clandestinas quanto nos organismos legalizados de oposição ao regime”.

<sup>50</sup> Estes servidores eram “desqualificados” para os cargos designados dentro das agências, aliás, Figueiredo (2005) assevera que o Serviço – como era chamado o SNI – não só permitia esse tipo de funcionário, mas também incentivava sua promoção. Dessa forma, nota-se o impacto do grau de subjetividade nas avaliações e produção de “fichas” e relatórios tidos como “técnicos”.

<sup>51</sup> Ressalta-se a existência de um Sistema Nacional de Informações (SISNI) que, segundo Suzeley Mathias e Fabiana Andrade (2012), abrigava outros órgãos que possuíam até o mesmo valor que o SNI, contudo, este era considerado responsável pela supervisão e tratado pela sua centralidade na atuação dentro da “comunidade de informações”.

investigativos. A autora ainda acentua que a referida comunidade “atuou de forma bastante independente no período de maior fechamento da ditadura brasileira, extrapolando as funções de um *intelligence service* e desenvolvendo um grande setor policial/operacional” (Antunes, 2002, p. 87).

Alberto Dines (1983, p. 7) assevera outra funcionalidade do SNI e da comunidade de informações, segundo a qual se pauta na ação dos seus membros ou como ele declara que o SNI “[...] para manter-se incólume e indevassável, este circuito, originalmente montado para captar e armazenar informações, passou também a agir. A confraria dos que tudo sabem, então, converteu-se na seita dos que tudo podem”.

Já no entendimento de Lucas Figueiredo (2005), essa “comunidade” foi constituída ao englobar órgãos de informações civis, militares, federais e estaduais, a fim de que atuassem naquilo que o autor chama de “sinergia”, contudo, de maneira independente. Em sua análise, Figueiredo (2005) faz-nos refletir que os “alvos comuns” se colocam como o elemento unificador dessas entidades, mas essa “comunidade” iniciou os seus trabalhos “[...] para que alguns de seus órgãos fizessem aquilo que o SNI não fazia: a repressão direta aos adversários do regime” (Figueiredo, 2005, p. 20).

Cruzando as interpretações de Dines (1983) e Figueiredo (2005), infere-se algumas distinções, a começar pelo ano em que produziram seus respectivos textos e isso diz muito em se tratando do SNI, já que, por exemplo, o primeiro autor escreve sobre o referido órgão vivenciando o período ditatorial e com a instituição em atividade – num momento em que pouco se sabia ao seu respeito. No caso do segundo autor, já vivencia um contexto devidamente diferente porque, na medida do possível, tem acesso aos documentos produzidos pelos militares e disponibilizados para que possam ser acessados. Neste cruzamento de ideias, percebe-se duas perspectivas contrastantes sobre a atribuição da “comunidade”, enquanto Dines (1983) declara que o SNI atuava nas operações de repressão; Figueiredo (2005) aponta que a funcionalidade já estava definida desde sua fundação, cabendo aos demais órgãos realizar as práticas mais repressoras.

Diante desse debate e com apoio na literatura acerca do tema, acreditamos que o SNI detinha sua autonomia e, sobretudo, fazia uso dela no decorrer das suas atribuições. Entendemos, também, que, com o desenrolar do período militar e a ampliação da ideia de um órgão de inteligência forte e ativo, houve um dinamismo com o intuito não apenas de auxiliar de maneira secundária, mas tomar a dianteira nas investigações e operações afins. Portanto, sim, o SNI era autônomo em se tratando da relação com os demais órgãos de informações,

principalmente, no início da década de 1970, em que atuaria de forma mais incisiva no combate à “subversão”.

Por ser um órgão central do SISNI, seu chefe tinha “status” de ministro de Estado e esperava-se que o SNI assessorasse o Presidente da República, enviando-lhe informações necessárias que o auxiliasse a tomar decisões importantes – sendo esta uma das motivações que justificam sua criação (Fico, 2001).

Sobre a ação do SNI, destacada por Dines (1983), também confirmada por Carlos Fico, este autor diz que

[...] produzia e mandava produzir informações. Entretanto, é provável que tenha se envolvido em operações de segurança, eufemismo utilizado na época para designar operações policiais repressivas que incluíam prisões e interrogatórios. Porém, o sistema de segurança, como se verá, possuía organização própria, não sendo o SNI o “órgão de segurança por excelência”, nem se constituindo em núcleo central coordenador que teria subordinado “todos os outros órgãos repressivos” (Fico, 2001, p. 81).

Diante disso, pôde-se inferir que, legalmente, o SNI foi criado a fim de lidar com assuntos que fossem vinculados à Segurança Nacional como também operou em função do Conselho de Segurança Nacional nos moldes da legislação que lhe deu causa (Brasil, 1964). Portanto, tudo que estivesse ligado à Segurança Nacional, conforme a lei deveria ser do interesse do SNI; mas ao nos determos na bibliografia sobre o referido órgão, percebemos uma função que chamaremos aqui de “adaptada” por entendermos que o SNI não foi um órgão de segurança como pontua Fico (2001), embora tenha participado das “operações de segurança”<sup>52</sup>.

Na prática, essas participações não tornam o SNI integrante dos demais órgãos repressivos, porém não se pode negar que a afirmação de Dines (1983) reforça a ideia de função “adaptada”, já que o SNI começou a agir junto aos demais componentes do sistema que disso se ocupavam. Haja vista que a Ditadura Civil-Militar se atentou as exigências que a conjuntura apresentava em função dos avanços do comunismo no continente. Assim sendo, em 1968 haveria o endurecimento do período militar e o início da luta armada, o que muito preocupava o governo brasileiro.

Conforme Priscila Antunes (2002), o ano de 1968 seria também o momento de transformações internas na área de informação que, nesse contexto, precisava acompanhar o

---

<sup>52</sup> Segundo Fico (2001, p. 81) “[...] o SISNI era integrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelos ‘Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis’, pelos ‘Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares’, pelo ‘Subsistema de Informações Estratégicas Militares’ (SUSIEM) e por outros órgãos setoriais”.

período de recrudescimento da ditadura<sup>53</sup>. Portanto, essas modificações deveriam contemplar a preparação dos agentes que operavam a serviço da informação e da segurança, logo permitiram o enrijecimento do pensamento militar de como lidar com os dados e informes dos “subversivos”.

Nas Forças Armadas foram criados serviços de informações<sup>54</sup> em função desse combate, e o SNI, para atender a essas novas demandas criadas pela oposição, expandiu-se de forma vertiginosa. Passou a ser um órgão super prestigiado, o cabeça da grande rede em que se transformaram os serviços de informações no período militar, quando passou a contar com recursos ainda maiores para o desempenho de suas missões (Antunes, 2002, p. 58)

Também chamados de “sistemas setoriais de informações”, as Forças Armadas possuíam os seus próprios núcleos que produziam e gerenciavam as informações que, por seu turno, fomentavam o sistema informacional. Carlos Fico (2001) destaca que a quantidade de produção dos informes nos ministérios militares se equiparava aos dos civis, com exceção àqueles que tratassem de assuntos cuja natureza era militar. Para tais temáticas, cabia ao Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM) que possuía órgãos específicos.

Suzeley Mathias e Fabiana Andrade (2012, p. 542) ressaltam a função prestativa do SNI, a qual se pautava “[...] com características operativas para que, assim, pudesse auxiliar o governo e, através dele, possibilitar à nação alcançar seus ‘Objetivos Nacionais’”. Eis, então, o propósito da manutenção do SNI<sup>55</sup>: concretizar os “Objetivos Nacionais”. Ao consultar a Doutrina Básica da Escola Superior de Guerra (ESG), encontra-se que a “adoção de Objetivos Nacionais definidos cria um estímulo à ação coletiva e um universo semântico comum a governo e povo, permitindo àquele aglutinar esforços populares em torno dos objetivos da nação, e a este um referencial com que avaliar o desempenho governamental” (ESG, 1979, p. 25).

---

<sup>53</sup> Em 1967, o governo militar já havia movimentado as estruturas internas do SNI mediante a aprovação do novo regulamento no qual transformava as antigas seções de segurança nacional dos ministérios civis em divisões de segurança e informações (DSIs), pois a tendência era cada vez mais enquadrar o SNI e todo sistema informacional no cenário de combate contra o “inimigo” interno (Antunes, 2002). CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 60.940**, de 4 de julho de 1967. Transforma em Divisão de Segurança e Informações as atuais Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60940-4-julho-1967-402027-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2025.

<sup>54</sup> Estes serviços são, respectivamente: Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

<sup>55</sup> Para uma melhor compreensão sobre essa “função” do SNI, ver Carlos Fico. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política, Rio de Janeiro, Record, 2001. pp. 80-81.

A explicação apresentada na Doutrina Básica da ESG evidencia uma “ação coletiva” em que o governo e os cidadãos somam forças em torno das proposituras para beneficiar o país. Evidentemente que estes propósitos (objetivos) foram traçados por um grupo, segundo o qual os declaravam decorrentes de uma “ação racional”. Espera-se uma atitude do indivíduo que coopere com a concretização das projeções nacionais, dito de outra forma, “a ação de maior responsabilidade que o homem é chamado a desempenhar – a ação política – também se oriente por Objetivos Nacionais claramente definidos” (ESG, 1979, p. 25).

Diante disso, nota-se que o SNI fazia parte dessa ação coletiva que também era racionalizada a fim de que as projeções explicitadas pelos governos militares fossem alcançadas. Para tanto, um trabalho articulado deveria ser seguido à risca sob a orientação de um conjunto de teorizações, as quais tanto embasavam tais ações como implementavam sentido as mesmas.

O Sistema Nacional de Informações não é meramente um aparelho repressivo sofisticado, no sentido policial da palavra. Ele faz parte de toda uma estratégia global, que nasce dos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional que, pelo menos teoricamente, inspira os rumos políticos do país desde março de 1964 (Lagoa, 1983, p. 9)

Tendo isso em vista, a perspectiva de Ana Lagoa (1983) nos faz compreender que o SISNI é resultado da “ação racional” que apresentamos linhas atrás, se assim for, conseqüentemente o SNI – considerado como órgão central desta sistematização, também se constitui da racionalidade, segundo a qual é apresentada como uma “estratégia global” oriunda da ISN<sup>56</sup>. Assim sendo, a ação política perpetrada pelos militares, conforme a leitura da proposição de Lagoa (1983), tem suas bases numa orientação que operava antes mesmo da deposição de João Goulart.

Nesta seção, pudemos apresentar não apenas a origem do SNI, como também explicar o processo de anterioridade do referido órgão informacional calcado no Sfici. Em função de uma série de fatores aqui elencados, pensou-se na reestruturação do SNI nos moldes estadunidenses em que abrangeria o corpo técnico, o quadro funcional e até as atribuições seriam “exportadas” mediante os acordos firmados com o governo militar instaurado no Brasil.

---

<sup>56</sup> Vale, neste momento, levantarmos um debate a respeito da Ideologia de Segurança Nacional que também é conhecida como “Doutrina”. No entendimento de Joseph Comblin (1978), a concepção de Ideologia de Segurança Nacional (ISN) foi amplamente difundida nas escolas de formação militar e de guerra, segundo a qual não necessitava de uma síntese da mesma. Essa ideia de não sintetizar a ISN foi adotada pelos Estados Unidos em função da sua implementação por completo nos círculos militares e nos demais segmentos sociais. Portanto, não há como trazer um conceito fechado da ISN, então o que se pode obter são explicações da forma em que os seus elementos constitutivos estão dispostos nos manuais e suas respectivas aplicabilidades.

Portanto, havia uma sistematização da produção e circulação das informações nos espaços administrativos que, por vezes, correspondia à racionalização aplicada ao funcionamento integrado dos diferentes setores do SNI.

### **1.1.1. ESTRUTURA E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO**

O final da década de 1960 seria caracterizado por uma reformulação nas estruturas internas das instâncias institucionais vinculadas ao período militar, dada a necessidade de investigar ou acompanhar de maneira mais detida as ações dos grupos de oposição. Dentre essas instâncias, estava o SISNI, que, como já é sabido, era composto pelo SNI – considerado órgão central e de atuação destacada em matéria de gestão informacional (Fico, 2001). Com esta subseção, almejamos apresentar a estrutura do SNI e, conseqüentemente, verificar a relação existente entre o seu arcabouço e a aplicabilidade de suas atribuições, em outras palavras, como a estrutura preparou as funcionalidades do referido órgão. Outrossim, discutiremos sobre o processo de produção da informação enfatizando os tipos, as etapas e as finalidades dos informes gerados internamente.

Entendemos que a estrutura do SNI foi um fator condicionante para a realização das suas funcionalidades, bem como das convenções afirmadas entre diferentes setores em torno do mesmo propósito já que o “inimigo” poderia estar ocupando qualquer espaço, inclusive, as agências do SNI. Porquanto, isso explica a concepção de “comunidade de informações”, já abordada em linhas gerais, em que o trabalho dos agentes era realizado de forma conjunta objetivando uma interação entre as partes que integravam o SISNI<sup>57</sup>. São as “partes” componentes do SNI que nos interessam nesta subseção, uma vez que o referido órgão não funcionaria isoladamente, mesmo possuindo uma relevância; tampouco suas ações surtiriam efeitos se fossem destituídas de apoio e interação com os demais órgãos.

Para Ana Lagoa (1983, p. 16), “o ciclo da informação percorre várias etapas: orientação, produção, planejamento, coleta, busca, processamento, exame e análise, integração, interpretação e difusão”. Cada etapa tem sua importância no processo de “fabricação” da informação, pois o informe não poderia ser tratado de qualquer maneira como também os agentes não poderiam desdenhar das “pistas” fornecidas, uma vez que o combate a “subversão” já fazia parte do plano de segurança nacional. Por isso, entende-se que as diversas fases das

---

<sup>57</sup> Pode-se ampliar o alcance desta interação ao considerarmos as participações de outros segmentos atuantes no período militar, a título de exemplo, tem-se os “órgãos de repressão”.

atividades, desde a orientação até a difusão dos dados de alguém acusado de “subversão”, possuíam alguma utilidade durante o processo de espionagem.

[...] tratava-se de uma necessidade de informações que ultrapassava a indispensável alimentação do sistema de tomada de decisões presidenciais e atingia a auscultação da esfera particular da vida dos cidadãos [...]. Assim, saber detalhes sobre a vida sexual de alguém era inútil, como informação, para as decisões governamentais; mas poderia ser essencial para as atividades clandestinas de espionagem do sistema, que poderia – como efetivamente fez – lançar mão de tais dados para desqualificar o “inimigo” (Fico, 2001, p. 76).

À luz deste raciocínio, observa-se que as informações possuíam “valores” ou poderíamos chamar de “níveis” de importância a depender do propósito estipulado e, dessa maneira, receberia uma utilização perspicaz a fim desmoralizar o “inimigo” quando este estava sob a mira dos agentes do SNI. Esse tipo de prática que dão as informações secundárias que, para outros, poderiam ser ignoradas, mas para os agentes seriam estratégicas uma vez que obrigaria o prisioneiro, no qual se encontrava na condição de depoente, fornecer outros informes que acertadamente seriam úteis para desbaratar muitos espaços de comando ocupados pelos insurgentes, como também alcançar as demais cúpulas engajadas em resistir contra a Ditadura Civil-Militar. A propósito, abria-se o precedente para o constrangimento do depoente que era, muitas vezes, chantageado com propostas pouco bonificadoras.

Ainda sobre a utilização das informações coletadas, sublinhamos a proposição contida na Doutrina Básica da ESG em seu capítulo 2 quando este trata a respeito da “Guerra Psicológica”, segundo a qual impor uma “[...] sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito, que o leve à rendição e, se possível, à sua posterior colaboração ativa com as autoridades legais” (ESG, 1979, p. 231). Nota-se a serventia dos dados coletados do insurgente que, diante da exposição aos métodos desgastantes, poderá preferir que defraudem o benefício da vida a entregar, por exemplo, os demais integrantes dos grupos “subversivos”.

Na Doutrina Básica da ESG, a “Guerra Psicológica”

[...] é conduzida essencialmente sob as formas de propaganda e contrapropaganda, convindo salientar que todos os êxitos obtidos contra os bandos armados e guerrilheiros exercem sobre os elementos da subversão um efeito moral fortemente depressivo. Sendo o apoio da população essencial à subversão, é evidente que devem ser envidados todos os esforços no sentido de isolar o inimigo dessa população, criando entre eles um verdadeiro vácuo que dê a cada combatente, agente ou simpatizante do inimigo a sensação de se encontrar envolvido por um meio hostil que lhe recusa o apoio indispensável e o faça convicto de sua derrota.

A Guerra Psicológica deve basear-se num estudo concreto da subversão e dos seus objetivos, do caráter dos chefes que a conduzem e das rivalidades existentes entre eles; das características dos participantes, das suas necessidades, das suas esperanças, das suas frustrações, etc. Para isto, é fundamental a existência de um **sistema eficaz de informações** (ESG, 1979, p. 231, grifo nosso).

Os militares eram instruídos a como extrair as informações dos interrogados muitas vezes apelando para o lado pessoal em que envolviam os familiares, como também intercalavam ameaças a fim de desestabilizá-los. Vale ressaltar que os informes aos quais os militares tinham acesso eram provenientes do trabalho sistemático dos agentes do SNI e órgãos afins. Portanto, os militares que participavam/conduziam os depoimentos ou interrogatórios levavam em consideração informações prévias e, a partir delas, obtinha-se novas pistas impulsionando novos desdobramentos.

Nesse sentido, era um trabalho em que o coletivo coercitivo precisava ser leal aos princípios estabelecidos pela própria Doutrina Básica, reforçando a concepção de “comunidade de informações” – amplamente já discutida neste trabalho (Andrade, 2014). Para Fabiana Andrade (2014), os sentimentos seriam parte da estratégia de enfrentamento contra os guerrilheiros, pois mexer com o psicológico dos adversários possibilitava que os militares encontrassem grupos que preconizavam a luta armada.

O entendimento de Fico (2001, p. 95) no que tange à produção das informações é de que “a matéria-prima desses órgãos era o informe<sup>58</sup>, isto é, notícias, dados, esclarecimentos sobre qualquer questão considerada relevante pela lógica do sistema”, ressalta-se a ideia da “lógica do sistema” reafirmando o que também já foi discutido linhas atrás. Esta lógica chancela a informação que compõe uma “rotina normatizada”, uma vez que todo esse processo era recorrente devido às demandas explicitadas em profusão no decorrer do período militar (Fico, 2001).

Cada informação recebia uma classificação que distinguiu sua confiabilidade. A fonte da informação era classificada com letras que variavam de "A" a "F", de acordo com a sua fidedignidade. Do mesmo modo, a veracidade do conteúdo da informação era classificada com notas de 1 a 6. Portanto, uma informação tida como verdadeira e oriunda de fonte altamente confiável recebia a classificação "A1" (Fico, 2001, p. 95).

Pode-se dizer que todas as informações tinham sua importância, algumas eram

---

<sup>58</sup> Segundo a ESG, “informe é qualquer dado (observação, fato, relato ou documento) que possa contribuir para o entendimento de determinado assunto, problema ou situação” (ESG, 1979, p. 281).

utilizadas de forma dissociada do procedimento legal com a qual as investigações requeriam, assim sendo, informes de foro privado<sup>59</sup> eram utilizados conforme a consciência dos interrogadores que conduziam o processo. Contudo, havia uma escala de níveis em que tanto as informações quanto suas fontes eram submetidas a fim de cumprir a “lógica do sistema”, pois quanto mais confiáveis as fontes demonstravam ser, mais eficientes seriam as investigações contra aqueles que se opunham ao regime.

Fabiana Andrade (2014) reforça a perspectiva de classificação do “Informe” apresentada por Fico (2001), segundo a qual é dirigida por “[...] princípios básicos que deveriam ser obedecidos para a produção de uma informação qualitativa resumiam-se em oportunidade, segurança, objetividade, clareza, simplicidade, imparcialidade [...]” (Andrade, 2014, p. 73). Não raro ocorriam diversas “quebras” destes princípios, já que quase sempre os militares agiam de maneira parcial, deixando transparecer a subjetividade, razão pela qual era recorrente identificar traços ou termos oriundos da Ideologia de Segurança Nacional.

Com origem em pessoas, instituições, ou documentos, o Informe tem sua credibilidade intimamente relacionada com a fidedignidade da fonte e é avaliado pelo analista ou Órgão de Informações que primeiro o recebe. Informação é o conhecimento de um fato ou situação resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução ou de acompanhamento de atos decisórios (ESG, 1979, p. 281).

Percebe-se que os seguintes termos “necessidade”, “planejamento”, “execução”, “acompanhamento” e “atos” expõem o processo de sistematização em que os órgãos informacionais estavam submetidos. Para tanto, as investigações ocorriam na observância dessas terminologias em que os militares as justificavam para combater o “inimigo”, porquanto as informações deviam ser oportunas, seguras e completas objetivando neutralizá-lo (Quadrat, 2012).

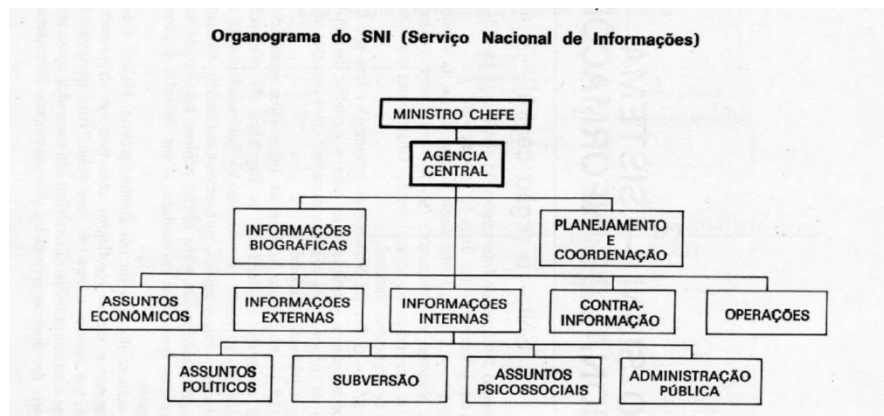
Tendo isso em vista, a produção de informações como consequência da coleta de informes parciais possibilitava a abordagem de assuntos diversificados, cujos procedimentos analíticos eram realizados em larga escala e concatenados com o constante monitoramento da vida social. Não obstante ao acompanhamento das pessoas acusadas de “subversão”, em que o “[...] uso ostensivo do monitoramento, repressão e aniquilação – moral e/ou física de

---

<sup>59</sup> Os militares adotaram uma classificação para os documentos sigilosos mediante sua natureza e finalidade. Portanto, documentos contendo informações discretas eram distinguidos entre secreto, ultrassecreto, confidencial e reservado; para tanto, era comum encontrar marcas de carimbo para diferenciar os níveis (Lagoa, 1983).

adversários, a ditadura militar brasileira desenvolveu-se entre o dentro e o fora das normas, como um Leviatã que, embora referido a um quadro legal, não está, ele próprio submetido à lei” (Borges; Barreto, 2016, p. 127). Desse modo, extrapolavam-se os limites legais quando as informações geradas a partir do monitoramento da vida social de alguém eram utilizadas para fins escusos – a título exemplificativo, tem-se os casos dos “depoimentos”<sup>60</sup>.

**Figura 3 - Organograma do SNI**



Fonte: Lagoa, 1983, p. 20.

Conforme se observa no Figura 3, o Ministro Chefe ocupa uma função importante dentro deste esquema sistemático implementado no SNI<sup>61</sup>, já que ele está incumbido de representar e responder pelas ações desenvolvidas dentro do referido órgão. “O SNI é a cabeça da ‘comunidade de informações’. Seu titular tem ‘status’ de ministro de Estado e seu gabinete funciona no Palácio do Planalto. Seu órgão executivo é a agência central [...]” (Lagoa, 1983, p. 33). Dentre suas competências, cabia-lhe “[...] superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional” (Fico, 2001, p. 81).

A propósito, o Ministro Chefe hierarquicamente ficava abaixo do presidente da República e isso lhe permitia o “poder de veto” em função do status de ministro – corroborando com suas atribuições já estabelecidas (Andrade, 2014). A Agência Central (AC)<sup>62</sup> era organizada, como se pode notar na Figura 3, a partir de várias seções, cada uma delas era

<sup>60</sup> Buscava-se nos depoimentos a confirmação das “suspeições” acerca das práticas dos indivíduos, como se fosse uma espécie de “quebra-cabeça” os militares iam montando peça por peça a partir dos dizeres dos depoentes. Certamente, algumas dessas “peças” pertenciam à outra montagem, mas havia militares que, mesmo sabendo disso, decidia insistir como se fosse uma tática para pressionar o depoente.

<sup>61</sup> Geralmente o ocupante deste cargo importante era um militar.

<sup>62</sup> A Agência Central era definida como tal, “[...] por ser responsável pela superintendência dos “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis”, pelo processo de triagem das informações recebidas e pelo estudo e tomada de medidas de contrainformação” (Andrade, 2014, p. 53).

responsável por coletar tipos de informações ou se deter em matérias específicas com destaque para a “subversão” – a qual será amplamente apresentada e discutida no decorrer desta investigação. Andrade (2014) aponta para a seção das “Operações especiais” como sendo responsável pela busca de informes parciais quando estes não eram obtidos através de outros órgãos de cooperação.

Chamamos atenção para os “assuntos psicossociais” que constam também na Figura 3, uma vez que parte do material utilizado no desenvolvimento desta pesquisa são elencados conforme o critério estabelecido pelo Manual de Informação (ver Fico, 2001, p. 95). Nesse sentido, estes assuntos faziam parte de um “resumo” semanal que também continha outras matérias e eram destinadas à presidência a fim de “abastecê-la” das principais informações, auxiliando-o na tomada de decisão (Fico, 2001). Assim sendo, os “assuntos psicossociais” são definidos dessa forma pelo critério do “Campo de expressão do poder nacional”, segundo o qual se fazia necessário no processo de avaliação do cenário vivenciado no país enquanto vigorou o período militar.

Para Ana Lagoa (1983), esta seção também denominada de secretaria psicossocial foi designada a acompanhar as atividades dos sindicatos e da Igreja, portanto, como será debatido mais adiante, é neste setor que uma simples missa, culto ou celebração religiosa seria alvo das forças do Estado que se incumbiam de monitorar todo o tipo de movimentação e atitudes dos fiéis. “Basta, por exemplo, que um padre faça um sermão considerado esquerdista para que seja ‘plotado’ pelo órgão e submetido a análises” (Lagoa, 1983, p. 21). À luz da compreensão de Quadrat (2012), o combate ao comunismo ocorria em várias frentes, dentre elas, a psicossocial por entendê-las como campo propício para disseminação das ideias que poderiam motivar as insurgências nos meios que se instalassem.

Havia uma classificação das informações que não se limitava aos números, no entanto, considerava uma avaliação criteriosa para defini-las em categorias como: a) informação descritiva; b) informação dinâmica e c) informação estimativa. Estas informações quando classificadas geralmente retratavam as tipificações de acordo com o conteúdo atinente ao desenvolvimento e a segurança (Quadrat, 2012).

Sabe-se que o SNI não é o único integrante do SISNI, existiam outros órgãos de informações – eram também descritos como assessorias, geralmente vinculados aos importantes setores da administração pública ou empresas estatais (Fico, 2001). Referimo-nos às Divisões de Segurança e Informações (DSI) e às Assessorias de Segurança e Informações (ASI), as quais contribuía na fomentação da “comunidade de informações”. Embora o trabalho de “produção da informação” dependesse da colaboração de vários setores do SISNI, não raro existiam

desavenças entre os seus integrantes, uma vez que nos mesmos espaços se encontravam concepções distintas de como proceder.

Sobre os desentendimentos internos, Ana Lagoa (1983) assevera:

Essa estrutura em forma de malha com ramificações verticais e horizontais, porém, nem sempre funcionou em bloco monolítico. Interesses políticos de grupos instalados no poder e, até mesmo, as disputas incentivadas pela vaidade provocaram em alguns momentos conflitos entre as diferentes agências e, em outros, vazamentos de documentos que deveriam seguir por um único canal: aquele que levava aos arquivos do SNI (Lagoa, 1983, p. 48).

Esses interesses políticos já acompanhavam os militares antes mesmo do Golpe civil-militar ser concretizado em 1964, por isso se observava nas repartições públicas e nos postos de comando algumas alas distintas cujo pensamento de conduta do governo ditatorial se imbricava. O brasilianista René Dreifuss, em sua obra *1964: A conquista do Estado* (1981), explana o processo em que os militares da “linha dura” se articulavam na medida em que os relatórios dos agentes iam constatando a ameaça “subversiva” que, nas palavras do autor, estes escritos justificavam as atitudes mais ríspidas a fim de combater a “pressão comunista”. Assim sendo, as querelas no interior do SISNI e, conseqüentemente, no próprio SNI, se davam em função dos “projetos” desenvolvidos para aquele momento que resguardaria as vilanias dos seus idealizadores.

A leitura de Cláudio Vasconcelos (2013), no que tange ao impasse entre os grupos militares que subverteriam a ordem democrática ao estabelecerem um regime ditatorial, declara que não havia homogeneidade política entre eles, permitindo, dessa maneira, a divisão destes próceres em face dos seus próprios interesses. “A afirmação da natureza democrática do regime era, certamente, um dos principais divisores entre as correntes militares que passaram a disputar a primazia na condução do novo regime” (Vasconcelos, 2013, p. 334). Pode-se dizer que o SNI, por ser “obra” deste novo regime, seria o reflexo das dissensões travadas em um âmbito maior, já que na composição do seu quadro funcional havia militares tanto “moderados”, como também da “linha dura”<sup>63</sup>.

As perspectivas apresentadas por Dreifuss (1981) e Vasconcelos (2013) se complementam ao reforçar o debate no que consiste as “medições” de poder entre os grupos militares. Mantendo essa mesma linha de raciocínio, Lagoa (1983) lança na discussão em tela

---

<sup>63</sup> Embora existam outras motivações que dão causa as devidas terminologias, utilizamos com base em Vasconcelos (2013) o qual vincula tais termos às discussões em torno do *quantum* de democracia a ser preservada após o regime ser implantado.

outro “ingrediente” preponderante para compreensão do SNI, a saber: sua personalidade. A autora explica que a formação personalística do SNI acompanha esse processo denominado por ela de “hipertrofia” do sistema repressivo em detrimento dos órgãos de segurança e informações, cujo ente principal era o SNI no qual se “beneficiaria” com o movimento de “autofagia revolucionária”.

Pela sua própria personalidade, o SNI teria, conforme assinalam, passado a desconsiderar opiniões e relatórios de seus congêneres das Forças Armadas, visando sobretudo a manipulação das informações politicamente estratégicas em favor da coesão em torno do grupo assentado no Poder, de modo a garantir sua própria manutenção e continuidade. Nesse esquema era necessário a lotagem efetiva não apenas dos setores anti-revolucionários, mas também dos grupos revolucionários que não comungassem necessariamente com o grupo no poder (Lagoa, 1983, p. 108-109).

Os centros de informações das Forças Armadas precisavam lidar com a personalidade do SNI que galgaria o “controle absoluto”<sup>64</sup>, permitindo com que atuasse, por vezes, de maneira contrária à sistematização lógica que havia no processo de produção das informações. Mesmo que esses centros de informações supracitados detivessem autonomia em suas atuações, não podiam se desvencilhar do SNI que, na esteira do tempo, recebeu “permissões legais”<sup>65</sup> que os qualificava ante os “órgãos tributários”, isto é, os centros de informações.

Essas relações desconuais entre os órgãos de informações dos demais setores com o SNI é caracterizada por Antunes (2002) como ausente de consenso entre as partes. Por razões aqui já explanadas, esse fenômeno ocorria partindo dos próprios comandos e reverberava em seus comandados. A pesquisadora traz para o centro do debate a ideia de que houve o surgimento de “cadeias de comandos paralelos” o que atingiria, em certa medida, o processo de produção de informações. Nesse sentido, entendemos que esses “comandos paralelos” se sustentavam nas próprias estruturas internas em que, a depender do grupo que estivesse no poder, a movimentação dos órgãos informacionais incidiam em conformidade com os ditames provenientes do governo vigente.

Diante de tudo o que foi exposto, constata-se que a estrutura do SNI permitia a execução

---

<sup>64</sup> O “controle absoluto” praticado pelo SNI, não ocorre sem explicações até porque ao longo dos governos militares o referido órgão receberia prestígio devido à sua atuação no combate ao “inimigo interno”. Evidente que esse “controle absoluto” causaria algumas rugas com relação aos demais integrantes do SISNI, ao passo em que circulavam ou “difundiam” as informações entre si, não raro era os desencontros de orientações ou de como deveriam atuar, já que os seus congêneres tinham funções semelhantes, porém eram setorizadas.

<sup>65</sup> O SNI foi construindo sua “trajetória” a partir das leis que foram implementadas pelos governos militares, assim sendo, a “legalidade” evocada foi preponderante para transformar o referido órgão informacional numa espécie de “quarta” Força Armada devido às permissividades, como também por agir em conformidade com as exigências dos grupos que se ocupavam do poder.

das suas funcionalidades estabelecidas, como também sua interação com os demais órgãos informacionais. A produção da informação, via de regra, obedecia ao procedimento legal assegurando o trabalho sistematizado dos seus agentes. No entanto, o contato entre os componentes da “comunidade de informações”, por motivações ideológicas, “fugia” do script interno<sup>66</sup> comprometendo-o em função das desavenças entre as alas militares discordantes.

### 1.1.2. A “FICHA” COMO PRODUTO DA CULTURA DO SEGREDO

A fim de complementar a explanação do SNI e tudo quanto o compunha, pensamos esta subseção para tratar do elemento que deu causa às pretensões do governo militar, isto é, a ficha em que dados pessoais coletados, por exemplo, daqueles indivíduos considerados “subversivos” eram inseridos a fim de registrá-los, bem como mantê-los na mira dos agentes<sup>67</sup>. Servindo como ferramenta decisiva no decorrer dos governos militares, as fichas tornaram-se um importante produto da “comunidade de informações” e formam hoje um conjunto documental essencial de pesquisa, segundo o qual, à época, poderia avaliar negativamente o cidadão<sup>68</sup>.

Todas essas fichas, bem como as “informações” (isto é, o típico documento produzido pelos órgãos do SISNI e que tinha, precisamente, o nome de informação), eram processadas segundo um regulamento de salvaguardas de assuntos sigilosos. Muitas vezes, os analistas de informações classificavam como “confidencial” uma simples notícia de jornal ou dados amplamente conhecidos. Porém, mesmo essas trivialidades eram tratadas com todos os cuidados determinados pelas normas de produção, difusão e arquivamento de documentos secretos. As informações sempre vinham com o carimbo de “confidencial” ou “secreto” e outras mensagens, também carimbadas, como “O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (art, 62 - Dec. nº 60.417/67 Regulamento de Salvaguardas de Assuntos Sigilosos)” ou “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil” - sempre em vermelho (Fico, 2001, p. 99).

Assim como na produção de informações, o preenchimento dessas fichas também seguia

---

<sup>66</sup> Conforme o manual da ESG (1979) havia um conjunto de instruções que orientavam a conduta dos militares preconizando a cooperação entre os diversos setores dos comandos militares e afins. Além disso, o Plano Nacional de Informações (PNI) reforçava a maneira pela qual os agentes deveriam obter os informes necessários para as investigações.

<sup>67</sup> A maneira pela qual os agentes atuavam nos procedimentos de monitoramento seguia as orientações dos manuais que, por sua vez, estabeleciam os códigos e a conduta/postura do secreta do SNI. Sobre isso, ver Baffa (1989, p. 26).

<sup>68</sup> Fico (2001) apresenta respectivamente esse documento como “Levantamento de Dados Biográficos” (LDB) e servia também, para apreciação da nomeação de alguém a cargos públicos. Além da “ficha sintética” ou “juízo sintético” que remetia a uma avaliação quanto ao posicionamento ideológico do indivíduo. Por fim, o autor menciona também a “ficha-conceito” que tinha um caráter mais subjetivo e, dessa forma, os agentes poderiam analisar assuntos pouco recorrentes da pessoa monitorada.

uma lógica sistematizada com o intuito de que a difusão (destinatário) recebesse o mesmo documento e pudesse fazer uma leitura padronizada. Evidentemente que esta leitura não esteve isenta da subjetividade já que o documento tramitaria por vários setores da “comunidade de informações”, em que cada leitor tinha o seu posicionamento por vezes atrelado ao pensamento das diversas alas militares. Consideramos, ainda, que o padrão de leitura poderia até ser realizada nas mesmas condições entre os agentes, no entanto, entendemos que a tomada de certas decisões após as leituras das fichas seria distinta em função da “lente” ideológica utilizada pelos militares.

A propósito, tem-se um “circuito de comunicação”, como decidiu nomear Darnton (1990) – expressão essa que tomamos de empréstimo do autor, na qual envolve o SNI com a sua malha informacional incorporada pelos militares no poder e difundida por diversos órgãos coercitivos. Tal “circuito” se inicia com o autor que é quase sempre o próprio funcionário do SNI, mas este não protagoniza sozinho, uma vez que os demais órgãos informacionais revezam a autoria a depender da origem das informações.

Contudo, por se tratar de documentos que contêm informes dos suspeitos de “atitudes subversivas” e possivelmente foram investigados, estes não tinham acesso às suas próprias fichas. Dessa forma, o ciclo mencionado aqui ficava no âmbito do segredo, ou melhor, da “cultura do segredo”, por condicionar práticas que somente aqueles indivíduos envolvidos com a “comunidade” compreendiam o *modus operandi*. Assim sendo, a ficha tinha sua autoria, distribuição, circulação e leitura dentro do próprio SNI e órgãos afins, pois nada poderia estar fora desta sintonia entre as partes.

**Figura 4 – Ficha de Levantamento de Dados Biográficos (LDB)**

Ficha sintética de apreciação sobre o levantamento de dados biográficos efetuados	
LDB N.º _____ Nome _____	
Cognição _____	
<b>1</b> Posição Ideológica	<input type="checkbox"/> Democrata <input type="checkbox"/> Comunista <input type="checkbox"/> Esquerdista <input type="checkbox"/> Sem posição definida <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
<b>2</b> Atitude com relação à Revolução de 31/mar/64	<input type="checkbox"/> Integrado <input type="checkbox"/> Adesista <input type="checkbox"/> Contrário <input type="checkbox"/> Contra-revolucionário <input type="checkbox"/> Sem posição definida <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
<b>3</b> Atividades subversivas	<input type="checkbox"/> Atuarante <input type="checkbox"/> Simpatizante <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
<b>4</b> Proibidade administrativa	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
<b>5</b> Eficácia funcional ou profissional	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
<b>6</b> Conduta civil	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
<b>7</b> Observações	
<b>Apreciação final</b>	
<input type="checkbox"/> Não há restrição <input type="checkbox"/> Os registros existentes não contra-indicam o aproveitamento <input type="checkbox"/> Não existem elementos de convicção que contra-indiquem o aproveitamento <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Não deve ser aproveitado	

**Fonte:** LAGOA, A. SNI, como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1983.

“Na ficha, a prioridade é para indagações ideológicas. A probidade da pessoa só consta em termos de registros concretos, enquanto a nível ideológico há emissão de juízo de valor” (Lagoa, 1983, p. 22). Diante do exposto, observa-se que o posicionamento político do investigado tinha um valor enorme em função daquilo que podia se deduzir ou constatar a suposição levantada sobre o indivíduo. O “juízo de valor”, no qual a autora declara, era perceptível no preenchimento das fichas quando os agentes especializados assinalavam a respeito da escolha do investigado, no que se refere à “atitude” perante a “Revolução” de 1964. Porquanto isso poderia ser a chave argumentativa para os militares respaldarem suas ações no combate ao comunismo.

Ana Lagoa (1983) nos traz o exemplo do senador Roberto Saturnino<sup>69</sup> que, diante de tanta restrição, consegue romper a barreira do sigilo e ter acesso à sua própria ficha – algo muito difícil, por motivos plausíveis. Estando a pessoa sob observação do SNI, certamente seria “fichado” pelo regime que, ainda assim, prontificaria um parecer final com base nos tópicos elencados no documento.

Permeada por subjetividades, as fichas do SNI eram a principal geradora de emprego dentro das repartições públicas ou das próprias agências informacionais espalhadas pelo país, pois necessitava-se dar manutenção aos “informes” inseridos nas fichas (Figueiredo, 2005). O mesmo autor pontua que o fichário do SNI se valia na base do “consta que” e, portanto, isso abria vários precedentes, os quais Figueiredo (2005, p. 300) descreve como o mais “falso, preconceituoso e equivocado do país”, já que difamar a imagem do servidor que estava sendo avaliado em virtude de uma promoção na carreira mediante as descrições postas pelos agentes informacionais do SNI.

Cabe delinear, neste momento, o suporte que condiciona as “fichas” e os demais documentos produzidos pelos órgãos informacionais. Sendo assim, o Arquivo Nacional é subordinado, atualmente, ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos que, por sua vez, é vinculado ao Governo Federal. O Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)<sup>70</sup> resguarda documentações das mais variadas épocas e temáticas, o acesso ao referido

---

<sup>69</sup> A referida exemplificação foi inserida no corpo do trabalho a fim de comprovar a tamanha dificuldade que um indivíduo, sobretudo se fosse investigado pelo SNI, tinha para acessar à sua própria “ficha”. A autora em tela apenas mencionou o Senador Roberto Saturnino como uma “exceção” à regra.

<sup>70</sup> É importante pensar que o SIAN não foi “montado” como quem fabrica um carro, então, ocorre que este é um sistema informático desenvolvido a fim de facilitar o acesso ao acervo. Qualquer dúvida a respeito do SIAN ou do próprio convencional, podem ser sanadas através do e-mail ou das ligações telefônicas (os números para contato

sistema é bem simples, basta o pesquisador, munido do seu interesse e com algum dispositivo conectado à internet, inserir as palavras-chave no campo específico. A propósito, nessa era repleta de tecnologia, não tem como pensarmos em informações sem desvinculá-las do acesso e uso da internet, a qual encurta distâncias, viabilizando consultas e pesquisas que antes seriam impensáveis (Pinto, 2021).

Em 2005, ocorre a criação do SIAN, sendo esta uma ferramenta que nos possibilita acessar informações sobre o acervo da instituição, além do acesso às imagens de documentos digitalizados, encontramos também manuscritos, fotografias, áudios e vídeos. Esta ferramenta é constantemente revisada e alimentada, permitindo pesquisar através das palavras contidas nos documentos (Brasil, 2020)<sup>71</sup>. Merece destaque a função de “pesquisa digital 2.0”, já que esta proporciona a busca de termos em sequência, inclusive, isso confere celeridade ao procedimento desde que os “caracteres” estejam bem definidos no ato da busca do arquivo original (Brasil, 2020)<sup>72</sup>.

Diante disso, notabiliza-se que o nosso processo de busca pelos relatórios preconizou alguns dos termos que corroboraram com os objetos de estudos escolhidos, a saber: Testemunhas de Jeová, Protestantismo e Protestantes (quando necessário, delimitamos nossa procura mencionando as denominações). Todos esses termos foram inseridos no campo de pesquisa indicado dentro da plataforma do SIAN; para tanto, utilizamos as aspas (“”) em cada palavra, a fim de “filtrarmos” a busca pelos documentos.

Estima-se que o acervo é constituído por 80 fundos disponíveis para pesquisa, sendo o acesso livre para consulta; dentre eles, destacamos o Fundo do Serviço Nacional de Informações cuja identificação é V8, mas para esta investigação também lançamos mão de fontes produzidas pelas Assessorias de Segurança e Informações, geralmente, ligadas às entidades públicas (Brasil, 2020). Existem alguns serviços que são pagos, como, por exemplo, a reprodução de documentos (em formato digital ou papel)<sup>73</sup>. No geral, as consultas/pesquisas são gratuitas (Brasil, 2020).

---

estão disponibilizados na plataforma). Persistindo as irresoluções, a plataforma fornece tutoriais para guiar e dirimir as buscas com mais precisão (Brasil, 2020).

<sup>71</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Arquivo Nacional:** perguntas frequentes. 08 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes>. Acesso em 25 set. 2025.

<sup>72</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Arquivo Nacional:** perguntas frequentes. 08 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes>. Acesso em 25 set. 2025.

<sup>73</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Arquivo Nacional:** reprodução de documentos. 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/atendimento>. Acesso em 25 set. 2025.

O acervo do SNI é composto por documentos produzidos pelo SNI e recebidos dos diversos órgãos que compunham o extinto Sistema Nacional de Informações e Contra-Inteligência - SisNI (em microficha), como a Polícia Federal e os serviços secretos das Forças Armadas; no conjunto do acervo do SNI, encontram-se 3.757 dossiês produzidos pelo Centro de Informações do Exército - CIE, 311 pelo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica - CISA e 220 pelo Centro de Informações da Marinha - CENIMAR. A documentação recolhida se refere ao período de 1964 a 1990, contendo mais de 220.000 microfichas, podendo atingir mais de 10 milhões de páginas de texto. Juntamente com o acervo do SNI, foi entregue também o Cadastro Nacional (CADA), base de dados criada pelo SNI, contendo 308 mil prontuários com dados de identificação e qualificação de cidadãos brasileiros e estrangeiros, empresas privadas e instituições (Ishaq; Franco, 2008, p. 30).

Os documentos produzidos pelo SNI e órgãos afins confirmam o que destacamos linhas atrás sobre o “circuito de informações”, pois para que houvesse eficácia no processo informacional a integração entre as partes era necessária. A eficácia se exprime pelo quantitativo de documentos formulados ao longo dos governos militares que, por seu turno, seriam acessados por aqueles que de alguma forma foram lesados pelos órgãos de repressão e de segurança. Viven Ishaq e Pablo Franco (2008) asseguram que o Arquivo Nacional (AN) tem se desdobrado para garantir, conforme a legislação vigente, o acesso aos arquivos possibilitando o cumprimento do direito à informação.

No entanto, o acesso a esses documentos ainda é permeado por entraves legais ou subjetivos<sup>74</sup> devido ao seu teor contudístico, portanto, “[...] a documentação disponibilizada ao público está cheia de lacunas, pois é uma tendência geral dos regimes autoritários, em situações de transição política, a destruição de documentos comprometedores” (Joffily, 2013, p. 6). Assim, com a ditadura brasileira não seria diferente já que as fichas são algumas das muitas formas de registros adotadas pelos agentes no combate ao “inimigo” interno, proporcionando a sensação de monitoramento constante.

Logo abaixo, veremos uma tabela que ilustra um levantamento do quantitativo de registros encontrados na plataforma do SIAN. Observemos:

---

<sup>74</sup> Ou seja, há documentos desse período que o pesquisador só terá acesso mediante a permissão da Justiça ou órgãos afins, como também, caso os documentos estejam em posse de parentes ou pessoas que de alguma forma estiveram envolvidas com o Estado autoritário e os detêm, nesta circunstância, o pesquisador dialogará com estes familiares para ter acesso. Dessa forma, as dificuldades são diversas já que se trata de um momento sensível que deixou marcas e vítimas.

**Tabela 1** - Descritores e registros pesquisados no SIAN

<b>Palavras/Descritores</b>	<b>Filtros/Buscadores</b>	<b>Total de Registros no SIAN</b>
Protestantismo	Não se aplica	701
Protestantismo	Período ou recorte temporal (1970-1987)	264
Presbiteriano	Denominacional/Período ou recorte temporal (1970-1987)	225
Pentecostal	Denominacional/Período ou recorte temporal (1970-1987)	295
Testemunhas de Jeová	Período ou recorte temporal (1970-1987)	142
Testemunhas de Jeová	Não se aplica	184

**Fonte:** Elaborada pelo próprio autor.

A tabela apresenta alguns dados estimados acerca dos registros que constam, em seu conteúdo, os descritores selecionados para tal intento. É importante realçarmos que buscamos considerar outras variações de descritores como, por exemplo, o termo “protestante(s)”, o qual elevaria o resultado em se tratando dos registros no SIAN. Somado a isso, cabe destacar que o alto quantitativo pode ser explicado também por reunir inúmeras compreensões de “protestante(s)”, isto é, são englobados movimentos, cultos/reuniões, indivíduos ou grupos nos quais foram descritos na plataforma como tal<sup>75</sup>.

Nesse sentido, fizemos uso de dois buscadores como consta na tabela, numa coluna específica, a fim de demonstrar a amplitude produtiva dos relatórios no âmbito dos órgãos

<sup>75</sup>Nessa ocasião de pesquisa por nomes ou termos específicos, são encontrados imagens, dossiês e documentos afins, no entanto, não podemos desconsiderar as repetições de documentos ou dos arquivos, ao que tudo indica, “duplicados” ou com informações repetidas. Portanto, após a busca no SIAN, nem sempre localizamos relatórios, já que existem outros recursos disponibilizados. Todavia, tudo que é pesquisado no SIAN aparece como “registro” vinculado ao seu quantitativo, por exemplo, se buscamos documentos a respeito da denominação “A”, esta aparecerá ao lado de sua respectiva quantidade “X” de registros.

informativos que atuaram no período militar. Consideramos uma “filtragem” através do aspecto “denominacional”, evidentemente, não incluímos todas as denominações por conta da diversificação das igrejas de origem protestante, como também as multiplicidades de assuntos ou “tags” (palavras-chave) contidas através de uma única palavra.

Diante disso, nossa propositura é apresentar um “quadro” para ilustrar as dificuldades e implicações que se depreendem dos termos e suas distintas usualidades, da própria plataforma do SIAN, a qual possui todo arsenal instrutivo, mas que, apesar disso, o pesquisador necessita ter muita precisão na escolha dos seus descritores. A propósito, a tabela foi inserida como uma tentativa visual de explicitar o nosso processo de busca, enquanto usufrutuário dos relatórios/fontes que compõem essa investigação.

## **1.2. A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL (ISN): UM “PROJETO” DE PODER**

Este estudo promove um debate em torno da proliferação e recepção da Ideologia de Segurança Nacional (ISN) pelas Forças Armadas no Brasil, bem como analisa as suas influências, tanto na dita “Comunidade de informações”, quanto no pensamento militar. Além disso, buscamos compreender a profissionalização dos militares a partir da formação dos seus membros e os sequenciados impactos na interação entre eles a fim de estabelecer os objetivos e princípios da ISN.

A Segunda Guerra Mundial e a participação brasileira por meio da Força Expedicionária Brasileira trouxeram novos horizontes para o país, especialmente para as Forças Armadas. Em termos comparativos, nossos combatentes perceberam não apenas a defasagem tecnológica militar brasileira, mas principalmente estrutural, organizacional e doutrinária. Uma vez regressados ao país suas ações passaram, então, a ter como objetivo principal se assemelhar às suas congêneres norte-americanas (Mathias; Andrade, 2012, p. 540).

A ISN reverberou a necessidade de reestruturação organizacional das instituições militares no pós-guerra, iniciando uma boa aproximação com o governo estadunidense. Esses fatores foram preponderantes para ampliação e melhoramento dos setores que combatiam a “subversão”. Tais mudanças alcançaram também os próprios militares, convencidos de que a reorganização deveria englobar também a mente, isto é, o pensamento militar demarcava a necessidade de inculcar nos pelotões e afins uma proposta ideológica afinada com os “novos tempos”.

Samanta Quadrat (2012, p. 21) reforça que, logo após a Segunda Guerra Mundial, essas

medidas transformativas também foram capazes de induzir as Forças Armadas latino-americanas em que “[...] pouco a pouco abandonaram o caráter nacional assumindo uma postura internacionalista de combate à ‘subversão’”. No entendimento da autora, esse procedimento tem suas origens em duas vertentes, a saber: estadunidense e francesa<sup>76</sup>. É proveniente dessa “interação” ideológica a concepção de combate à oposição e que logo se estenderia ao conceito de “inimigo” interno.

O “inimigo” pode estar em qualquer lugar por adaptar-se a qualquer ambiente, mantendo-se oculto aos olhares convencionais pelo fato de se utilizar de estratégias legais e ilegais. Para tanto, era imprescindível que houvesse um corpo militar treinado a fim de monitorar, identificar e neutralizar toda e qualquer “ameaça” (Lieberknecht, 2011; Borges, 2007).

O que deveria ser combatido não era mais um exército com outra bandeira ou outra farda, mas sim uma ideia. A mudança na concepção de inimigo também acabou gerando a percepção da necessidade de novas estratégias de combate. Com isso, as Forças Armadas dos países que adotaram a doutrina da segurança nacional passaram a intervir cada vez mais na vida política e a fazer altos investimentos na área de informação e segurança interna (Quadrat, 2012, p. 21).

É essa “ideia” apontada pela autora que fundamenta as ações engendradas no pós-guerra, bem como contribuiu para a solidificação do “ideal militar”,<sup>77</sup> o qual entendemos como um conjunto de práticas que são justificadas pelo discurso “anticomunista”, levado a cabo como estandarte que não apenas ajudaria a rotular o “inimigo”, mas também o categorizava como “subversivo”. Nessa mesma lógica justificadora do “ideal militar”, Fiorin (1988) nos fornece uma leitura importante a respeito dos procedimentos discursivos, dentre eles, destacamos “A Certeza” constituída no discurso implementado pelos governantes do período “revolucionário”; opunha-se aos inimigos da “Revolução” não apenas em matéria de ações e táticas, mas também do ponto de vista ideológico.

<sup>76</sup> Quadrat (2012) assinala que o pensamento militar brasileiro foi influenciado pela concepção de “guerra revolucionária”, amplamente estudada pelos franceses após os reveses nas expedições contra o Vietnã e a Indochina. Com a criação do Centro de Treinamento em Guerra Subversiva, em 1958, uma nova doutrina aplicada à guerra foi difundida juntamente com a lógica de que a tortura era “justificada” em função de erigir uma “guerra anti-subversiva”, posteriormente inserida no manual da ESG.

<sup>77</sup> A “narrativa conservadora” ou o discurso “revolucionário” se vale da hegemonia de alguns grupos detentores do poder sobre as classes populares, uma vez estando no poder, tomam as decisões políticas fundamentados numa ordem inicial tida como natural. No entanto, quando essa ordem é rompida, ocorre o que o autor denomina de “dano”, este causa o desequilíbrio na ordem inicial, o que condiciona a aparição de um “herói”, opondo-se ao “vilão”. Assim sendo, na compreensão do autor, o “herói” é representado pelas Forças Armadas e o “vilão”, por conseguinte, seria o “Goulart”, referindo-se ao então presidente deposto pelo Golpe Civil-Militar em 1964 (Fiorin, 1988).

O mesmo autor declara que o enunciador do discurso expõe fatos relevantes a fim de comprovar e sustentar o ideal vigente. Não obstante a esse procedimento, para que este surtisse um efeito de “sentido de verdade”, foi necessário a retirada da primeira pessoa do singular, presente no discurso (Fiorin, 1988). Segundo Fiorin (1988, p. 125), ao fazer uso destes recursos discursivos, os militares perpetravam “asserções dogmáticas que se pretendem eternas e válidas em todos os lugares e que se manifestam como expressão dos fatos e não como meras opiniões pessoais”.

A aplicação desse ideal apresentado acima, ocorre em diferentes níveis no meio social, de modo que as pessoas pudessem acolhê-la e contribuir com a “Certeza” engendrada pelos militares. Segundo Baffa (1989), os entrevistados pelo SNI eram submetidos a uma “bateria” de perguntas que versavam sobre diversos temas (desde questões filosóficas até assuntos banais), cujo propósito era verificar se o “comunista” incorreria no erro de ser “defensor” dos “chavões” do comunismo. Dessa forma, em caso afirmativo, distinguia-se o “inocente útil” que demonstra conhecimento diante dos inquirimentos com respostas lógicas, daqueles tidos como “ignorantes totais” que, segundo o autor, desconhecem assuntos sobre as “questões nacionais”.

Para Vanessa Lieberknecht (2011), a ISN envolvia toda a população por se tratar de um projeto de segurança constituído por objetivos almeçados que precisavam ser consolidados, pois o contexto apresentado exigia medidas para conter o avanço do comunismo e suas diatribes.

Essa conduta padronizada adotada pelos agentes do Estado autoritário seria preponderante ao que viria a ser após o golpe de 1964, a saber: o terrorismo de Estado. A propósito, a concepção de terrorismo de Estado adotada neste estudo contraria a visão dominante e pauta-se no discernimento de que um grupo político detentor do poder em sua governabilidade na qual se utiliza da violência para fazer “ameaças”, assegura-se numa “metodologia do terror” (Pascual, 1997). Diante disso, nota-se uma aproximação do “ideal militar” com a forma de atuação do Estado ditatorial, em que diversos grupos de resistência ou até pessoas que não possuíam nenhum antecedente poderiam ser vigiadas rigorosamente, outras responderiam por supostos crimes os quais lhes foram imputados.

Tendo isso em vista, o “inimigo” descrito neste trabalho é, acertadamente, o principal elemento justificador da ISN, uma vez que tudo gira em torno deste indivíduo o qual geralmente ocupa lugares clandestinos, atuando nas “sombras” de forma furtiva sem deixar rastros que facilitassem o monitoramento dos agentes do SNI. Analisando o militarismo na Argentina, mais precisamente a última ditadura ocorrida entre os anos de 1976 e 1983, Alejandra Pascual (1997) declara que a definição do que significava ser “subversivo” no senso comum era imprecisa e, por isso, era necessário recorrer aos discursos engendrados pelos militares.

Logo se percebe que o “inimigo” pode convencer outros a seguirem os seus passos rumo à “subversão”, portanto, a referida autora acrescenta o termo “ideológico” pelo fato de o sujeito ter o poder de influenciar outros – denominando-o como “inimigo ideológico” (Pascual, 1997). Dessa forma, houve consequências incontornáveis a respeito de pessoas que nem sequer estavam envolvidas com movimentos opositores ao regime, pois com o “projeto” ou “ideal” militar se desejava “restabelecer” a paz se utilizando da repressão proveniente da concepção de segurança nacional. Um ideal que se espalhou pela América Latina, entre 1960 e 1980, e acabou sendo “acolhida” pelos regimes militares como “mantra” (Miguel, 2002).

A face do “inimigo interno” passou a ser descrita dentro dos manuais<sup>78</sup>, produzidos no contexto da difusão da ISN, a partir dos Estados Unidos. Segundo Dyonisius Mattos (2013), a perspectiva das “Portas Abertas” foi adotada pelo governo, isto é, aqueles países latino-americanos que desajassem cooperar com os ideais imperialistas norte-americanos seriam acolhidos pelos estadunidenses. Diante disso, as Forças Armadas do Brasil estreitariam laços com esse “projeto” ideológico, no qual o governo dos EUA forneceria todo apoio aos seus aliados no combate à “subversão”.

Foi neste contexto que bases militares e centros de formação e treinamento para países aliados, deram origem a Escola das Américas e outras instituições semelhantes, os quais, foram implementados para realizar a formação de militares e civis para que ajudassem a manter as “Portas Abertas” para os investimentos de empresas norte-americanas, como também proteger seus interesses em territórios além-fronteiras (Mattos, 2013, p. 37).

Insistimos nessa abordagem do “inimigo interno” pelo fato de ser o ponto nevrálgico tanto da ISN quanto das “justificativas” utilizadas pelo governo militar no Brasil, cuja existência de uma indefinição acerca de sua conceituação não ofusca a eficácia do regime, como bem aponta Lieberknecht (2011). A propósito, não bastava arregimentar o discurso da ISN, era de fundamental importância inculcar nas mentes das pessoas a “cultura do medo”, a qual contribuiria com o sucesso da atuação das ditaduras de segurança nacional.

S. Quadrat (2012) assevera o processo de formação dos militares brasileiros em que se notabiliza mediante a existência de interesses em comum, os quais podem ser observados pela aproximação das instituições das Forças Armadas do Brasil e dos Estados Unidos as quais

---

<sup>78</sup> Os manuais foram recursos amplamente divulgados, tendo sido estimulado o seu uso nos meios militares, a fim de “orientar” os investigadores durante o processo de levantamento dos informes, como também no decorrer dos depoimentos realizados com os “subversivos” (Baffa, 1989). Esses manuais descreviam os espionados de tal maneira que, ao final do processo descritivo, obtinha-se um “perfil”. Sobre os manuais de instrução para análise e construção daquilo que seria o “perfil” do inimigo interno, ver Baffa (1989, pp. 34-38).

mantinham intercâmbios entre os seus agentes. A Escola das Américas serviu como o espaço ideal para que os militares pudessem se adequar às proposituras da “Diplomacia total”, na aplicação de seus fundamentos “divulga” tanto a concepção de segurança nacional como a de “inimigo interno”; porquanto seria interessante que todos os pelotões de militares aliados aos Estados Unidos compartilhassem do mesmo “campo de visão” (Mattos, 2013). Visão essa quase sempre de monitoramento que, aliás, servia como elemento caracterizador das ditaduras militares instauradas no continente americano.

Para Iago Teixeira (2019, p. 10), “[...] a doutrina vai além de métodos de combate e é também uma forma de influenciar, seja positiva ou negativamente, a sociedade. A própria doutrina é um produto cujo um de seus insumos é o aspecto social”. A partir desta conceituação, pode-se constatar como a formação dos militares brasileiros sofreu influência e adotou a ISN, pautando-se na neutralização do “inimigo” e na preservação de parte da sociedade que não se “corrompera” com a “subversão”.

Toda a política nacional, portanto, é reorientada em função da segurança, sendo que as esferas militar e política são indissoluvelmente ligadas, de maneira que a política deixa de ser uma arte civil para se transformar em arte militar. A guerra interna ou a eliminação do inimigo interno passa a ser uma estratégia imposta pelos imperativos da segurança nacional (Borges, 2007, p. 28)

Nota-se que, com a profissionalização dos militares e a conseqüente tomada de poder no golpe civil-militar de 1964, houve uma aproximação entre as esferas política e militar, isto é, em pouco tempo as Forças Armadas se viram ocupantes dos cargos diretivos do país. Nesse sentido, os militares precisavam pôr em prática suas estratégias e ideias a fim de garantir uma governabilidade, no entanto, como os militares não possuíam expertise em matéria de gerenciamento de uma nação, logo apelariam para o que lhes era familiar: o uso da força a partir dos órgãos de segurança e repressão.

A nova conduta militar seria marcada por um alto grau de politização, pelo incentivo à percepção de que havia a capacidade de intervenção política nos destinos do país e pelo abandono da ideia de “intervenção cirúrgica”. Ou seja, com a doutrina da segurança nacional os integrantes das Forças Armadas passaram a se ver como militares e ao mesmo tempo administradores, e a questão do desenvolvimento do país passou a estar intimamente ligada à segurança (Quadrat, 2012, p. 21).

Houve uma dualidade de funções desempenhadas pelos militares que já estavam

ambientados com os quartéis e todo o rigor alegado por alguma espécie de “código” de conduta interna<sup>79</sup>. Enfim, a administração do país pós 1964 seria uma espécie de “extensão” daquilo que os militares já praticavam nos quartéis, embora eles não tivessem o cacoete de gestor. Lilia Schwarcz e Heloísa Starling (2018) corroboram com essa perspectiva de que os militares se julgavam aptos a gerir o país por se considerarem responsáveis pelo novo sistema em curso. A condução do regime desencadeou um debate à parte, por essas e outras circunstâncias é que não podemos perder de vista os impactos da ISN no interior das corporações militares.

Marionilde Brepohl (1997) nos fornece um conceito fundante na compreensão da aplicabilidade da ISN, referimo-nos à “lógica de suspeição” que em sua formação preconiza uma racionalidade sobre aquele tido como “inimigo interno”, já que por indefinição não havia uma descrição exata do seu perfil. Porquanto qualquer indivíduo poderia ser considerado suspeito de ser praticante e apoiador de ações comunistas em função da ausência de clareza do que isso caracterizasse. Assim sendo, a autora entende que tanto a lógica quanto a suspeição serviram como sustentáculos para o desenvolvimento de táticas da ação “repressão preventiva” – uma forma de se antecipar e conter a eclosão de grupos “subversivos”.

A ISN embasava as ações e as decisões incorporadas pelos agentes do Estado que, através dos cursos fornecidos pela ESG em que se discutia a doutrina, compunham o processo de formação daquilo que se convencionou identificar como “pensamento militar” ou “ideal militar”. Dessa maneira, fica explícito que a formação ideológica é resultado de uma racionalidade importada, incorporada e adaptada à realidade nacional. A partir de então, as Forças Armadas receberiam contornos específicos em se tratando da aplicação dos princípios básicos da ISN, com um procedimento de dentro para fora: “[...] a Doutrina propõe uma mudança radical no papel da profissão militar, em que defesa externa implica a defesa interna

---

<sup>79</sup> A obra *Geopolítica do Brasil* (1967), dentre tantos pontos temáticos abordados, destacamos a análise da relação existente entre Estado e os “Objetivos Nacionais”, a fim de retratar como pensavam os militares alinhados à ISN, depreendem-se as mobilizações realizadas pelos grupos dirigentes com vistas para a materialização do ideal. A propósito, o referido escrito tem autoria do General Golbery do Couto e Silva, tido como idealizador do SNI, o qual fundamenta as principais concepções acerca da contextualização das relações diplomáticas do nosso país, mas também, fornece uma leitura basilar a respeito da geopolítica, entendida aqui como área de estudo. Dessa obra, inferimos a aplicabilidade da Ideologia de Segurança Nacional no âmbito brasileiro, então, o General Golbery faz uma reflexão em se tratando do “Poder Nacional” o qual o descreve como “[...] instrumento da ação estratégica, nesta era de guerras totais, só pode ser o que resulta da integração de tôdas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada nação [...]” (Couto e Silva, 1967, p. 13). Sob a égide da supracitada “narrativa conservadora”, Fiorin (1988) nos indica que o discurso “vencedor” em 1964 só foi estabelecido devido a sua fundamentação numa lógica que atravessaria a mera “opinião pessoal” e seria constituída por uma aura de legitimação, tal qual se desvelaria no decorrer do período militar. Assim sendo, o “Poder Nacional” é a fonte da legitimação e, que, mediante ele seriam estabelecidas as diretrizes das negociações diplomáticas, sempre preparando-se para a eventualidade da guerra caso esta tomasse forma; porquanto, o poder assume “[...] sua componente militar, exteriorizada nas Forças Armadas, o papel dominante” (Couto e Silva, 1967, p. 13).

[...]” (Borges, 2007, p. 33).

Os militares, uma vez formados pelos cursos da ESG, estariam aptos a trabalharem nos diferentes setores que compõem a estrutura não apenas dos órgãos de segurança e repressão, mas também dos órgãos que lidavam com as informações e contrainformações. Apenas a título exemplificativo, a atuação dos agentes do Estado foi influenciada pela ISN nos interrogatórios, com o emprego de técnicas de tortura e de coleta de informações que andariam juntas no processo investigativo<sup>80</sup>.

“A certeza da impunidade e o anonimato eram as garantias para a prática da tortura nos cárceres do país. Em algumas batidas era recorrente o uso de disfarces e a adoção de pseudônimos comuns para todos os membros do grupo [...]” (Quadrat, 2012, p. 39). Toda técnica que facilitasse a extração das informações seria utilizada, já que estas atitudes estavam previstas na ISN, bem como foi ratificada pela Doutrina Básica adotada pela ESG quando se tratava da “Guerra” Psicológica (ESG, 1979). Ou seja, as medidas e decisões tomadas tinham respaldo e se “justificavam” como um mal necessário, uma vez que era preciso extirpar as “ameaças” do comunismo no país e no continente.

No que tange à “comunidade de informação”, que imbuída pelos princípios e objetivos da ISN, deixava transparecer suas influências ao registrar os informes nos relatórios que eram distribuídos entre as agências do SNI, como também as DSI’s dos demais órgãos públicos. A propósito, nesse “círculo informacional” constituído pelo SISNI, pode-se observar um vocabulário próprio com terminologias que facilitavam a compreensão dos agentes – essa questão já foi discutida anteriormente –, mas mencionamos novamente para, mais uma vez, exemplificar a presença da ISN no meio militar brasileiro.

Diante de tudo que foi exposto aqui, pudemos constatar que a ISN se vale da concepção do “inimigo interno” que, por seu turno, sustenta essa doutrina internalizada pelas Forças Armadas do Brasil. Durante o período militar, as inúmeras investigações contra os “subversivos” tinham como ponto nodal a existência de um “corpo” estranho e altamente perigoso que circulava na sociedade e, portanto, podia se ocultar em qualquer lugar que achasse conveniente, bem como influenciar outros indivíduos a acompanhar suas ideias rechaçadas pela alta hierarquia militar. Sendo assim, praticamente tudo girava em torno de inibir as forças destrutivas que os “comunistas” e seus asseclas detinham, já que a intenção era preservar o país da malignidade que os militares acreditavam existir.

---

<sup>80</sup> Sobre relatórios descrevendo as formas de torturas aplicadas aos presos políticos, ver Baffa (1989, p. 66).

## II. À MARGEM DO IDEAL MILITAR: AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ E O FENÔMENO DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Quando pensamos na proposta deste estudo em que o objeto de análise seria as Testemunhas de Jeová (TJs), logo pulularam alguns questionamentos em se tratando das perspectivas teológicas que as envolviam, já que existem dúvidas que são consideradas verdadeiros “tabus” para as demais vertentes cristãs a respeito das TJs. Chamamos atenção para a seguinte condição analítica aplicada no decorrer deste capítulo: Não temos a pretensão de apontar o que é certo ou errado dentro do campo doutrinário das TJs, até porque nos interessa apenas explicar, com base nos materiais e fontes produzidos por elas mesmas, as suas atuações no decorrer do período ditatorial no Brasil.

Embora não nos aprofundemos nos debates teológicos, pois existem outros trabalhos acadêmicos que preconizam tais assuntos, nos parece caro compreender o porquê de as TJs não se considerarem oriundas da vertente protestante. Sobre isso, Estevam Mendes (2012, p. 64) declara que as TJs se “intitulam” como “[...] a única religião verdadeira e os autênticos continuadores do cristianismo primitivo”, portanto, pode-se inferir que elas são cristãs também, embora advoguem para si a autenticidade – algo questionado pelas demais vertentes cristãs.

A resposta que encontramos tem por base as *Frequently Asked Questions* (FAQs) ou as “Perguntas Frequentes”, caso traduzíssemos, as quais podem ser acessadas no site das próprias TJs<sup>81</sup>. Ao consultarmos o referido endereço, nos deparamos com a seguinte resposta:

As Testemunhas de Jeová são cristãs, mas nós não nos consideramos protestantes [...]. Protestantismo tem sido definido como “corrente cristã... que rompeu com a Igreja Católica”. Embora as Testemunhas de Jeová realmente discordem dos ensinamentos da Igreja Católica, nós não nos consideramos protestantes pelos seguintes motivos: 1º) Muitas das crenças protestantes entram em conflito com o que a Bíblia realmente ensina; 2º) Nós não protestamos contra a Igreja Católica ou qualquer outro grupo religioso nem tentamos mudá-los.<sup>82</sup>

Observa-se que as TJs se declaram cristãs e discordam dos ensinamentos instituídos pela Igreja Católica tais quais os protestantes, contudo, não se encaixam nessa vertente pelas discordâncias teológicas, por exemplo, quando se trata de negar a Trindade em detrimento da concepção de um único Deus, ou ainda, a própria Bíblia das TJs é diferente uma vez que se

<sup>81</sup> Testemunhas de Jeová (JW.Org.). **As Testemunhas de Jeová são protestantes?** Pennsylvania, c.2024. Disponível em: <https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/testemunhas-de-jeova-sao-protestantes/>. Acesso em 21 out. 2024.

<sup>82</sup> Testemunhas de Jeová (JW.Org.). **As Testemunhas de Jeová são protestantes?** Pennsylvania, c.2024. Disponível em: <https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/testemunhas-de-jeova-sao-protestantes/>. Acesso em 21 out. 2024.

pauta em suas interpretações o que eles chamam de “ensinamentos”. Segundo Estevam Mendes (2012), as TJs quando estão desempenhando o seu “serviço de campo” costumam se deparar com as desavenças e querelas doutrinárias que envolvem a hermenêutica aplicada às leituras da Bíblia, geralmente, os interlocutores são protestantes e católicos fervorosos que encaram as TJs como “seita” – algo que é amplamente discutido/estudado pelas denominações protestantes. Nesse sentido, as TJs procuram fincar os seus ensinamentos a fim de reafirmar sua base doutrinária frente à desconfiança, por isso elas atuam de “casa em casa” apregoando as “boas novas”.

Uma das fontes que norteia essas diatribes contra as TJs é o relatório do SNI, cuja datação é de 1987<sup>83</sup>. Embora a fonte aqui analisada tenha sido produzida durante a Nova República, resguarda a concepção dos militares sobre o que eles entendiam por religião, aliás, de acordo com o documento, as TJs se enquadram na categoria dos protestantes – isso vai de encontro à própria definição utilizada por elas que se consideram cristãs, mas não protestantes. No entanto, ao debruçar-nos em outros documentos da mesma época – por exemplo, o relatório de 1971 –, 16 anos antes, podemos notar que os agentes do SNI se referiam às TJs como “seita”, havendo, portanto, um conflito de definições dentro da “comunidade de informações”, provando que existia uma dubiedade interpretativa no interior da referida “comunidade”.<sup>84</sup>

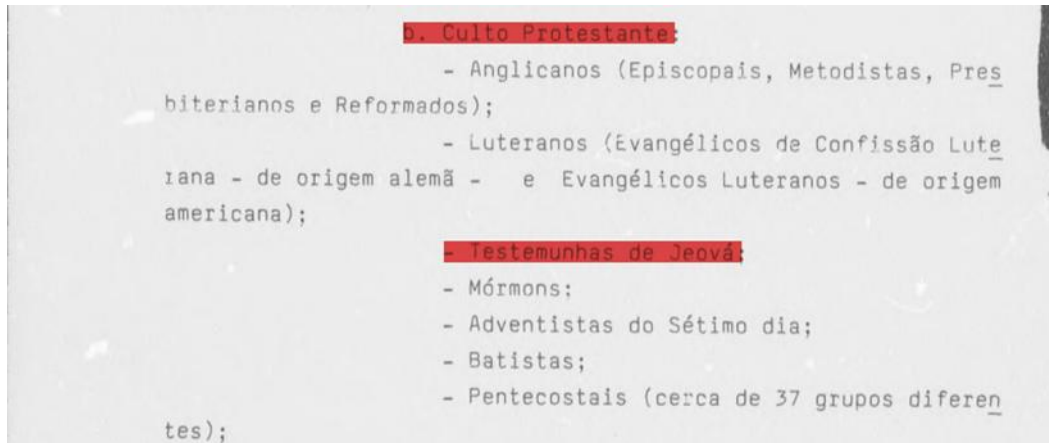
Ao colocarem as TJs na categoria de “seita”, demonstram que não procediam de tal maneira sem que tivesse um fundamento, neste caso, o embasamento é a ISN. Esse enquadramento não ocorre por motivos meramente teológicos ou religiosos, contudo, os militares levavam em consideração os grupos religiosos que possuíam uma maior tendência em ser subservientes às ordens e suscetíveis a cooperar com os “Objetivos Nacionais”. Dessa forma, nota-se que a ISN se propagou no interior dos grupos religiosos e operava uma desconfiança perpetrada contra tudo e contra todos, que demarcavam o escalonamento das ações “subversivas” em todos os setores da sociedade.

---

<sup>83</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Movimento Religioso no Brasil**, 1987, 7ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_86058057\_d0001de0001\_2.

<sup>84</sup> Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001.

**Figura 5** - Descrição das denominações protestantes no relatório produzido pelos agentes do SNI



**Fonte:** Sni (1987, p. 6) Serviço Nacional de Informações (SNI). **Movimento Religioso no Brasil**, 1987, 7ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_86058057\_d0001de0001\_2.

A ruptura do ideal militar fica por conta da atuação das TJs, já que fogem à lógica dos agentes informacionais, sendo uma “seita” ou “vertente do protestantismo”, conforme se observa na Figura 5, com os seus membros sendo fiéis à sua doutrina. No entendimento de Mendes (2012), a literalidade interpretativa das TJs sobre as escrituras sagradas é, por si só, explicadora da cosmovisão das Testemunhas que possuíam sua própria versão sobre a origem do sofrimento e do pecado – temas tão caros às demais religiões cristãs. Essa literalidade traria complicações no decorrer do período militar instaurado no Brasil quando as TJs reclamavam suas interpretações ante as imposições das forças autoritárias.

Temáticas que vão desde a Santa Ceia até a transfusão de sangue são alvos dos estudos e das pesquisas em diferentes áreas do conhecimento e, de quando em quando, passam no crivo do senso comum construindo discursos pouco privilegiadores no que se refere às TJs.

Interpretando a seu modo as Escrituras Sagradas, as TJs explicam a vida e a morte, justificam as suas medidas de desobediência a algumas normas civis e a recusa a tratamentos médicos considerados contra a lei de Jeová Deus. Agem desta forma porque entendem que somente eles se identificam como cristãos verdadeiros [...] (Barra, 2008, p. 72).

A partir deste excerto, deduz-se que o posicionamento das TJs era consolidado por toda a membresia e o seu conjunto doutrinário, segundo o qual nada poderia estar acima de Jeová e somente Ele poderia ser adorado. Com efeito, tal perspectiva seria replicada na prática durante, por exemplo, eventos considerados pátrios, a saber: Proclamação da República, Independência do Brasil, entre outras datas. Diante disso, as TJs “[...] são conhecidas

mundialmente pela sua persistência em falar às pessoas em toda a parte sobre Jeová Deus e seu Reino. Gozam também da reputação de ser pessoas que se apegam às suas crenças, apesar de toda sorte de oposição, até mesmo a morte” (Testemunhas de Jeová, 1992, p. 10).

O “apego” às suas crenças também segue a linha interpretativa da literalidade aplicada às Escrituras Sagradas, isto é, defenderiam até o fim aquilo que acreditavam, mesmo contra as imposições do Estado ou de qualquer regime, que tentasse proibir a propagação das “boas novas” mediante a execução dos “serviços de campo”. Sendo assim, pode-se inferir qual é a fonte que fundamenta suas crenças e atitudes, o olhar particular sobre as Escrituras, que entrava em contrariedade com os governos vigentes em tempos obscuros vivenciados em nosso país. Acertadamente, isto explica o porquê de as TJs, no transcorrer do período militar, terem sido “enquadradas” como grupos religiosos “subversivos”, explicitando que este “apego” também era uma “arma” contra a ignorância; por outro lado, impulsionaria as rotulações pejorativas contra as TJs e o escalonamento das investigações afinadas com a ISN.

Em 1933, por exemplo, a Sociedade Torre de Vigia da Alemanha foi proscrita e seus adeptos passaram então a serem enviados para os campos de concentração nazistas, onde recebiam como marca distintiva um triângulo roxo, por se negarem a saudar Hitler e a prestar o serviço militar. Na Alemanha nazista, as Testemunhas de Jeová foram perseguidas em razão de sua insubordinação ao governo de homens e à participação em agremiações e comemorações cívicas como o exército e juramento a bandeiras e hinos (Castro, 2007, p. 32).

A citação acima expõe que a perseguição e as proibições já se faziam presente na vida dos grupos das Testemunhas de Jeová, na Alemanha, na qual foi desencadeada dentro de um cenário caótico, cujo regime totalitário de direita atuava com rigor e com toda força policial contra aqueles que falavam em anunciar as “boas novas” e professavam sua fé. Nota-se que já nessa época as TJs eram distinguidas por um símbolo específico como punição por não cumprirem as ordenanças das autoridades, ou seja, a insubordinação quase sempre foi o motivo para que as TJs sofressem as retaliações, além de serem enxergadas como estorvo para a disciplinarização de uma sociedade que deveria ser “regrada” e seguir o padrão de conduta.

O filósofo francês Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2014)<sup>85</sup>, lança as bases para o que passou a ser compreendida como a “disciplinarização dos corpos” numa díade de conceitos entre disciplina e corpo, esta, por sua vez, engloba a concepção do controle exercido sobre alguém ou algum grupo. No entanto, reforça o

---

<sup>85</sup> A referida obra é tida como inaugural em se tratando do pensamento foucaultiano acerca da disciplina e das relações de poder. Sua primeira versão é datada do ano de 1975.

entendimento e os debates acerca do controle dos corpos com a obra *Microfísica do Poder* (1984), segundo a qual aprofunda a análise dos métodos e maneiras coercitivas replicadas também no meio social. Assim, tomaremos de “empréstimo” a concepção da disciplinarização dos corpos engendrada por Foucault (1984; 2014), segundo a qual explicita uma técnica do exercício de poder que pode ser observada nos mais variados espaços (médicos, escolares, prisionais, institucionais) e, sendo assim, a ideia de controle das ações de outrem não opera apenas pela consciência ou ideologia, mas se inicia no corpo.

O autor em tela nos traz uma “chave” de leitura sem a qual passaria batida a perspectiva de poder quando se observa o que ele denomina de “disciplinarização”, quase sempre presente nos espaços onde há permissividade por parte da lei. A ISN, no nosso entendimento, é a “fonte” da disciplinarização não apenas dos corpos, mas também das mentes. Diante disso, pode-se inferir que esta disciplinarização alcança a todos por ela ser pluridirecional, uma vez que tanto cidadãos comuns, militares e até os considerados “subversivos” são submetidos à doutrina.

A disciplinarização de corpos e mentes aparece em algumas proibições internas da igreja, sustentadas pelos ensinamentos das TJs, que condicionam a conduta dos seus fiéis conforme sua doutrina própria. Sobre isso, Bruna Soares (2018, p. 204) declara que, “[...] aos fiéis são vetadas as participações na produção dos conteúdos d’*A Sentinela*, cabendo a eles somente consumir aquilo que o Corpo Governante deseja”, em outras palavras, os membros das TJs são orientados a recusar conhecimentos que os distanciem da doutrina apregoada no interior de sua comunidade religiosa. Preconizam o exame bíblico de assuntos espirituais e até terrenos, pois nada poderia estar dissociado da Bíblia, já que ela é a fonte que sustenta os argumentos contra as demais concepções formuladas pelas diferentes igrejas.

[...] os fiéis também são proibidos de fomentar materiais de estudos paralelos aos da instituição, assim como contestar a literatura oficial. Por outro lado, as mudanças de posicionamentos e compreensões sobre determinadas passagens da Bíblia pela instituição são tolerados entre as Testemunhas, sendo compreendidos como “novos entendimentos” profetizados nas Escrituras Sagradas. Os fiéis que não acatam essas normas são desassociados e as demais Testemunhas de Jeová são exortadas pela *A Sentinela* a não manterem contato com as pessoas que se encontram nessa condição, extirpando as condutas desviantes e nocivas ao mesmo tempo em que protegem e mantêm a coesão e a padronização das práticas e doutrinas das Testemunhas (Soares, 2018, p. 204).

Compreende-se, portanto, a atuação da disciplinarização dos corpos, nos moldes foucaultianos, quando se institucionaliza ordens advindas dos líderes (Corpo Governante) das TJs nas quais atuam numa ambivalência, já que estas normatizações valem para todos – tanto

para quem as aplica quanto para aqueles que sofrem as “punições”. Em se tratando de punição dentro do referido grupo religioso, a autora nos descreve acerca dos “desassociados” que, por não cumprirem as normas, são excluídos do rol de membros e o “contato” com os demais fiéis é terminantemente proibido. Percebe-se que há pequenas relações de poder que circulam entre os sujeitos envolvidos por uma mesma fé, como também se vê o “dispositivo” de poder operando através do discurso religioso no qual se legitima as imposições contra os fiéis, desarmando-os argumentativamente para impedir possíveis contestações ou insurgências.

Para Estevam Mendes (2012), a desassociação<sup>86</sup> enquanto uma medida punitiva extrema influencia diretamente na vida social e espiritual de um ex-membro que, nesta condição, precisaria lidar com a ausência da interação com amigos e até familiares, além de enfrentar as consequências com o porvir, uma vez que ele não teria a “cobertura” espiritual e sua “rebeldia” colocaria em risco a própria vida. Para tanto, devemos entender que o “[...] desvio social entre as Testemunhas de Jeová é considerado pecado, isto é, uma falha de caráter moral que confrontaria diretamente as leis de Deus” (Mendes, 2012, p. 16).

Estevam Mendes (2012) e Bruna Soares (2018) nos apresentam o *modus operandi* de como as TJs funcionam internamente, seus regramentos e os desdobramentos doutrinários que, por sua vez, condicionam os comportamentos dos seus fiéis. Diante disso, podemos constatar que as perseguições e imposições não ocorriam unicamente por meio dos órgãos de segurança e informação, pois vimos até aqui que o próprio grupo religioso foi capaz de lançar no “ostracismo” aqueles que se insurgissem e, de igual modo, ocorria com quem era tachado de “subversivo”; os líderes espirituais entendiam que os discordantes não deveriam permanecer a fim de que não “contaminassem” outros fiéis.

Constata-se que as medidas punitivas para quem optasse por seguir caminhos desviantes

---

<sup>86</sup> Um tema polêmico e que rende debates acintosos. Como já é do nosso conhecimento, a literalidade das TJs nas escrituras “justificam” práticas que no entendimento “mundano” não faz nenhum sentido. Na ocasião, a desassociação (o “não ter convivência”) tem fundamento bíblico e, por isso, segue estritamente as orientações do “Corpo Governante” a fim de punir definitivamente algum membro que ouse confrontar os preceitos internos ou influenciem os demais a se rebelarem. “Um pouco de fermento pode levedar a massa inteira”, esse trecho é bíblico e foi utilizado para ilustrar uma explicação do motivo pelo qual se deve desassociar alguém que descumpra os regramentos – o ato de descumprimento pode ser entendido como “pecado”. Assim sendo, para que a massa não seja completamente “contaminada” por ações sediciosas, é necessário retirar esse membro e, mais do que isso, proibi-lo de manter contato com os que estão dentro da comunidade ainda que estes sejam seus familiares; porquanto, diante desse rompimento vinculativo na referida comunidade “[...] não nos impede de sermos decentes, corteses, atenciosos e humanitários [...]”, declarou o editorial da revista (*A Sentinela*, 15 de novembro de 1974, p. 687). De acordo com Estevam Mendes (2012), os desassociados são considerados “ovelhas desgarradas” que se deixaram dominar pela rebeldia, portanto, custou-lhe a “vida”, mas não no seu sentido literal e, sim, refere-se à vida familiar (convivência com os outros integrantes da religião), explicita-se um “estigma” acompanhado de dor, solidão e sentimento de culpa. Não objetivamos entrar em pormenores neste assunto, mas vale pincelar o tema porque tal prática ainda suscita inúmeros debates de ordens diferentes.

ocorriam tanto dentro quanto fora das igrejas, cujos líderes religiosos tornavam-se verdadeiros “gestores” das almas, já que eles davam o veredito daqueles que descumprissem as normas. Essa prática não é exclusiva das TJs, já que as demais igrejas tinham os seus próprios meios coercitivos a serem aplicados contra os dissidentes. Nesse sentido, no decorrer do período militar no Brasil, as TJs foram investigadas por atos desviantes, no entanto, essa prática já era exercida pelo Corpo Governante da própria igreja muito antes; porquanto, pode-se dizer que tanto dentro quanto fora da igreja o fiel “subversivo” seria alvo das condenações, mas a pior condenação não era a humana (do corpo) a qual poderia fazer a matéria perecer e, sim, a espiritual, que tratava da eternidade.

Ainda no sentido da perseguição, se retornarmos ao exemplo das TJs no período da Alemanha nazista, notaremos que, devido à insubordinação, elas tiveram sua locomoção limitada pelas forças policiais, deixando-as à margem da legalidade, o que também resulta no silenciamento dos seus praticantes. Uma quantidade considerável das TJs foi aprisionada sob as justificativas de que, ao prender os corpos dos insurgentes, evitariam que suas ideias “subversivas” fossem difundidas, causassem mais transtornos e colocassem a credibilidade do discurso defendido pelo regime nazista em xeque. No Brasil, a perseguição às TJs não chegava a ser motivada unicamente pelo conjunto doutrinário, mas o contexto de combate ao “inimigo” interno lhe deu causa, já que os militares enxergavam-nas como um grupo perigoso a fim de corromper a sociedade com ideias que convenciam por apresentar propostas salvíficas em um mundo conturbado.

O brasileiro que vivenciou as “promessas” de melhorias advindas com o “milagre econômico”, percebeu, depois que se passaram os efeitos inebriantes tão propagados pelos governos militares, as dificuldades que a economia do país, à época, enfrentava. Diante desse quadro, as TJs angariaram novos membros devido à baixa perspectiva de sucesso de parte do povo brasileiro, que sofreu com efeitos “colaterais” do “milagre econômico”.

Em se tratando das origens, as TJs se descrevem da seguinte forma:

A organização atual das Testemunhas de Jeová começou no fim do século 19. Naquela época, um pequeno grupo de estudantes da Bíblia perto de Pittsburgh, Pensilvânia, Estados Unidos, começou uma análise sistemática da Bíblia. Eles comparavam as doutrinas ensinadas pelas igrejas com o que a Bíblia realmente ensina. Eles começaram a publicar suas conclusões em livros, jornais e na revista que hoje é chamada *A Sentinela Anunciando o Reino de Jeová*.

Um dos membros desse grupo de estudantes sinceros da Bíblia era um homem chamado Charles Taze Russell. Embora tenha tomado a dianteira na obra educativa bíblica naquela época e tenha sido o primeiro editor de *A Sentinela*, Russell não foi o fundador de uma nova religião. O objetivo de

Russell e dos outros Estudantes da Bíblia, como o grupo era então conhecido, era divulgar os ensinamentos de Jesus Cristo e seguir o modelo deixado pelos cristãos do primeiro século (Jw, c.2024, s/p).

Vê-se que todo o seu corpo doutrinário, desde a origem, baseia-se na Bíblia que é editada por seus próprios membros, além de comparar os seus ensinamentos com as demais vertentes cristãs. Percebe-se que em nenhum momento do referido trecho eles afirmam ou fazem menção ao protestantismo ou a Lutero, seu principal idealizador. O seu fundador é Jesus Cristo, e não Charles Taze Russell, como muitos imaginam. Por essas e outras que as TJs se diferem das demais vertentes cristãs como também por essas mesmas motivações são questionados quase que corriqueiramente.

De acordo com o relatório do SNI (1971), em que traz registrados os “dados históricos” da origem das TJs, o seu elaborador apontou para um elemento que serviu de mote para a proliferação de outros grupos religiosos com características semelhantes. Nas palavras dos agentes do SNI, “[...] dêste estudo e de outros similares originaram-se algumas seitas religiosas tôdas elas tendo em comum a maneira extremamente radical com que os devotos fundamentam sua ética”<sup>87</sup>. Na compreensão dos agentes, era possível constatar a partir da origem das TJs a sua periculosidade, uma conduta religiosa baseada em uma ética própria geradora de desvios, e o poder de influência na vida social desses fiéis ao atrair mais pessoas a partir de sua ação missionária. Vale ressaltar, assim, a aparição do termo “seita” como algo pejorativo ao se referir às TJs por resistir a alguns dos ditames do ideal militar.

No que tange à aparição do termo “seita” no relatório em tela, podemos, mediante Análise do Discurso (AD), ir além de uma interpretação generalizante, já que esta é, conforme Orlandi (2012), inteligível e, portanto, basta ter um conhecimento da Língua Portuguesa para perceber o sentido do enunciado. No entanto, não se pode dizer o mesmo quando o intuito é interpretar o sentido do enunciado, pois, segundo a autora, esta circunstância exige a completa noção do “co-texto”, isto é, “as outras frases do texto e o contexto imediato” (Orlandi, 2012, p. 26). Sabemos que o uso do termo “seita”, dentro do contexto vivenciado no período militar, possui este sentido pejorativo por entender que as TJs estavam à parte dos demais grupos religiosos pelo fato de possuírem um alto grau de insubordinação contra as leis vigentes.

“As TJs entendem e aceitam, incontestavelmente, como única e verdadeira, a sua crença. Assim, para elas, nenhuma outra religião ou crença religiosa tem credibilidade” (Barra, 2008, p. 114). O exame minucioso das Escrituras Sagradas, realizado por Russell, permitiria a

---

<sup>87</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Testemunhas de Jeová**, 1971, 6ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035536\_d0001de0001. p. 1.

fundamentação na literalidade e, por conseguinte, a contestação não apenas das demais doutrinas religiosas como também da esfera civil, implicando numa constante “ameaça” ao Supremo Comando da “Revolução”.

Utilizamos, assim, este espaço como uma forma de introduzir as discussões acerca da atuação das TJs dentro de um contexto repleto de adversidades, pois se tratava da Ditadura Civil-Militar no Brasil, segundo a qual, através dos órgãos de segurança e repressão, protagonizaram perseguições e aprisionamentos de alguns membros do referido grupo religioso. Enquanto durou o período de “tribulação” que foi o período militar, permaneceram, por sua vez, os descasos e a “marginalização” das TJs por serem insurgentes e se assegurarem em seus ensinamentos desvirtuantes. Assim sendo, o que veremos nas próximas seções deste capítulo são os desdobramentos das medidas impelidas aos religiosos “subversivos” e, como tais, sofreram com os atos repressivos perpetrados por aqueles tidos como seus algozes, a saber: os militares no poder.

## **2.1. O “INIMIGO INTERNO” TAMBÉM TEM SUA FÉ**

No capítulo anterior, pudemos acompanhar a discussão acerca do “inimigo interno”, sendo ele um “produto” da ISN e, que mesmo assim, não possuía uma definição fechada como quem descreve um objeto. Alejandra Pascual (1997) entende que, por não haver um manual com instruções explicitando este sujeito, ficaria difícil defini-lo; uma vez sem definição, permaneceria aberto este espaço que poderia ser ocupado por qualquer um que o ideal militar não simpatizasse e, por vezes, nem precisava ter indícios “comunistas”.

Nesta seção, analisaremos o dossiê produzido pelo SNI, que tem um compilado de documentos dos demais órgãos informacionais e de segurança, cujo propósito foi coletar dados sobre o fenômeno da desobediência civil protagonizada pelas TJs. Tal fenômeno seria percebido em mais de uma localidade do país, mas estes episódios seriam suficientes para chamar atenção das autoridades que, naquela altura, já demonstravam preocupação com o aumento da insubordinação civil. Para tanto, projetou-se toda uma “rede” informacional, a fim de que, a partir da retroalimentação, pudessem não só circular<sup>88</sup> os dados dos “subversivos”

---

<sup>88</sup> A circulação dessas informações preconizava a existência de uma “rede” informacional constituída, nesta ocasião, por integrantes do SNI, segundo a qual possuía sua própria forma de ler os documentos produzidos por eles mesmos. Roger Chartier (1991) é quem discutiu as práticas de leitura relacionadas ao poder, portanto, as formas de ler e até produzir os relatórios estão envoltas numa relação de poderio em que apenas um contingente considerável de militares tinha acesso. Ampliando esta discussão sobre “rede”, Baffa (1989) declara que há grupos com potencial que agiam discretamente para fornecer informações confiáveis sobre os investigados ou até mesmo participar do processo de investigação na condição de agentes que estão no “campo” coletando os informes – estes

entre as agências do SNI, como também prepará-las para eventuais depoimentos.

A década de 1970 foi um período que culminaria com o enrijecimento dos atos institucionais, a proliferação de operações contra movimentos de resistência e a articulação de novas investigações contra os “subversivos”. No entender de Martins Filho (2020), nesse período houve a “retomada das pulsões militares” em face das disputas internas no que tange à condução do governo militar, já que as diferentes alas constituídas pelas Forças Armadas pautavam suas condições, como Vasconcelos (2013) denomina de “*quantum* de democracia”, deveria ser mantido numa possível transição governamental. A propósito, Martins Filho (2020) assegura que estas medidas mais incisivas já “ganham” forma ainda em 1968, na gestão do presidente-general Costa e Silva, sendo elas institucionalizadas com o intuito de conter os ânimos dos grupos insurgentes.

O aprofundamento da militarização do Estado foi o aspecto mais visível da ofensiva militar no alvorecer de 1968 [...]. No primeiro dia útil de 1968 foi anunciada a criação da comissão especial para a análise do problema estudantil, chefiada pelo coronel Meira Mattos. Em seguida, o governo enviou ao Congresso o projeto que estabelecia as novas funções e estrutura do Conselho de Segurança Nacional (CSN) (Martins Filho, 2020, p. 147-148).

A perspectiva do autor nos ajuda a compreender diferentes cenários que compunham uma mesma conjuntura, pois, enquanto havia as dissensões entre os grupos de militares que estavam no comando, articulavam-se as medidas mais ríspidas durante a ditadura – referimo-nos ao AI-5<sup>89</sup>. Concomitantemente, via-se um cenário de “otimismo”, em virtude de uma série de fatores, que colocavam o Brasil numa “prateleira” que possibilitava o país projetar-se para um futuro promissor, especialmente no âmbito econômico, ambos cenários ocultavam a verdadeira realidade vivenciada pela população nesta época.

Rememorando o passado, festejava-se o presente. E os primeiros anos da década de 1970 foram mesmo tempos de celebrações: comemorava-se o tricampeonato de futebol, as lutas de Eder Jofre, a expansão do sistema de telecomunicações e das fronteiras regionais que abriam novas estradas,

---

internamente eram denominados de “besouros” pelo fato de se fazerem presentes em espaços quase sempre impenetráveis.

<sup>89</sup> Objetivando preservar a “Revolução”, o governo militar decide outorgar o Ato Institucional nº 5 considerado o mais violento do período ditatorial. BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1968. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 30 out. 2024.

construíam novas pontes e hidrelétricas; as indústrias cresciam em proporções consideráveis. Foram anos de ouro. Não obstante, não se pode desconsiderar que, se nos primeiros anos da década de 1970 não eram raras na imprensa brasileira imagens otimistas do país, também eram bastante comuns imagens sombrias, por assim dizer. Por exemplo, a notícia da morte do guerrilheiro Carlos Lamarca foi divulgada pelo *O Cruzeiro* (Cordeiro, 2009, p. 89).

Este momento festivo, em especial, na década de 1970 no qual expõe um Brasil permeado por um otimismo que ao longo de sua história foi construído de acordo com o cenário apresentado. Carlos Fico (1997) entende que o otimismo constituído neste momento supracitado é uma construção histórica, segundo a qual os militares adotaram-no com o intuito de explanar um “projeto” de progresso para o Brasil através do setor econômico em que, posteriormente, se irradiaria para outros setores. Tal exposição se dava em função do apagamento de tudo que remetia ao governo de Jango, pois, na mentalidade dos militares, os brasileiros viveriam um “novo” momento proporcionado pelos “Objetivos Nacionais” da “Revolução”.

Vejamos os elementos que embasaram o otimismo desenvolvido ao longo do tempo e que foi adotado pelos militares, em que

[...] a noção de que umas tantas “correções de rota” seriam suficientes para pôr o Brasil no caminho certo; a ideia de “crise moral”, isto é, de que nossos problemas decorrem da frágil personalidade dos indivíduos que compõem a sociedade e, finalmente, a preocupação com a “imagem externa” nacional, vale dizer, a inquietação com aquilo que de nós pensam as sociedades de outros países (Fico, 1997, p. 38).

Essa preocupação com o que se pensava do Brasil no exterior exigiu dos militares medidas mais enérgicas, já que estava em jogo a “imagem” não só do país como também do próprio governo constituído pela “Revolução”. Diante disso, era de suma importância que o governo militar deixasse transparecer, mesmo que oportunamente, uma aparente sociedade alinhavada com os princípios e diretrizes perpetrados no período militar. Através dos atos comemorativos em que os militares e seus simpatizantes permitiram-se expor uma suposta “vitória” triunfante sobre o “inimigo” inventado, mostrando tanto para doutos quanto para os incautos, a “imagem” de um país que despontaria economicamente como resultado do projeto apresentado pelo governo militar.

Estando imerso nesse contexto festivo e “otimista”, o grupo das TJs enfrentaria uma série de problemas com os militares ao ponto de eles receberem denúncias de condutas “desviantes”, principalmente, nos estabelecimentos de ensino e, a partir disso, desencadear

inúmeras investigações contra os seus membros. Esse período “otimista” foi explanado por Carlos Fico (1997) e por Janaína Cordeiro (2009) quando propuseram explicar o contexto das projeções e expectativas provocadas pelo “milagre econômico” no meio social, além do mais, merece destaque a existência dos contrastes sociais nessa conjuntura. Evidentemente que a escola não foi o único local onde as TJs atuaram, mas era mais comum que as insubordinações aos eventos civis ocorressem nela; daí que surge a ideia de uma vigilância institucional maior, algo que se estabelece de maneira surpreendente.

De acordo com o relatório da DSI vinculado ao Ministério de Justiça (1978, p. 1), “[...] há algum tempo vem se registrando a ocorrência de atritos e pedidos de interferência governamental motivados pelo modo de agir de adeptos da seita TESTEMUNHAS DE JEOVÁ”, ou seja, esse fenômeno como foi posto neste trabalho não era uma novidade e somente após sucessivas ocorrências acompanhadas das indignações de determinados setores sociais é que as autoridades começaram a agir.

Chamamos atenção do uso da terminologia “seita”, a qual já debatemos linhas atrás, percebe-se a reafirmação de um ideário se pensarmos conforme nos adverte a Análise do Discurso (AD)<sup>90</sup>. Este ideário militar que coibia o que era diferente e acolhia concepções concordantes, não tolerava “ensinamentos subversivos”, principalmente quando difundidos em todo território nacional. E, ainda neste relatório, os agentes já indicavam uma forma de solucionar este “problema”, a saber: “Este processo de alienação e subversão de jovens brasileiros merece um estudo sério e objetivo para a coibição da maneira de agir dos líderes da seita, ou mesmo proibição legal de sua existência, medida que tomou o governo da Argentina”<sup>91</sup>.

Observamos que os termos “alienação” e “subversão” são utilizados na mesma frase remetendo à periculosidade que as TJs ofereciam aos jovens do país, conduzindo-os às mesmas práticas. Tal qual Sócrates fora acusado de “corromper” os jovens atenienses, salvo as devidas proporções, as TJs, nesse contexto e no discurso registrado pelos agentes do DSI, não poderiam mais se valer de uma liberdade plena porque os olhares “inquisitoriais” dos grupos sociais mais alinhavados com os militares acompanhavam-nos de perto e, portanto, estando na espreita, ampliava-se o alcance da vigilância.

---

<sup>90</sup> Pensando na funcionalidade da repetição dentro do discurso, infere-se que esta não é uma falha ou erro na linguagem, mas “[...] um recurso utilizado pelo falante com a finalidade de persuadir seu(s) interlocutor(es)” (Andrade, 2010, p. 1). Pode-se dizer que as repetições das observações e informes inseridos nos relatórios ou fichas reforçavam as “suspeições” e até as acusações direcionadas às TJs.

<sup>91</sup> Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001, p. 1.

Ainda na análise do excerto, nota-se uma referência à ditadura militar implementada na Argentina, em que os agentes compreendem que as medidas tomadas por lá contra as TJs serviriam de “modelo” para os militares do Brasil. Isso deixa transparecer que realmente o governo militar não havia lidado com um número massivo de casos deste fenômeno, poderia ter existido uma circunstância ou outra, mas em uma proporção bem maior como foi na década de 1970, era necessário reorganizar o aparelho repressivo do Estado. Essa reorganização vai ao encontro da crescente onda dos movimentos estudantis que iam às ruas manifestar o descontentamento com o governo militar, reivindicando direitos cerceados desde os primeiros atos proibitivos.

A ideia de fé que almejamos salientar nessa seção é a mesma que expressa uma convicção alijada da lógica humana. Assim sendo, as TJs prezavam pelas escrituras a tal ponto que a seguiam literalmente, isto é, faziam uma “leitura” própria de mundo e aplicavam a realidade da qual viviam. No entanto, o mundo do “otimismo” perpetrado pelos militares não foi capaz de eclipsar as convicções das TJs, embora houvesse tentativas de redirecioná-las ao ideal disciplinador; mantiveram-se irredutíveis frente às afrontas e retaliações.

É importante frisar um indício de que a fé que estamos tentando abordar tem origem nos ensinamentos perpetrados pelo “Corpo Governante”, uma fé segundo a qual as TJs fazem a confissão de salvação. Colocando noutros termos, “os cristãos precisam provar pelos atos que realizam que eles têm fé” (*A Sentinela*, 1974, p. 211). Percebe-se que a fé se alia aos atos, portanto, as ações das TJs são maneiras pelas quais comprovam sua reverência destemida ao único Deus.

Como veremos adiante, a fé que mobilizaria as mentes e os corpos pautava-se em princípios bíblicos conflitantes com a propositura dos governos militares que se sucederiam no poder. O não juramento à bandeira ou a recusa do cântico do hino patriótico foram interpretados pelos militares e por seus pares como insubordinações passíveis de reprimendas, mas para as TJs, tais atos eram provas daquilo que estavam convictas. A ideia de idolatria e o âmbito educacional nos proporcionarão uma análise estimada das implicações que suscitam dessas perspectivas diametralmente opostas, quais sejam: o ideal militar e a fé “subversiva”.

### **2.1.1. “PRISIONEIROS” POR CONVICÇÃO E A IDOLATRIA NO SETOR EDUCACIONAL**

No relatório da DSI, abordado linhas atrás, os agentes explicam quais são as práticas das TJs denunciadas e descritas por eles de maneira convicta como “subversivas”, já que o ideal militar permitia enquadrar as TJs no conceito de “inimigo interno”, embora não houvesse

critérios definidos. “As denúncias concentram-se na proibição que a seita faz a seus adeptos da prática de atos cívicos e patrióticos, como o serviço militar, o canto do Hino Nacional, o respeito à Bandeira e demais Símbolos da Pátria”<sup>92</sup>. Cabe frisar que a década de 1970 e outras, como já foi descrito, nos apresentou momentos em que os desfiles como o do dia 7 de setembro, em comemoração à Independência do Brasil, e os demais atos cívicos eram incentivados e prestigiados pelos militares. Assim, a ausência de um sentimento cívico representava uma condição de adversidade política.

Janaína Cordeiro (2009) nos recorda dos preparativos para aqueles “anos dourados” como foram os anos 1970, período em que a Semana da Pátria foi colocada no rol de eventos festivos dos quais os militares e seus simpatizantes poderiam evocar “vitórias” derivadas da “Revolução”. As Forças Armadas, na verdade, precisavam de algo para comemorar e propagandear a “necessidade” que foi a intervenção no governo do país.

A sociedade não ficava alheia a esse clima “alucinante” de festejos, celebrações, desenvolvimento econômico e progresso. Sob este aspecto, o Sesquicentenário da Independência pode ser considerado uma ocasião importante para se observar a adesão e o consentimento social com relação ao regime. É um momento no qual podemos analisar as formas pelas quais os mais diversos segmentos da sociedade reivindicaram sua participação num evento, que ao fim, servia como forma de legitimação do governo (Cordeiro, 2009, p. 87-88).

Para os militares, a participação popular era bem-vinda, já que dava uma sensação de que o governo era benquisto, como também fortalecia as tomadas de decisões em diferentes esferas sociais. Por outro lado, as TJs, por seus princípios e ensinamentos, rompiam com a lógica dos militares de que, especificamente, as religiões da vertente protestante estavam alinhadas ao governo.

Esse debate já fizemos anteriormente, no entanto, constatamos que a supracitada lógica dos militares acerca das TJs não é bem verdade por duas principais razões, quais sejam: 1. as próprias TJs não se declaravam protestantes como os agentes do SNI haviam registrado no seu relatório de 1987; 2. por vezes, foram descritas como membros de uma “seita” perigosa e concordantes de práticas desviantes. Apesar de esse relatório ter sido produzido no período da redemocratização política, os questionamentos oficiais e sociais em relação à doutrina religiosa das TJs remetem a um tempo mais longo, tendo em vista a insubordinação em relação à participação nos eventos cívicos e ao culto a determinadas autoridades políticas, além dos

---

<sup>92</sup> Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001, p. 1.

fatores religiosos apregoados.

Desse modo, em um relatório produzido pela DPF, datado de 20 de julho de 1971, este fenômeno foi registrado pelos agentes, que descreveram de maneira acintosa as TJs como “Crentes” e que estavam “infestando” o interior de São Paulo. No mesmo documento, estavam inseridas novas perspectivas que, em outras circunstâncias, apareceriam de forma consolidada, uma vez que, na esteira do tempo, os agentes já eram sabedores das “práticas desviantes” deste grupo religioso<sup>93</sup>: “Negando todos os símbolos, tais como imagens de Santos, etc, dizem que a Bandeira brasileira nada significa, são contra o serviço militar, Pátria [...]”<sup>94</sup>.

Nota-se que a referência à expressão “imagens de Santos” tinha, nas entrelinhas do discurso, uma evidente “colisão” das crenças, pois os católicos aderem ao culto às imagens dos Santos e os agentes, tendo conhecimento disso, fazem questão de pôr este informe no relatório até como uma maneira de destacar a existência de ânimos acirrados entre os diferentes grupos religiosos brasileiros, posicionando-se claramente a favor dos católicos e com boa parte de suas lideranças religiosas apoiando um regime ditatorial.

Problematizando ainda mais este relatório em tela, nos parece que estas colocações feitas pelos agentes eram intencionais, a fim de inculcar nos demais integrantes da “comunidade de informações” e até na sociedade civil os danos que os ensinamentos das TJs poderiam causar, servindo como alerta para combater as más instruções. Além de que, isso poderia impulsionar a aversão contra a “seita” entre os católicos da “comunidade de informações”, bem como inibir outros, como os adeptos ou simpatizantes das TJs.

Respeitam a Bandeira Brasileira, como símbolo do país, mas negam-lhe um sentimento superior, pois essa manifestação, dentro de seus pontos de vista, são devidas somente à Deus (sic) [...]. Prestam respeito as leis do país sob cujo domínio vivem, desde que, não firam os seus princípios religiosos.<sup>95</sup>

Os motivos imbricados estavam postos, contudo, isso não foi suficiente para os militares que continuaram suas investigações contra as TJs. No entanto, merecem ser sublinhados a fim de que possamos entender que estes fiéis não agiam sem propósito algum, ou seja, eles sabiam os limites daquilo que os ensinamentos propunham. Para tanto, reconheciam os símbolos

<sup>93</sup> Com isso queremos dizer que os agentes da “comunidade de informações” já tinham a noção de quem eram as TJs e a atuação coordenada por elas em várias localidades do país devido a frequência com que o “fenômeno” se repetia.

<sup>94</sup> Departamento de Polícia Federal (DPF). **Testemunhas de “Jeová”**, 1971, 7ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035452\_d0001de0001, p. 4.

<sup>95</sup> Departamento de Polícia Federal (DPF). **Testemunhas de “Jeová”**, 1971, 7ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035452\_d0001de0001, p. 4.

nacionais e os eventos cívicos, contudo, a concepção das TJs deixava transparecer que o senso de respeito não poderia “ofuscar” ou suplantar os seus princípios religiosos apregoados nas reuniões com os fiéis.

Eles viviam assim, cambaleando numa “linha” tênue entre o respeito aos preceitos institucionalizados e os princípios religiosos e de conduta apregoados, e com isso, envolvidos no campo das batalhas ideológicas, que a depender da conjuntura do momento poderia representar riscos políticos. Bruna Soares (2018) assevera duas características atribuídas às TJs, observadas em pleno contexto do período militar, estas são a “neutralidade” e o “apartidarismo político”; pechas que estes fiéis carregaram por muito tempo, pode-se dizer que tais caracterizações moldaram os discursos que criminalizavam o exercício da fé, confundindo-a com “subversão”.

A idolatria tem um espaço considerável nas publicações realizadas pelas TJs que debatem amplamente esse tema em consonância com a Bíblia<sup>96</sup>, pois entendem que essa prática traz “[...] a veneração, o amor, o culto ou a adoração prestados a um ídolo” e que pode ser “[...] uma imagem, uma representação de algo ou um símbolo que é objeto de devoção” (*A Sentinela*, 15 de janeiro de 1993, p. 20). Na exposição completa dos argumentos, o entendimento consolidado é de que todas as coisas veneradas devem ser abolidas em detrimento da adoração a Jeová, por não estar em pleno acordo com o verdadeiro “ensinamento” sagrado.

Na principal obra produzida pelas TJs<sup>97</sup>, elas destinaram um tópico para definir e discutir o seu entendimento do governo temporal e como os demais fiés devem respeitar o seu funcionamento e suas leis, porém vendo o poder como algo emanado por Deus. Dizem: “[...] Os governos são amiúde classificados segundo a fonte e a extensão de sua autoridade. Jeová Deus é o Soberano Universal, que confere autoridade a outros de acordo com a vontade e o propósito dele” (Jw, c2024, p. 178). Sobre isso, nota-se que o entendimento das TJs sobre o governo tem o ponto de partida na autoridade de “Jeová Deus”, segundo o qual provém a fonte para a governabilidade, no entanto, se o representante que ocupa o poder não se alinhar com os ensinamentos, estará fadado ao erro e as práticas consideradas pecaminosas.

Em outra passagem do referido livro, demonstra que essa lógica de não nutrir um “sentimento superior” para as coisas terrenas implica também, na recusa em participar das

<sup>96</sup> A passagem de Êxodo em seu capítulo 20, versículos 4, 5 e 6, expõem a fundamentação deste entendimento acerca da idolatria e que está presente em praticamente toda doutrina das TJs. “Não debes fazer para ti imagem esculpida, nem semelhança de algo que há nos céus em cima, ou do que há na terra embaixo, ou do que há nas águas abaixo da terra. Não te debes curvar diante delas, nem ser induzido a servi-las, porque eu, Jeová, teu Deus, sou um Deus que exige devoção exclusiva” (Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada, 2018, versão on-line).

<sup>97</sup> O “vai e vem temporal”, que será verificado nos documentos selecionados, ocorre em função da necessidade de analisar possíveis posicionamentos das TJs que convergem com a proposta da pesquisa neste capítulo.

comemorações das datas cívicas, nacionais ou locais, sejam elas feriados ou não (Jw, c2024). A partir desta introdução ao pensamento maioral das TJs a respeito de governo e das comemorações, podemos retomar a análise e nos aprofundar no dossiê supracitado que circulou no interior da “comunidade de informações” e tinha como objeto de investigação o “fenômeno da desobediência civil”, o qual se propagou, especialmente, no campo educacional.

Inúmeros estabelecimentos de ensino constataram uma crescente onda de recusas de estudantes, geralmente filhos de pais praticantes dos ensinamentos das TJs, de participar da Semana da Pátria, que reunia desfiles cívicos e outros atos da mesma natureza. No relatório do SNI, elaborado no ano de 1971, os agentes descrevem algumas medidas tomadas no setor educacional, já que este foi muito “afetado” pelos ensinamentos das TJs. Vejamos a descrição:

Igualmente procede a expectativa em tórno do surgimento de problemas em todos os níveis do âmbito educacional, já que, a partir dêste ano a cadeira de Educação Moral e Cívica devidamente regulamentada integrou-se em pé de igualdade com as demais em todos os “curriculuns” escolares.

[...] e quanto a educação os que se dispuserem a seguir rigidamente a doutrina [religiosa], simplesmente terão que deixar de estudar já que como se sabe a disciplina “Educação Moral e Cívica” do ginásio à faculdade tal como as demais está sujeita aos limites de frequência e de aproveitamento<sup>98</sup>.

Dessume-se, a partir dos excertos que, a insubordinação civil, como também ficou conhecido o “fenômeno da desobediência civil”, não se limitava a uma etapa do ensino, como se pôde constatar na leitura, alcançou “todos os níveis do âmbito educacional” demonstrando a proporção dos casos, pois as diciplinas de teor cívico alcançavam até o nível superior, com a disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros, e, ainda, houve uma importante valorização do civismo nas escolas. Essa ampliação também se aplicava às localidades, pois, como veremos adiante, não havia fronteiras que impedissem as divulgações dos ensinamentos das TJs. Levando estas perspectivas em consideração, foram os agentes do SNI vinculados à agência de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que fizeram o levantamento de como as TJs atuavam naquele estado e, desta forma, ajudaram-nos a verificar o *modus operandi* destes fiéis.

Este levantamento consta no relatório de 1971, nele asseveram que as TJs estavam crescendo sua influência mediante a distribuição gratuita da Bíblia, por meio dos seus ministros que se empenhavam em levar as “boas novas”. O relatório ainda define estes ministros como “[...] fiéis preparados para tal mistér e batizados por imersão em água. A pregação da palavra

---

<sup>98</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Testemunhas de Jeová**, 1971, 6ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035536\_d0001de0001, pp. 2-3.

sagrada é feita de casa em casa”<sup>99</sup> (SNI, 1971, p. 1). Observem que os agentes têm pleno conhecimento da conduta e desse *modus operandi* praticado pelos membros deste grupo religioso, corroborando com o estudo feito, principalmente no primeiro capítulo deste trabalho em que explanamos sobre o funcionamento da “comunidade de informações” que fazia suas investigações e coletava os dados os quais, depois, circulavam entre as agências.

Outro ponto que nos parece pertinente em ser abordado, segundo a ótica do SNI, é o método aplicado pelas TJs. Os agentes realçam que o método ia desde pregações aos relatos de experiências pessoais de cada ministro participante, tais elementos estavam embasados num discurso proselitista que tinha como pretensão convencer novos adeptos que, para a chefia do SNI, este procedimento era altamente “perigoso” por ameaçar os ditames da “Revolução” e por ser um potencial “enconderijo” para o “inimigo interno” (SNI, 1971).

Nas palavras dos agentes quando se referiam às TJs e suas atuações em Porto Alegre, “[...] a seita tem larga receptividade nas camadas mais humildes da população e sua propagação tem interessado os elementos mais jovens dos núcleos populacionais onde atua”<sup>100</sup>. Mais uma vez, percebe-se a recorrência do termo “seita” ao se referirem às TJs, chamamos atenção para o ideal militar no qual acreditava-se que a “seita” desvirtuava a juventude, inclusive, é algo que também já foi explanado no capítulo anterior; contudo, complementa o impacto dos supostos ensinamentos “subversivos” quando espreiados pela sociedade.

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, pode-se inferir que os militares foram se articulando na medida em que o fenômeno da desobediência civil ia tomando proporções maiores ao impulsionar movimentações “suspeitas” dentro das escolas. Nesse sentido, um dos casos mais emblemáticos que envolvem a aparição das insubordinações civis dentro das escolas<sup>101</sup> ocorreu no Complexo de Ensino Tasso da Silveira, em Curitiba, no ano de 1977, cujo

<sup>99</sup>Serviço Nacional de Informações (SNI). Agência de Porto Alegre. **Testemunhas de Jeová**, 1971, 15ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71032274\_d0001de0001, p. 2.

<sup>100</sup>Serviço Nacional de Informações (SNI). Agência de Porto Alegre. **Testemunhas de Jeová**, 1971, 15ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71032274\_d0001de0001, p. 2.

<sup>101</sup>A fim de que compreendamos a amplitude deste fenômeno, há um outro caso registrado em Belém-PA no ano de 1971, o qual não foge ao enredo e nem as descrições dos seus partícipes. Quase sempre constam as orientações para que as recusas dos estudantes fossem efetivadas. Os pais desses alunos são denunciados e têm seus nomes vinculados às TJs, já que em Belém tal “[...] fato repercute mal e é de suma gravidade, visto que os demais alunos são atingidos pelos maus exemplos, contrários aos interesses nacionais [...]”. Nesse sentido, constata-se que o monitoramento social não se limitava apenas a determinada localidade ou região, mas se fazia presente com um alcance tentacular e ideológico. Percebe-se que a denúncia feita à DPF de Belém, demonstra que a vigilância exercida, sobretudo, por civis, encontrava-se atuante e atinente às proposituras do governo militar. Por essas e outras circunstâncias, é que se fazia necessário relatar as ocorrências a fim de que os informes servissem de instruções para combater as insurgências em todo o país. Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência em Belém-PA. **Testemunhas de Jeová**, 1971, 7ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035452\_d0001de0001, p. 2.

relato<sup>102</sup> do então diretor José de Castro Alves Ferreira fundamentou os sucessivos documentos produzidos e de constante circulação dentro da “comunidade de informações”.

O relato convicto do diretor expõe as preocupações dele enquanto professor e gestor de uma instituição de ensino, no qual declarou-se em condições de manifestar sua opinião pessoal, e solicita providências contra a atuação das TJs. “Acompanhando, há muitos anos, como cidadão, através de leituras de jornais, revistas, etc., ao processo de alienação de jovens brasileiros aos valores e símbolos da Pátria, pregada pela ‘religião’ Testemunhas de Jeová [...]”<sup>103</sup>. Com esse pequeno trecho, já podemos problematizar algumas construções discursivas, a primeira delas trata do diretor que se coloca na condição de “cidadão”, como se os membros do grupo religioso em tela não fossem, e assim, fica evidente que havia um alinhamento do gestor da escola com os preceitos implementados pelo Estado autoritário que “cimentava” uma pretensa divisão da sociedade entre os que compactuavam com a “subversão” e os “denunciadores” – estes, por vezes, eram simpatizantes da ala militar.

É perceptível como havia um colaboracionismo entre os civis e os militares, especialmente, quando o “inimigo” era comum a ambos; permitindo uma ampliação da rede informacional que também, nessa mesma propositura, colhiam relatos como desse diretor pelo potencial informativo e denunciatório registrado no documento. A prova dessa colaboração recai nas expressões retiradas do excerto acima em que aponta para uma “alienação” dos “jovens brasileiros” que se insurgem contra os elementos que compõem a “Pátria”.

Consideramos que basicamente o diretor José de Castro reproduziu as descrições perpetradas pelo ideal militar, que foram observadas no caso de Porto Alegre ainda no início da década de 1970. Percebe-se que estamos lidando com o mesmo fenômeno de resistência às práticas cívicas retratado em lugares e datações diferentes, evidenciando a permanência do ideal militar no meio social, incutindo nas mentes dos civis que as TJs são os males que degeneram os “verdadeiros” valores patrióticos e afins.

[...] vimos, durante os dias que antecederam as comemorações da Semana da Pátria de 1977, tal processo atingir alguns de nossos jovens alunos. Comunicado por alguns professores de que 6 (seis) alunos negavam-se a fazer dissertação sobre temas cívicos e de amor à Pátria, e também, a cantarem o Hino Nacional, além de, com palavras e atos perante seus colegas, negaram o

<sup>102</sup> Pensando o processo de “circularidade” destes informes apresentados no relatório, este teve origem (ponto de partida) na DSI vinculada ao Ministério da Justiça e, no decorrer das distribuições dos informes contido no relatório, a difusão do documento percorreria a Agência Central do SNI, o CIE, a CISA, o CENIMAR e o DSI. Isso demonstra o caminho em que um relatório circulava por instâncias e setores distintos da estrutura informacional montada pelos militares.

<sup>103</sup> Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001, p. 2.

dever de respeito a nossa Bandeira e demais símbolos da Pátria, tomamos a iniciativa de conversar com estes alunos acompanhados de seus pais.

Soubemos, então, que por orientação dos líderes desta seita que, qualquer ato cívico de respeito e dever aos valores e símbolos da Pátria era considerado “idolatria” e, por conseguinte, um “pecado” que os afastaria de Deus, pois, segundo os ensinamentos por eles recebido, só existe, amor, respeito e dever para com seu Deus<sup>104</sup>.

Nesse documento ainda, vimos como o diretor José de Castro contribuiu com a “comunidade de informações” ao denunciar os casos ocorridos no estabelecimento de ensino. No entanto, as descrições no excerto acima escancaram novamente a influência do ideal militar no meio social, já que são observados elementos que compõem a Semana da Pátria, como as noções de deveres e valores cívicos em contraste com “traços” de uma conduta “subversiva”, por exemplo, quando os estudantes se negaram a escrever as suas dissertações sobre a temática solicitada. Direccionamos nossa atenção, uma vez mais, para o termo “jovens” contido no excerto, o qual deixa transparecer uma preocupação com a “formação” cidadã destes “jovens alunos” que não podiam crescer e estar em sociedade sem ter o compromisso com os deveres que a cidadania delega.

As TJs, em seus ensinamentos, compreendem que a liberdade (independência) deve sujeitar-se aos preceitos bíblicos já que ao fugir disso recairá na “desobediência” religiosa, podendo chegar à rebelião como ato extremo (Jw, c2024). Infere-se, portanto, que as TJs tinham sua própria compreensão de “desobediência”, mas dentro de um âmbito interno, no caso, os “Salões do Reino” – local onde os fiéis se reuniam. Dessa forma, as medidas proibitivas e “punitivas” aos fiéis destoantes eram de caráter institucional e definitivo, porém, esta mesma lógica, da punição definitiva, não se aplicava aos governos militares que poderiam lançar medidas institucionalizadas de inclusão dos excluídos, como foi a Anistia política, de 1979 (Abrão, 2011)<sup>105</sup>.

<sup>104</sup> Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001, p. 2.

<sup>105</sup> Ao relacionarmos este tema tão importante para a historiografia com as TJs, notamos uma ínfima abordagem da imprensa em 1979, pois a Lei da Anistia era o assunto da vez já que se discutia qual seria a forma de aplicabilidade (“ampla e irrestrita”) ou de que modo ela seria concebida. Contudo, as TJs não aparecem discutindo esse tema, talvez, em função de como os seus membros se portavam na sociedade ou, ainda, por se considerarem “apolíticas”. Numa tentativa de cruzar informações com outras fontes, por exemplo, os jornais, verificamos que as menções ao grupo religioso se pautavam nos anúncios dos seus eventos (congressos), no título da mensagem que compunha a programação estabelecida para a reunião e no quantitativo do pessoal mobilizado para sua realização. Sobre isso, o conferencista Eric E. Britten, convidado para o congresso na Baixada Santista, declarou que “[...] a diferença entre a nossa religião e as demais [...] é que a doutrina das testemunhas de Jeová é totalmente calcada nas citações bíblicas” (*A Tribuna*, 31 de julho de 1979, p. 4). Por estas palavras, confirmamos que o referido grupo religioso agia conforme a literalidade das escrituras sagradas, porquanto é por meio delas “[...] que, em qualquer situação que o homem se encontre, sempre há um exemplo na Bíblia onde ele pode identificar-se e

Sobre o juramento à bandeira nacional, em documento dos TJs do ano de 1972, dizem obdecer à doutrina:

Há cristãos hodiernos que nutrem pensamentos similares no que tange às bandeiras nacionais. São as testemunhas de Jeová. Sua posição é a mesma em todo o mundo. Por estarem bem cômicas da ordem bíblica de ‘fugir da idolatria’, declinam participar em cerimônias à bandeira [...].

Sua posição é comparável à assumida pelos cristãos do primeiro século de nossa era comum. Por causa da consciência, tais cristãos primitivos se recusaram a queimar incenso a César, que, para os romanos, não era apenas um regente, mas um deus (*Despertai*, 8 de março de 1972, versão on-line).

A atitude de recusar participar do juramento à bandeira, por exemplo, é fundamentada bíblicamente e segue o princípio de “obedecer à consciência”. Sendo assim, a edição em tela da revista *Despertai* retrata os “maus-tratos” sofridos pelas TJs nos mais diferentes países por agirem conforme sua consciência, listam algumas situações que envolviam essa problemática nos Estados Unidos em que os principais representantes das TJs passaram por duas “batalhas legais” para, enfim, obterem liberdade religiosa (*Despertai*, 8 de março de 1972).

Tanto a revista quanto o relatório tratam do mesmo objeto, no qual para o diretor da escola citada acima trata de “alienação” juvenil, mas para o editorial do *Despertai* é um direito de liberdade religiosa em que seguir a própria consciência não penalize as TJs. Diante destes dois discursos tão diferentes, presume-se que as motivações empregadas surtiram efeitos práticos, já que o diretor educacional, com suas denúncias, incrementou e exigiu novas discussões acerca das TJs, lançando-lhes pechas que aviltavam a imagem destes fiéis; por outro lado, as TJs reforçaram o seu posicionamento consonante à sua consciência religiosa.

Ao vivenciar um período repressivo protagonizado pelo governo militar, as TJs teriam que enfrentar as consequências de sustentarem os seus ensinamentos, visto que elas estavam em desvantagem porque os militares tinham o poder das armas e usavam estratégias de cooptação de civis. Em se tratando das TJs, não bastava fazer uso das palavras através da

---

obter respostas para suas dúvidas” (*A Tribuna*, 31 de julho de 1979, p. 4). Os questionamentos que as TJs se faziam sobre a realidade vivida, encontrariam explicações, inclusive, reconfortantes a fim de suportar as suscetibilidades provenientes da vida em sociedade – conceitos que só faziam sentido para aquela comunidade religiosa. Complementando o debate em tela sobre a Anistia, acorremos ao acervo documental das TJs no qual já antecipamos o resultado investigativo, deparamo-nos com apenas três menções sobre o assunto da Anistia, mas nenhum deles retratavam a discussão em voga na década de setenta; tampouco localizava o Brasil como seu palco de debate. As menções têm como pano de fundo a discussão de liberdade religiosa frente as convicções das TJs, diante disso, extraímos a interpretação de que as testemunhas ainda tinham sua mobilidade restrita no contexto ditatorial, bem como sua crença era alvo de acusações das quais “justificavam” o monitoramento social dos seus membros, ou seja, uma temática semelhante, pois precisavam reaver suas condições de liberdade suprimidas pelos militares no poder (Anuário das Testemunhas de Jeová, 1973, p. 29).

publicação dos anuários ou algo do tipo, pois o terrorismo de Estado, enquanto prática adotada pelo governo militar, buscaria aniquilar as possibilidades “esquerdizantes” no meio social.

Mostramos aos pais e alunos adeptos da seita Testemunhas de Jeová, que tal atitude, além de ser anti-patriótica, era considerado pelo Regimento Escolar, um ato de indisciplina grave, punível com transferência.

Os pais ali presentes, porém, embora dissessem entender a posição da escola, alegaram que seriam “expulsos da organização” se permitissem que seus filhos participassem de atos cívicos. Mandamos então, preparar os atos de Transferência Compulsória. Ao ver nossa posição irreduzível, os pais cederam, permitindo a participação de seus filhos nos atos cívicos da Semana da Pátria.<sup>106</sup>

Estamos diante de um “campo” de tensão entre discursos, princípios e objetivos. O diretor da escola relata que fez uso das normas internas da instituição para que as atividades fossem cumpridas pelos alunos, evidentemente, houve a colisão de pretensões em que “venceu” o que possuía uma “rede de apoio” maior. O próprio gestor demonstrou-se alinhado com os “valores” apregoados pelo governo militar, inclusive, convencendo os pais a aderirem à participação do evento escolar, contrariando os ensinamentos das TJs as quais possuíam “punições” severas como a expulsão da membresia para quem quebrasse as normas de conduta.

Nesse sentido, podemos refletir que, nesta circunstância, o “dispositivo” de poder atua em função das normas estabelecidas na escola (Foucault, 1984), mas também porque ele é legitimado por uma sistematização de leis e decretos, instauradas pelo Estado autoritário pautado no combate ao “inimigo interno”. A força repressiva do Estado, quando bem articulada, consegue desestabilizar grupos contrários ao “ideal militar”, consolidando os ditames que marcaram esse período como turbulento de nossa história.

O relatório do diretor ainda registra uma contrapartida das TJs neste caso de Curitiba, em que os líderes, chamados internamente de “anciões”, foram tomar conhecimento da situação que envolvia os fiéis do referido grupo religioso. Estes “anciões” se indignaram com o tratamento dado pela escola aos alunos cujos pais eram vinculados às TJs, segundo o diretor, não foi difícil de notar a distinção dos “anciões” para com os pais daqueles alunos (DSI, 1978). Ao compará-los, o diretor explica que “[...] ao contrário dos pais, demonstraram possuir um nível cultural e econômico bastante elevado”<sup>107</sup>.

Isso reforça a premissa percebida na análise do relatório oriundo da agência de Porto

<sup>106</sup> Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001, p. 2.

<sup>107</sup> Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001, p. 3.

Alegre (1971), no qual os agentes tentavam descrever a maneira como as TJs atuavam, quais eram suas predileções e o público que almejavam alcançar – geralmente pessoas mais humildes, talvez, dada sua vulnerabilidade econômica permitiriam as mensagens de “boas novas” irromperem as casas mais simples com certa facilidade. Em face disso, notamos que o diretor da escola curitibana explicita o diálogo provavelmente acalorado já que ele não traz detalhes do que foi conversado, mas atesta que os “anciões”, enquanto representantes das TJs, “[...] nos tentaram demover da nossa posição com argumentos ‘bíblicos’, ‘estúpidos’ e ‘ilógicos’ que só convencem a estes pais inocentes-úteis e incultos”<sup>108</sup>.

Terminologias ríspidas foram colocadas pelo diretor como uma forma de depreciar a imagem dos pais destes estudantes. Por essas e outras que constatamos, através deste relato, o cenário econômico e social do Brasil na década de 1970, em que diversas famílias viviam de maneira precária mesmo em zonas urbanas, por razões já postas ao longo deste trabalho. Sendo que estes pais membros das TJs enfrentaram impasses que, acertadamente, colocaram sua fé em xeque por se depararem com uma situação que precisou ser decidida sem muito tempo para reflexão, por forças de imposição respaldadas pelo governo militar nesse confronto contra a “subversão”.

Senhor Ministro, enquanto o sistema de ensino brasileiro e as autoridades procuram, através de todo um processo dinâmico de formação cívica e patriótica, levar os alunos ao conhecimento do dever, do respeito e do exercício de uma cidadania consciente, vemos uma Organização pseudo-religiosa pregando e desrespeitando os valores e símbolos Nacionais, inclusive contestando a existência de um Estado, sua soberania e organização política.

Jovens brasileiros, adeptos da “seita” Testemunhas de Jeová, desde longa data vêm se eximindo do Serviço Militar Obrigatório, e, automaticamente, perdendo seus Direitos Políticos. Esses jovens, na sua esmagadora maioria de baixo nível cultural e econômico, tem, com a perda de seus direitos políticos, diminuídas as suas chances de emprego, pois, não sendo portadores de Títulos de Eleitor, fecha-se, para eles, o mercado de trabalho [...]. Tornam-se marginais ou se colocam no sub-emprego [...].<sup>109</sup>

O relatório redigido pelo diretor da instituição de ensino onde ocorreram os casos de insubordinação civil fez, assim, denúncias severas, inclusive, sugerindo ao Ministro da Justiça, à época, Armando Falcão, medidas de segurança a fim de evitar a profusão da desobediência

<sup>108</sup> Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001, p. 3.

<sup>109</sup> Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001, p. 3.

civil. No excerto acima, o diretor retoma algumas considerações feitas às TJs, as quais reforçam as debilidades do sistema de ensino brasileiro que estava “tomado” por ideias insurgentes contra a ordem estabelecida.

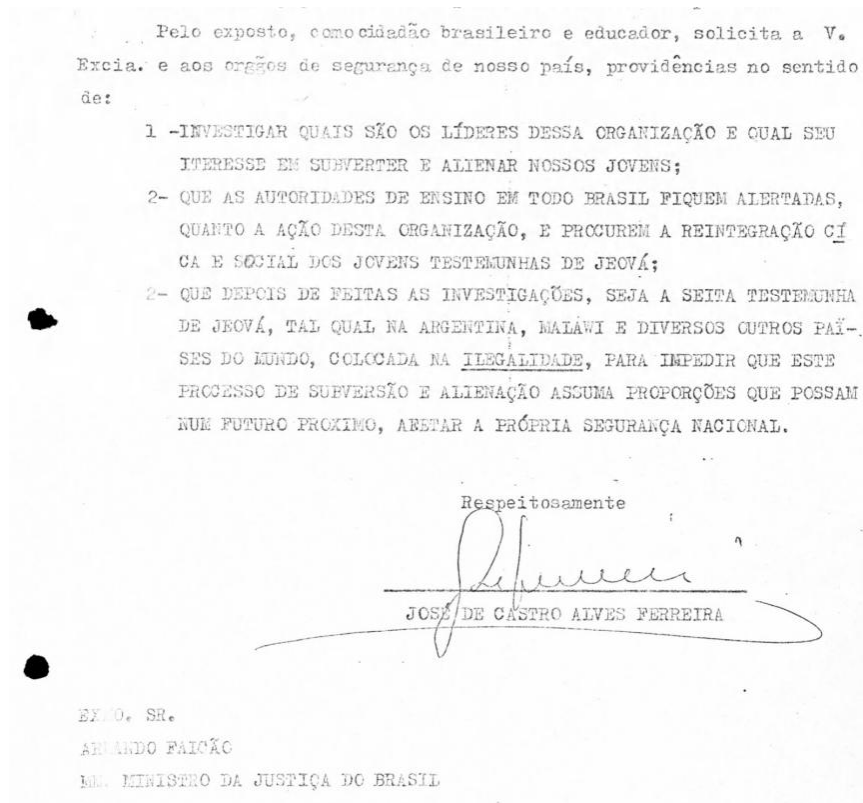
Retoma a situação cultural e econômica destes “jovens brasileiros” ao destacar as dificuldades que eles enfrentam no mercado de trabalho, ainda mais por se recusarem a cumprir suas obrigações civis, então na ótica do diretor, as TJs são prejudiciais aos prognósticos do país por não cumprirem as leis e normas educacionais e de culto ao civismo. Portanto, o relatório deixa transparecer que caberia aos órgãos competentes pôr limites na atuação dos membros deste grupo religioso, já que por conta da sua doutrina os “jovens brasileiros” estavam à margem do projeto pensado pelos militares, o qual deveria ser “técnico” e modernizante para a economia do Brasil.

Para Estevam Mendes (2012), a questão do emprego tem uma relação intrínseca com os estudos para um membro das TJs, tanto é que “com raríssimas exceções, encontramos alguém com formação educacional superior. São dissuadidas a não prolongar os estudos, vistos como ameaça à retidão de caráter e à fé nas escrituras. Cursos técnicos acabam sendo mais aceitáveis” (Mendes, 2012, p. 49). O autor faz uma análise que explica, em certa medida, as preocupações colocadas pelo diretor da escola na década de 1970 no que tange à atuação das TJs nos estabelecimentos de ensino. Mendes (2012) ainda pontuou os entraves que as TJs enfrentaram para obter um emprego que não exigisse tanta qualificação, em contrapartida, os salários eram irrisórios.

Percebe-se que a questão do ensino e o setor educacional para as TJs tornaram-se, durante este contexto em tela, numa “justificativa” para os militares e os seus simpatizantes continuarem investigando, encarcerando e assassinando pessoas inocentes sob o pretexto de combater a “subversão”, segundo a qual poderia ocorrer de muitas maneiras, isto é, desde um livro com capa vermelha até um movimento que lutava pelo fim das vilanias cometidas no decurso dos governos militares que iam se sucedendo no poder. Tudo isso ocorria porque eles se pautavam pela “lógica da suspeição” como bem assevera Brepohl (1997) ao reunir informes que asseguram investigações e sustentam uma “rede informacional” no processo de descrição do “alvo”.

Aliás, se considerarmos o pensamento de Marionilde Brepohl (1997), podemos inserir o diretor numa posição de informante, já que tinha um “campo privilegiado” de observação, ou seja, estava acompanhando de perto a ocorrência do fenômeno. Portanto, ele colabora com a fomentação desta “lógica de suspeição” contra as TJs que, agora, já tinham um perfil descrito, e poderiam ser reconhecidas por suas práticas onde quer que estivessem.

**Figura 6** – Final do relatório do diretor com sugestões para o Ministro.



**Fonte:** Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001, p. 4.

Verifica-se que na Figura 6 ocorre o desfecho do relatório do diretor do Complexo de Ensino Tasso de Oliveira, em Curitiba, sugerindo medidas que coibissem a atuação das TJs não apenas nas escolas como também na sociedade. Ele demonstra preocupação com o processo de “alienação” que “subverteria” os jovens, tirando-lhes o desejo de servir sua Pátria como um cidadão consciente dos seus direitos e deveres. Diante disso, propõe uma “reintegração” dos jovens cooptados pelas Testemunhas de Jeová, numa evidente insinuação de que realmente as TJs fossem uma organização que se utiliza da fé e de preceitos bíblicos para aliciar os jovens, e assim, desrespeitavam às leis do país. O diretor acreditava e implementava com segurança a sua decisão de incentivar a abertura de investigações contra os líderes religiosos (TJs), para “libertar” a juventude desse engodo.

Já é sabido que o fenômeno da “desobediência civil” foi recorrente na década de setenta em todo o território nacional, o qual envolvia os adeptos das TJs em situações conflituosas no que se refere aos seus princípios religiosos e às leis estabelecidas. Ainda no âmbito educacional, alguns alunos vinculados ao estabelecimento de ensino Grupo Escolar Paulo Mendes Silva<sup>110</sup>, localizado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, foram mencionados no ofício elaborado pela diretora Prescilha Alves Fêu, cujo título do documento é “*Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo*”<sup>111</sup>. Tal documento está datado de 19 de outubro de 1970, foi endereçado à então Secretaria de Estado dos Negócios da Educação em São Paulo, acredita-se que através da “rede” informacional o ofício chega na Agência Central do SNI, a qual acolhe-o com a pretensão de investigar de maneira mais detida e proximal esse fenômeno corrosivo dos “bons valores” apregoados pelo regime.

“Tenho a honra de dirigir-me a V. Excia. com o objetivo de demonstrar à mais alta autoridade militar de Jundiaí, a minha repulsa a uma certa organização religiosa denominada de Testemunha de Jeová [...]”<sup>112</sup>. Já no primeiro parágrafo a diretora explicita sua indignação contra as práticas das TJs dentro da escola em que é gestora, além disso, registra uma saudação repleta de preciosismo quando se dirige à autoridade designada para atuar naquela região. Em um primeiro olhar, tais palavras nada refletem a não ser uma mera formalidade, no entanto, ao nos depararmos com o contexto em que o ofício foi redigido, notamos um certo colaboracionismo por parte da diretora a qual denuncia àquela ocorrência.

O tom odioso transmitido por Prescilha expõe o grau de como o ideal militar afetou os demais setores sociais. Nesse sentido, a insatisfação seguia as diretrizes que, outrora, estavam encasteladas nos quartéis, mas, agora, nota-se sua extensão também em espaços escolares. Volta ao centro do debate a questão dos princípios que as TJs seguiam, eles confrontavam a estrutura estabelecida e, conseqüentemente, atraíam para si as retaliações prometidas ao “inimigo

---

<sup>110</sup> Ao pesquisar sobre a referida instituição de ensino, constatamos que a grafia correta do nome da diretora é “Priscila” Alves Fêu, mas decidimos manter no corpo do texto a grafia utilizada pelos agentes dos órgãos informacionais.

<sup>111</sup> A ideia de “civismo”, implementada pela diretora na elaboração do ofício, transcende o sentido denotativo do termo que, por sua vez, exprime a noção de zelo. Considerando que a Semana da Pátria, contexto em que o supracitado documento foi redigido, as orientações da diretora indicavam muito mais do que a falta de cuidado/atenção com os eventos pátrios; no entanto, deixava transparecer o sentido de devoção (concepção quase religiosa). O que acabamos de apresentar recai naquilo que se denomina como “enunciado”, o qual se qualifica como um processo jamais repetido englobando o “conhecimento da língua, suas palavras e possíveis formas de combinação, mas também nosso conhecimento de mundo e dos demais sujeitos que conosco interagem [...]” (Cunha; Pessoa, 2007, p. 75). Assim sendo, observa-se a presença do contexto (“conhecimento de mundo”) e dos sujeitos no processo de interação, ou seja, elementos que a AD preconiza na apreensão dos informes contidos nos relatórios, por exemplo.

<sup>112</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970, p. 9.

interno”.

Com todo respeito à Constituição que dá liberdade de crença, julgo como brasileiro e patriota incondicional, que essa recusa de participação a qualquer homenagem à Pátria, aos Símbolos Nacionais, é uma afronta aos princípios cívicos de qualquer nação e que está traiçoeiramente infiltrando-se de maneira negativa nos alicerces do sentimento cívico-patriótico e da segurança nacional.<sup>113</sup>

Chamamos atenção para as “qualificações” postas pela denunciante cujas palavras utilizadas foram intencionalmente registradas a fim de provocar a reação dos órgãos responsáveis pelo sistema educacional e também de segurança. Nesse sentido, a conjuntura em que este ofício foi elaborado nos faz compreender o porquê de tanta exaltação ao civismo, bem como da externalização dos estudantes mediante atividades escolares realizadas durante a Semana da Pátria. Fico (1997) assinala que a construção dessa imagem “qualificada” tanto do Brasil quanto do brasileiro foram formuladas dentro da proposta engendrada pelos militares, em que possuir uma boa aparência tanto em ações como em ideias surtiria efeito positivo perante o povo que, nessa altura do regime, já desconfiava dos interesses escusos que não poderiam mais ser desfocados dos olhares, outrora ingênuos, mas que, agora, estavam apercebidos.

Uma vez estando espreado no meio social, o “otimismo”, tão apregoado na imprensa e, quase sempre, pela voluntariedade dos seus adeptos, foi capaz de moldar e fazê-los reproduzir os valores patrióticos. Inferimos que Presilha é a exemplação do “otimismo” fabricado e sustentado pelos militares, ou seja, aquela pessoa que se diz apta (“qualificada”) para fiscalizar e denunciar as atitudes desviantes (Fico, 1997).

Ao analisarmos o sentido da palavra “traíçoeiramente” nessa conjuntura destacada anteriormente, notamos que seu uso está para além da classe gramatical pertencente, pois denota uma atitude “covarde” e “desleal” praticada contra a própria Pátria. Com efeito, a covardia perpetrada a partir do vocábulo utilizado pela diretora, exprime uma indignação com o grupo religioso no qual fora ingrato com a Pátria e com o documento legal (Constituição) que permitiu a liberdade de crença. É como se as TJs apunhalassem pelas costas justamente aqueles que de bom grado permitiram sua estadia no país – como se o direito à liberdade de crença fosse um favor imerecido.

O discurso de Presilha soa num tom quase religioso e devocional não à Pátria, mas ao

---

<sup>113</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970, p. 9.

ideal militar difundido, tornando o patriotismo apenas um subterfúgio diante deste ideal que servia de sustentáculo. Ela declara que “essas crianças deixando de receber as devidas instruções de patriotismo e civismo futuramente serão cidadãos sem nenhum sentimento de amor à Pátria e amor aos símbolos [...]”<sup>114</sup>. Ressalta-se a preocupação dela com a formação cidadã dissociada do sentimento requerido, pois sem a devida comisseração pela Pátria quando destes alunos forem exigidos tal atitude, ficarão inertes. Complementa, ainda, que esse cenário, por ela descrito, “poderá facilitar a infiltração estrangeira de subversão, desfazendo a Unidade Nacional”.<sup>115</sup>

Novamente, a diretora demonstra conhecimento apurado de quem estava ciente dos riscos que o “inimigo interno” poderia causar aos bons costumes e até redirecionar o “otimismo” da boa imagem e conduta do povo brasileiro prospectada pelo ideal militar, sobretudo, na década de setenta. Termos como “Unidade Nacional”, “Segurança Nacional” e “Subversão” fazem parte, também, do vocabulário de alguns civis atinentes ao ideal militar, o qual objetivava combater as adversidades impostas ao progresso nacional. Diante disso, não deveria haver espaço para o “corpo estranho” que insiste em subverter os “jovens” de sua função no meio social, segundo a qual era de garantir uma continuidade na valoração do civismo e dos princípios afins.

Prescilha assevera que as “pregações” das TJs eram caracterizadas pela imposição de ideias, dentre as quais destaca-se a de idolatria. Para ela, as Testemunhas de Jeová faziam crer que venerar os valores cívicos era uma “compreensão errônea”, portanto, induziriam crianças ao erro. Em seu entendimento, as TJs obstruem o verdadeiro patriotismo que há muito tempo vem sendo subvertido pelo referido grupo religioso, implicando nas inúmeras interações sociais existentes nessa época.<sup>116</sup>

Além de anular o sentimento patriótico, de fé e devoção à Pátria, ainda contribui para a formação de muitos cidadãos indecisos, incapazes de defender a Pátria, a família e não terão mais a verdadeira consciência do que é amor ao Brasil, a terra onde nascemos. Dedicarão suas vidas à Religião – negativa e inconveniente e nocivas onde condenam o amor à nossa Terra e dão a sua

<sup>114</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970, p. 9.

<sup>115</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970, p. 9.

<sup>116</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970, pp. 9-10.

colaboração cívica<sup>117</sup> como pudemos admirar na Semana da Pátria [...].<sup>118</sup>

Dessumem-se do excerto textual os termos “indecisos”, “incapazes” e “nocivas” como qualificações antípodas<sup>119</sup> perante às proposituras fornecidas pelo ideal militar, o qual deprecia a imagem do “inimigo” da Pátria pelo fato de este indivíduo não ser digno de confiabilidade. Os termos supracitados expressam contrastes de tal forma que reforçam o colaboracionismo dos simpatizantes do ideal militar, isso fica evidente quando analisamos a palavra “admirar”. Em face disso, devemos nos questionar: Para estes, o que lhes causava admiração?

Uma admiração proveniente da agenda festiva perpetrada pelo “Comando Supremo da Revolução”, esta inscrevia as atividades desenvolvidas na Semana da Pátria cujo intuito era angariar o apoio popular e passar a impressão de que o governo militar não havia perdido as rédeas do país. Nesse sentido, os indivíduos que não admiravam as “paradas” militares, acertadamente, seriam enquadrados no perfil de “inimigo”.

Cordeiro (2009) declara que, durante os “encontros cívicos”, no contexto do Sesquicentenário da Independência, “vastos segmentos sociais” foram mobilizados a fim de que participassem das comemorações de encerramento do 7 de setembro. A propósito, é o quantitativo que matizaria o discurso dos militares e não o genuíno interesse das camadas populares em participar destes eventos, isso ocorria, talvez, pelo temor das retaliações provenientes dos vigilantes sociais ou porque realmente alguns indivíduos aderiam ao “discurso vencedor”.

A mesma autora destaca a existência de “mecanismos” que permitiriam o regime manter-se ativo durante vinte e um anos. A estruturação desses “mecanismos” foi “[...] capaz

---

<sup>117</sup> O colaboracionismo civil se dava através do ato “voluntário” ou por imposições que geravam consequências para os oponentes do regime. Visando prezar pela institucionalidade dos desfiles cívicos e atividades afins, que os militares no poder inculcaram o ideal patriótico cujo intuito era afinar-se com a sociedade, isto é, garantindo o apoio popular. Na outra extremidade estavam as TJs que justificavam suas ausências nesses eventos. A propósito, quando nos debruçamos sobre os jornais que remontam ao sesquicentenário, pudemos observar pouco ou quase nada daquilo que entendemos como “desobediência civil”, uma vez que havia mais anúncios dos “encontros” organizados pela liderança das TJs em todo o país. Com esses “encontros” realizados entre os seus membros, era possível reforçar todo o conjunto das normativas internas (princípios e crenças), além de batizar e formar novos ministros. O Congresso das Testemunhas de Jeová, evento realizado anualmente no Brasil, seria noticiado com mais frequência em função da quantidade de novos membros aceitos para comunidade a qual “os pastores da organização fazem questão de frisar que a testemunha de Jeová, é completamente apolítica e detesta a violência, não tem vínculo com nenhuma outra religião [...]” (Cidade de Santos, Segunda-feira, 10 de julho de 1972, p. 3). A partir disso, inferimos que apesar de toda veneração aos eventos cívicos realizados no referido ano, estes não interferiram nas programações do grupo religioso, como também não encontramos nenhuma menção ao fenômeno da “desobediência civil”.

<sup>118</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970, p. 10.

<sup>119</sup> Os termos (vocábulos) deixam transparecer que o contrário do indivíduo descrito é o ideal e, por sua vez, reflete a proposta dos militares no poder. Portanto, nessa linha de raciocínio, a pessoa que se recusa a exercer as atividades cívicas é indigna de estar em sociedade.

de estabelecer um diálogo com a sociedade e criar elementos de identificação entre esta e o regime” (Cordeiro, 2009, p. 88). A partir disso, consideramos que os apoiantes do regime ditatorial não se mobilizaram apenas pela espontaneidade ou voluntariedade, mas também pelo reconhecimento do grupo político à frente do governo no combate ao “inimigo” e à “guerra” inventada. Dito de outro modo, o cenário da Semana da Pátria foi preponderante para cativar os sujeitos ainda indecisos, bem como reforçar a boa imagem do Brasil e dos governantes “otimistas”.

Retomando a análise do ofício elaborado pela diretora, entendemos que o reconhecimento da atuação do “Comando Supremo da Revolução” acompanhava uma falseada narrativa, segundo a qual preconizava uma impressão positiva dos diferentes segmentos em nosso país à época. Com isso, as verdadeiras dificuldades eram ocultadas e “substituídas” por promessas vãs as quais não tinham sustância quando comparadas com a realidade.

Anexando algumas informações sobre os alunos que pertencem a este credo espero que o Glorioso Exército Nacional pesquise, analise e conclua por uma solução adequada, para que futuramente o nosso Brasil não venha a sofrer consequências desastrosas com respeito ao sentimento de brasilidade.

Aproveito o ensejo, reitero a V.Excia, os mais altos protestos de estima e apreço.<sup>120</sup>

No excerto acima, infere-se que a formalidade registrada no documento mitiga até os instintos humanos mais hostis, pois ela sugere uma ação efetiva contra os membros das TJs, ao passo, que prever um desastre ao deixá-los “livres”. Nada mais sugestivo, por parte da diretora, do que aliar adjetivações aos desejos inflamados pelo ódio ao inventado “inimigo interno”. Destarte, o termo “Glorioso”, empregado por Prescilha ao qualificar o Exército Nacional, expõe uma relação proximal e de reconhecimento entre as partes, em que a diretora reforça o quão “vitoriosa” e célebre era a referida instituição e nela depositava-se a esperança de barrar o avanço do “fenômeno da desobediência civil”.

As informações anexadas ao ofício são as seguintes:

As alunas LUCI IOMIE IAKAHASHI e ELIZA KATSUE IAKASHASHI [sic] faltaram as aulas nos dias da Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro para não participarem das comemorações. A senhora mãe dessas meninas esteve na diretoria querendo justificar sua atitude, proibindo suas filhas de prestarem homenagem à Pátria e à Bandeira, julgando isso ser uma idolatria.

Esta diretoria lamentou muitíssimo haver uma organização religiosa, como as

---

<sup>120</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970, p. 10.

“Testemunhas de Jeová”, que confunde com idolatria veneração e respeito incondicional pelo nosso Torrão Natal.<sup>121</sup>

Prescilha torna a criticar a conduta das TJs em se tratando da questão educacional, mas, dessa vez, sua inconformidade recai sobre a mãe das estudantes. A progenitora, no entendimento da diretora, foi capaz de ir ao estabelecimento de ensino explicar o inexplicável, já que esperava-se a aparição de todos os alunos na Semana da Pátria em função das atividades previstas. Assim sendo, a concepção de “idolatria” se assenta como justificadora das críticas direcionadas ao grupo religioso que contrariava a formação “cidadã” pretendida pelo governo militar.

Na parte final do ofício, encontramos mais relatos das proibições impostas pelos responsáveis de alguns alunos cujas orientações se destinavam à maneira de como seus filhos deveriam participar das atividades cívicas. Nas situações registradas no ofício, os alunos foram orientados a não utilizar, por exemplo, a “fitinha” verde-amarela porque a religião não permitia; parece-nos uma circunstância recorrente nesse período e que apartavam as crianças do “patriotismo” idealizado<sup>122</sup>.

Outra situação registrada no mesmo ofício focaliza a atitude da aluna Luciane Fratesi, à época aluna da 4ª série, e que se encontrava matriculada no Grupo Escolar Paulo Mendes Silva, recusou-se a usar a fita verde-amarela em função da orientação dos seus pais. Já mencionamos outros casos como esse, no entanto, os pais dessa aluna foram responsabilizados. A diretora assevera que “[...] face a recusa e diante de minhas ponderações, passou a usá-la, mas com certo constrangimento”<sup>123</sup>, esse trecho reitera o poder de convencimento que a apoiante do ideal militar possuía a fim de demover os seguidores das TJs do pensamento subvertido e afrontoso, com os quais contrariavam a legislação vigente.

Assim sendo, a diretora finaliza a redação do ofício sublinhando as ameaças e os males causados devido aos princípios preconizados pelas TJs para os jovens do Brasil, bem como os danos direcionados à formação de consciência cívica e ao enfrentamento de futuras adversidades. Portanto, ela declara que “dada a gravidade do fato e as consequências que daí podem resultar com manifesto e prejuízo para as demais crianças, é que levei ao conhecimento

---

<sup>121</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970, p. 13.

<sup>122</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970.

<sup>123</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970, p. 13.

da Diretoria, para as devidas providências”<sup>124</sup>. Tal qual agiu o diretor do Complexo educacional de Curitiba, caso já apreciado neste estudo, os denunciante se posicionam e, em seus reclames, solicitam providências por parte das autoridades competentes.

A partir do que foi explanado ao longo desta seção, infere-se que o relato do diretor do Complexo de ensino como também da gestora do Grupo Escolar escancaram a pretensa relação entre militares e civis que, por seu turno, agiam numa espécie de colaboracionismo permeado por um ideal calcado na ISN; segundo a qual dava as diretrizes de como agir diante das insurgências que colocavam em risco a segurança nacional, bem como operacionalizava nas mentes e nos corpos daqueles (civis ou militares) que se propuseram a combater o “inimigo interno”.

As TJs “protagonizaram”, provavelmente, sem nenhuma pretensão de causar desordem na qual os agentes dos órgãos informacionais e afins denominaram de “fenômeno da desobediência civil”, desconsiderando os reais motivos do referido grupo religioso que teve sua liberdade cerceada por suposições construídas a partir de uma “rede” informacional deslocada da realidade destes fiéis. O constrangimento dos pais e dos seus filhos teve um efeito prático, segundo a máxima mencionada por Borges (2007), de desmoralizar o “inimigo” a qual retomamos a ofensiva contra um opositor imaginado. Para essas pessoas mais simples, praticantes dos ensinamentos das TJs, as retaliações também vieram da própria instituição religiosa que, em suas normatizações e doutrina, não permitia “adoração” a qualquer outro elemento ou objeto por mais sagrado que fosse, pois tal prática era destinada somente a Deus.

Percebemos as relações de poder se convergindo mediante a um “dispositivo” legitimado para impor e estabelecer punições quando estas vontades não eram seguidas. Em toda a análise destes relatos e dos demais documentos que nos auxiliaram nesta investigação, possibilitou-nos presumir que as TJs temiam mais as punições terrenas engendradas por instituições normatizadoras de comportamentos a obedecer Jeová a quem eles tanto pregavam em suas reuniões.

Os fiéis que mais sofriam com os impasses nesse período ditatorial eram as pessoas de origem humilde que, inclusive, como se observou, eram sempre tachadas no relato do diretor como “inferiores” tanto econômica quanto socialmente. Ameaçadas de expulsão do estabelecimento escolar, poderiam continuar às margens das oportunidades de ascensão social, predominando interesses ligados a um ideal militar que criava fissuras na sociedade ao

---

<sup>124</sup> SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970, p. 13.

categorizar os indivíduos de acordo com o seu posicionamento ideológico.

## **2.2. “SEGUNDO A SUA CONSCIÊNCIA”: A DIMENSÃO SUBVERSIVA DAS PREGAÇÕES**

Uma das marcas das TJs é o seu método de evangelização das “boas novas” tanto para os iniciados no grupo religioso quanto para aqueles que ainda não se “converteram” à mesma fé. Em se tratando da configuração de um mundo altamente globalizado, no qual as “fronteiras” idiomáticas foram superadas, e neste período da Nova República brasileira marcado pela redemocratização e pelo avanço tecnológico digital, tudo isso permitiu que os ensinamentos das TJs alcançassem diferentes povos e nações, efetivando ainda mais o seu interesse em ampliar o quadro de fiéis. Dessa maneira, contribuem para a expansão das TJs à medida em que o trabalho missionário é feito usando todas as ferramentas disponíveis. Eles se pautam no texto bíblico registrado em Marcos capítulo 16, versículos 15 e 16: “[...] vão ao mundo inteiro e preguem as boas novas a toda a criação”.<sup>125</sup>

Esse texto bíblico supracitado é tomado pelas TJs como uma orientação que não deveria se limitar à conquista de honras e riquezas, isto é, negócios da materialidade, uma vez que o mais importante era pregar as “boas novas”, por isso precisavam esforçar-se para a consolidação dos seus objetivos missionários. “Eles atenderam à convocação de Deus e promoveram reuniões para proclamar as verdades bíblicas e organizar viagens a diversos locais onde foram formadas classes ou ‘eclesiais’. Havia também reuniões nas casas com leitura de textos bíblicos” (Barra, 2008, p. 76). Percebe-se a efetivação da ideia de literalidade que as TJs faziam das escrituras sagradas, pois os seus membros instruídos se deslocaram por toda parte do mundo como se fossem uma grande engrenagem funcionando de maneira coesa e sistematizada por uma logicidade própria.

Diante desta explanação, propõe-se nesta seção um estudo acerca dos mecanismos utilizados pelas TJs para difundir os seus ensinamentos em tempos de ditadura (1964-1985), visto que muitas pregações eram compreendidas como “subversivas” e, de igual modo, sua doutrina foi também enquadrada com desconfiança pelo meio militar, pela ausência de colaboracionismo com a coisa cívica, pelos questionamentos ao serviço militar obrigatório e pela negação da “idolatria” às autoridades constituídas. Assim sendo, busca-se analisar o teor dos textos utilizados para estudos com os membros das TJs, muitos deles tinham o seu público-

---

<sup>125</sup> Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada, 2018, versão on-line. Disponível em: <https://wol.jw.org/pt/wol/b/r5/lp-t/Rbi8/41/16#study=discover>. Acesso em 25 abr. 2025.

alvo próprio, geralmente as pessoas mais humildes e em dificuldade, e um propósito estabelecido, fazendo valer alguns dos princípios comungados pelos seus membros, a saber: neutralidade e apolitismo.

É preciso justificarmos que os documentos investigados nesta seção possuem datações diferentes entre si, inclusive, alguns fogem do recorte temporal adotado em nosso estudo, pois o intuito é sublinharmos conceitos fundantes para as TJs. Isso ocorre porque os conceitos como democracia e comunismo, por exemplo, sofreram releituras específicas por parte do grupo religioso. Portanto, interessa-nos estabelecer as diretrizes conceituais sob a ótica das TJs frente ao contexto ditatorial em tela.

Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019), o discurso histórico possui uma tarefa socialmente estabelecida em que as discontinuidades são passíveis de análise crítica, mesmo que estejamos distantes temporalmente dos acontecimentos. No entanto, não estamos completamente alijados das experiências registradas nos relatórios e nos textos produzidos pelas TJs ou sobre suas ações sem que pudéssemos examiná-los.

Ao lançar luz nas proposituras das TJs, é possível verificar que elas possuíam projeções a respeito do país, dos governantes e de toda sorte estrutural na qual sustentam suas crenças. Nesse sentido, poderemos inferir que as TJs detinham um pensamento autônomo sem desconectar-se com a realidade que lhes rodeavam, mas sempre preservando os princípios.

A produção de materiais para divulgação dos seus estudos e com temáticas específicas faz parte de um processo de ampliação em larga escala dos missionários e estudiosos da bíblia, que oferecem gratuitamente cursos das escrituras sagradas. Edson Caldas (2018), em sua pesquisa sobre a concepção de cidadania e religião para as TJs, percebeu que “[...] a seriedade que esses religiosos devotam ao trabalho de pregação, mas principalmente para as distinções que fazem entre os integrantes da organização e a sociedade e entre as leis vigentes nesta e as normas que vigoram naquela” (Caldas, 2018, p. 10). Em outras palavras, os membros que frequentavam assiduamente os Salões do Reino tinham um zelo maior para o regramento interno do grupo religioso, pois lidavam com a parte espiritual e, principalmente, com a “salvação”; portanto, antes temer pela perda da “vida eterna” a lamentar punições terrenas que têm “prazos” estabelecidos e findáveis.

Nessa mesma linha de raciocínio, vale sublinhar a “seriedade” no trabalho de pregação que tem como ferramenta de divulgação dos ensinamentos as revistas *A Sentinela* e *Desperta!*<sup>126</sup> – tidas como materiais de treinamento e de informação úteis no processo de estudo

---

<sup>126</sup> A revista ‘*A Sentinela*’ é parte do material empregado nas sessões doutrinárias da organização. A revista ‘*Desperta!*’ é constituída por seções temáticas de diferentes ordens, incluindo, a política. No entanto, estas revistas

dos iniciados (Caldas, 2018). Para além disso, as TJs possuem em seu *site* um acervo digitalizado das suas publicações utilizadas no curso de estudo da bíblia, compondo este acervo há uma biblioteca on-line gerida pela mesma organização, na qual é possível encontrar livros propícios para entender o funcionamento interno e o conjunto doutrinário do referido grupo religioso.

As Testemunhas de Jeová divulgam suas crenças através de vários meios e, em especial, através da página impressa. Em suas convenções anuais são sempre apresentados novos livros, brochuras e artigos para a divulgação doutrinária. Elas estão presentes na Internet com alguns sites oficiais e oficialmente não possuem emissoras de rádio ou TV [...]. Hoje, sua mensagem é apresentada ao público, principalmente através de duas revistas: *A Sentinela*, anunciando o Reino de Jeová, publicada quinzenalmente em 158 idiomas, com tiragem de 28 milhões de exemplares, e *Despertai!*, publicada mensalmente em 81 idiomas com tiragem de 39 milhões de exemplares. Desta forma, as Testemunhas de Jeová mantêm hoje um dos maiores parques gráficos do mundo<sup>127</sup>, sustentado, quase que exclusivamente, pelo serviço voluntário dos membros da religião, contribuições não voluntárias dos membros e doações de pessoas ligadas ou não à Sociedade Torre de Vigia (Castro, 2007, p. 25).

A evangelização realizada pelas TJs compreende todo um aparato tecnológico aliado ao apoio dos seus fiéis que, voluntariamente ou não, se desdobram nos preparativos das mensagens destinadas aos mais diferentes públicos. Eduardo Castro (2007) descreve o alcance que possui o grupo religioso que se vale de suas duas principais revistas, as quais possuem um caráter doutrinário e informativo para pessoas recém-batizadas ou iniciantes. Imaginar que um versículo simples foi capaz de condicionar a construção de um dos maiores “parques gráficos” no mundo, já que a evangelização é feita principalmente de casa em casa, portanto, exigem-se os materiais para os estudos da bíblia<sup>128</sup>. Eram cursos gratuitos realizados nas casas onde as pessoas recebiam orientações para que se desenvolvessem, e com isso também se ampliasse o número de novos membros dedicados a cooperar com a obra de pregação.

---

são basilares na propagação das “boas novas” e seguem o entendimento bíblico da organização (Caldas, 2018). A partir dessas caracterizações, podemos apontar uma distinção no conteúdo dessas revistas, a *Despertai!* traz assuntos do cotidiano, mas amparados no entendimento bíblico conforme os ensinamentos das TJs; já *A Sentinela* se concentra em estudos bíblicos, doutrina e nas profecias, por isso são disponibilizadas duas edições uma para os membros e para o público mais geral (Mendes, 2012; Soares, 2018).

<sup>127</sup> A referida expressão remete à estrutura organizada pelos membros das TJs em que os materiais de evangelização passaram a ser produzidos em larga escala, com equipamentos que permitiam tal desenvoltura. Em uma edição da revista de divulgação sobre o tema em tela, nota-se que o trabalho desenvolvido nessas “parques gráficos” é também uma maneira de expressar obediência a Jeová. Aliás, “[...] de fato, o amor, a fé e a obediência demonstrados pelo financiamento, pela construção e operação dessas instalações, reflete-se também na atividade zelosa do povo de Jeová em todo lugar, à medida que continuam a proclamar a verdade [...]” (*A Sentinela*, 1º de dezembro de 2005, p. 12).

<sup>128</sup> É importante deixar registrado que as TJs, inicialmente, eram denominadas de “estudantes da Bíblia” devido às “devoções” que estes membros possuíam pelas escrituras sagradas.

A revista *Despertai!* lançaria uma edição especial em 1985, cujo objetivo era enfatizar o crescimento do referido grupo religioso no Brasil ao levantar dados sobre os fiéis e assuntos afins. “A obra das Testemunhas de Jeová no Brasil teve um início bem humilde, há uns 65 anos. Não foi através de missionários estrangeiros bem-treinados, mas dos lábios de oito humildes marinheiros brasileiros que o povo desta nação ouviu pela primeira vez a mensagem do Reino, no ano de 1920” (*Despertai!*, 22 de maio de 1985, p. 27).

Nota-se que o estabelecimento das TJs em nosso país coube às pessoas mais simples, no nosso caso, foram marinheiros (geralmente oriundos de classes sociais mais baixas) que “anunciaram” Jeová ao povo brasileiro e, somente em 1945, chegaram ao Brasil Charles D. Leathco e Harry Black na condição de missionários “[...] formados na primeira turma da Escola de Gileade [...], chegaram ao Brasil, e tornaram-se bem conhecidos, ao viajar por todo o país, incentivando e fortalecendo seus irmãos. No devido tempo, chegaram muitos outros formados de Gileade [...]” (*Despertai!*, 22 de maio de 1985, p. 28).

Já falamos da revista *A Sentinela* e de sua importância na divulgação das “boas novas” e os constantes cursos básicos destinados para quem se dispõe a ouvir os ensinamentos das TJs. Para tanto, “[...] o serviço de pregação destaca-se desde a insurgência desse grupo e vai ganhando os contornos da expansão missionária que estava ocorrendo igualmente com outras religiões nos Estados Unidos da América” (Soares, 2018, p. 35). Dessa maneira, o que ocorreu no Brasil, como foi abordado pela *Despertai!* na edição de 1985, foi a lenta institucionalização da fé, isso já havia sido observado nos Estados Unidos através da atuação de Russell, que buscava angariar novos membros, para tanto, com a ajuda de colaboradores, criou-se congregações em diferentes cidades estadunidenses.

Em 1926, a Sociedade começou a imprimir em suas próprias prensas, no Rio de Janeiro, a edição em português da revista agora conhecida como *A Sentinela*. Naqueles dias, a impressão inicial foi de 300 exemplares. Atualmente, imprimem-se 400.000 exemplares de cada número. Esta revista *Despertai!* começou a ser impressa em português em 1933, sob o nome de *A Luz da Verdade*. Em 1938, seu nome foi mudado para *Consolação*, e, em 1947, para *Despertai!*.

Com o passar dos anos, fizeram-se grandes progressos, à medida que a mensagem do Reino se espalhou em todas as direções, penetrando até mesmo nos lugares mais isolados. Milhares se viram livres das algemas da religião falsa. A oposição clerical, a inquietação política, a Segunda Guerra Mundial e os problemas internos — todos não puderam impedir a marcha incessante dos proclamadores do Reino (*Despertai!*, 22 de maio de 1985, p. 27).

O referido periódico possibilita desenvolver um vínculo maior entre os pregadores e os seus ouvintes que, geralmente, eram pessoas humildes, às quais foram ensinadas temáticas que conflitavam com a ordem vigente do país. Vale lembrar que se vivia sob a égide de um governo militar, embora se estivesse no período de transição política para um regime democrático liberal e representativo, com manutenção de algumas estruturas autoritárias do período anterior<sup>129</sup>. Os editores da revista, nesta edição de 1985, aliavam a expansão das pregações das TJs em função da própria consciência, deduzindo-se que as circunstâncias que antes obstavam a ampliação não poderiam conter o ímpeto dos “proclamadores do Reino”.

O relatório do SNI de 1971 expõe uma informação que trata da preocupação dos agentes declarar que a rápida disseminação dos ensinamentos das TJs multiplicaria também os casos de insubordinação civil. A propósito, neste mesmo relatório, os agentes reconhecem que a propagação doutrinária das TJs conquistaria novos praticantes da fé e que não seria necessária uma “interferência governamental”, já que eles entendiam que o grupo religioso era rígido com os seus ensinamentos e não permitiria nenhuma “infiltração” de pessoas esquerdizantes<sup>130</sup>. Nas palavras dos agentes, “[...] tendo-se em vista o conteúdo filosófico da doutrina em questão bem como o fanatismo de que se investem seus cultores fica logicamente afastada a possibilidade de virem os mesmos a sofrer infiltrações de agentes esquerdizantes”<sup>131</sup>.

Constata-se, a partir do que foi exposto no relatório, algumas outras considerações sobre o ideal militar. Os agentes explicitam que o conceito de “inimigo interno”, concebido pelos militares acertadamente, não possuía características definitivas, como propusemos a partir das “chaves” de leitura explanadas linhas atrás, embora isso não os impedisse de organizar investigações sobre as TJs, principalmente quando se trata de conflitos educacionais, tendo sido descritos como membros de “seita”, praticantes de atos de insubordinação civil e descumpridores dos deveres de que todos os cidadãos possuíam perante a lei vigente. Nesse sentido, as TJs se encontravam categorizadas como “subversivas” por seguirem sua consciência com base em doutrina própria, tidas, algumas vezes, como “descumpridoras” das atividades civis, portanto, não necessariamente por serem comunistas.

---

<sup>129</sup> A depender da linha teórica adotada o pós-1985, provavelmente, não represente um período de decadência dos governos militares e, sim, um preparo para o período de transição sob a tutela militar visando um regime liberal-democrático observado na gestão de Sarney (1985-1990). Codato (2005) faz uma análise distinta da perspectiva de decadência ou “crise” do regime militar no Brasil, já que compreende esse momento como período de “transição” (1974-1989) e de intervalo para consolidação de um novo “regime nacional” (1989-2002).

<sup>130</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Testemunhas de Jeová**, 1971, 6ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035536\_d0001de0001, p. 3.

<sup>131</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Testemunhas de Jeová**, 1971, 6ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035536\_d0001de0001, p. 3.

Sobre isso, o mesmo relatório traz um trecho da entrevista de Sérgio Augusto Antão<sup>132</sup>, ministro e superintendente da Sociedade Torre de Vigia, concedida ao jornal “Última Hora”, o qual declarou que “Pátria não é apenas servir as Forças Armadas ou jurar uma bandeira – os comunistas fazem isso também [...]”<sup>133</sup>. Essa declaração na imprensa, proveniente de um dos seus principais líderes religiosos, permite-nos discutir melhor o entendimento das TJs em se tratando de veneração aos símbolos que remetem ao nosso país.

Para o ministro, o “verdadeiro patriota é aquele que cumpre as leis do seu país, leis essas que não entrem em conflito com sua consciência”<sup>134</sup>. Para Marcos Napolitano (2014), a legislação no período ditatorial tem caráter autoritário nos mesmos moldes do próprio regime, mesmo com as falsas intenções “democratizantes” atribuídas ao campo jurídico. Assim, a fala do ministro valoriza a sua religiosidade e impõe limites ao cumprimento dessas leis.

A fim de nos aprofundarmos na compreensão das TJs sobre temáticas que envolvem política, economia, governabilidade e assuntos semelhantes é que, a partir deste parágrafo, nos deteremos na análise de alguns artigos publicados nos principais periódicos geridos pelos fiéis provenientes do grupo religioso em tela. Antes, cabe fazermos algumas considerações a respeito deste material analisado, como já é sabido, as TJs se consideram “apolíticas” e se pautam pela “neutralidade”, já que o referencial delas é a Bíblia, que, por seu turno, fundamenta o conjunto doutrinário destes fiéis. Os periódicos analisados fazem parte do material utilizado no processo de evangelização, portanto, era comum encontrar passagens e referências bíblicas que

---

<sup>132</sup> Como parte do instrumental deste estudo, a perscrutação dos membros das TJs, enquanto sujeitos históricos e sociais, por serem também mais reservados, conseguimos coletar poucos materiais com os nomes dos principais líderes registrados. Alguns desses nomes verificamos nos relatórios do SNI e ao cruzarmos com outros documentos, inclusive, de produção das TJs, não foram suficientes para confirmar, contestar ou, ainda, rechaçar os informes levantados pelos agentes do SNI sobre esses sujeitos. Em se tratando do então ministro Sérgio Augusto Antão, o que encontramos são os próprios registros dos agentes do SNI se referindo às entrevistas concedidas aos jornais. Outro nome que aparece, Augusto dos Santos Machado Filho, nesse contexto ditatorial, é registrado como uma das lideranças atuantes no Brasil; Oswaldo Monezi, à época, ocupava a presidência da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados – um cargo importante e de muita representatividade para a referida comunidade religiosa. Localizamos outras menções a esses sujeitos nas publicações on-line das TJs, Augusto Machado conduz uma mediação de evento em 1997 (único registro encontrado com o seu nome); Já Monezi, tem um texto publicado na plataforma das TJs cujo título é “*A bênção de Jeová resulta em expansão no Brasil – Dedicados as ampliações de Betel*”, ver **Nosso Ministério do Reino**. Reuniões de Serviço para Julho (Semana de 21 de julho). 1997, p. 2. Devido à insuficiência de informações, ficamos impossibilitados de explanar informes biográficos básicos, já que estes membros das TJs possuíam poucos registros nas publicações da própria comunidade, no entanto, não descartamos outras possíveis aparições em jornais de época, uma vez que eles eram participantes dos congressos anuais e reuniões afins.

<sup>133</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Testemunhas de Jeová**, 1971, 6ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035536\_d0001de0001, p. 3.

<sup>134</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Testemunhas de Jeová**, 1971, 6ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035536\_d0001de0001, p. 3.

“guiassem” os estudos com os iniciados, porém o material deixa “escapar” alguns informes que certamente os agentes do SNI se utilizaram para embasar suas investigações<sup>135</sup>.

As TJs pouco ou quase nada registraram sobre o período em que se desenrolou logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, para não incorrerem no erro das imprecisões, os registros que tratam de um governo ditatorial no Brasil localizam-se no período do Estado Novo (1937-1945). Assim sendo, tal registro foi divulgado no *Anuário das Testemunhas de Jeová* (1974) e, portanto, levando em consideração o ano de publicação do referido documento, o país estava sendo gerido pelo presidente-general Ernesto Geisel, que instituiu no país a “política de distensão”, o que nos faz acreditar que os autores deste anuário rememoravam o passado como um artifício ou já tinham ciência da onda liberalizante, uma vez que, de alguma forma, visassem explicar as perseguições, suspeições dos seus membros, prisões e outras medidas tomadas pelos militares objetivando conter a propagação de ideias “subversivas” (Prost, 2008).

Assim, ao passo que todos estes irmãos deixaram uma Europa ameaçada pela ditadura militar nazista, encontraram no Brasil um país no meio de dois extremos. De um lado, estavam os católicos italianos, influenciados pelo fascismo e os católicos alemães, que desejavam aderir a causa nazista que pensavam fadada ao êxito, ao passo que, do outro lado, havia muitos que prezavam a democracia. Foi somente depois que os adeptos nazi-fascistas, então chamados “integralistas” tentaram matar o presidente do Brasil Getúlio Vargas, em 11 de maio de 1938, que o governo brasileiro abriu os olhos e viu a verdadeira fonte de perigo.

Em 1939, a poderosa mensagem contida nos folhetos *Encare os Fatos e Fascismo ou Liberdade* foi intrepidamente anunciada no Brasil. Marchas informativas de Testemunhas que portavam grandes cartazes foram usadas para anunciar as reuniões especiais em relação com estes folhetos e sua distribuição. Isto provocou uma poderosa reação do clero. A polícia municipal e outras autoridades começaram a fustigar os irmãos na filial e a erguer todos os tipos de obstáculos contra o livre progresso de nossa obra. Em 26 de agosto de 1939, cerca de trinta Testemunhas colocaram seus cartazes sanduíches e se postaram em muitos dos locais mais movimentados da cidade. Alguns conseguiram terminar seu trabalho e voltar seguramente para casa. Mas, a maioria, inclusive o superintendente da filial, foram detidos e encarcerados por cerca de vinte e duas horas, sob condições provadoras (*Anuário das Testemunhas de Jeová*, 1974, p.51-52).

Qual seria a intenção das TJs em produzir um documento cujo conteúdo remetia ao período em que também houve cerceamento de direitos, prisões e mortes arbitrárias? A

---

<sup>135</sup> Essa proposição que levantamos no corpo do texto é plausível, pois os agentes do SNI recolhiam praticamente todo tipo de documento que pudesse ser anexado aos relatórios, como forma comprobatória de alegar as acusações contra os “subversivos” e não apenas as TJs. Excertos textuais retirados de entrevistas concedidas pelos “anciões” ou membros que possuíam uma representatividade significativa na comunidade religiosa; além dos jornais e revistas que registraram alguma participação dos subversivos, também foram alvos do monitoramento.

propósito, o discurso anticomunista, enquanto pano de fundo, já estava estendido e sendo utilizado como subterfúgio para que os ditadores agissem tiranicamente. Constatou-se, assim, que as publicações de edições de revistas, anuários, livros e artigos das TJs que tratem de temas sensíveis ou que sejam considerados comprometedores, quase sempre, não tratam das vilanias que os órgãos de segurança e informação praticavam no decorrer do processo ditatorial no Brasil a partir de 1964.

Em relação ao período militar brasileiro, não encontramos nas fontes elementos que evidenciem tal estratégia de falar ou divulgar algo que realmente estava acontecendo, contudo, o corpo editorial da revista lançou mão de exemplos e casos estrangeiros que, em certa medida, passaram por algo semelhante. Podemos inferir que esta seja uma estratégia das TJs para denunciar o contexto turbulento vivenciado no Brasil, ou ainda, com tal prática, elas asseguravam sua posição de “neutralidade” ante os infortúnios provocados pela repressão policial.

Lançaremos luz sobre duas outras discussões importantes a partir dos textos produzidos pelas TJs nessa conjuntura conturbada. Na revista *Despertai!* de 1974, cujo título de uma de suas seções é “*As Nações ‘com escassez de Petróleo’*” uma evidente referência à crise do petróleo que acometeu vários países, e os seus efeitos assolaram diversas economias mundiais, condicionando as declinações de planos e projetos econômicos que antes pareciam consolidados, inclusive, o Brasil sofreu uma situação crítica com a derrocada do chamado “Milagre econômico”. No bojo desta discussão, a mesma edição da revista aponta concepções e justificativas para tal momento caótico, isso quando se refere às disputas entre dois “grandes reinos”, descritos da seguinte forma:

[...] a descrição bíblica do “rei do norte” encontra clara correspondência no eixo totalitário de nações, nos tempos recentes liderado pelas nações comunistas, ao passo que a descrição do “rei do sul” provê indícios que apontam para o bloco democrático de nações, liderado pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha (às vezes chamado de dupla potência mundial anglo-estadunidense).

Não pode haver dúvida de que o comunista “rei do norte” tem feito grandes incursões no mundo da humanidade, controlando agora cerca de um terço da população do mundo. O aumento deste poder, também, tem visto penetrar profundamente no controle dos recursos do mundo, causando condições críticas em muitas partes da terra, algumas nações democráticas especialmente “sentindo o aperto”. A crise do petróleo é um dos muitos exemplos dos resultados desta amarga contenda pelo domínio mundial [...]. A profecia bíblica de Daniel, porém, não aponta para qualquer tomada de poder do simbólico “rei do norte”, resultando numa ditadura mundial comunista (*Despertai!*, 22 de agosto de 1974, p. 23).

As referências bíblicas presentes no conteúdo das revistas explicitam uma prática comum das TJs, uma vez que costumavam fazer suas próprias “leituras” das ocorrências do mundo se valendo da sua consciência. Portanto, esta era altamente influenciada pelo corpo doutrinário difundido entre os fiéis. Nos excertos acima, constata-se uma possível “explicação” para a crise petrolífera que tinha justificativas terrenas, contudo, as TJs preferiam levar em consideração os ensinamentos internos do grupo religioso.

O comunismo é um tema que o grupo religioso em tela pautou em diferentes publicações de suas revistas, a fim de divulgar o seu pensamento anticomunista, tanto é que as comparações eram quase sempre para colocar os comunistas em xeque, geralmente, em posições abjetas e sempre contrárias aos que disputavam com outra “força” ligada ao mundo capitalista comandado pelos EUA. Em uma edição anterior, agora da revista *A Sentinela* (1967), entendemos a concepção das TJs sobre o comunismo a partir da seguinte pergunta feita no próprio editorial: “Como é que Deus considera o comunismo mundial?”. Uma resposta para este questionamento se encontra na própria edição:

Assim, Deus considera o comunismo mundial como o sangue de um homem que foi violentamente morto, sangue este que endureceu, coagulou-se. Por assumir uma posição contra o reino de Deus, o comunismo é mortífero, pois o reino de Deus é o único governo que dará vida às pessoas. Por produzir a revolução mundial através de meios violentos e pela ardilosa subversão, e por manter o mundo em estado de inquietação, para enfraquecer pela subversão o sistema de coisas há muito estabelecido e para tirar proveito disto a fim de derrubar os elementos democráticos, parlamentares e capitalistas da sociedade humana, os líderes comunistas têm causado a morte em grande escala. O comunismo tem prometido muita coisa às massas dessatisfeitas, mas, com efeito, tem-nas explorado. Deus mostra que é contra o elemento revolucionário comunista quando, depois de assemelhar tais pessoas inquietas e ímpias a um mar encapelado (*A Sentinela*, 1º de março de 1967, p. 135).

Alguns elementos inseridos na resposta que as TJs atribuem a Deus, envolvem partes muito semelhantes com o discurso anticomunista e aquilo que a Ideologia da Segurança Nacional preconizava no combate à “subversão” comunista. Aliás, põe-se o comunismo em posição antípoda ao erigir o mundo capitalista com os seus governos democráticos como obstáculos para as pretensões dos “líderes comunistas”. A edição de 1967 ainda reforça os “malefícios” causados por um “governo” que não foi constituído por Deus, isso comprova que a ideologia anticomunista também foi adotada e propagada pelas TJs, mas com conotação própria aplicada à sua consciência.

Nessa mesma linha de raciocínio é que podemos inferir que, para as TJs, um governo composto por “elementos democráticos” é aquele constituído por Deus, segundo o qual se estabelece o combate à “subversão” propagada pelo comunismo. Se por um lado o governo constituído por Deus fornece vida àqueles que O obedecem, por outro, o comunismo é mortífero quando se instala na sociedade provocando dissensões e o caos (*A Sentinela*, 1º de março de 1967).

A propósito, para as TJs o governo ideal é uma teocracia em que há “regência de Deus” e este regime não pode ser contestado porque se enquadra na perfeição de justiça. Essa discussão tem respaldo do editorial da revista *A Sentinela*, publicada em 1º de maio de 1972, quando nela encontramos, já no título *A organização teocrática no meio das democracias e do comunismo*, dizeres que expressam a verdadeira forma de governo desejada pelas TJs, que ao longo do período militar se sentiram acuadas por terem suas pregações questionadas. Percebe-se que o título da edição mencionada põe a teocracia, idealizada pelas lideranças religiosas e defendida pelos fiéis, numa posição especial em detrimento das demais formas de governo.

E diz: “A revista *A Sentinela* tem chamado e ainda chama repetidas vezes a atenção à organização teocrática, e, para ser coerente, devemos examinar para ver se os leitores cristãos, dedicados e batizados, desta revista, aderem ou não à organização teocrática” (*A Sentinela*, 1º de junho de 1972, p. 269). Parece-nos que o corpo editorial, ao produzir o seu material de “evangelização” e estudos, de quando em quando toca na temática da teocracia como se fosse uma maneira de instigar os seus leitores a aderirem, nem que fosse pela persistência.

Diante de tudo o que foi exposto nesta seção, verificou-se que as TJs realizavam suas obras missionárias levando as “boas novas” para inúmeras pessoas espalhadas pelo mundo. Para tanto, ao longo dos anos, as TJs elaboraram o seu material para “estudos” dos iniciados na fé, bem como prepararam uma “rede” de voluntários que se dedicavam à divulgação doutrinária do grupo religioso através dos diferentes meios de comunicação e alguns suportes, em especial, as revistas *A Sentinela* e *Desperta!*, as quais se tornaram as “pontas de lança” das TJs por se tratarem de um recurso acessível devido à linguagem adaptável aos distintos idiomas, e por ser organizado com informações que envolviam assuntos do cotidiano mesclados às suas doutrinas.

Para os agentes do SNI, era mediante essas “metodologias” que as TJs iam ganhando espaço nos meios mais humildes da sociedade e cooperando com a proliferação de práticas “subversivas” – se considerarmos a concepção dos militares. No entanto, vimos que as TJs também repudiavam tais práticas e, conseqüentemente, rechaçavam o comunismo, entendendo-o como causador das “subversões” por ser uma forma de governo “mortífero”.

A propósito, mediante as leituras dos materiais produzidos pelas TJs, identificamos que o embasamento das suas concepções era bíblico e que estas fundamentavam a teocracia enquanto forma de governo entendida como ideal, pois elas não podiam agir contra a sua “consciência”. Infere-se, portanto, que as TJs, a partir das estratégias de divulgação da sua fé, propagavam uma forma de governo que, durante o período militar, não vingou, já que a ordem vigente contava com uma estrutura laica que o legitimava, mas sempre contando com o apoio das igrejas. Embora demonstrassem “neutralidade” e posicionamentos “apolíticos”, as TJs, através das entrelinhas de suas revistas, deixavam transparecer o que deveria ser o verdadeiro governo longe das demagogias políticas observadas no período, contestando, indiretamente, o *modus operandi* dos governos militares.

No capítulo a seguir nos manteremos na análise dos sujeitos tidos como subversivos enfatizando os protestantes insurgentes, os quais foram monitorados pelos órgãos informacionais e, conseqüentemente, tiveram suas vidas impactadas pela malha repressiva das forças militares.

### III. UM PARECER-SER: DO SUJEITO EVANGÉLICO INVISIBILIZADO ÀS AÇÕES POLÍTICAS ANÔNIMAS

A clandestinidade foi um recurso utilizado por diferentes grupos de resistência ao longo do período militar brasileiro, não porque era apenas um modo de se proteger da repressão política, arregimentada pelas Forças Armadas, mas também porque permitia sobreviver e resistir às imposições perpetradas pelos agentes do Estado<sup>136</sup>. Em nome da segurança nacional, todo e qualquer indivíduo tido como “suspeito” deveria ser registrado pelos órgãos coercitivos para que os agentes não o perdessem de vista. Dessa forma, uma sistematização foi coordenada por diferentes setores vinculados ao SISNI, em especial, o SNI, que como já mencionamos, era o órgão com atribuições mais destacadas; porquanto, ao realizar o registro do “suspeito”, acrescentavam novos dados ao armazenamento acerca dos movimentos insurgentes, pois acreditavam que, dessa maneira, os “subversivos” permaneceriam sendo constantemente vigiados.

Dessa forma, a pesquisa desenvolvida aqui busca aprofundar a análise dos procedimentos realizados pelos órgãos informacionais em consonância com as investigações e operações dos órgãos de segurança e repressão que atuavam copiosamente a fim de desarticular grupos clandestinos, impedindo sua proliferação. Além disso, focalizaremos na verificação da aplicação das fichas ou pareceres que validavam as investigações contra os “suspeitos de subversão”, nesse caso, nos atentaremos aos evangélicos, especialmente aqueles tidos como “anônimos”. Faremos uma reflexão entre o indivíduo investigado, que quase sempre era “moldado” na condição de “inimigo interno”, e o ideal militar constituído.

Mozart Lacerda Filho (2011) corrobora, nesse sentido, com a perspectiva das motivações atribuídas às pessoas que, no decorrer do período militar, lançavam mão da clandestinidade como “fuga” das repressões ou, ainda, porque se propunham a resistir contra o governo militar o qual se almejava derrubar. Quase sempre associamos a clandestinidade às práticas dos militantes vinculados à luta armada de organizações de esquerda, mas esquecemos de tirar da invisibilidade de dentro desse grupo ou fora dele alguns evangélicos participantes dos movimentos de resistência contra a ditadura. Sob outra análise, podemos nos deparar com as diferentes nuances em que os evangélicos se encontravam nesse contexto, por decidirem se opor às truculências dos órgãos de segurança e repressão atuantes<sup>137</sup>.

---

<sup>136</sup> BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

<sup>137</sup> Entendemos por outras “nuances” as circunstâncias em que os demais evangélicos insurgentes foram pegos, aprisionados e até mortos pela força repressora do Estado. O caso do então militante Paulo Stuart Wright descrito pela CNV, ilustra a brutalidade com a qual os militares conduziam o interrogatório. Paulo atuava na Ação Popular

Dessa maneira, o parecer chamado também de ficha e a atuação da “comunidade de informações” exerceriam funções essenciais para o sustentáculo do governo militar e, ao difundir a condição de suspeição, colocou alguns opositores na clandestinidade, presídio ou exílio.

A preocupação de um governo em identificar os óbices de diferentes tipos e os níveis de ameaças explica-se pela relatividade que caracteriza a Segurança Nacional, cuja natureza complexa exige considerável proporção de julgamentos racionais, tanto mais difíceis de serem produzidos quanto mais críticas forem as situações conjunturais [...]. Assim, a nível governamental, a função de um órgão ou sistema de informações é suprir os Usuários (Chefe de Estado e membros da alta administração pública) de informações precisas e oportunas, as quais, somadas ao conhecimento provido através de estudos e relatórios produzidos pelos demais órgãos da estrutura oficial, permitam àqueles clientes proceder a acertadas e Úteis decisões relativamente à formulação da Política Governamental e ao planejamento e acompanhamento das ações decorrentes (ESG, 1979, p. 280).

Retomamos neste capítulo a análise da Doutrina Básica da ESG (1979) para entendermos o fundamento da produção dos pareceres (relatórios) nos quais os agentes do SNI registravam suas opiniões de maneira “técnica” a partir das orientações internas do regimento. Observa-se no referido excerto a expressão “julgamentos racionais”, o que demonstra a tamanha convicção dos militares ao registrar as informações a respeito dos acusados de “subversão”, que, por vezes, tinham suas vidas privadas vilipendiadas por um ideal criado, à época, para legitimar o discurso do Estado. Essa era a racionalização dos agentes que expunham as particularidades em proveito do combate ao “inimigo” inventado, isto resultou em inúmeras acusações desmedidas e sentenças infundadas.

Lucas Figueiredo (2005) nos chama atenção para o teor perverso das fichas produzidas pelos agentes cujas “observações” realizadas por eles eram estereotipadas, uma vez que “rotulavam” os investigados, prejudicando-os em futuras progressões acadêmicas ou profissionais. “Dependendo do humor do analista que preenchia a ficha, ele poderia tascar um ‘fraco de caráter’ ou coisa parecida. E aí, adeus emprego no serviço público” (Figueiredo, 2005,

---

Marxista-Leninista (APML), era de família protestante e seu irmão era pastor presbiteriano. Conforme o relatório da CNV (2014, p. 1288), Paulo “foi preso no início de setembro de 1973 em São Paulo e levado para o DOI-CODI do II Exército. O senhor Osvaldo Rocha testemunhou que estava junto com Paulo em um trem que seguia de São Paulo a Mauá, na grande São Paulo, quando perceberam que estavam sendo seguidos por agentes da repressão”. Ambos foram presos e torturados, assim sendo, esse caso retrata o *modus operandi* dos órgãos repressivos. Portanto, nem todos os evangélicos insurgentes eram ligados às organizações armadas e/ou a nenhum dos dois partidos políticos legalizados pelo regime como veremos ao longo deste capítulo. Na verdade, os militares nem precisavam de muito critério para agir covardemente.

p. 302). Sendo assim, ninguém que estava sob investigação permaneceu “livre” das passionalidades que acometiam os agentes dos órgãos informacionais.

Alguns evangélicos passaram a ser investigados dentro das próprias igrejas violando o espaço em que a fé era comungada com seus pares, mas a fraternidade de alguns fiéis daria lugar a suspeições reforçadas por militares infiltrados e descaracterizados, que recolhiam informes in loco. De acordo com o excerto textual acima, as informações eram “precisas e oportunas”, já que a intenção era não deixar com que as ideias comunistas pudessem ser espalhadas nas igrejas, apesar de algumas exceções de contrariedade, era importante que o irmão “suspeito” fosse vigiado por uma rede composta pelos fiéis simpatizantes com o governo militar. Em consequência disso, as decisões eram “dirigidas” pela fundamentação dos relatórios produzidos pela “comunidade de informações”, cuja apreciação de cada detalhe contido em suas páginas é resultado dos estudos no que tange aos aspectos da segurança nacional.

A oposição com resistência existiu entre protestantes, mas não de forma oficial; foi assumida por lideranças clérigas e leigas, indivíduos e grupos vinculados ao movimento ecumênico e/ou que tinham no seu histórico uma formação teológica que levava a uma prática de engajamento social e de compromisso com a justiça (Padilha *et. al*, 2022, p. 37)

Isso reforça o entendimento de que os evangélicos participantes dos movimentos de resistência tinham uma concepção a qual sobressaía aos ditames doutrinários ou dogmáticos perpetrados nas igrejas, pois, como bem expressou os autores do excerto acima, tinham o “compromisso com a justiça”<sup>138</sup> que, nessa altura, o período militar encastelava-se no seu ideal de combate e desarticulação dos quartéis gerais<sup>139</sup> que promoviam as insurgências.

Os militares poderiam até parar os corpos dos protestantes que se insurgiam por não concordar com as imposições na igreja e fora dela, porém não conseguiam aprisionar suas mentes e ideais cultivados em torno de propósitos que, naquele instante, ganharia forças e contagiaria vários setores da própria igreja, especialmente, os mais jovens. A propósito, “[...] essa articulação no plano nacional e internacional fazia com que os jovens das igrejas protestantes estivessem institucional e teologicamente mais avançados em relação às próprias lideranças de suas denominações” (Padilha *et. al*, 2022, p. 36).

---

<sup>138</sup> Essa mesma perspectiva pode ser observada também no relatório da CNV (2014), o qual demarca as posições distintas entre os grupos protestantes perante o governo militar.

<sup>139</sup> Tal expressão na qual adotamos neste estudo remete aos diferentes espaços clandestinos em que os subversivos se reuniam e faziam suas articulações de insurgências, portanto, cabia aos órgãos informacionais descobrirem onde esses “quartéis” estavam localizados a fim de desbaratá-los.

A atuação dos movimentos de juventude protestante causava uma preocupação enorme para os líderes das suas respectivas igrejas<sup>140</sup>, já que sempre estavam bem informados e imersos em ensinamentos jamais vistos dentro da comunidade religiosa. Carlos Barros Gonçalves (2011) faz uma análise<sup>141</sup> em que a juventude, enquanto um grupo social, era suscetível aos “perigos” que poderia subverter sua fé, portanto, seriam facilmente seduzidos por doutrinas vãs e distintas daquilo que se entendia por verdade nas Escrituras Sagradas. Ou seja, para algumas lideranças religiosas, como José Coelho Ferraz, então secretário da Comunidades Eclesiais de Base (CEB),<sup>142</sup> pois já não bastava se preocupar com os infortúnios acometidos pelos militares e todo o contexto caótico vivido na ditadura, agora, a atenção deveria ser redobrada com os jovens que eram membros das igrejas evangélicas, inclusive, alguns ocupavam cargos eclesiásticos importantes e, devido a todas essas pregações tão avançadas em assuntos para além dos debates teológicos, é que eles poderiam ser a “porta” de entrada do comunismo e da “subversão” nos cultos.

Ao discutirmos essa relação dos líderes religiosos e a juventude das igrejas protestantes, é importante ressaltar quão conflituoso era o “contato” desses pensamentos distintos, os quais foram capazes de causar dissidências e deserções no meio evangélico.

Sobre isso, podemos exemplificar com o caso da Igreja Presbiteriana ocorrido no ano de 1964, cujos desdobramentos desencadearam discussões que envolveram a cúpula da referida instituição, já que, em virtude do “[...] VI Congresso da Mocidade Presbiteriana [...], no final de janeiro de 1964 – um dos convidados como preletor foi o pastor João Dias de Araújo e numa de suas exposições versou justamente sobre o referido texto, o que lhe resultou uma série de contratempos com a cúpula da IPB” (Vilela, 2014, p. 165). Tal texto era *O jovem cristão e o jovem comunista*, este foi polêmico e estratégico, a primeira característica se aplicou porque a cúpula da IPB havia interpretado a explanação do pastor de maneira equivocada; já a segunda

---

<sup>140</sup> Vide o caso de Gadiel Perruci, o qual apresentamos no primeiro capítulo desta pesquisa.

<sup>141</sup> Essa análise é a partir da perspectiva católica sobre o protestantismo sobre a juventude, mas nos interessa entender a ênfase que os jovens que professam a fé protestante recebem nas documentações/fontes.

<sup>142</sup> O historiador Adroaldo Almeida (2016) relata esse afinamento entre líderes religiosos e os militares no poder, bem como explica os procedimentos punitivos para aqueles membros da comunidade religiosa que decidia se opor ou rebelar-se. Sobre isso, Almeida (2016) descreve a rebeldia dos alunos da Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente (IPI), esse episódio exemplifica a participação da juventude na onda das manifestações estudantis ocorridas, sobretudo, no período ditatorial. As exigências dos seminaristas da supramencionada instituição visavam maior liberdade, reformulação no currículo, desenvolvimento das atividades intelectuais sem intervenção das autoridades da igreja. As atitudes de José Coelho Ferraz reforçam o alinhamento entre alguns grupos religiosos e o regime, isto é, um símbolo de apoio e conveniência. A fim de uma melhor compreensão dessas tensas relações envolvendo a juventude protestante no período militar, indicamos a seguinte leitura: ALMEIDA, A. J. S. **“Pelo Senhor, marchamos”**: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ: 2016. pp. 67-73.

representou uma forma encontrada pelo líder religioso de “[...] desfazer as acusações e delações das quais era alvo junto aos órgãos de segurança e informação [...]” (Vilela, 2014, p. 165).

Nesse sentido, podemos verificar que dois outros elementos, durante o período ditatorial, causavam mais preocupações à ordem vigente, a saber: juventude e comunismo. Imagina-se que a juventude instruída com “ensinamentos” ou “doutrinas” fora da ortodoxia das igrejas evangélicas seria alvo fácil para ideias tidas como “revolucionárias”, apregoadas por comunistas. Os líderes dessas igrejas evangélicas alinhavadas com o regime sabiam que a juventude não poderia inclinar-se para os “caminhos” desviantes, pois acreditava-se que essa mesma juventude poderia dar celeridade à propagação das ideias de esquerda no país – algo que tanto os militares quanto parte dos setores sociais lutavam para impedir.

Por essas e outras que os nomes deveriam ser registrados nos relatórios, todo e qualquer movimento suspeito precisava ser captado pela “rede” de informantes do SNI que também se faziam presentes dentro das igrejas. O entendimento sobre a interação e a possível atuação entre as partes (protestantes e a ala militar) dentro dos templos, é aprofundada quando o Pastor Gerinaldo Messias, em sua entrevista a Santos (2017, p. 120), ao ser perguntado se os militares, à época, frequentavam os cultos nas igrejas, este declara que “não assim diretamente como militar, não né, mas haviam evangélicos militares que sempre estavam na igreja”. Portanto, os ditos “evangélicos militares” poderiam se utilizar do subterfúgio da fé pessoal para adentrar aos templos e vigiar toda e qualquer ação suspeita, inclusive, dos outros “irmãos” frequentadores da mesma igreja.

Neste capítulo, veremos que ser ecumênico dentro das igrejas protestantes resultaria em problemas, pois “[...] era muito comum ser acusado de ecumênico e comunista, muitas vezes, por setores da própria igreja” (Vilela, 2014, p. 166). Assim sendo, as investigações e coerções começavam nos próprios espaços religiosos em que já se exige dos fiéis, comprometidos com a “obra” de Deus, cooperar nesse “combate” contra a malignidade da “subversão”. Rubem Alves (2005) nos traz uma reflexão sobre os “inimigos do protestantismo”, segundo o qual declara:

Compreende-se, portanto, que as situações de perigo tendem a produzir coesão social. Diante de um desastre natural ou de uma ameaça política externa os inimigos se dão as mãos, ainda que por meio de coligações políticas provisórias, para enfrentar o inimigo comum. A guerra produz muito mais sentido de unidade nacional que a paz. É mais fácil convencer uma nação a fazer pesados sacrifícios para a destruição de um inimigo comum, que convencê-la a construir um mundo de paz, onde não haja inimigos (Alves, 2005, pp. 285-286).

Nesse mesmo sentido, entende-se que as igrejas protestantes dirigidas por membros alinhavados com o regime também compactuavam com o “ideal militar” difundidos em todos os setores da sociedade, já que o inimigo constituído por esse ideal era prejudicial à plena moralidade, a qual os evangélicos deveriam defender<sup>143</sup>. Diante disso, não poderia haver distinção de denominações, seja Batista, presbiteriana ou outra que o valha; tampouco, impor as diferenças doutrinárias como barreiras para impedir a união dos evangélicos em função de uma causa que, para esses, era “nobre”. Alves (2005, p. 286) complementa que “o primeiro ato de ataque ao inimigo é defini-lo como inimigo”, no entanto, isso abriria precedentes para acusações desmedidas contra aqueles que outrora eram seus “irmãos”, mas decidiram seguir o caminho da perdição.

Leandro Seawright Alonso (2016) reitera a importância que a juventude protestante e o ecumenismo tiveram no processo de mudanças das bases teológicas antes calcadas no conservadorismo, posteriormente, seria possível observar movimentos ou grupos com uma perspectiva tida como “progressista”. Portanto, isso acarretaria o aumento das investigações contra os evangélicos mais “progressistas” que decidiram enfrentar a Ditadura Civil-Militar no Brasil, desconsiderando a inércia dos seus pares, uma vez que os desmandos e as “vigilâncias” dentro das igrejas foram capazes de incutir o sentimento de resistência em alguns protestantes. Vale apresentar a leitura de Elizete da Silva (2017) sobre a relação da religião com a política<sup>144</sup> na qual a autora destaca como a “rejeição do mundo político” em que:

Desenvolveu-se entre os protestantes brasileiros das primeiras décadas a cristalização de uma representação, rica em desdobramentos, que a realidade se dividia em Reino de Deus x reino do mundo e para quem estava no Reino de Deus, tudo era sucesso, benesses vindas do Deus, que abençoa os justos e

---

<sup>143</sup> Para uma melhor compreensão do assunto, recorremos também ao relato do Pastor Virgínio de Carvalho Neto, no qual pode-se notar um receio existente sobre o período militar e, por isso, “os pastores não entravam em assuntos sobre a revolução e nem se era favor e nem contra, era uma coisa que se dizia só se alguém tocasse no assunto, dizia ‘vamos confiar em Deus’” (Santos, 2017, p. 122). Com este relato, entendemos a postura dos protestantes que decidiram ficar do lado que lhes convinha, porque as consequências para os “subversivos” seriam danosas. Portanto, era preferível permanecer apoiador, mesmo que o indivíduo não explicitasse em palavras este apoio (em parte por medo); justificavam-nas a partir da possibilidade de manutenção dos princípios e da moralidade dos quais eram crentes e viam na intervenção militar a oportunidade de preservá-las.

<sup>144</sup> Reforçamos a perspectiva que ecoava dentro das instituições religiosas no período militar, em que se justificava a possibilidade de a política e a religião coexistir nos mesmos espaços, embora houvesse quem defendesse a lógica da completa separação, segundo a qual um não deveria misturar-se com o outro. A propósito, na prática, não havia essa “separação” dos interesses entre o “Reino de Deus” e o “Reino do mundo”, como pontuou (Silva, 2017); porquanto tal perspectiva “[...] se reproduziu na maioria dos púlpitos e periódicos protestantes” (Adroaldo, 2016, p. 127). Assim sendo, pode-se verificar a referida coexistência em momentos importantes da nossa história, a saber: Diretas Já (1983-1984), “Abertura política” e/ou Redemocratização (1975-1988), são algumas ocorrências históricas em que os dois âmbitos se entrecruzaram e tivemos, direta ou indiretamente, a participação dos evangélicos.

castiga os ímpios. A política e os problemas sociais pertenciam ao reino do mundo, isto é, à sociedade circundante. Se a política era considerada como um componente do reino do mundo, o elemento negativo da díade, era uma atividade mundana por excelência, não era incentivado a participação. Na vigência do Império, os protestantes não teriam a possibilidade de participação no jogo político. Enquanto grupos religiosos minoritários dedicaram-se ao labor proselitista e a instalação de colégios e escolas anexas aos templos, disputando fiéis (Silva, 2017, p. 132).

Essa relação da qual a autora trata foi se modificando com o tempo; logo percebeu-se que a religião não tratava apenas da fé, pois já não era estranho ver elementos políticos concatenados aos religiosos e vice-versa. O “reino do mundo” também ganharia espaço no “Reino de Deus” se pensarmos na díade construída por E. da Silva (2017), pois os assuntos que outrora só competiam aos sacerdotes, agora, poderiam ser discutidos por políticos, ainda mais quando estes atuavam nos dois campos, quer ministrando/organizando um culto, quer discursando no Congresso<sup>145</sup>.

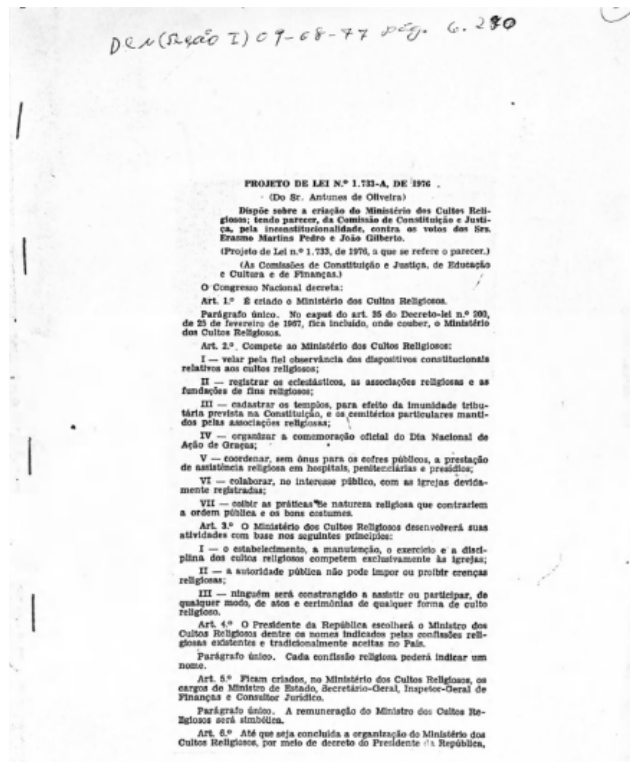
Elizete da Silva (2017, p. 32) arremata essa relação proximal supracitada asseverando que os “protestantes produziram discursos e representações peculiares e instigantes sobre os governos militares, os quais estavam pautados por doutrinas internas ao seu ideário religioso, porém guardavam estreitas vinculações com as práticas políticas da sociedade circundante”. Em outras palavras, podemos dizer que parte das denominações protestantes mantinham intactas suas doutrinas, contudo, agiam em conformidade com as exigências dos tempos perpetrados pelo governo militar no Brasil.

Sabemos, portanto, que o ecumenismo e a juventude protestante foram essenciais no processo de luta por justiça social, sendo resistência contra a impetuosidade militar. Mas quase nada conhecemos sobre os nomes dos partícipes dessas investidas contra a tirania que dilacerava os direitos, a História oficial nem sequer aborda os verdadeiros atos de “bravura” no enfrentamento aos órgãos de informação e segurança atuantes na ditadura. Tendo isso em vista, alguns historiadores, em suas produções intelectivas, buscam modificar essa “imagem” da História tida como oficial, segundo a qual só retrata a elite e os “vencedores” como objetos de interesse das pesquisas por eles realizadas.

---

<sup>145</sup> A título de exemplo de políticos atuantes nesses dois campos, sublinhamos os nomes de Matheus Iensen (1937-2019) foi Deputado Federal em duas oportunidades: 1987-1991/1991-1995, era pastor na Assembleia de Deus no estado do Paraná; Eunice Michiles (1929-) foi Deputada Federal (1987-1991), Senadora (1979-1987), ambas candidaturas pelo estado Amazonas, ela compunha o quadro de membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia; Roberto Augusto Lopes (1931-) foi Deputado Federal (1987-1991), é também líder evangélico na Igreja de Nova Vida. Estes sujeitos participaram da Subcomissão temática da Família, do Menor e do Idoso, ativa na Assembleia Constituinte de 1987 (Santos, 2021).

Figura 7 - Projeto de Lei nº 1733-A proposto por Antunes de Oliveira



Fonte: Oliveira (1976)

Como uma forma de controlar a fé e as práticas religiosas dos fiéis durante o período militar, um Projeto de Lei (PL) foi idealizado pelo então deputado federal Antunes de Oliveira (MDB-AM)<sup>146</sup>. Nota-se que a proposição tentava alinhar uma regularização aos ideais do governo vigente como se pode observar na Figura 7, no inciso oitavo do Artigo 2º da PL em questão a qual declara “coibir as práticas de natureza religiosa que contrariem a ordem pública e os bons costumes” (DSI, 1978, p. 58). O Ministério dos Cultos Religiosos surgiria como reflexo das preocupações dos militares, a vigilância seria uma funcionalidade que não era estranha ou incomum aos órgãos e às instituições ministeriais que compunham a estrutura do governo em tela.

A proposta desta PL foi arquivada, conforme alegaram os parlamentares, por questões de descumprimento do regimento interno da Câmara dos Deputados. Além disso, chama atenção o uso dessa terminologia dentro de um contexto que suprimiria os direitos, aliás,

<sup>146</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 1733**, de 05 de março de 1976. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO MINISTERIO DOS CULTOS RELIGIOSOS. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=195564>. Acesso em: 12 nov. 2024.

a própria Constituição em vigor desde 1967<sup>147</sup> tinha por objetivo legitimar e legalizar a Ditadura Civil-Militar. É importante pensarmos que a própria Constituição Federal assegura a liberdade de culto como uma garantia constitucional, então, o regime não poderia simplesmente desconsiderar prerrogativas embasadas no Estado de Direito.

Nesse sentido, o próprio regime ditatorial deveria também sujeitar-se, ao menos para simular que o governo no Brasil seguia as diretrizes constitucionais, pois a ideia era passar uma imagem de que em terras brasileiras, nesse contexto, tudo transcorria bem (Fico, 1997). Eis então a ideia otimista adotada pelos militares no poder e seus entusiastas espalhados no meio social. Portanto, definir a PL como “inconstitucional” soa como uma incongruência sem tamanho se pensarmos que a estrutura do governo militar foi construída de maneira açodada, privilegiando os interesses dos ocupantes do Poder Executivo em detrimento dos demais poderes constitucionais.

Diante disso, propomos neste capítulo fazer uma “leitura” da participação dos grupos de evangélicos nos movimentos de resistência, levando em consideração o entendimento de que as “memórias subterrâneas” sejam aqui apreciadas, haja vista que elas têm sua importância tanto quanto as demais, embora, por vezes, sejam alijadas da História oficial. “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional” (Pollak, 1989, p. 4).

Discutiremos, daqui em diante, os protestantes que atuaram contra os militares no poder, pautando-se pelas ações políticas. Evidenciaremos, portanto, os seus nomes e feitos para que o anonimato não seja a causa limitadora, a qual oculta as importantes atuações dos grupos de resistência, entre eles, os que desejavam reaver a democracia. No entanto, é importante salientar que dentre esses grupos haviam outros tantos que defendia o socialismo.

Sublinhamos, também, que, em se tratando da participação dos evangélicos invisibilizados pela memória oficial do Estado, mas não são aqueles que decidiram compactuar com os ditames do governo militar – estes até que são lembrados porque “apoiaram” o lado “certo” neste “combate” contra o comunismo. Referimo-nos àqueles que tiveram suas ações políticas silenciadas e que, só depois de muito tempo, a historiografia tenta recuperar as diferentes formas de resistência. À luz da concepção do parecer advindo da “comunidade de informações”, inclusive, já abordada nos capítulos anteriores, é que propomos a noção do binômio *parecer-ser*, segundo o qual não se limita ao relato dos fatos que fundamentavam as

---

<sup>147</sup> BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, DF, 1967. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: . Acesso em 22 set. 2025.

decisões dos agentes dos órgãos informacionais e, conseqüentemente, era através delas que os grupos religiosos ou algum dissidente passavam a ser investigados e responsabilizados por supostas acusações de “subversão”.

Os efeitos para os responsáveis por este ato eram práticos. Por exemplo, se o indivíduo fosse funcionário público, sua progressão na carreira estava comprometida, uma vez que as promoções para cargos com condições melhores estavam atreladas às avaliações do SNI. Apesar de não nos determos aos aspectos fenomenológicos, o “ser” aqui compreende esse indivíduo que, com suas particularidades, fica condicionado às subjetividades dos agentes que determinariam, com base nos “informes” e suas suposições, os desdobramentos de suas vidas. A pecha de “subversivo”, nesse caso em específico, não cairia bem para os protestantes que decidiram cerrar fileiras contra o governo militar que, por meio do seu aparato repressivo, respondeu de maneira truculenta.

A elaboração das “fichas” (pareceres) pelos agentes da “comunidade de informações” determinou as sentenças de inúmeros protestantes, considerados “subversivos”. Tais sentenciamentos não se limitam ao perecimento do corpo quando estes foram levados à prisão ao serem enquadrados pelo ideal militar ou sucumbiram perante a opressão psicológica. O ser (protestante insurgente), nesse contexto, é invisibilizado pela imposição “construída” a partir da concepção do “inimigo interno”, pois ele precisava sempre permanecer na mira dos militares. Nesse sentido, uma das maneiras possíveis de tornar as ações de sujeitos anônimos visíveis pelas autoridades era registrando-os, mantendo os seus nomes passíveis de reconhecimento, ainda que andassem na clandestinidade.

### **3.1. CONTESTAR, RELATAR E INVESTIGAR: ACUSAÇÕES CONTRA A IGREJA PENTECOSTAL SINOS DE BELÉM**

Os informes coletados pelos agentes compunham um arsenal de dados sobre o investigado que, geralmente, desconhecia toda essa vigilância ao seu respeito. A propósito, como já foi observado ao longo deste trabalho, os relatórios ou fichas serviam como verdadeiros “prontuários” que a cada ato do investigado deveria ser registrado no documento, segundo o qual importaria aos agentes encarregados de acompanhar o indivíduo convocado para depor já que com esse “prontuário” em mãos, “justificava-se” a convocação. Ao longo do período militar no Brasil, tal prática era corriqueira e, por vezes, era discreta conforme as orientações dos órgãos informacionais. Portanto, nota-se que os investigados, mediante a suspeição proveniente dos militares, eram convocados a depor, inclusive, muitos não retornavam, são os casos dos

desaparecidos políticos.

Nesta seção, objetivamos relacionar o uso das “fichas” por parte dos militares com o seu impacto no meio social, isto é, o quanto os relatórios produzidos pelos agentes informacionais influenciou na vida pessoal e até profissional dos investigados. Diante disso, debateremos neste espaço a aplicabilidade do conceito “parecer-ser” que erigimos a fim de nortear proficuamente as explicações acerca do tema em tela. Para tanto, nos utilizaremos de alguns relatórios produzidos por outros órgãos de informações, mas com a chancela do SNI, a respeito da Igreja Pentecostal Sinos de Belém, que, a partir da década de 1970, passa a chamar atenção das autoridades em função das denúncias que chegavam sistematicamente e expunham o seu principal líder e seus cooperadores.

Antes, é válido apresentarmos um quadro geral da denominação pentecostal no Brasil, já que lidaremos com as características específicas desta ramificação do protestantismo, as quais desaguariam no cotidiano dos estratos sociais mais humildes do nosso país. Intercalaremos as análises da referida instituição com outros episódios relatados pelos agentes informacionais, a fim de lançarmos luz sobre os sujeitos partícipes desta conjuntura.

O pentecostalismo surge nos Estados Unidos no início do século XX, vem ganhando projeção em várias localidades do mundo com destaque para América Latina em que o Brasil detém um quantitativo considerável de fiéis. “O Pentecostalismo nos seus primeiros dias tinha sua identidade intimamente ligada ao Protestantismo, do qual herdou elementos culturais como a ética de vida e trabalho, o individualismo do fiel frente a Deus, a rejeição de hierarquia eclesiástica e dos santos” (Macedo, 2007, p. 74). A mudança foi ocorrendo de forma gradativa na esteira do tempo, isso quer dizer que o Protestantismo tido como histórico e tradicional era vinculado ao movimento da Reforma Protestante<sup>148</sup>, portanto, de origem estritamente europeia diferenciava-se do Pentecostalismo não apenas no seu “local de nascimento”, mas também porque este teve a influência da cultura afro-americana; embora resguardem as concepções propostas por Lutero (Macedo, 2007).

---

<sup>148</sup> Apenas a título de comparação e de conhecimento, podemos mencionar o Calvinismo que tem influências da Reforma Protestante e de igual modo influenciou a sociedade não apenas no século XVI, mas também nos anos que se seguiriam. Também conhecido como “fé reformada”, o Calvinismo serviria como base para a noção de “ética no trabalho” ou “ética protestante”, difundido com as teorias de Max Weber (Peixoto, 2021). O Calvinismo tem como principal idealizador o francês João Calvino (1509-1564), segundo o qual ficou conhecido como o “reformador de Genebra”. Para Pedro Peixoto (2021, p. 23) “a produção doutrinária de Calvino despontou como a maior influenciadora do Protestantismo não luterano e não anabatista”. Os dogmas abordados nas *Institutas*, obra escrita por Calvino e serve de referência para seus seguidores, lançaria as bases para o que sublinhamos neste estudo como “estilo de vida estadunidense”. Com isso, vê-se que independente da denominação protestante é possível verificar as contribuições intelectivas das suas lideranças para as sociedades modernas.

No Brasil, a expansão pentecostal não é recente nem episódica. Ocorre de modo constante já há meio século, o que permitiu que o pentecostalismo se tornasse o segundo maior grupo religioso do país. Mas seu avanço não é expressivo apenas nos planos religioso e demográfico. Estende-se pelos campos midiático, político partidário, assistencial, editorial e de produtos religiosos. Seus adeptos não se restringem mais somente aos estratos pobres da população, encontrando-se também nas classes médias, incluindo empresários, profissionais liberais, atletas e artistas. Ao lado e por meio disso, o pentecostalismo vem conquistando crescente visibilidade pública, legitimidade e reconhecimento social e deitando e aprofundando raízes nos mais diversos estratos e áreas da sociedade brasileira (Mariano, 2004, p. 121).

Esse crescimento explicado pelo sociólogo Ricardo Mariano (2004) não ocorre de maneira dissociada das transformações no mundo secular, já que a proposta do ramo pentecostal se difere dos protestantes tradicionais em aspectos como a instrução doutrinária, a qual era demorada por seguir uma série de requisitos estabelecidos pelas respectivas denominações (Macedo, 2007). As exigências foram simplificadas, já que o interesse agora era, por exemplo, alcançar novos fiéis que, pela conversão, passariam a fazer parte da mesma comunidade evangélica. Devido à necessidade de angariar novos membros, os líderes formados geralmente com pouca instrução teológica, saíam em “missão” para evangelizar e fazer, como eles chamam internamente, de “ide”<sup>149</sup>.

Há uma divisão no Pentecostalismo brasileiro, segundo o qual classificam-se por “ondas” e ao todo três delas foram caracterizadas com propostas bem definidas e que ocorreram de forma sucessiva. A primeira onda situa-se na década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã e Assembleia de Deus, período definido pela influência da cultura estrangeira, os cultos distinguiam-se nesse momento pelo “batismo no Espírito Santo” e pela glossolalia<sup>150</sup>.

No que tange à segunda onda, esta ocorre por volta das décadas de 1950 e 1960, marcada pela fragmentação, porque surgiram não dois grupos religiosos como na primeira onda e, sim, várias comunidades religiosas com destaque para: Deus É Amor, Quadrangular e Brasil para Cristo; influenciada pelo crescimento da urbanização e do processo migratório no país, tais igrejas ampliariam o horizonte de influência e conversão mediante o uso do rádio, enquanto uma mídia de massa de alcance considerável, além dos fenômenos de curas e “milagres” praticados nos cultos.

Por fim, a terceira onda pentecostal tem início na década de 1970 e se reafirma na década

<sup>149</sup> “E disse-lhes: Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura”. (Bíblia Sagrada, c.2024, Marcos 16:15, versão on-line).

<sup>150</sup> Fenômeno do “falar em línguas” que geralmente atribuem sua origem ao dia de Pentecostes, conforme relatado em Atos 2, Novo Testamento (Macedo, 2007).

de 1980, neste momento, tem-se a aparição da Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), caracterizadas pela propositura de uma nova teologia, pela ênfase no exorcismo (expulsão de espíritos malignos ou “demônios”) e por uma presença maior nos canais de TV (Freston, 1993; Macedo, 2007).

Ao nos determos às especificidades das igrejas oriundas da “terceira onda” verificamos práticas replicadas por estas denominações que lançariam as “bases” das igrejas neopentecostais, especialmente na década de 1980. No que tange a tais práticas, Mariano (2004) aponta para um “evangelismo eletrônico”, o qual se fortaleceria com a difusão da pregação do evangelho através das mídias, propunha-se, mesmo distante do ouvinte, promessas sobre a resolução dos problemas que afligiam especialmente a parte da população mais humilde do país que via no líder espiritual a possibilidade de superar as dificuldades que a flagelavam com circunstâncias do cotidiano, a saber: problemas de saúde, financeiros e familiares, violência urbana e todos os demais infortúnios decorrentes da vida em sociedade (Macedo, 2007).

Apesar do “sucesso” das igrejas da terceira onda, foi no segundo momento em que já era perceptível algumas distinções dessas comunidades evangélicas em relação às primeiras. Nesse sentido, “[...] há uma mudança de atitude com relação ao mundo, não permanecendo sectárias, isolando-se em comunidades como as denominações da Primeira Onda, mas foram intramundanas, procurando atuar no mundo e converter mais adeptos” (Macedo, 2007, p. 78). O mesmo autor complementa que a divulgação do “gospel” se dava também através da organização de eventos evangélicos de grande apelo devocional, os quais eram realizados em espaços públicos e atraíam o interesse dos fiéis que objetivavam superar as mazelas das quais estavam imersos (Macedo, 2007).

Os fatores internos que, segundo Mariano (2008), nos auxiliam a compreender a expansão do Pentecostalismo no Brasil são:

[...] a dimensão organizacional (concentração do poder eclesiástico e das finanças, gestão empresarial), a formação rápida e acelerada de novos pastores, arrecadação agressiva de recursos e seu crescente investimento no evangelismo eletrônico e na abertura de novas congregações e campos missionários, a continuidade cultural com a religiosidade popular, a oferta sistemática de cultos e serviços mágico-religiosos (Mariano, 2008, p. 69).

O que queremos dizer com toda essa apresentação sobre o processo de inserção do Pentecostalismo no Brasil é que este fenômeno não surge dissociado do contexto social existente no país durante sua inserção, isto é, há elementos que são formadores de uma identidade própria dos pentecostais brasileiros, embora haja grande influência cultural e

religiosa dos Estados Unidos. Portanto, este pentecostalismo surge com “traços” estadunidenses, no entanto, com o passar do tempo, engloba-se outras características que lhes são próprias.

Uma vez postas essas informações, cabe agora examinarmos os relatórios produzidos pelos agentes do SNI a respeito da Igreja Pentecostal Sinos de Belém<sup>151</sup>, segundo a qual registraram práticas e condutas fora dos “padrões” imaginados pelos militares. Registrou-se denúncias contra o líder da referida comunidade religiosa, a propósito, era ele quem definia os ditames e as normatizações replicadas pelos fiéis. Localizada na “[...] Rua Ana Nery, 687, Cambuci, em São Paulo-SP, é dirigida pelo Pastor Josias Joaquim de Souza<sup>152</sup>, residente na Estrada do Paiol Velho, 1500 – Parelheiros – Santo Amaro, em São Paulo-SP”<sup>153</sup>.

Nota-se nesta citação que não bastava para os agentes coletar os informes da comunidade religiosa; no entendimento deles, era necessário que o seu líder fosse “vigiado” de perto, por isso dados pessoais como o endereço onde o investigado morava tornavam-se imprescindíveis. Dessa forma, estando mobilizados pelo “ideal militar” de combate ao “inimigo interno”, era necessário não perder de vista o “suspeito”, portanto, recolher informes que facilitassem o seu “acompanhamento” tinha um valor significativo.

Fundada há mais de 15 anos<sup>154</sup>, a Igreja Sinos de Belém – uma dissidência da Igreja Universal do Reino de Deus –, atualmente, procura estender a sua atuação pelo interior da Região Nordeste, sobretudo na periferia das cidades, onde o Pastor JOSIAS e uma caravana de missionários, ministros e

---

<sup>151</sup> Faremos uso apenas das terminologias “Sinos de Belém” a fim de identificar e implementar celeridade na leitura do texto. No entanto, sua nomenclatura à época, por inteiro, era Igreja Pentecostal Sinos de Belém Missão das Primícias, conforme consta no relatório. Ao verificar as fontes e cruzá-las com outros dados informativos, supomos que a denominação “pentecostal” foi inserida na nomenclatura da referida igreja pelos agentes do SNI, talvez porque não tinham essa preocupação em distinguir as diferenças denominacionais e suas implicações no âmbito do protestantismo brasileiro, já que a eles interessavam apenas relatar e acolher as denúncias dos casos de “subversão”. Serviço Nacional de Informações (SNI). **Igreja Pentecostal Sinos de Belém**, 1987, 28ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_PPP\_87009663\_d0001de0001. Embora, em seu site oficial, a referida instituição religiosa é descrita como uma “igreja evangélica pentecostal”, mas a questão denominacional só fica explícita para quem fizer a consulta na rede. Atualmente a igreja continua em atividade, no mesmo endereço indicado no relatório referenciado acima.

<sup>152</sup> Nascido em 20 de maio de 1938, na cidade de Mirangaba, interior da Bahia. Filho de Antônio Joaquim de Souza e Recima Ferreira de Souza. Verificamos que o relatório traz o dia 22 como sendo a data de nascimento de Josias, mas ao cruzarmos os dados com outras fontes, notamos essa distinção nos registros Serviço Nacional de Informações (SNI). **Igreja Pentecostal Sinos de Belém**, 1987, 28ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_PPP\_87009663\_d0001de0001. O cargo eclesiástico de Pastor aparece nos relatórios dos agentes do SNI, porém, ao examinar outras fontes como jornais de época e vídeos no *YouTube*, verificamos que Josias era mencionado quase sempre como Missionário, que também é um cargo eclesiástico.

<sup>153</sup> Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência Regional no Estado de Sergipe. **Seita “Sinos de Belém, Missão das Primícias” – Atividades em Sergipe**. 1987, 31ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_PPP\_87009663\_d0001de0001. p. 5.

<sup>154</sup> Fundada em 01 de julho de 1971, a igreja Sinos de Belém detém características que compreendem a “segunda” onda do pentecostalismo, como se observará ao longo do trabalho.

reverendos<sup>155</sup> armam tendas, semelhantes a circos, atraindo um grande número de doentes, com promessas de curas e conforto espiritual [...]. Segundo o Pastor JOSIAS, a entidade está em processo de expansão, possuindo mais de 300 templos, em todo País. E, para criar bases numa nova cidade, primeiro, vem o circo, para que o povo conheça a Igreja, e, depois, inicia-se a instalação de um templo, em uma sede própria ou prédio alugado [...]<sup>156</sup>.

No relatório do SNI de 1987, os agentes descrevem o que o Pastor Josias declarava ser o “processo de expansão”<sup>157</sup> da Sinos de Belém, contudo, tal descrição possui uns arranjos estilísticos na linguagem a fim de jocosamente caracterizá-lo. Nota-se uma comparação da inserção desta igreja que, ao chegar em uma nova localidade, pretendia fincar suas estruturas tal qual ocorria com a aparição do circo, trazendo consigo a espetacularização, já que a comitiva do Pastor Josias estava preparada para realizar uma série de “curas”, milagres e outras *benesses*.

Portanto, a estes lugares iam pessoas que estavam desejosas por alcançar os feitos miraculosos e que solucionassem os seus problemas cotidianos, deslocavam-se assim, de todas as partes da cidade em que chegavam e de outras circunvizinhas, geralmente, as igrejas pentecostais “fazem adeptos também entre os marginalizados e favelados” (Brunner, 2004, p. 59).

Isso ocorre por várias circunstâncias, uma vez que o trabalho missionário ou de evangelização, conforme a concepção do pentecostalismo, busca a conversão principalmente das camadas sociais mais simples. Na verdade, foi nas camadas populares que o pentecostalismo se estabeleceu e ampliou suas influências, portanto, os novos fiéis seriam recebidos e recepcionariam os ensinamentos dos seus líderes nos quais “moldariam” o perfil destes recém-convertidos.

Outras motivações que levam à proliferação do pentecostalismo entre as classes populares é a quase inexistente burocracia que é observada nas denominações tidas como

<sup>155</sup> Para realizar essa e outras “campanhas” de fé e milagres, Josias conta com o apoio da comunidade jovem, denominada de “Juventude em Ação”, segundo a qual era “[...] orientada pelo missionário João Pereira Coutinho, e que tem uma fanfarra de cerca de 25 membros, que acompanha Josias em suas pregações” (Cidade de Santos, 4 de novembro, 1974, p. 14). Portanto, as reuniões se tornavam muito chamativas, angariando também, através destes “estilismos”, os olhares dos curiosos e dos militares.

<sup>156</sup> Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência Regional no Estado de Sergipe. **Seita “Sinos de Belém, Missão das Primícias” – Atividades em Sergipe**. 1987, 31ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_PPP\_87009663\_d0001de0001. p. 5.

<sup>157</sup> Os registros jornalísticos asseveram que as pregações realizadas pelo Missionário Josias em espaços públicos, costumavam atrair inúmeros fiéis. Conforme o jornal Cidade de Santos, em sua edição de nº 6.784, relata como a Igreja Sinos de Belém atuava durante estes grandes eventos, na ocasião, que os membros “[...] estiveram sábado na concentração pública realizada na praça dos Andradas, para ouvir o missionário Josias Joaquim de Souza, fundador da igreja e que estava dando continuidade à sua campanha contra as drogas” (Cidade de Santos, 4 de novembro, 1974, p. 14). Ainda a respeito desta campanha, uma jovem por nome de Cristina foi apresentada ao público e, segundo o relato do jornal, Josias a levou porque a temática da campanha era o combate às drogas e Cristina havia vencido o vício, certamente, esse “testemunho” vivo foi utilizado para afirmar o propósito destas reuniões.

históricas que, inclusive, possuem até conselhos e um organograma setorial com seus representantes – certamente essa estruturação impacta na formação dos pastores que atuarão nestas igrejas, por isso não é muito comum nos depararmos com “seminários” teológicos vinculados ao pentecostalismo, muito menos, com “seminaristas” pentecostais que aspiram o pastoreado, já que, para se chegar a tal cargo eclesiástico, os principais requisitos são: Ser convertido e ter o desejo e a disposição de evangelizar (Brunner, 2004; Mariano, 2004).

Thiago Rodrigues Tavares (2013) explica a prática do “voto”<sup>158</sup> que se tornaria parte integrante dos ritos das igrejas pentecostais, ganhando um sentido diferente das demais religiões, embora o princípio seja o mesmo. O autor faz uma apreciação da relação entre promessa e “voto”, assim como as formas de oferecer os “votos” são diversificadas, igualmente são as motivações, isto é, as promessas feitas seja pelo votante ou pelo representante da comunidade religiosa (Tavares, 2013). Este “voto”, via de regra nas comunidades evangélicas, se exige o “sacrifício” do fiel como prova da sua lealdade para com Deus, no entanto, tal esforço visa a obtenção de conquistas materiais ou soluções de problemas que o assolam (Mariano, 2004).

No entendimento de Tavares (2013, p. 39), “[...] quanto mais difícil a graça, maior será o sacrifício prestado pelo devoto”. Estamos diante de um princípio que acompanha a “religiosidade popular”<sup>159</sup>, a qual pode ser encontrada tanto no catolicismo como nas denominações pentecostais. Sobre isso, Mariano (2008) sustenta tal perspectiva ressaltando a “continuidade” do referido princípio nas igrejas pentecostais.

A literatura acadêmica tradicionalmente retrata o Pentecostalismo como formador de seitas, salientando com isso sua ruptura com a cultura, a sociedade e a religiosidade brasileiras. Ao mesmo tempo, seja em contraste ou em concordância com esta perspectiva, diversos pesquisadores vêem o Pentecostalismo como continuador de certas características matriciais da religiosidade popular ou do Catolicismo popular. Na condição de religião cristã, a principal continuidade do Pentecostalismo com a religiosidade popular brasileira consiste na crença em Jesus, demônios, milagres, mitos bíblicos, pecado, curas e intervenções sobrenaturais, feitiçarias, concepções escatológicas. Nesse sentido, geralmente também se ressalta o caráter leigo do Pentecostalismo, que permite ao fiel entrar em contato com Deus sem depender da mediação eclesiástica. Tais semelhanças e continuidades entre religiosidade popular e Pentecostalismo, sem dúvida, facilitam a

<sup>158</sup> É importante ressaltar que a perspectiva do autor sob a tal prática do voto remete à noção perpetrada no catolicismo, mas que fora, em certa medida, ressignificada nos moldes das teologias adotadas no âmbito do neopentecostalismo.

<sup>159</sup> Toma por característica o sincretismo de outras práticas, ritos, crenças, simbologias pertencentes as religiões “concorrentes”. Essas simbologias estão inculcadas na mentalidade do brasileiro as quais foram implementadas, especialmente, pelas igrejas neopentecostais a fim de angariar novos fiéis e, dessa forma, fazendo prevalecer a “estratégia” do proselitismo deliberado (Mariano, 2004).

evangelização e a socialização dos novos adeptos das igrejas pentecostais. O Islamismo, o Budismo e uma série de religiões não-cristãs não gozam dessas semelhanças e, por essa e por outras razões, enfrentam maiores dificuldades para crescer em solo nacional (Mariano, 2008, p. 85).

É importante fazermos um paralelo entre a concepção apresentada por Mariano (2008) e o relatório do SNI que descreve sobre a Igreja Sinos de Belém (1987), os agentes do SNI apresentam a referida comunidade religiosa como uma “entidade” que se fixa em um novo local tal qual um “circo”, convidando os interessados que residem nas proximidades através da “divulgação” das promessas de cura e “conforto espiritual”, ou seja, num tom de espetacularização em que ocorrerá um grande evento imperdível, especialmente para aqueles que sofrem com as adversidades da vida.

Esse fenômeno registrado pelos agentes do SNI converge com as características apresentadas na segunda “onda” do pentecostalismo, já que a inserção da denominação nas camadas populares surte efeito positivo em se tratando da expansão das influências da igreja Sinos de Belém pela interiorização da região nordestina.

“Pastores e ajudantes surgiram nas comunidades locais, opondo-se à ordenação exigida na Igreja Católica e à penosa e demorada instrução doutrinária em denominações protestantes históricas” (Macedo, 2007, p. 79). Por essa carga de fatores que o pentecostalismo consegue mais espaço no meio social, acresce-se, ainda, a celeridade na formação dos seus missionários que atuavam no processo de evangelização, portanto, a palavra da vez era expansão. Para tal, “[...] o pentecostalismo permaneceria entre os pobres, nele tendo os seus fiéis e pastores, em bairros periféricos construindo seus templos, dirigindo-se a eles em programas de rádio ou onde mais eles pudessem se encontrar para ouvir a palavra de Deus” (Macedo, 2007, p. 79).

Diante disso, infere-se que os agentes do SNI reconheciam que tal fenômeno em expansão poderia suscitar possíveis problemas para a ordem vigente e que, na mesma proporção de difusão dos seus adeptos, supostamente corromperiam a sociedade com atitudes desvirtuantes. Portanto, o ideal militar ainda era atuante e o *modus operandi* do Pastor Josias atrairia os olhares dos agentes que, por sua vez, vigiariam-no. Não demoraria muito para que as primeiras denúncias começassem a circular nos corredores das agências do SNI, tendo como principal alvo o Pastor Josias e os demais líderes que o representavam em outros estados (SNI, 1987).

[...] em SERGIPE, a Igreja Sinos de Belém está sendo acusada de atuar de forma desvirtuada, com pregações que levam os seus adeptos à prática de

homossexualismo, inclusive entre menores; de difundir filmes e revistas pornográficas; e de propagar a condenação do casamento, como instituição<sup>160</sup>.

Já é perceptível que no excerto acima, extraído do relatório dos agentes, a ênfase na ideia de desvirtuação exprime a concepção do ideal militar que, dentre suas múltiplas vertentes comportamentais, observa-se a “colisão” daquilo que os agentes entendiam como os “bons costumes” com a perfídia praticada contra a moral. Nesse sentido, entendemos que a lógica dos “bons costumes” estão concatenados à perspectiva dos militares que, embora, não houvesse uma legislação na qual se exprimissem com exatidão as normas a respeito de condutas “aceitáveis” no meio social, portanto, “[...] os valores e comportamentos propagados por determinada moral são, sempre e necessariamente, de natureza política” (Quinalha, 2017, p. 41). O mesmo autor ainda complementa que há “padrões de condutas” compreendidos como aceitáveis em função de “determinada distribuição social do poder” (Quinalha, 2017, p. 41).

[...] sob um regime autoritário com pretensão de controle total da vida social, é possível pensar que a moral é politizada a um nível ainda mais acentuado, alçada a instrumento direto e sem mediações da violência estatal. Neste sentido, não seria demais afirmar, em se tratando da ditadura brasileira, que política e moral são duas faces complementares de um mesmo projeto global de repressão [...] (Quinalha, 2017, pp. 41-42).

Mesmo que não seja a nossa pretensão ampliar essa discussão sobre a moral e os “bons costumes”, faz-se necessário sublinhar sua presença a partir da análise do relatório do SNI. Sublinha-se também a interação de parte da sociedade que, ao seu modo, demonstra o interesse em inibir as condutas dos que fogem dos parâmetros da aceitabilidade social. Assim sendo, tal participação poderia ser efetivada, por exemplo, através das ligações telefônicas em que os “vigilantes” da conduta alheia, coniventes com o ideal militar, denunciavam e até exigiam providências (Fico, 2002)<sup>161</sup>. Nesta circunstância, quanto mais informações os agentes obtivessem dos “acusados”, mais rápida seria a produção do relatório do suspeito.

Os agentes a todo custo são enfáticos quando registram os lugares em que a igreja Sinos de Belém se fixava ou quem eram os seus líderes locais, pois tudo precisava ser documentado, até porque a denúncia só é potencializada quando se registra os nomes dos “suspeitos” e das

<sup>160</sup> Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência Regional no Estado de Sergipe. **Seita “Sinos de Belém, Missão das Primícias” – Atividades em Sergipe**. 1987, 31ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_PPP\_87009663\_d0001de0001. p. 5.

<sup>161</sup> No entendimento de Fico (2002), essa vigilância era orientada pelas “comunidades de informações e de segurança” passaram a se responsabilizar pelo controle da espionagem e da polícia política, isto é, nas palavras do autor, estes são as “vozes autorizadas” e “guardiães” da “Revolução”.

supostas acusações que lhes dão causa no processo investigativo. Diante disso, o relatório do SNI se concentra nas denúncias contra as filiais da igreja Sinos de Belém em Sergipe e na Bahia.

Sobre isso, a igreja Sinos de Belém foi instalada em Sergipe no mês de maio de 1984, no município de Rosário do Catete, cujo relatório acrescenta que a instalação se deu mediante um “misionário sergipano radicado em SÃO PAULO/ SP, EUDAS DAMÁSIO DE OLIVEIRA [sic], tendo iniciado lá as suas atividades religiosas, expandindo-se depois para outras cidades interioranas”<sup>162</sup>. A partir desta descrição do processo de instalação da filial, nota-se a proposta de interiorização sendo colocada em prática, até porque outras cidades do interior sergipano foram alcançadas pelo desejo expansionista idealizado pelo Pastor Josias, as demais localidades foram: Maruim, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, São Domingos, Campo do Brito, Itabaiana e Carira (DPF, 1987).

Esse procedimento de fixação da igreja Sinos de Belém corresponde aos fenômenos da segunda “onda” do pentecostalismo, já explicitados linhas atrás. A propósito, no entendimento destes líderes, convencer as pessoas mais humildes e com pouca instrução era mais acessível aos planos expansionistas da referida comunidade evangélica para arrebanhar fiéis para o novo “empreendimento” espiritual. Outra característica da segunda “onda” do pentecostalismo presente na igreja Sinos de Belém é a formação dos líderes locais, todos de alguma forma tinham vínculo com o Pastor Josias – principal representante da igreja-sede<sup>163</sup>.

Quando os agentes vão se referir à filial da igreja na Bahia, utilizam a expressão “seita”, provavelmente, nos mesmos moldes de quando se referiam às TJs – elas eram entendidas como descumpridoras da ordem vigente estabelecida com o Golpe Civil-Militar de 1964. “Existem poucos adeptos da seita na BAHIA e, em razão disso, não há grande atuação local. A Igreja Matriz está situada no bairro de São Cristovão sendo seu líder, o Pastor FERREIRA, o qual é auxiliado pelo colaborador DENIVALDO [sic]”<sup>164</sup>. Porquanto o processo de interiorização não é colocado em prática apenas com a vontade expansionista, tampouco se faz unicamente com o interesse evangelístico inebriante do seu líder, já que é necessário uma série de fatores que o condicione, assim sendo, precisa-se, sobretudo, de cooperadores ou, como o próprio Pastor

<sup>162</sup> Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência Regional no Estado de Sergipe. **Seita “Sinos de Belém, Missão das Primícias” – Atividades em Sergipe**. 1987, 31ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_PPP\_87009663\_d0001de0001. p. 6.

<sup>163</sup> Conforme o registro do DPF (1987), os nomes dos líderes da igreja Sinos de Belém em Sergipe são: Ronaldo Neves (oriundo de São Paulo), Josuel (oriundo de São Paulo), Aitão (oriundo de São Paulo), Cezar Augusto “Jessé” (oriundo de Sergipe) e Malaquias “Beto” (oriundo de Sergipe). Os nomes seguidos de suas localidades de origem reforçam como atuavam os agentes dos órgãos informacionais que a eles interessava o menor detalhe sobre os “suspeitos”, chamados pelo líder nacional de “mensageiros”.

<sup>164</sup> Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência Regional no Estado de Sergipe. **Seita “Sinos de Belém, Missão das Primícias” – Atividades em Sergipe**. 1987, 31ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_PPP\_87009663\_d0001de0001. p. 6.

Josias declarava: “os mensageiros”.

O relatório ainda menciona que Josias tentou entrar para a carreira política como deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a fim de dar mais visibilidade aos seus trabalhos que, nessa conjuntura, não eram apenas espirituais como também sociais pelo fato de tentar suprir as necessidades básicas que todo ser humano possui. Tendo isso em vista, os agentes fazem questão de frisar sua derrota nas últimas eleições, o qual ficou “desgostoso” com o resultado obtido nas urnas e decidiu recolher-se no interior da Bahia, cujo intuito era continuar suas pregações<sup>165</sup>.

Josias via nestas localidades interioranas a oportunidade de fazer “prosperar” o tipo de pentecostalismo mais proximal, isto é, sem a burocracia que caracteriza as vertentes mais tradicionais, que “fale” a linguagem do povo e supra não apenas suas necessidades espirituais como também apresente propostas resolutivas dos problemas do seu tempo. Neste tópico, objetivamos apresentar um “quadro geral” do pentecostalismo brasileiro e suas características a fim de compreendermos a atuação da Igreja Pentecostal Sinos de Belém – acusada de práticas desvirtuantes que feriam a moral e a conduta preconizadas pelo ideal militar.

Conferimos o principal relatório do SNI acerca desta comunidade evangélica, segundo a qual foi investigada e os nomes dos seus representantes foram registrados no documento com intuito de “fichar” todas as ações possíveis. O pastor Josias, mencionado inúmeras vezes nos relatórios, tem sua vida pessoal exposta pelos agentes do SNI<sup>166</sup> a fim de reprimir suas ações evangelísticas que, naquela altura, foram recepcionadas pelos militares como preocupantes. Sabemos que a conduta dos agentes que atuavam nos órgãos informacionais não são imparciais como faziam questão de frisar, portanto, imagina-se que todas as implicações que sucederiam

---

<sup>165</sup> Em 1985, o jornal noticiava parte da campanha do ex-presidente Jânio Quadros que recebera o apoio de algumas igrejas evangélicas, inclusive, a Igreja Pentecostal Sinos de Belém, liderada pelo pastor Josias. A propósito, o título da matéria “*Crentes com Jânio contra os ‘ateus’*” é chamativo, pois estes “ateus” referiam-se aos comunistas que apoiam o candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Na ocasião, o candidato era o então Senador Fernando Henrique Cardoso e os pronunciamentos dentro da Igreja Sinos de Belém foram iniciados por Josias, segundo o qual asseverou: “estão tentando acabar com o cristianismo. Os ateus se preparam para tomar o poder”. Logo após a fala de Josias, viria Jânio, que segue a mesma lógica do discurso anterior, mas em um tom de apelo que dizia: “ajudem-me em minha luta, a luta de um cristão para proteger o cristianismo”. Os discursos expressam e reforçam que o ideal militar se fazia presente nas igrejas, cooptando o apoio dos fiéis no combate ao comunismo e, por conseguinte, ao “inimigo interno” (*Jornal do Brasil*, 1985, p. 3).

<sup>166</sup> Em um breve relatório sobre a igreja Sinos de Belém, registrado pela Superintendência da Polícia Federal de Santa Catarina e com chancela do SNI, os agentes coletaram a seguinte informação: “A Igreja Pentecostal Sinos de Belém é totalmente desconhecida [...]. Várias Igrejas existentes na Grande FLORIANÓPOLIS/SC [...], foram unânimes em declarar a não existência da Igreja Pentecostal Sinos de Belém, além do desconhecimento total do Pastor Josias Joaquim de Souza” Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina. **Atividades da Igreja Pentecostal Sinos de Belém**, 1987, 5ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_NNN\_87007369\_d0001de0001. p. 4. Certamente informações que foram utilizadas para depreciar a figura do Pastor Josias, afinal, uma das estratégias propostas pela ISN era “desmoralizar” o “inimigo interno”, pois acreditava-se que assim facilitaria no processo de desmembramento dos movimentos de resistência (Borges, 2007).

na vida do referido líder espiritual seriam, em certa medida, para desestabilizá-lo e extinguir a “ameaça” subversiva como instruíra o ideal militar.

### **3.1.1. DESVELANDO O ESTATUTO SOCIAL: UMA AMEAÇA AO IDEAL MILITAR?**

“A Obra Social Sinos de Belém de Amparo e Promoção, é uma sociedade civil fundada em 12 de Dezembro de 1980, com - personalidade jurídica, subordinada às leis do país sem fins lucrativos [...]”<sup>167</sup>. Quando analisamos o parágrafo inicial do estatuto social da igreja Sinos de Belém, observa-se em suas características organizacionais,<sup>168</sup> descritas e regulamentadas em cartório, uma forma de comprovar a veracidade e a responsabilidade com a qual se comprometia. Para fins investigativos, os agentes dos órgãos informacionais tiveram acesso ao referido estatuto social com o intuito de entender o funcionamento interno da comunidade evangélica. Não há interesse, nessa pesquisa, em julgar o trabalho desse Pastor, embora ressaltamos que, apesar das denúncias realizadas, a instituição tinha práticas acertivas por meio das obras sociais que tanto prezavam.

É de bom alvitre ressaltarmos que toda e qualquer prática de cunho social, no período militar, poderia ser mal interpretada pelos agentes que, como sabemos, atuavam sob a tutela do combate à “subversão” estando munidos do discurso “anticomunista”. Porquanto era necessário eliminar “fatores adversos” que atentassem contra a ordem, mas como não se tinha uma clareza de quais eram esses “fatores”, tudo poderia ser motivo para a desordem ou, se no caso estivéssemos tratando de uma pessoa, esta poderia ser uma forte disseminadora da “subversão” na sociedade (Borges, 2007).

Vejamos a seguir o caso do pastor evangélico destacado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV):

João de Carvalho Barros morreu no dia 2 de abril de 1964 em sua residência, na cidade de Belo Horizonte. Às 20h45 teriam entrado cerca de 30 homens armados em sua casa, vestidos de terno e gravata, que irromperam atirando. João foi o primeiro a ser atingido, falecendo em seguida. Sua filha Catarina

<sup>167</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Regimento Interno da Obra Sinos de Belém de Amparo e Promoção**, 1987, 28ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_87019790\_d0001de0001. p. 16.

<sup>168</sup> No que tange à sua organização interna, a Obra Social Sinos de Belém de Amparo e Promoção é constituída por um Gerente Geral da Unidade; Unidade de Atendimento; Unidade de Atendimento ao Menor; Unidade de Atendimento e Amparo aos Idosos; Outros que forem criados. Serviço Nacional de Informações (SNI). **Regimento Interno da Obra Sinos de Belém de Amparo e Promoção**, 1987, 28ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_87019790\_d0001de0001.

Maria Barros, de 17 anos, também foi atingida, ficando gravemente ferida na região torácica dorsal, fato que teria deixado sequelas irreversíveis na jovem. Por último, a esposa de João, Benedita Carvalho, foi atingida com um tiro de raspão no braço. Toda a família teria sido ameaçada pelos indivíduos que invadiram a casa, os quais também quebraram móveis e apreenderam objetos pessoais de João. O grupo de homens armados deixou a residência da família em jeeps e carros “chapa branca”, como apontou a declaração da vizinha Laura dos Santos Soares (CNV, 2014, p. 120).

No relato acima, é possível verificar a maneira violenta em que um grupo fortemente armado, segundo os investigadores da CNV, mataram o então pastor evangélico João de Carvalho Barros<sup>169</sup>, o qual fora alvejado sem poder reagir. Ao buscarmos possíveis motivações para tal ato de brutalidade, notamos, conforme consta no relatório da CNV, que sua conduta, longe do ideal militar, era de retidão perante as leis. No entanto, pelo fato de o pastor João realizar trabalhos “assistencialistas” junto à população mais pobre e de ser filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi “enquadrado” como “suspeito” de práticas “subversivas”, já que essa ideia, como imaginavam os militares, de ajudar ou de “partilhar” com o próximo é atitude de “comunista” (CNV, 2014, p.120).

Tudo isso reforça o nosso interesse em perscrutar o estatuto social da Igreja Sinos de Belém, pois sua estrutura organizacional possuía um setor que atendia gratuitamente os “menores” em regime de internato, porém os usuários dos serviços prestados pela obra social precisavam cumprir alguns requisitos através da apresentação do comprovante de residência, declaração de pobreza e documento pessoal<sup>170</sup>. Vale salientar que a Obra Social desta igreja é fundada ainda sob os olhares vigilantes dos agentes, contudo, por oferecerem às pessoas mais humildes serviços assistencialistas<sup>171</sup> a fim de amenizar as mazelas ocasionadas pela ausência de políticas públicas efetivas é que foi intensificada a investigação dessa instituição.

Para Betânia Maria Ramos da Silva (2021, p. 89), “no período ditatorial, a assistência social era vista como caridade e não como um direito social”, ou seja, já não bastava o

<sup>169</sup> João Carvalho era veterinário do Ministério da Agricultura, lotado no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA). Em 1964, João trabalhava no matadouro do DIPOA, situado no bairro de São Paulo, em Belo Horizonte. João Barros era pastor da Igreja Primitiva dos Apóstolos Pró Salvação e Cura Divina, templo protestante. Realizava trabalhos assistencialistas no bairro Aarão Reis junto à população mais pobre, como a distribuição de alimentos em sua casa na rua Manhuara (CNV, 2014, p. 120).

<sup>170</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Regimento Interno da Obra Sinos de Belém de Amparo e Promoção**, 1987, 28ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_87019790\_d0001de0001.

<sup>171</sup> Para a Unidade de Atendimento à Família, os serviços prestados eram: fornecimento de alimentação básica, passagens à cidade de origem, pagamento de água e luz em atraso, realização de palestras, reuniões e seminários, visando orientar pessoas portadoras de vícios tais como Alcoolismo — Tabagismo — Tóxicos, orientação e encaminhamento para os recursos sociais da comunidade de um modo geral Serviço Nacional de Informações (SNI). **Regimento Interno da Obra Sinos de Belém de Amparo e Promoção**, 1987, 28ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_87019790\_d0001de0001. pp. 18-19.

cerceamento dos direitos desde a implementação do governo militar, a prática assistencialista se não fosse realizada nos ditames deste Estado autoritário no qual se apresentava, seria acertadamente tachada como destoante. Tendo isso em vista, as unidades da Obra social da igreja Sinos de Belém atendiam, principalmente, os “Menores”, os idosos e as famílias, desde que cumprissem os requisitos estabelecidos pelo estatuto. Conforme o relatório do SNI (1987)<sup>172</sup> que traz em anexo o estatuto social, declara que a atuação da Obra visa proporcionar um conjunto de atividades de Ação Social que contenha assistência, formação profissional e cultural cujo público-alvo são pessoas (grupos e famílias carentes) que residem na capital e no interior de São Paulo, mas também visam ampliar os atendimentos às demais unidades federativas do país.

Durante o período do regime militar, o Serviço social era demandado para aperfeiçoar tecnicamente as prestações de serviços e benefícios da assistência social, ou o “trato da pobreza”, na implementação dos programas sociais instituídos pelo Estado para manter o controle social da classe trabalhadora e corrigir os problemas e distorções gerados pela adoção de uma política de repressão e de arrocho salarial (Silva, 2021, p. 89-90).

Os aspectos econômico e social do Brasil, à época, são reflexos das decisões perpetradas pelos governos militares na tentativa de passar uma “imagem” positiva do país com os avanços em diferentes setores mediante a proposta do desenvolvimentismo, segundo o qual, apesar dos esforços, não conseguiram estancar a sangria dos déficits acarretando em carestia, políticas públicas insuficientes e ineficazes<sup>173</sup>. O “trato da pobreza” apontado pela autora não se apresenta como interesse do Estado em resolver as problemáticas ampliadas pelos seus administradores, já que era preferível apenas mitigá-las se apoiando no “controle social” (Silva, 2021). Portanto, tudo que fosse proposto fora dessas diretrizes deveria ser rechaçado ou, a depender do grau de “subversão”, mantinha-se a vigilância constante sem descartar ações mais repressivas por parte do poder público.

Sobre isso, sublinhamos aqui o “milagre econômico” e sua relação com a política social, já que esta era vinculada ao sistema produtivo cujo propósito foi de “corrigir distorções entre produção e consumo, e assim atingir maiores índices no crescimento econômico, pois se

<sup>172</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Regimento Interno da Obra Sinos de Belém de Amparo e Promoção**, 1987, 28ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_87019790\_d0001de0001.

<sup>173</sup>O governo tomou algumas medidas significativas neste sentido. Em dezembro de 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Em 1969, o Decreto-Lei nº593 transformou a Legião Brasileira de Assistência (LBA) de associação civil em Fundação Pública e a Lei Complementar nº 11 de 1971, instituiu a assistência ao trabalhador rural, através do Programa de Assistência do Trabalhador Rural (Prorural), garantindo benefícios como aposentadoria por velhice e por invalidez; pensão; auxílio funeral; e serviços de saúde, sem a necessidade de comprovar tempo de contribuição (Silva, 2021, p. 90).

afirmava que o desenvolvimento social seria consequência automática do crescimento econômico” (Assumpção; Carrapeiro, 2014, p. 108). Soma-se a isso a centralização da política social caracterizada pela rigurosidade e fragmentação institucional em que os profissionais da área de Serviço Social tiveram que lidar com esse cenário e cumprir, na medida do possível e dentro dos “ditames” do regime, suas respectivas atribuições. Nessa conjuntura é possível imaginar as motivações das perseguições à Obra Social da Igreja Sinos de Belém que continha em seu quadro profissional os assistentes sociais e voluntários que seguiam as normativas estabelecidas pelo estatuto (Assumpção; Carrapeiro, 2014; SNI, 1987).

Insistimos na análise do contexto econômico e social do Brasil nas décadas de 1970 e 1980 devido às implicações diretas dos efeitos “colaterais” das políticas tidas como desenvolvimentistas praticadas na Ditadura Civil-Militar e que, por conseguinte, atingiam as camadas populares da sociedade. Posto isso, a Obra Social da instituição religiosa atuava em conformidade com seu estatuto e das pretensões do Pastor Josias, segundo o qual almejava expandir a atuação da igreja Sinos de Belém através da interiorização nos lugares mais longínquos do país, em que o interesse do Estado não era tão latente, permitindo que necessidades básicas dos populares nestas localidades fossem supridas.

No entendimento de Raiane Patrícia Severino Assumpção e Juliana de Magalhães Carrapeiro (2014, p. 108), a política social projetada pelo governo militar definia-se também “[...] pela supressão da participação popular nas decisões políticas, pelo uso clientelístico dos recursos, pela distribuição de benefícios, pelo autofinanciamento do investimento social e pela privatização de setores rentáveis, como educação, saúde e habitação”, ou seja, só teria acesso a estes âmbitos sociais quem pudesse pagar por eles.

Vivia-se também a carestia de tantos insumos básicos que, diante desses fatores, era impensável uma pessoa humilde acessá-los plenamente. Ao trazer novamente para o centro do debate a questão do “milagre econômico”, Júlio César Bellingieri (2005) ressalta que o crescimento da economia brasileira em tempos do período militar vem acompanhado do “endividamento”, o qual exigiria dos governantes e dos seus ministros medidas mais contundentes para amenizar as consequências danosas, especialmente, para aqueles que possuíam poucos recursos.

Eis, então, uma perspectiva positiva da Obra Social, mas, como já foi exposto, tais “ações sociais” eram preocupantes para os militares, uma vez que, no entendimento deles, estas “obras” de caridade seriam subterfúgios a fim de ocultar o real propósito do Pastor Josias e dos seus “mensageiros”, a saber: disseminar atitudes desviantes e promover condutas “subversivas”. Portanto, pretendia-se com esta Obra Social oferecer aos necessitados não

apenas propostas de “curas” e “milagres”, mas também a materialização de soluções práticas para necessidades básicas do público visado pela igreja Sinos de Belém. Dito de outra forma, não bastava oferecer o “alimento espiritual” para o refrigério de suas almas, era imprescindível solucionar questões mais paupáveis e visíveis como, por exemplo, a fome.

### 3.2. “FILOSOFIAS MODERNAS CONTRASTAM COM A FÉ DA IGREJA” (1983-1986)

“A tática astuta dos marxistas aproveita-se dessa situação e os teólogos protestantes marxistas facilitam as bases teológicas desta ação”, trecho retirado do relato do Padre Miguel Poradowski<sup>174</sup>, coletado pelos agentes do SNI a fim de concluir o Relatório Especial de Informações (REI)<sup>175</sup> cujo ano de elaboração é 1983. Aparentemente, a citação acima parece deslocada da discussão a qual pretendemos desenvolver neste tópico, mas existe uma conexão entre as palavras do padre e os debates sobre as teologias tidas como “progressistas” que entravam nas igrejas, tanto evangélica, quanto católica. Evidente que a nossa intenção é nos concentrarmos na participação dos evangélicos durante os movimentos ecumênicos, mas é incontornável fazermos um paralelo com algumas das ações empreendidas pela ala católica que, como veremos, enfrentavam os mesmos problemas no interior da igreja.

É necessário recuarmos na esteira do tempo para compreendermos o principiar do ecumenismo<sup>176</sup> no Brasil e seus desdobramentos, especialmente, na Ditadura Civil-Militar. Walter Altmann (2018) aponta o século XX como o momento histórico de profusão ecumênica, também conhecido como século da Igreja, em que se destacam os encontros dialógicos atrelados

<sup>174</sup> Estudioso e crítico de teologia, sobretudo, das teorias e reflexões acerca da inserção do marxismo em estudos teológicos. A propósito, produziu a obra *El marxismo en la teologia* publicada em plena efervescência nas discussões ecumênicas (Lynch, 2022). LYNCH, A. B. **Otro sacerdote polaco, la contracara del actual Papa**. 20 de agosto 2022. Disponível em: <<https://www.infobae.com/opinion/2022/08/20/otro-sacerdote-polaco-la-contracara-del-actual-papa/>>. Acesso em: 8 ago. 2025.

<sup>175</sup> “Este REI tem como finalidade maior apresentar informações, julgadas básicas, para uma melhor visão e compreensão do Protestantismo, no contexto do Movimento Religioso que se desenvolve no Brasil”. BRASIL. Ministério do Exército. **Relatório Especial de Informações (REI)**, nº 10, 1983. p. 7. A partir deste excerto, nota-se a propositura e a preocupação dos agentes atuantes nos órgãos informacionais com o avanço das denominações protestantes, além das tratativas acerca do ecumenismo em que, naquela altura, ganhou proporções que não se limitaram aos debates em igrejas ou encontros teológicos. Em se tratando da estrutura do REI, encontramos uma configuração muito semelhante a um livro com sumário, capítulos, itens bibliográficos, entre outros.

<sup>176</sup> De acordo com o REI, ecumênico é um termo de origem grega que significa “do mundo inteiro”. No tocante ao “movimento ecumênico”, o mesmo relatório descreve-o como “o esforço que tem como objetivo a unificação das diversas igrejas cristãs; a tentativa conjugada para dar realidade, geográfica e qualitativa, à universalidade da religião fundada nos ensinamentos de JESUS CRISTO” (Brasil, 1983, p. 47). O ecumenismo já era matéria debatida em congressos e assembleias, envolvendo diferentes denominações cristãs no exterior, sobretudo, em outros países da América Latina. Contudo, no Brasil, teríamos a primeira organização/instituição que tratasse do diálogo interreligioso a partir da fundação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) em 1982, sendo este o espaço formal para as reflexões não apenas de cunho teológico em nosso país.

às ações concretas da “solidariedade humana e cristã”. No entanto, o mesmo autor afirma que existem outras percepções sobre o século XX, segundo o qual atestaram o fracasso da proposta do movimento. O processo de inserção do ecumenismo no Brasil ocorre através das igrejas protestantes<sup>177</sup> de forma lenta e sob desconfiança e, portanto, “criou-se a aliança Evangélica do Brasil, a qual abriu as portas para por fim se filiarem ao Conselho Mundial de Igrejas” (Adão; Breu, 2022, p. 6).

Tal desconfiança era justificada por algumas denominações mais hostis à proposta de que, aderindo ao movimento ecumênico, as igrejas protestantes perderiam sua “identidade”, pois imaginavam que esta era uma estratégia da igreja católica (Adão; Breu, 2022). Ainda nesta mesma lógica do “percurso” ecumênico no Brasil, evocamos o estudioso do tema Elias Wolff (2018) para incrementar no centro do debate suas percepções acerca da “expansão” ecumênica em nosso país e suas implicações.

Para entendermos a complexidade do que se convencionou chamar de “pluralismo cristão” no Brasil, faz-se necessário considerar os fatores jurídicos, teológicos e pastorais desaguando nos imbricamentos dialógicos entre as diferentes denominações (Wolff, 2018).

Apesar de algumas instituições e igrejas não estarem diretamente vinculadas ao Conselho Mundial de Igrejas, não impediu que enviassem representantes, levassem ideias e propostas ao Conselho. No Brasil, o esforço do conselho mundial, somado a nova postura da Igreja Católica, procurou-se criar um novo espaço para discussão, por meio de vários encontros, que foram realizados com vários dirigentes nacionais de igrejas cristãs, que enfim criou-se o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), fundado em 1982. Se tornando assim o órgão máximo na busca de unidade das igrejas do país. Com a criação do CONIC, uma nova fase do movimento ecumênico se inicia no Brasil (Adão; Breu, 2022, pp. 6-7).

Dessa forma, desejava-se deixar de lado todos os impeditivos a fim de que avançassem naquilo que os seus partícipes denominaram de comunhão entre as igrejas cristãs<sup>178</sup>. Não entraremos nos meandros dos debates historiográficos acerca do ecumenismo em se tratando dos aspectos conceituais e da sua natureza. É do nosso interesse nos apoiarmos neste panorama a fim de compreendermos as “filosofias modernas” com as quais se preocuparam os agentes e

---

<sup>177</sup> Provavelmente o exemplo das ideias ecumênicas em nosso país é o Projeto Brasil: Nunca Mais, coordenado pelo Reverendo Jaime Wright e Dom Paulo Evaristo Arns. Tal empreendimento objetivava preservar os documentos e processos judiciais, obter e divulgar informações no que tange aos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar. O resultado de todo esse esforço nos ofereceu uma célebre obra com o mesmo nome do projeto, publicada em 1985 pela editora Vozes (BNM, 2016).

<sup>178</sup> Poderíamos declarar, em um primeiro momento, que o ecumenismo pressupõe o diálogo entre os diferentes grupos religiosos. A isso registramos como diálogo inter-religioso pelo qual se fundamenta no respeito de concepções religiosas e de crenças distintas entre si, a propósito, desde que o Estado se tornou secularizado com o advento da Modernidade, é imprescindível a compostura e a existência para com todas as religiões (Veliq, 2019).

os protestantes coniventes com os militares.

Diante das inúmeras denominações protestantes e da aparição dos clérigos católicos com ensinamentos desvirtuantes, é que os agentes a fim de acompanhá-los e de maneira mais detida se inteiraram de levantar informes que permitissem seguramente intervir no “Movimento Ecumênico”. O REI, inclusive, menciona que tal movimento é resultado do Concílio Vaticano II (1962-1965), no entanto, a ideia de ecumenismo proposta na reunião, para os militares, seria deturpada, já que tanto os líderes evangélicos “com tendências esquerdistas” e os clérigos “progressistas” comporiam uma frente em busca da unidade cristã (Brasil, 1983).

Era essa unidade cristã que atemorizava as autoridades eclesiásticas alinhavadas com o governo militar. Além do mais, o receio de que a identidade protestante também estivesse em questão foram motivos adicionais aos impasses provenientes do ecumenismo. Questionava-se não apenas o fundamento como também a aplicabilidade da propositura alinhada para com os seus partícipes.

Os agentess, mediante o REI, explicitam suas preocupações com as “ideias marxistas” aplicadas à teologia a tal ponto que, no relatório, asseveram modificações teológicas ou a “secularização das atividades religiosas”; afirmam, ainda, a existência de um “progressismo protestante” com “conexões internacionais” (Brasil, 1983). André Brito (2010) declara que as concepções do ecumenismo estavam em formação no Brasil em pleno período militar, o que, certamente, suscitaria contornos mais apreensivos, os quais estavam para além dos debates teológicos.

Na perspectiva dos militares, a busca pelo “engajamento socio-político”<sup>179</sup> seria a intenção maior dos participantes do movimento ecumênico, sobretudo, dos protestantes que preconizavam o estabelecimento de uma “nova sociedade” (Brasil, 1983). Podemos inferir, portanto, o quanto tratar de ecumenismo deveria ser pauta atinente aos assuntos que interessassem também ao Estado e aos seus representantes, pois estamos lidando com uma conjuntura repleta de hostilidades e atravessamentos em que a paz, pretendida com o movimento ecumênico, necessitava contorná-las.

O discurso empregado no REI, como já é sabido, está fundamentado na Ideologia de

---

<sup>179</sup> Dada a noção de engajamento aplicada ao “protestantismo ecumênico”, como formulavam os agentes do SNI, esta é resultante de outras experiências protagonizadas pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB) que desde sua fundação em 1934, foi participante deste processo cujo interesse era angariar a unidade cristã mediante a execução das atividades de evangelização. No entendimento de André Brito (2010), as reflexões teológicas não se limitavam à atuação política dos protestantes, mas esta pauta tinha grande relevância naquela conjuntura que, por conseguinte, desaguardaria no período militar. Para tanto, o engajamento sócio-político seria imerso nos debates que envolviam a teologia da libertação, segundo a qual, para o autor, seria o “fermento” deste protestantismo ecumênico.

Segurança Nacional em que os militares se apoiavam para sustentar a tese de que grupos e pessoas que agiam individualmente, poderiam ser “subversivos” e representar um perigo para a sociedade. A propósito, é justamente esta sociedade que os agentes se preocupavam em não contaminá-la com ideologias desviantes. Observe que, neste momento, mencionamos ideologia e discurso, os quais se entrecruzam a partir da interação das palavras registradas nos relatórios com a realidade vivida.

Pêcheux (1995), ao tratar da relação entre indivíduo e discurso, assevera:

[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados [...] (Pêcheux, 1995, p. 91)

Assim sendo, quando o “protestantismo ecumênico” almeja uma “nova sociedade”,<sup>180</sup> acertadamente, não é a sociedade estanque em que viviam. Inúmeras eram as problemáticas de ordem social, política, econômica e também teológica, já que esta última permeava os debates dentro e fora das igrejas, envolviam religiosos e não religiosos. Entendemos que a “nova sociedade” seria constituída sob a égide do engajamento político das diferentes comunidades religiosas, embasadas pelos princípios da “justiça social” em que, por exemplo, a pastoral teria um enfoque nos mais pobres de acordo com o REI (Brasil, 1983).

A verdadeira propositura em nossa examinação deste contexto é que os processos discursivos são distintos, conforme assinala Pêcheux (1995), interessa o que está por detrás do discurso. Colocando em outras palavras, pode-se dizer que é no interior do discurso que encontramos a ideologia vigente sendo aplicada. Portanto, no REI temos a explanação da concepção dos agentes do SNI, os quais não apenas denominam o “Movimento Ecumênico” como também definem as características do protestantismo ecumênico.

É mister que o balanço feito pelos agentes dos órgãos informacionais requer uma atenção redobrada, mas reconhecemos que, nos levantamentos das comunidades protestantes em 1983, nota-se um estudo em se tratando das principais denominações evangélicas. O relatório traz um breve contexto da Reforma Protestante, seguido pelas sucintas abordagens

---

<sup>180</sup> Considerando que o REI foi elaborado em 1983, nesse contexto, só para termos amplitude no debate a cerca da sociedade brasileira na década de oitenta, a economia atravessa uma grave crise. Além de que “[...] as taxas de inflação atingiram níveis sem precedentes e, onde, apesar da intensificação do uso da força de trabalho familiar, ocorreu aumento das desigualdades de renda e da pobreza” (Ometto *et al*, 1995, p. 413). Diante desse quadro, é compreensível as petições do Movimento Ecumênico por uma “nova sociedade”.

históricas e doutrinárias das comunidades protestantes, enfatizando os pentecostais, talvez, pelas excentricidades<sup>181</sup> que deles provêm, diferindo-se dos “protestantes históricos” (Brasil, 1983).

Dessa forma, constata-se que a rede informacional operacionalizava no processo de fornecimento dos dados acerca das igrejas protestantes em funcionamento no Brasil à época. Os agentes demonstram, em certa medida, o cuidado na maneira em como distribuiriam tais informes, portanto, os organizam a fim de facilitar a compreensão dos demais integrantes do Sisni.

Avançando na leitura do REI, nos deparamos com a formulação dos fundamentos daquilo que os agentes chamaram de progressismo protestante ou também poderíamos denominar de “protestantismo ecumênico”, tal qual pontuou André Brito (2010). Estamos diante do cerne desta seção, já que trataremos da principal pauta registrada no relatório como também dos primeiros evangélicos atuantes mencionados no documento e, por isso, daremos a devida atenção.

Talvez o nome do teólogo protestante Karl Barth (1886-1968)<sup>182</sup> seja o que mais aparece no relatório devido à sua grande influência no contexto em que se discutia a perspectiva da “Teologia da Libertação” na década de 1960. Os agentes o descrevem como “[...] ativista marxista, de grande influência sobre os demais, foi um dos primeiros construtores de pontes entre o Marxismo e o Cristianismo” (Brasil, 1983, p. 36). Os mesmos agentes creditam a Barth o processo de “marxistização” da teologia, segundo o qual ele seria o ideólogo da concepção de construção de uma “nova sociedade” que acometera os adeptos do “protestantismo ecumênico”.

Entendemos que os grupos protestantes e católicos, através do “Movimento

---

<sup>181</sup> O que chamamos de excentricidade refere-se às atividades religiosas praticadas nestas comunidades que fugiam ao “padrão”, inclusive, as Forças Armadas e os demais representantes do Poder Público eram sabedores desse modelo padronizado praticado pelas denominações protestantes mais históricas. Assim sendo, cultos e reuniões de “curas” e milagres realizados em praça pública, geralmente causavam estranheza e preocupação aos órgãos de segurança. As igrejas pentecostais, não todas como a Congregação Cristã do Brasil, eram adeptas a este estilo de evangelização/proselitismo em massa o que certamente atraíam o monitoramento social dos seus membros. Aliás, alguns representantes desta denominação tinham atuações para além da evangelização, é o caso da Igreja “O Brasil para Cristo” a qual “[...] buscou participar da vida nacional e introduzir-se em várias esferas institucionais, não se mantendo como um grupo fechado, em oposição à sociedade”. BRASIL. Ministério do Exército. **Relatório Especial de Informações (REI)**, nº 10, 1983. p. 34.

<sup>182</sup> “Barth nasceu na Basileia, na Suíça, mas seus estudos teológicos ocorreram na Alemanha, onde posteriormente exerceu destacada atividade acadêmica. Quando houve a ascensão de Adolf Hitler ao poder, em 1933, passou a criticar o governo e a posição da Igreja Reformada Alemã por manter relação de comprometimento ao Regime” (Vilela, 2014, p. 53). Embora seja um suíço de nascimento, mas suas ideias e proposições teológicas implementadas, especialmente, na América Latina fervilhavam as discussões sobre as diretrizes da fé em uma sociedade que enfrentava inúmeros conflitos. O século XX foi, sob diferentes ângulos, sombrio em função das ocorrências históricas como, por exemplo, a ascensão do Terceiro Reich na Alemanha (1933-1945), exigindo reflexões e condutas que contornassem tais assombros (Zeferino, 2020).

Ecumênico”, interessavam-se por esta transformação da sociedade, portanto, Barth com suas reflexões “municiaava” em nome da busca por justiça social, uma vez que o “Reino de Deus na terra” deveria prosperar e ser anunciado no meio social (Lima Júnior, 2008). O trecho a seguir expressa bem a fundamentação do progressismo protestante:

A influência de ideias marxistas sobre a teologia, definindo um atual comportamento religioso antropocêntrico, denominado progressista, cada vez mais engajado social e politicamente, buscando a “libertação” popular com o estabelecimento de uma nova sociedade sem classes - o Reino de Deus aqui na terra - através da conscientização, organização e união da massa de carentes e de marginalizados (os oprimidos) e de sua manipulação contra os detentores do poder (opressores), tem antecedentes marcantes entre teólogos e pensadores protestantes.<sup>183</sup>

Mesmo o “Movimento Ecumênico”<sup>184</sup> tendo apoio de alguns setores da Igreja Católica, depreende-se desta citação a ideia de que os agentes realmente se inteiraram em compreender o “comportamento religioso” dos protestantes tido por eles como progressista. Evidentemente que os católicos “subversivos” eram vigiados também, no entanto, a partir deste relatório, é explícito o quanto, no entendimento dos agentes, o marxismo era danoso ao movimento que até poderia ser considerado nobre, mas a raiz do problema estava na fundamentação teológica proveniente de um estudioso protestante.

Dentre os protestantes envolvidos com a causa ecumênica no Brasil destacamos os nomes de Rubem Alves (1933-2014), Walter Altmann (1944-) e Elias Boaventura (1937-2012). Seus nomes estão registrados no REI<sup>185</sup> e, para além da participação no Movimento Ecumênico

<sup>183</sup> BRASIL. Ministério do Exército. **Relatório Especial de Informações (REI)**, nº 10, 1983. p. 36.

<sup>184</sup> O tema do ecumenismo era amplamente debatido e difundido, não raro era encontrar em jornais, revistas e telejornais informações a seu respeito, uma vez que o assunto suscitava inquirimentos sem respostas. Aliás, são as reflexões que possibilitaram a construção de “pontes” que ligassem, por meio de uma causa nobre, denominações cristãs distintas. Em um jornal de 6 de novembro de 1983, o ecumenismo foi pauta da coluna escrita pelo jornalista José Maria Mayrink, cujo título do texto é *O Diálogo entre os irmãos separados*. Nele, Mayrink destaca o interesse tanto de católicos quanto dos protestantes em estudar a vida e a doutrina de Lutero, demonstrando que o ecumenismo também pode ser concebido nos estudos que antes os separavam, mas segundo o autor, “[...] a novidade deste diálogo – que não poderia causar mais surpresa depois do Concílio do Vaticano II e do movimento ecumênico que reaproximou os cristãos separados [...]” (Mayrink, 1983, p. 6). Ele ainda acena para uma desconfiança que rodeava os evangélicos em se tratando da relação ecumênica com os católicos, esta presunção era proveniente do protestantismo não histórico como, por exemplo, os pentecostais.

<sup>185</sup> Além desses, existem outros participantes da vertente cristã protestante, segundo a qual sublinhamos neste estudo, estes também são líderes evangélicos ou possui algum vínculo institucional/ministerial e tiveram uma contribuição fundamental na organização do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI). Como também foram igualmente mencionados no REI. Em 1983, a diretoria do CLAI era formada por Augusto Ernesto Kunert (à época, era Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, pastor luterano); Orlando Santos de Oliveira (Reverendo da Igreja Episcopal do Brasil); Sady Machado da Silva (Bispo da Igreja Metodista do Brasil). A Comissão Central estava constituída por Jonas Apostol (Reverendo da Igreja Cristã Reformada); Arthur Rodolpho Kratz (Bispo da Igreja Episcopal); Bertholdo Weber (Pastor Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) e Isaac Aço (Bispo da Igreja Metodista). Utilizaremos esse espaço para fazer uma menção honrosa a José Marques de Melo, o qual, nesse contexto, estava vinculado ao Instituto Metodista de Ensino Superior (IMES) e também era

como critério de escolha, decidimos explicar melhor suas trajetórias no contexto do período militar pelo fato de encontrarmos mais fontes e meios a fim de cruzarmos suas informações com os relatórios dos órgãos informacionais.

Ressaltamos que os teólogos supracitados desenvolveram reflexões pertinentes no momento em que o país vivia um cenário conturbado e suas ideias conflitavam com a perspectiva dos militares no poder. Assim sendo, suas produções intelectuais e, certamente, os vínculos com as universidades e instituições que se ocupavam com a produção do conhecimento nos fornecem, seguramente, os informes necessários para analisarmos suas respectivas condutas perante as imposições protagonizadas pelos representantes do Estado.

Rubem Alves<sup>186</sup> não agia muito diferente dos seus pares envolvidos em conferências e eventos afins, cujos interessados propunham novas considerações a respeito dos debates teológicos em pauta. Estes debates eram elucubrados para os tempos caóticos vividos na década de sessenta e as que se seguiriam. Segundo os agentes do SNI, em setembro de 1984, Rubem Alves era partícipe do debate “Marxismo e Teologia” na condição de orador,<sup>187</sup> incorrendo nas extensas redes de monitoramento social se dispôs a enfrentar as implicações que suscitariam a partir da sua fala no evento.

A propósito, os “besouros” do SNI como denomina Ayrton Baffa (1989), registraram alguns trechos da fala de Rubem Alves no evento a fim de comprovar as suspeições acerca da interação entre marxismo e teologia. Para além dos debates que envolvem concepções clássicas do marxismo, como a questão da “luta de classes”, do “oprimido” e do “opressor”, os agentes infiltrados, inclusive, assinalam algumas justificativas dadas pelo teólogo para o ateísmo e o

---

militante do Partido Comunista Brasileiro. José não professava a fé protestante, mas pelo fato de representar o CLAI, sendo membro de um partido de esquerda. Acreditamos que isso levou os agentes a deduzirem que todos os referidos partícipes também tinham alguma ligação com a legenda, impulsionando mais ainda as “rotulações” pejorativas.

<sup>186</sup> Nasceu em 15 de setembro de 1933 na cidade de Boa Esperança, estado de Minas Gerais. Com idade de 20 anos, decide estudar Teologia em Campinas, vinculando-se ao Seminário Presbiteriano de Campinas. Ao finalizar o seu curso de bacharelado em 1957, retorna para o seu estado de origem a fim de lecionar no Instituto Gammon. Depois de uma passagem considerável por Nova York–EUA, retorna ao Brasil em 1969, iniciando sua carreira como docente acadêmico em Rio Claro-SP. Somente em 1973, dá início a sua trajetória na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde desempenharia um trabalho sério e reconhecido (Nogueira Júnior, 2012). Dentre suas influências teológicas, destaca-se o norte-americano Richard Shaull (1919-2002), além da formação filosófica consolidada que Rubem Alves foi adquirindo com suas interações com outras leituras e nos diálogos com diferentes intelectuais (Cavalcante, 2020). No relatório, ele é descrito como “[...] ex-pastor protestante, pregador da doutrina comunista para a juventude” Serviço Nacional de Informações (SNI). **Debate Marxismo e Teologia**, 1984, 8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_84011321\_d0001de0001. p. 5.

<sup>187</sup> Evento realizado no Instituto Metodista Bennett (IMB), situado à Rua Marques de Abrantes 55, em Botafogo, Rio de Janeiro. O Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) era o proponente do evento e havia selecionado os palestrantes para os dias 27 e 28 do ano corrente. Serviço Nacional de Informações (SNI). **Debate Marxismo e Teologia**, 1984, 8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_84011321\_d0001de0001. p. 3. Vale ressaltar que o ISER já era uma instituição vigiada pelos órgãos informacionais por lidar/promover trabalhos e eventos com este perfil temático tido como “subversivo”.

uso da violência proveniente da ideologia marxista em que “[...] não existe harmonia, entre o FUNDO MONETÁRIO e o BRASIL, nem entre índios e grandes indústrias e firmas multinacionais”.<sup>188</sup>

Evidentemente que as críticas postas por Rubem Alves são reflexos das dificuldades enfrentadas<sup>189</sup> no país em meados da década de oitenta, uma vez que estamos lidando com um relatório deste momento. Sabe-se que tais dificuldades apontadas, ou que ficaram subentendidas a partir da fala do teólogo, escancaram os reais interesses do “Movimento Ecumênico” que surgia no horizonte de incertezas com reflexões profícuas e que pavimentariam o trajeto para a redemocratização<sup>190</sup>.

As palavras em caixa alta certamente são destaques que os agentes deram a esses termos, pois, implicitamente, estava sendo discutida a realidade do Brasil e das políticas econômicas adotadas ao longo do período militar, que desaguardariam nos demais setores, sobretudo, aqueles que atingiam diretamente as camadas mais baixas da população. Os “índios”, talvez, apareçam no relatório como uma figura de linguagem<sup>191</sup> para expressar as diferenças abissais existentes entre os grupos políticos no poder (elites) e os seus projetos para o país ou, em outras palavras, configuram-se no distanciamento entre discurso e prática.

Nota-se no relatório de 1984 as contestações das duas partes, isto é, Rubem Alves expressa-se através dos seus desígnios teológicos apresentados no evento e, por outro lado, vê-se os agentes confrontando as críticas do teólogo, numa espécie de “jogo de discursos”. Em

---

<sup>188</sup>Serviço Nacional de Informações (SNI). **Debate Marxismo e Teologia**, 1984, 8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_84011321\_d0001de0001. p. 5.

<sup>189</sup> Para compreender melhor aquilo que chamamos de “dificuldades” e os seus desdobramentos, sugerimos a leitura do texto OMETTO, A. M. H. *et al.* Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 5, p. 403-14, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/XRCdDpSndmxTY5J7wXz6tXn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 03 ago. 2025.

<sup>190</sup> Lançando luz sobre a participação dos evangélicos no período de redemocratização, Paul Freston (1993) nos traz uma reflexão interessante acerca das ocorrências na política nacional o momento pós-1988 apresentaria uma configuração no Congresso Nacional distinta com uma presença considerável dos evangélicos. O que chamamos atenção para essa reflexão é a participação dos protestantes na política ou como próprio autor descreve: “Falar de protestantes e política hoje é falar de quase todos os temas centrais da história brasileira recente” (Freston, 1993, p. 1). Os protestantes até 1986 não possuíam uma presença acentuada na política nacional, isso mudaria a partir da eleição da Assembleia Constituinte naquele mesmo ano. Tanto Watanabe (2006) quanto Freston (1993) são concordantes no que tange à ideia de reconfiguração do campo religioso no Brasil. Na leitura realizada com base em Bourdieu (2007), o campo religioso é constituído das interações num dado espaço social entre agentes e instituições que, por sua vez, estão envolvidos por um poder político, o qual é legitimado por outro poder, o religioso. Diante disso, deve-se considerar a relevância do contexto, pois isso reflete no modo como a própria historiografia protestante aborda as mudanças ocorridas no interior das instituições evangélicas em consonância com a realidade conjuntural do país, dito de outra forma, a referida historiografia não está dissociada do mundo externo das igrejas.

<sup>191</sup> A partir do excerto do relatório, inferimos que a palavra “índios” foi utilizada com um sentido distinto da concepção original, porém, mesmo assim, não poderíamos dizer que este sentido não fica subentendido por si só já que depende do contexto em que está inserido (Orlandi, 2012). Para a autora, “[...] há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário” (Orlandi, 2012, p. 82).

complemento à primeira fala de Rubem Alves citada neste trabalho, os agentes registraram outros trechos do debate a respeito do ateísmo presente nas ciências, inclusive, referem-se a Aristóteles como ideólogo deste ateísmo.

Houve o registro também do pronunciamento de Alves em que se segue o questionamento de “[...] como pode ser a Igreja contra a violência se ela possui em seu quadro eclesial o ‘CAPELÃO MILITAR’”<sup>192</sup>. Sim, Rubem Alves era mordaz em suas considerações no que tange ao cenário político-social do Brasil. Sabedor de que não poderia nominalmente citar os culpados, por exemplo, pela situação econômica deplorável em que se encontrava o país, preferia deixar nas entrelinhas ou simplesmente não mencionar abertamente, a fim de não sofrer sanções mais contundentes.

A crítica direcionada à igreja, compreendendo-a enquanto instituição formada por atores sociais, foi assertiva, uma vez que alguns fiéis permaneciam inertes perante as ingerências tanto dentro quanto fora das comunidades religiosas. Neste cenário em que o debate transcorria, restava a estes fiéis a subserviência ao que Rubem Alves chamou de “capelões militares”. Sob nossa interpretação, isso ocorria devido ao temor de se indispor com o líder espiritual e, mais do que isso, sofrer as punições provenientes dos órgãos de segurança atuantes no período militar<sup>193</sup>.

Conforme o relatório, Rubem Alves declarou que “a Igreja sempre resolveu os conflitos do homem ou pelo menos tentou; agora que o problema é de política interna, qual será a sua atitude?”<sup>194</sup>. Mais uma vez, nota-se a cobrança por uma postura da própria igreja em face dos problemas enfrentados no Brasil. A princípio, ele até menciona a “política interna” segundo a qual pode suscitar múltiplas interpretações<sup>195</sup>, a título de exemplo, tem-se as decorrências das

---

<sup>192</sup>Serviço Nacional de Informações (SNI). **Debate Marxismo e Teologia**, 1984, 8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_84011321\_d0001de0001. p. 5. Aqui Rubem Alves também direciona sua crítica às igrejas, principalmente, das denominações protestantes e confirma a relação de conveniência existente entre alguns líderes eclesialísticos com os militares no poder, uma vez que o “capelão militar”, embora seja um ministro religioso específico para fornecer instruções éticas e morais às tropas, nesse contexto, entendemos que o teólogo se refere aos próprios pastores que se sujeitavam aos imperativos dos governos militares. É bem verdade que não podemos descartar a possibilidade de ele estar se referindo aos pastores ou aos outros líderes evangélicos que também eram militares, talvez reformados ou da reserva e ocupavam cargos eclesialísticos.

<sup>193</sup> A “cultura do medo” foi implementada através da sistematização dos órgãos de segurança e informação que interagem em torno do ideal militar (Bauer, 2007). Assim sendo, pelo medo ou pela espontaneidade, alguns protestantes foram coniventes com o monitoramento social dos “suspeitos”. Por essas e outras, o temor advindo da desobediência ao líder espiritual e sofrer sanções internas, inibia determinados posicionamentos de algumas igrejas evangélicas.

<sup>194</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Debate Marxismo e Teologia**, 1984, 8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_84011321\_d0001de0001. p. 5.

<sup>195</sup> Por entendermos que foram os agentes do SNI que produziram este relatório se valendo dos trechos “soltos”, proferidos no debate por Rubem Alves, sabendo que os agentes informacionais poderiam, como já fizeram em outras ocasiões, alterar o contexto a fim de deixar transparecer um novo sentido. Ou melhor, deixar no sentido que facilitasse as acusações contra o teólogo, afinal, acreditamos que esta era uma das finalidades do relatório.

políticas econômicas.

O “pregador”, como fora descrito pelos agentes, dirigia suas reflexões teológicas para a juventude – algo que os líderes evangélicos mais alinhados com o ideal militar repudiavam com todas as forças. Mais precisamente é a juventude protestante<sup>196</sup> que nos interessa neste estudo também, esta era vista como a “porta” para a subversão comunista no país. Caso fosse preciso, faziam das igrejas o ponto de reunião em que comungariam as supostas “conspirações” das quais se preocupavam os militares no poder e sua “rede” de apoio, por isso se articulavam para combatê-las.

Segundo o relatório do SNI, a Teologia da Libertação, defendida por Rubem Alves no evento, deveria oferecer a esperança para o indivíduo privado dos seus direitos e, sobretudo, de sua liberdade, objetivando a justiça social, tal qual apregoava o movimento ecumênico. Aliás, o teólogo acreditava que a juventude precisava ser moldada nesta perspectiva combativa, isto é, contra os infortúnios que acometiam a população. Para os agentes, Rubem Alves defendia essa teologia porque “[...] prega a linguagem da esperança, dos sonhos, visando trazer para vida do homem tudo que tem ficado ausente”<sup>197</sup>.

Ora, essa ausência deveria ser preenchida mediante a atuação especialmente da juventude, segundo a qual lutaria para reaver a democracia em um país chafurdado em um mar de incertezas políticas, restando-lhes as promessas que não provinham de Deus, mas oferecidas pelos homens. Em seu livro *Ostra feliz não faz peróla* (2008), Rubem Alves rememora as dificuldades que enfrentou durante os sermões que ele levava para compartilhar com os demais fiéis da igreja ao ser convidado, destaca nestas crônicas o quão intransigente eram os seus ouvintes.

Jovem, quando eu era pastor, era frequente que meus sermões provocassem reações negativas nos conservadores porque eles esperavam que eu falasse sobre a certeza da salvação de suas almas e eu, que nada sabia e ainda nada sei sobre a vida após a morte, falava sobre as coisas da vida. Recebi então um convite para pregar na Igreja Presbiteriana da Lapa, São Paulo. Disse para mim mesmo: “Estou cansado de confusões. Vou pregar um sermão pra

---

<sup>196</sup> No final da década de 1960, constatou-se um importante crescimento dos movimentos estudantis, os quais agiam em função das insatisfações sob diversas ordens em que seus partícipes desejavam mais oportunidades e condições melhores de vida. Não era estranho perceber a aparição de uma juventude evangélica mais atuante na igreja e fora dela, pois nesse momento, os questionamentos deixariam de ser puramente teológicos e passariam a incidir em temas pertinentes à sociedade do seu tempo (Silva, 2017). Conforme o estudo de Adroaldo José Silva Almeida (2016), podemos citar alguns grupos organizados no interior de igrejas evangélicas e que, de certa forma, foram contributivos nos movimentos de resistência contra a ditadura, estes foram: União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), Juventude Batista do Maranhão e a Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos (FUMEC).

<sup>197</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Debate Marxismo e Teologia**, 1984, 8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_84011321\_d0001de0001. p. 5.

ninguém botar defeito [...]. Falarei sobre as crianças...”. Li as palavras de Jesus: “E se vocês não mudarem suas maneiras de sentir e pensar e não se transformarem em crianças, jamais entrarão no Reino dos Céus...”. Aí falei sobre as crianças (Alves, 2008, p. 10).

Após esse sermão na referida igreja, imputaram-lhe a pecha de corruptor da juventude, pois diziam que ele pregava a “vagabundagem”. Os agentes acreditavam que Rubem Alves incitava os mais jovens a se expressarem, a enfrentar o conservadorismo e isso precisava começar pelas igrejas e, portanto, pelas comunidades protestantes. Na mesma obra, o teólogo assevera que “[...] daí para frente, em qualquer igreja onde eu fosse pregar, lá estavam os inquisidores com gravadores para capturar as minhas heresias” (Alves, 2008, p. 11).

Embora seja uma versão de 2008, tal obra retrata situações vivenciadas por Rubem Alves em momentos diferentes de sua vida. Portanto, como ele foi muito atuante no período militar, principalmente na causa do ecumenismo e da juventude protestante, tudo indica que nesse relato remete a essa época, já que notamos o “marco temporal” na expressão “quando eu era pastor”. Isso deixa transparecer como a atuação dos órgãos de segurança e de informações foram cruciais na trajetória ministerial do até então Pastor Rubem Alves, pois no ano em que foi ordenado pela Igreja Presbiteriana e atuou na cidade de Lavras-MG, instaurou-se a Ditadura Civil-Militar (Cavalcante, 2020)<sup>198</sup>.

Não podemos perder de vista a intensa participação de Alves no âmbito acadêmico, com inúmeras publicações cujas reflexões eram vinculadas ao campo da teologia, como também da educação<sup>199</sup>. Portanto, pôde tratar de diversos assuntos devido ao seu cabedal teórico vasto e suas diferentes formações, permitindo-lhe ter seus livros reconhecidos nas instituições fomentadoras e divulgadoras do conhecimento.

Em outro relatório, os agentes do SNI mencionam o nome de Rubem Alves pelo fato de este compor o então Conselho Diretor da UNICAMP, representando os professores titulares em reuniões de colegiados e afins. O teor conteudístico registrado no documento abordava sobre a situação funcional dos docentes, segundo a qual alguns deles foram reconduzidos aos seus

<sup>198</sup> Em abril de 1964, Alves havia apresentado sua dissertação de mestrado no *Union Theological Seminary*, nos Estados Unidos. O título do trabalho era *A Theological Interpretation of the Meaning of the revolution in Brazil*, numa tradução livre, tem-se “Uma interpretação teológica do significado da revolução no Brasil” (Cavalcante, 2020). Pelo título já se imagina as dificuldades que o aguardava nos anos sombrios que se seguiriam, dessa forma, infere-se o quanto os relatórios do SNI impactaram na carreira ministerial (eclesiástica) de Rubem Alves e por temer as consequências, fez com que ele a abandonasse.

<sup>199</sup> Foi professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), título concedido em 1995 pelos relevantes serviços prestados à referida instituição e à ciência. Estava lotado no Departamento de Filosofia e História da Educação, sua produção intelectual foi objeto de estudo para tantas outras dissertações e teses, reforçando sua importância enquanto uma referência nos campos de ensino e pesquisa. RTV UNICAMP (ed.). **Unicamp perde Rubem Alves**. 2014. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/noticias/2014/07/19/unicamp-perde-rubem-alves>. Acesso em: 21 jul. 2025.

cargos mediante uma liminar obtida por um mandado de segurança<sup>200</sup>. As universidades também foram investigadas e monitoradas, sobretudo, o seu quadro de profissionais passou pelo “crivo” sustentado pelo ideal militar, no qual se impelia uma reforma conservadora e de caráter autoritário, demitindo servidores porque possuíam concepções díspares do momento estabelecido após 1964 em nosso país (Motta, 2008).

No que se refere à produção intelectual de Rubem Alves, é avessa aos paradigmas ou “códigos” institucionais propostos pelas igrejas protestantes, assim sendo, ele é compreendido como um pensador. De acordo com Alexandre Cabral e Edson Almeida (2023, p. 278), este teólogo “[...] jamais defendeu doutrinas protestantes (melhor: jamais defendeu quaisquer doutrinas, religiosas ou não), jamais se encaixou nos enquadramentos institucionais cristãos evangélicos ou não”. Nesse sentido, entendemos que sua postura contrária aos ditames preconizados pelos líderes religiosos em consonância com o ideal militar, os quais serviam de sustentáculos para o seu monitoramento, permitiram que concebesse uma leitura da realidade que conflitava até com seus pares<sup>201</sup>.

A propósito, o debate sobre Marxismo e Teologia rendeu um relatório informativo destinado à Agência Central do SNI, segundo a qual providenciou em destacar os trechos das falas e os respectivos nomes dos participantes do evento chancelado pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER)<sup>202</sup>. Percebe-se que no relato, Rubem Alves é descrito como um alguém já conhecido dos agentes devido a outros registros em atividades anteriores, provando que estar “fichado” era o mesmo que ficar sob a mira dos olhares destes que se diziam “defensores” dos Objetivos Nacionais.

O desfecho do relatório sobre o evento é dado da seguinte forma:

O debate “MARXISMO E TEOLOGIA”, como mais um evento promovido pelo ISER e tendo entre seus convidados, alguns de seus colaboradores, caracterizou-se pela exposição de motivos, alguns mais e outros menos

<sup>200</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Situação funcional de docentes da UNICAMP**, 1982, 11ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_82011190\_d0001de0001. pp. 1-2.

<sup>201</sup> Dentre suas próprias concepções desenvolveu o “Protestantismo da Reta Doutrina (PRD)”, quando se referia a rigidez existente nessa forma de protestantismo conduzido por instituições em que não havia um diálogo entre as denominações. Neste tipo de protestantismo preconizava-se, no entendimento de Rubem Alves, a verdade absoluta apregoada nas reuniões e cultos realizados, desconsiderando outras possibilidades e consagrando apenas um viés explicativo da fé (Alves, 2005). O protestantismo pensado por Rubem Alves, é desvinculado da institucionalidade, das amarras, portanto, é uma espécie de arché, compreendida como mobilizadora e inventiva, mas jamais limitada a materialidade do espaço/ambiente da qual convencionou-se chamarmos de igreja (Cabral; Almeida, 2023).

<sup>202</sup> No que diz respeito ao ISER, os agentes asseveram que “[...] sua atividade de apoio, no entanto, está voltada, primordialmente, para a Ala Progressista do Clero, propagando suas idéias marxistas”. Serviço Nacional de Informações (SNI). **Debate Marxismo e Teologia**, 1984, 8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_84011321\_d0001de0001. p. 7.

ofensivos, de que o Marxismo e a Religião podem ser conciliados.<sup>203</sup>

A preocupação dos agentes se resume em saber como e por quais razões os participantes deste evento, inclusive Rubem Alves, pretendiam alinhar uma ideologia “ofensiva” a um campo que, no ideal militar, era diametralmente oposto. Dessume-se que o referido teólogo tinha suas motivações para afastar-se das limitações institucionais, as quais apregoavam a liberdade, mas os censores estavam obstinados a silenciá-lo. No período militar, as investigações e as “suspeições”, tanto fora quanto dentro das comunidades religiosas, fizeram com que Rubem Alves não progredisse em sua vida ministerial, tampouco permitiu que ele vislumbrasse o desenvolvimento de sua trajetória acadêmica enquanto professor, pensador e entusiasta do campo educacional.

Walter Altmann<sup>204</sup> foi um teólogo muito participativo nos debates acerca do ecumenismo e dos assuntos políticos em que suscitavam suspeições por parte dos agentes vinculados aos órgãos informacionais. Era integrante de instituições que tinham como bandeira um discurso progressista demais para um país que, naquela altura, ainda vivia sob a tutela de um Estado autoritário. Suas aparições em eventos e congressos eram constantemente “acompanhadas” pelos representantes do Estado, alguns recortes de jornais e outros trechos de suas falas eram retirados do contexto a fim de encontrar uma “brecha” justificadora.

Em um desses recortes, os agentes registraram uma “denúncia” feita por Altmann enquanto estava na Hungria<sup>205</sup>. O pensamento do teólogo foi rigorosamente explanado pelos agentes, os quais destacaram expressões conflitantes com o ideal militar vigente. Novamente a

---

<sup>203</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Debate Marxismo e Teologia**, 1984, 8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_84011321\_d0001de0001. p. 7.

<sup>204</sup> Pastor e teólogo luterano, nascido em 4 de fevereiro de 1944 na cidade de Porto Alegre-RS. Seus pais eram professores numa escola luterana, acertadamente, aqui está sua inspiração para também seguir a docência. Desde que foi convocado para lecionar a disciplina de Teologia Sistemática na Escola Superior de Teologia (EST), buscou ampliar e convergir sua compreensão acerca da teologia da Reforma e da teologia da libertação. Numa entrevista concedida em 2006, Altmann, recém-eleito moderador do CMI, explica sua formação da seguinte forma: “Teologicamente, inspirei-me sobretudo em Karl Barth, Dietrich Bonhoeffer e em Lutero. Fiz meu doutorado em Hamburgo, Alemanha (1969-1972). Exerci o pastorado em Paróquia, em Ijuí, Sul do Brasil, até 1974” (World Council of Churches, 2006, s/p). Altmann ocupou cargos importantes como Presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), foi pastor-presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Passou a frequentar espaços intelectuais ainda quando era estudante de teologia e, portanto, representou sua comunidade na Conferência Ecumênica de Missão e Evangelismo em 1963, ele complementa dizendo que quando “[...] Jovem pastor, em plena ditadura militar no Brasil, viajei, de forma semi-clandestina, a Praga, para participar como delegado à Conferência Cristã pela Paz (1968)” (Altmann, 2006, s/p). Para mais informes ver link: <https://www.oikoumene.org/pt-pt/news/mais-comunhao-e-nao-uma-agenda-minimalista-entrevista-com-p-dr-walter-altmann>.

<sup>205</sup> As curtas falas e citações inseridas a partir deste parágrafo se referem a uma palestra cujo tema era “Em Cristo – Esperança para a Humanidade”, realizada pelo teólogo Altmann em Budapeste, na Hungria em 1984. Na oportunidade, ocorria a 7ª Assembleia Geral da Federação Luterana Mundial. BRASIL. Ministério do Exército. **Denúncia de Walter Altmann**, Informe nº 1238, 1984.

questão econômica do Brasil é abordada neste trabalho, como também ela foi assunto discutido no evento, Altmann relaciona o fato da “recessão econômica” como causa da “degradação crescente” em que o povo brasileiro está imerso.

ALTMANN diz ainda que “as imagens de miséria do BRASIL são provocadas pela crônica desigualdade social, pela injusta distribuição de recursos, pelo amplo sistema de corrupção e pela sucessão de regime opressivos”. Ao final, completa afirmando que “há mais esperança hoje no Terceiro Mundo do que nos países capitalistas e socialistas.”<sup>206</sup>

Por esses motivos supracitados, é que as organizações tachadas de “progressistas” apontavam caminhos objetivando a “justiça social”. André Brito (2014), em seu estudo, reforça as propostas contrastantes entre os militares e os protestantes ecumênicos, uma vez que estes desejavam maior participação popular em assuntos e políticas públicas que os interessavam. Já não aceitavam estarem alijados dos centros de debate ou, como acenamos na proposta deste capítulo, permanecerem anônimos e serem constantemente demovidos da ideia de mudança social.

Os agentes já conheciam os nomes daqueles que ousaram levar à mesa os temas, antes exclusivos do Estado, fazendo com que a população refletisse também e, por conseguinte, buscasse por seus direitos sociais cerceados desde o início da ditadura no Brasil. Nesse sentido, conferências, eventos, palestras e quaisquer outras formas de reunião seriam monitorados pelos agentes informacionais, infiltrados ou não, pois nestes espaços haveria uma grande probabilidade de os seus partícipes, envolvidos pelo ideário da Teologia da Libertação, por exemplo, encontrarem termos, falas e expressões “incriminatórias”.

Durante o evento na Hungria, Altmann explicitou que a realidade fora das comunidades religiosas e dos demais espaços públicos e privados eram limitados por líderes religiosos ou pelos próprios representantes do Estado. “Uma visão de mundo que se alimentava de uma leitura crítica da realidade, influenciada por noções e ferramentas de análise social oriundas do marxismo [...], se chocaria com os pressupostos intelectuais [...] inspirados na Doutrina de Segurança Nacional [...]” (Brito, 2014, p. 109). O teor do discurso era reflexo daquilo que foi projetado para o Brasil, especialmente, na década de setenta com o famigerado “Milagre Econômico”, segundo o qual foi salientado por Altmann a ideia do empobrecimento da população em função dos sucessivos “regimes opressivos”.

Em outra aparição, dessa vez, na Nicarágua, Altmann havia feito uma visita como

---

<sup>206</sup> BRASIL. Ministério do Exército. **Denúncia de Walter Altmann**, Informe nº 1238, 1984. p. 4.

representante das instituições ecumênicas<sup>207</sup> com o intuito de averiguar a questão da intervenção estadunidense na passagem da década de setenta para a de oitenta. O teólogo luterano havia demonstrado um certo conhecimento sobre o país da América Central, explicando a dependência do mesmo em relação aos Estados Unidos, da qual tece críticas pertinentes ao seu tempo.

Altmann avaliou o posicionamento das igrejas cristãs, exceto os católicos e evangélicos conservadores, que prestaram apoio ao regime sandinista e rechaçaram a possibilidade de intervenção estadunidense no país. A propósito, os agentes registraram a alegação do teólogo em que “[...] a própria posição do CLAI é de apoio à autogestão sandinista como respeito à vontade do povo nicaraguense de ter preservado o direito a seu desenvolvimento dentro dos moldes que escolher”<sup>208</sup>. E por falarmos em escolha, o relatório em tela é de 1984, portanto, pode-se imaginar que neste período o Brasil vivia o intenso movimento das Diretas Já<sup>209</sup>, no qual se exigia eleições diretas para Presidente da República.

Diante disso, Altmann não apenas se propôs a explicitar que a vontade popular na Nicarágua precisava ser acatada, como também, indiretamente, expunha os dilemas do Brasil em que as reivindicações do seu povo foram suplantadas desde o Golpe Civil-Militar em 1964. O *modus operandi* praticado pelos agentes nos dois relatórios examinados a respeito do teólogo Walter Altmann, os quais podem ser caracterizados pela ausência da exposição do juízo de valor nas situações descritas.

No entanto, entendemos que nas entrelinhas a partir das marcações, da escrita de algumas palavras em destaque (seja porque os agentes registravam-nas em letras maiúsculas ou, simplesmente, sublinhavam-nas), dos excertos retirados das falas proferidas em eventos, seriam suficientes para o intento. Assim sendo, os agentes informacionais não precisavam a todo instante demonstrar o seu descontentamento com os trechos das falas dos investigados/monitorados, tampouco precisavam expressar qual era a apreciação dos militares

---

<sup>207</sup> Nesta ocasião, Altmann compunha uma delegação de representante do CLAI e sua visita ao referido país visava averiguar o andamento e os resultados das eleições presidenciais, cujo propósito era evitar fraudes ou qualquer “manobra” que fosse danosa à escolha democrática do povo nicaraguense (RATES, 1984).

<sup>208</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Visita do Pastor Luterano Walter Altmann à Nicarágua**, 1984, 6ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_84010228\_d0001de0001. pp. 3-4.

<sup>209</sup> Movimento esse que expunha o interesse popular em exercer, ou melhor, reaver o direito de votar diretamente e sem intermediários nos candidatos à presidência. A propósito, os clamores populares ecoavam por diversas partes do Brasil a fim de que o máximo de atores sociais possíveis se somassem ao movimento. Cleidson Vieira (2015) assevera que a campanha das *Diretas Já* foi “canalizada” por uma “oposição” liberal institucionalizando, dessa forma, uma iniciativa da vontade popular. Alguns evangélicos, diante desse cenário, expuseram afinadas relações com os militares no poder a fim de não se indispor com aqueles a quem creditavam ser os defensores da “boa conduta” e do enfrentamento às insurgências. Portanto, o alinhamento entre política e religião era possível, no entendimento destes, “[...] naquela conjuntura política, nada mais agradável aos ouvidos dos militares do que o som da obediência incontestante” (Adroaldo, 2016, p. 127).

no poder.

É bem verdade que o pensamento de Altmann no que se refere à Nicarágua e à Hungria era conflitante com o ideal militar, além de que incidia nas intercorrências vivenciadas no Brasil. À luz desse raciocínio, podemos declarar que os agentes inferiam a gravidade e a potencialidade ameaçadora das denúncias “camufladas” nas concepções proferidas pelo teólogo nos dois relatórios, embora os agentes não tenham registrado suas interpretações ou pareceres nos documentos, apenas puseram trechos específicos.

Elias Boaventura<sup>210</sup> é mais um dos monitorados pelos órgãos informacionais que selecionamos com base no REI, cujo intuito é averiguar sua participação nos desdobramentos do Movimento Ecumênico. Além disso, nos atentaremos em identificar como procederam os impactos dos relatórios/pareceres na sua vida pessoal.

De acordo com o relatório elaborado em 19 de novembro de 1981, os agentes vinculados à agência do SNI em São Paulo fizeram um levantamento dos seus antecedentes<sup>211</sup>, bem como das suas atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico pelo fato de ter sido reitor da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Foram dois mandatos repletos de desafios e superações entre 1978 e 1986, isso porque o país enfrentava as consequências da crise econômica no Brasil em que comprometeria os orçamentos das instituições de ensino, inclusive, aquelas já consolidadas (Zein, 2014).

Por trabalhar em uma instituição na qual se professava a fé protestante, Boaventura lidou com divergências internas no que se refere ao posicionamento da UNIMEP<sup>212</sup>, enquanto estabelecimento de ensino, deveria seguir os pressupostos do ideal militar. O então reitor Boaventura encontrou resistência como também foi resistência diante dos impropérios perpetrados pelos militares no poder, o monitoramento da sua vida pessoal é confirmado pelos próprios agentes quando os mesmos elencam os “registros” que constam na Agência do SNI

---

<sup>210</sup> Nascido em 28 de janeiro de 1937, na cidade Coimbra-MG, sua família era de origem humilde, o que impactou nos seus estudos, já que só pôde estudar até o primário. Assim sendo, quando completou os 16 anos, Boaventura vê sua família converter-se ao metodismo. Não demoraria muito para que o jovem decidisse abraçar a oportunidade de completar os seus estudos com a bolsa do Instituto Granbery, em Juiz de Fora. Por influência de alguns professores, naquela mesma instituição, aprenderia sobre o “socialismo cristão”, além de atuar como líder estudantil dos aspirantes ao ministério da Igreja Metodista; após ser eleito, ocupou o cargo de presidente nacional da Sociedade de Jovens da Igreja Metodista, demonstrando que desde sua juventude possuía um espírito combativo que o acompanharia no desenrolar de sua trajetória (Zein, 2014).

<sup>211</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Elias Boaventura, atividades e antecedentes**, 1981, 8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_81009200\_d0001de0001.

<sup>212</sup> Vale ressaltar que a UNIMEP possuía um viés confessional protestante, como em qualquer instituição, sobretudo, no período militar, havia uma divisão interna no tocante aos assuntos que envolviam o combate à “subversão” e atitudes afins. A ala mais conservadora da instituição que era também vinculada à Igreja Metodista, desaprovava as medidas de Boaventura por serem consideradas progressistas demais, no entanto, alguns funcionários e alunos da UNIMEP apoiavam as ações do então reitor. Portanto, nota-se um imbricamento dos interesses refletindo o cenário a nível nacional.

em São Paulo<sup>213</sup>.

No período em que esteve à frente da reitoria da UNIMEP, segundo o relatório em tela, Boaventura fez parte da Comissão que criaria o Comitê Pró-Anistia e Defesa dos Direitos Humanos de Piracicaba em 9 de novembro de 1978. Ainda nessa conjuntura, Sylvana Zein (2014) descreve esse momento em que os mandatos do reitor transcorreram em um campo “ideologicamente fértil”, porém ressaltou a existência das grandes contestações advindas não apenas da comunidade universitária mais conservadora como também outros grupos. Administrativamente, Elias Boaventura passou a investir na ampliação das estruturas da UNIMEP<sup>214</sup>, algo que foi questionado até por setores oposicionistas da própria Igreja Metodista.

Parece-nos que tais denegações se sustentavam na lógica de que a UNIMEP tivesse sua imagem vinculada ao progressismo, tal qual foi perpetrado pela ala da sociedade rotulada como “esquerdista”. Nesse sentido, o temor de se ter um reitor “progressista” demais era explícito a ponto de conflitar com os reais interesses da instituição ou, ainda, ocorrer a possibilidade de Boaventura utilizar as dependências dela para abrigar, em plena ditadura, movimentos considerados “subversivos”. Isso causava repugnância aos que desejavam vê-lo alijado da UNIMEP, para tanto, em janeiro de 1985, a gestão de Boaventura sofreu intervenção mediante as pressões (Zein, 2014).

Destacamos alguns feitos de Elias Boaventura à frente da reitoria:

Hospedou e ajudou a organizar dois Congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE), sendo o primeiro durante o período em que a entidade ainda estava na ilegalidade (esteve em Brasília com o ministro da Educação, Ibrahim Abi Akel, o mesmo de Manhuaçu, pedindo garantias de que não haveria repressão) com grande destaque na imprensa nacional. [...] promoveu debate e campanha pelo reatamento diplomático Brasil-Cuba.

Promoveu um debate sobre a campanha “Diretas-Já”, com a presença do deputado Dante de Oliveira, autor da emenda pelas Diretas-Já, Ulisses Guimarães, Ayrton Soares e outros políticos de oposição, lotando o Salão Nobre com alunos verdadeiramente interessados e foi seguido de grande manifestação pelas ruas da cidade; promoveu o 1º Seminário Internacional de Meio Ambiente, com passeatas de protesto e alerta contra a iminente morte do rio Piracicaba. A cidade assistia a todas essas novidades entre maravilhada e assustada. Os jovens e os progressistas aderiram a essa nova ordem. O Congresso da Juventude Palestina aconteceu no início de 1985, em pleno período de intervenção na Unimep, com repercussão internacional e forte crítica da mídia e da comunidade judaica, que não entenderam o verdadeiro

<sup>213</sup>Serviço Nacional de Informações (SNI). **Elias Boaventura, atividades e antecedentes**, 1981, 8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_81009200\_d0001de0001.

<sup>214</sup>Conforme Zein (2014, p. 3), a construção do campus Taquaral em 1979 exigiu um investimento considerável para época, além de que neste mesmo local era, “antes um imenso canal, transformado em um belo conjunto arquitetônico, moderno e arrojado”. Outro investimento seria implementado em Santa Bárbara D’Oeste já no ano seguinte a fim de abrigar e oferecer outros cursos.

sentido do evento (Zein, 2014, p. 2)

Vê-se que Boaventura era atuante e suas pautas não se limitavam aos aspectos ecumênicos, mas também questões outras cuja importância estava na ordem do dia. Aliás, os agentes, por meio de um curto relatório, acompanhavam os movimentos de Boaventura de quando ele decidiu entregar ao representante da Embaixada da Nicarágua um documento contendo suas observações acerca das eleições no referido país<sup>215</sup>. Isso demonstra o quanto assuntos como esse preocupavam aqueles que desejavam a mudança ou, para recuperarmos a expressão contida no REI, uma “nova sociedade”.

Diante disso, para se obter a “nova sociedade”, era necessário que a anterior fosse superada, ao menos, esse era o processo idealizado por seus entusiastas. A partir dos debates e das reflexões propostas pelos teólogos e partícipes do protestantismo ecumênico, estes mobilizaram mais do que os corpos, os corações também precisavam ser tocados pelas palavras de transformação, isto é, conscientizar a todos os interessados na mudança.

Assim sendo, com essa seção tentamos explicar os efeitos oriundos das condutas dos três sujeitos aqui apresentados. Os relatórios serviram para os agentes acompanharem as ações dos investigados, por estas atitudes insurgentes, eles tiveram suas vidas afetadas por participarem de movimentos considerados “subversivos” no período militar. Por frequentarem ou lidarem com suas comunidades religiosas, combateram em duas “frentes”, a saber: a inobservância dos demais fiéis em se tratando do contexto e das medidas inescrupulosas dos agentes calcadas no ideal militar. A intenção desses partícipes do protestantismo ecumênico era apresentar alternativas, mesmo que por meio das denúncias, mas indicar novos horizontes para uma sociedade que ainda lutava contra as incertezas provenientes das condutas dos representantes do Estado nos anos anteriores.

À primeira vista, o relatório se apresenta como um instrumento inofensivo pelo fato de reunir informes, alguns exagerados ou até inexistentes acerca da pessoa investigada, mas a verdade é que ele não só servia como suporte dos órgãos de segurança e repressão, como também foram capazes de macular a imagem, quando não, a carreira dos monitorados pelos órgãos informacionais. Isto posto, o relatório é parte integrante de uma grande engrenagem que agia de maneira sistematizada, segundo a qual buscava intimidar os intrépidos, foi um documento legitimado para trucidar, quando conveniente, as carreiras profissionais dos investigados, suplantar os sonhos, principalmente, daqueles que ousaram enfrentar as vilanias

---

<sup>215</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI). **Contato do Professor Paulo Elias Boaventura com a Embaixada da Nicarágua**, 1984, 4ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_84046712\_d0001de0001.

dos governos militares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso estudo buscamos analisar o que se convencionou denominar de atuação política dos religiosos protestantes e das Testemunhas de Jeová, durante o período da ditadura civil-militar e da transição autoritária no Brasil. As fontes e todo material bibliográfico foram reunidos a fim de nos conduzir para reflexões profícuas neste campo historiográfico árduo, pois lidar com acontecimentos considerados recentes para a História é, por tabela, encarar as intercorrências provenientes das ínfimas políticas públicas que se colocam na condição reparadora, frente aos infortúnios acometidos no transcorrer do regime ditatorial.

Não podemos ignorar as dificuldades enfrentadas para obter acesso aos documentos desse momento traumático de nossa história, portanto, perfazer esse trabalho investigativo nos possibilitou ter a dimensão tanto da importância quanto da necessidade de lançar luz sobre o passado, mesmo que este seja sombrio. Porquanto, isto é parte integrante da função do historiador, o qual tem o compromisso de fazer uma análise crítica e apresentá-la à sociedade. Assim sendo, a reflexão posta neste estudo preconizou compreender que os protestantes e as Testemunhas de Jeová, enquanto sujeitos partícipes das ocorrências históricas, conduziram sob seus próprios ideais outras formas de resistências contra o autoritarismo cerceador.

De posse de uma documentação pertinente, buscamos explicitar outros sujeitos históricos que, por vezes, são relegados pela historiografia oficial. Para tanto, os impasses conceituais não passaram e nem poderiam passar despercebidos, já que, com eles, conduzimos a perscrutação. Em momento algum objetivamos superar algo, tirando do “altar” das discussões historiográficas interpretações conceituais já consagradas e até qualificadas como tradicionais; mas sim, almejou-se confrontar sob uma nova lente histórica os elementos interpretativos a fim de angariar diferentes entendimentos.

Nossa pesquisa desvelou que a crença dos militares no poder era generalista em se tratando da ala protestante, pois ao desconsiderar as diferenças teológicas existentes no âmbito das igrejas evangélicas, abriu-se um precedente de que todas elas eram apoiantes do regime estabelecido a partir do Golpe Civil-Militar de 1964. Pudemos observar que o relatório do SNI de 1987, cujo propósito era averiguar o Movimento Religioso no Brasil, colocou as TJs como integrantes da “ala protestante”, demonstrando o desconhecimento ou desinteresse teológico por parte dos agentes ao “separar” os grupos religiosos atuantes na época da ditadura brasileira.

Conferimos que a participação de alguns setores sociais no processo de instauração da ditadura brasileira foi preponderante para que importantes postos de comando do país fossem ocupados também pelos militares que, como vimos, uma parte não tinha a experiência

administrativa suficiente para gerir o Brasil. Nesse sentido, entendemos que existiam relações de cooperação entre alguns protestantes e os militares no poder, restava verificar de que maneira elas se davam, ou melhor, com que grau esses contatos eram realizados. Tendo em vista que no decorrer do estudo nos deparamos com casos de evangélicos que “quebraram” esse ideal militar, este, por seu turno, fornecia os ditames que pautaram as condutas tidas como “desviantes” e, por conseguinte, oferecia diferentes orientações e formas de como lidar com o “inimigo interno”.

A propósito, dedicamos dois capítulos para apresentar um debate historiográfico em se tratando do Serviço Nacional de Informações (SNI) desde sua origem, perpassando por suas atribuições e estrutura. Além de aprofundarmos como se dava a interação entre civis e militares ou, mais precisamente, os evangélicos e os militares que ocupavam o poder. Isto é, as diferentes formas de cooperação entre as partes que viviam uma certa ambivalência em se tratando dos evangélicos, ora estes sendo apoiadores quando se permitiam permanecer envoltos pelo ideal militar e, assim, contribuírem com a “rede” informacional; ora na condição de vigiados, já que bastava os agentes e seus asseclas receberem denúncias que tornariam aquele “irmão” da mesma fé um indivíduo passível de investigação, ou melhor, um verdadeiro “suspeito”.

O SNI é acertadamente parte da ênfase que traçamos investigar, assim, verificamos como esse órgão informacional foi preponderante no monitoramento da vida social dos investigados mesmo com o findar do regime ditatorial. No entanto, compreendemos que o SNI sozinho não teria forças para sustentar o poderio conferido pela Ideologia de Segurança Nacional, por isso foi necessário não só que a sistematização das ações projetadas fosse coordenada pelo SISNI, mas também que a execução delas ficasse sob a incumbência até do cidadão mais simples, desde que este compreendesse a importância de derrotar o “inimigo” imaginado.

Quão deletéria era a perspectiva de deixar se criar um “inimigo” com alta capacidade de degenerar os “bons” valores, retardar a consolidação dos “Objetivos Nacionais” previstos pelos militares, corromper não apenas os religiosos como também àqueles que não seguiam nenhum dogma. Por tudo isso, verificamos que o ideal militar, a noção de “inimigo interno” e a “comunidade de informações” depreendem da Ideologia de Segurança Nacional, evocada nesta pesquisa como sustentáculo de toda uma estrutura que permitiu a Ditadura Civil-Militar se estabelecer e envolver-se no meio social.

Ao nos debruçarmos sobre o significado do que vem a ser o “protestante”, inclusive, remontando a origem do movimento reformista no século XVI, notamos o caráter político existente em seu núcleo. Dessa maneira, conferia-se aos “protestantes” a pecha de “grupo

insurgente” por não aceitar as imposições provindas, principalmente da nobreza católica na época da Reforma. É com esse mesmo espírito insurgente que alguns evangélicos decidiram obstar as vilanias dos militares no poder, articulando-se como podiam, enfrentavam até os seus pares.

Acompanhando a perspectiva de dar visibilidade aos evangélicos alijados da historiografia oficial, identificamos que os usos das “fichas” e dos relatórios serviam muito mais do que registrar informações pessoais e assuntos afins. Serviam, além disso, como registros que justificavam e autorizavam monitoramentos, intimações para que os suspeitos fossem depor e, como se pôde averiguar, o uso das “fichas” não ficou no plano ideal mas condicionou-se na prática por direcionar a vida profissional de um servidor público. Ao SNI era solicitado um parecer sobre estudantes, servidores e tantos outros que passavam pelo crivo, mais subjetivo do que “técnico”, dos agentes que, a depender do seu humor, decidiriam a progressão ou não do servidor, ou ainda, a concessão da bolsa de estudos para o aluno que a pleiteasse.

Com isso, tentamos explicitar que o parecer elaborado pelo agente era definitivo, mas em nosso entendimento, o referido documento não poderia definir a vida do evangélico “insurgente”, já que as ações políticas empreendidas por eles foram suficientes para contribuir com a retomada da democracia em nosso país. Os agentes se utilizavam do parecer ou “ficha” com o intuito de “acompanhar” a movimentação dos “subversivos”; porquanto, sendo tachados como “comunistas” ou coisa que o valha, assim, afetaria a imagem desses sujeitos invisibilizados perante a sociedade, atravessada pelo ideal, na qual os repugnaria. Por isso, erigimos oportunamente a noção de *parecer-ser*, na verdade, este binômio expressa o “calvário” enfrentado por esses protestantes anônimos.

Enfatizamos aquilo que, em nossa aceção, é um dos pontos nodais, senão o principal, desta investigação. Referimo-nos à análise feita sobre as Testemunhas de Jeová, a qual ocupou um capítulo importante por captarmos a tamanha importância de serem estudadas dentro de um contexto completamente adverso às suas práticas e ideias que lhes eram próprias e, dessa forma, contrariavam o ideal militar.

Adotando-se o recorte temporal de 1970 a 1987, verificamos que a conduta das TJs na ditadura brasileira era antagônica aos protestantes. Isso nos fez perceber que as próprias TJs se definiam como cristãs e não protestantes, como os militares acreditavam, recusavam-se a participar de eventos e atividades cívicas por convicções religiosas, causando-lhes uma série de acusações, dentre as quais sua comunidade era denominada de “seita”.

Nessa lógica denunciatória, é que o SNI e outros colaboradores foram capazes de “condenar” as TJs pelo fato de não serem partícipes do ideário vigente. Ao longo do exame das fontes por elas produzidas, conferimos que as TJs possuíam o seu próprio entendimento de governo, inclusive, sabiam definir o que era o “comunismo” e, por conseguinte, entendiam, ao seu modo, o funcionamento da “subversão”. Assim, à luz das escrituras sagradas, as TJs faziam a leitura do mundo e as traduzia na literalidade sem temer as punições terrenas.

Sublinha-se, portanto, que o espaço reservado para tratar da atuação das TJs durante a ditadura brasileira resguarda o diferencial desta investigação, a qual pretende ser contributiva ao campo de estudo tanto da Ditadura Civil-Militar, a qual aconteceu no Brasil, quanto dos grupos religiosos circunscritos. Pelo fato de nos atermos às TJs, encontramos alguns “caminhos” pouco explorados pela historiografia do tema em tela, a saber: a conflituosa participação na Semana da Pátria e suas implicações no âmbito educacional. Tentamos aqui apresentar um recorte da atuação desse grupo religioso, tido como uma “seita” pelos militares, bem como assimilar de que modo as TJs conseguiam, em meio à “perseguição”, manterem-se firmes em suas convicções.

Reiteramos que o presente trabalho se coloca como um material de referência para pesquisas futuras que se enveredem por esses assuntos, posto isso, não o qualificamos como um estudo “finalizado”, ao menos, na formalidade acadêmica a que ele se subscreve podemos considerar que sim, ele está concluído. Não obstante a isso, asseveramos que há muito para refletir sobre a participação da juventude protestante nos movimentos de resistência, a própria Semana da Pátria, os outros grupos religiosos (tachados como “seitas”), a contribuição dos movimentos ecumênicos e o aprofundamento das relações entre civis e militares.

Esperamos que com essa investigação além dos protestantes aqui mencionados, outros grupos religiosos possam receber o reconhecimento do esforço em reaver a democracia no país. Em face de tudo o que foi exposto, presumimos que o presente trabalho se torne um incentivo para pesquisas interdisciplinares das quais somos entusiastas, uma vez que utilizamos o método da Análise do Discurso pelo fato de entendermos que as ferramentas analíticas fornecidas por ela nos permitiram esmiuçar as ideias contidas nas entrelinhas das alocações.

Intenta-se, enfim, que a imagem dos grupos religiosos há muito tempo desbotada pelos ditos “paladinos” da história oficializada, seja recolorida com novos tons esperançosos. Estes provenientes dos ares democráticos que se sucederiam ao cair do pano que até então encobriam os horrores praticados no regime ditatorial.

## REFERÊNCIAS E FONTES

### Fontes

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

BRASIL. **Escola Superior de Guerra** – Doutrina Básica. Rio de Janeiro, 1979. 352 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Arquivo Nacional**: perguntas frequentes. 08 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes>. Acesso em 25 set. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Arquivo Nacional**: reprodução de documentos. 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/atendimento>. Acesso em 25 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Exército. **Denúncia de Walter Altmann**, Informe nº 1238, 1984.

BRASIL. Ministério do Exército. **Relatório Especial de Informações (REI)**, nº 10, 1983.

Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência em Belém-PA. **Testemunhas de Jeová**, 1971, 7ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035452\_d0001de0001.

Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência Regional no Estado de Sergipe. **Seita “Sinos de Belém, Missão das Primícias” – Atividades em Sergipe**. 1987, 31ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_PPP\_87009663\_d0001de0001.

Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina. **Atividades da Igreja Pentecostal Sinos de Belém**, 1987, 5ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_NNN\_87007369\_d0001de0001.

Departamento de Polícia Federal (DPF). Superintendência Regional no Estado de Pernambuco. **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**, 1981, 4ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81002559\_d0001de0001.

Departamento de Polícia Federal (DPF). **Testemunhas de “Jeová”**, 1971, 7ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035452\_d0001de0001.

Divisão de Segurança e Informações (DSI). **Testemunhas de Jeová**, 1978, 74ff. Código: BR\_RJANRIO\_TT\_0\_JUS\_PRO\_0308\_d0001de0001.

*Entrevista do Pastor Gerinaldo Messias concedida a Ermerson Porto Santos em 13 de novembro de 2012, na cidade de Aracaju/SE. p. 120.*

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. São Paulo. **Ofício nº 41/70**. Relativo à Indisciplina dos Princípios de Civismo. 19 de outubro de 1970.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Contato do Professor Paulo Elias Boaventura com**

**a Embaixada da Nicarágua**, 1984, 4ff. Código:  
BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_84046712\_d0001de0001.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Debate Marxismo e Teologia**, 1984, 8ff. Código:  
BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_84011321\_d0001de0001.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Elias Boaventura, atividades e antecedentes**, 1981,  
8ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_81009200\_d0001de0001.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Gadiel Perruci**, 1975, 32ff. Código: BR DFANBSB  
V8.MIC, GNC.III.81002646.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Igreja Pentecostal Sinos de Belém**, 1987, 28ff.  
Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_87019790\_d0001de0001.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Movimento Religioso no Brasil**, 1987, 7ff. Código:  
BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_86058057\_d0001de0001\_2.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Regimento Interno da Obra Sinos de Belém de  
Amparo e Promoção**, 1987, 28ff. Código:  
BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_87019790\_d0001de0001.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Situação funcional de docentes da UNICAMP**,  
1982, 11ff. Código: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_82011190\_d0001de0001.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Testemunhas de Jeová**, 1971, 6ff. Código:  
BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_71035536\_d0001de0001.

Serviço Nacional de Informações (SNI). **Visita do Pastor Luterano Walter Altmann à  
Nicarágua**, 1984, 6ff. Código:  
BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_84010228\_d0001de0001.

## Legislação

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, 13 de Dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 1968. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 44.489-A, 15 de Setembro de 1958. Dispõe sobre o Serviço Federal de Informações e ContraInformações (Sfíci) de que trata o Decreto-lei nº 9.775- A, de 6 de setembro de 1946. *In*: Agência Brasileira de Inteligência. **Atividade de Inteligência no Brasil (1927-1989)**. Brasília, DF: Cadernos de Legislação da Abin, 2023. (Volume 1).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 593**, 27 de maio de 1969. Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência. Brasília,DF:

Diário Oficial da União, 1969. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10593.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10593.htm). Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.775**, 06 de Setembro de 1946. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 1964. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9775-6-setembro-1946-417547-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 11**, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 1971 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp11.htm). Acesso em 22 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.341**, 13 de Junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 1964. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 785**, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 1949. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/1785.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/1785.htm). Acesso em: 03 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, DF, 1967. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). . Acesso em 22 set. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 60. 940**, de 4 de julho de 1967. Transforma em Divisão de Segurança e Informações as atuais Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60940-4-julho-1967-402027-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2025.

### **Publicações das TJs**

A organização teocrática no meio das democracias e do comunismo. **A Sentinela**, 1º de maio de 1972.

Anuário das Testemunhas de Jeová. **Brasil**, 1974.

Anuário das Testemunhas de Jeová. **Estados Unidos**, 1973.

As Testemunhas de Jeová no Brasil. **Desperta!** 22 de maio de 1985.

Avante para a nova ordem sob a teocracia! **A Sentinela**. 1º de junho de 1972.

Como Deus considera o comunismo mundial. **A Sentinela**. 1º de março de 1967.

Mantenha um conceito equilibrado sobre os desassociados. **A Sentinela**. 15 de novembro de 1974.

Nosso Ministério do Reino. **Reuniões de Serviço para Julho** (Semana de 21 de julho). 1997.

O que sabe sobre as bandeiras? **Desperta!** 8 de março de 1972.

Petróleo – chave do poder global. **Desperta!** 22 de agosto de 1974.

Por que guardar-se da idolatria? **A Sentinela**. 15 de janeiro de 1993.

Por que precisa Jeová de Testemunhas? *In*: Testemunhas de Jeová (JW.Org.). **Proclamadores do Reino de Deus**. 1992, pp. 10-19. (Capítulo 1).

**Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada**, 2018, versão on-line.

Uma prova de amor, fé e obediência. **A Sentinela**. 1º de dezembro de 2005.

### **Jornais**

CRENTES com Jânio contra os “ateus”. **Jornal do Brasil**, 1º caderno, p. 3, Segunda-feira, 28 de outubro de 1985.

DE AMANHÃ ATÉ SÁBADO, um concurso das Testemunhas de Jeová. **A Tribuna**, 31 de julho de 1979, p. 4.

MAYRINK, J. M. O diálogo entre os irmãos separados. **O Estado de São Paulo**, Cultura, ano IV, nº 178, p. 6, Domingo, 6 de novembro de 1983.

MISSIONÁRIO contra tóxicos. **Cidade de Santos**, Santos-SP, Ano VIII, nº 6.784, p. 14, Segunda-feira, 4 de novembro de 1974.

RATES, Z. O povo está apoiando os sandinistas. **Zero Hora**. Porto Alegre. Terça-feira, 20 nov. 1984. Geral, p. 19.

SOBREIRA, G. **100 anos de Subdesenvolvimento**. Reportagem. Diário de Pernambuco, 29 de outubro, 1978, p. D6.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: Congresso chega ao fim. **Cidade de Santos**, Segunda-feira, 10 de julho de 1972, p. 3.

### **Bibliografia**

ABRÃO, P. A Lei de Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, no 1, p. 119-138, jan/jun 2011. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/373/373>. Acesso em: 17 out. 2024.

ADÃO, C. A.; U. BREU, S. O movimento ecumênico: objetivos e desafios atuais nesta nova configuração de igrejas. **COGNITIONIS Scientific Journal**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 120 –, 2022. DOI: 10.38087/2595.8801.159. Disponível em: <https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/view/125>. Acesso em: 20 maio. 2025.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **O Tecelão dos Tempos (Novos Ensaio de Teoria da História)**, Intermeios, 2019.

ALMEIDA, A. J. S. “**Pelo Senhor, marchamos**”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ: 2016.

ALONSO, L. S. A Comissão Nacional da Verdade e o caso dos protestantes durante a ditadura militar brasileira. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 25, n. 9, p. 321-347, ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/31506>. Acesso em: 24 set. 2024.

ALTMANN, W. Apresentação. In: WOLFF, E. **Caminhos do Ecumenismo no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2018. pp. 11-14.

ALTMANN, W. Mais comunhão e não uma agenda minimalista - Entrevista com P. Dr. Walter Altmann. **World Council of Churches**. 22 ago. 2006. Disponível em: <https://www.oikoumene.org/pt-pt/news/mais-comunhao-e-nao-uma-agendamminimalista-entrevista-com-p-dr-walter-altmann>. Acesso em: 08 ago. 2025.

ALVES, R. **Religião e repressão**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ALVES, R. **Ostra Feliz Não Faz Pérola**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

ANDRADE, C. D. de. **A Rosa do Povo**. 21 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ANDRADE, F. de O. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar**. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014.

ANDRADE, F. P. de. Parece igual, mas é diferente: a repetição como função persuasiva na linguagem oral. **Anagrama**, São Paulo, ano 4, ed. 1, Set./Nov., pp.1-11, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35482>. Acesso em: 17 out. 2024.

ANTUNES, P. **SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ASSUMPÇÃO, R. P. S.; CARRAPEIRO, J. de M. Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.105-118, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25695>. Acesso em: 07 maio 2025.

BAFFA, A. **Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989.

BARRA, S. R. **O processo de transformação da identidade a partir da conversão a uma nova denominação religiosa: um estudo dos novos convertidos ao grupo religioso das testemunhas de Jeová em Juiz de Fora.** 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

BARROS, J. D'A. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BAUER, C. S. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): Terrorismo de Estado e ação de Polícia Política durante a ditadura civil-militar brasileira. **Revista Agora**, Vitória, n.5, 2007, p. 1-31.

BELLINGIERI, J. C. A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento. **Revista Online Fabibe**, [S.l.], v.1, p. 1-13, 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/266862513\\_A\\_economia\\_no\\_periodo\\_militar\\_1964-1984\\_crescimento\\_com\\_endividamento](https://www.researchgate.net/publication/266862513_A_economia_no_periodo_militar_1964-1984_crescimento_com_endividamento). Acesso em: 15 maio. 2025.

BÍBLIA. N.T. Marcos. *In: Bíblia Online.* Almeida Corrigida Fiel. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/mc/16>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BORGES, A. S.; BARRETO, R. C. Ditadura, controle e repressão: revisitando teses sobre os governos militares no Brasil. **REVICE - Revista de Ciências do Estado**, Minas Gerais. v. 1, n. 2, p. 107-129, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e5010>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* RJ, Civilização Brasileira, 2007.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL NUNCA MAIS. **Sobre Nós.** Uma iniciativa história. 2016. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/sobre.html>. Acesso em: 26 maio. 2025.

BREPOHL, M. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, Curitiba, v. 17, n.34, p. 203-220, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jhG4q3jQsNw7ytcH53C4X6j/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRITO, A. S. **“Cristianismo Ateu”:** O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985. 414 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BRITO, A. S. **Fermento da Massa:** ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982. Seropédica, RJ. 242p. Dissertação (Mestrado em História, Estado e Relações de Poder) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

BRUNNER, F. S. C. **Pedagogia pentecostal**: quando a igreja age em espaços que o poder público ignora. 2004. 207 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

CABRAL, A. M.; ALMEIDA, E. F. Rubem Alves: do giro místico do protestantismo ao giro protestante da mística. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 55, n. 1, p. 277, 2023. DOI: 10.20911/21768757v55n1p277/2023. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/5283>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CALDAS, E. da S. **Cidadania e convicções religiosas**: um estudo a partir das testemunhas de Jeová. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Religião, Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

CARDOSO, L. C.; MOREIRA, B. de O. 1964 e o debate que não terminou: reflexões sobre a terminologia “civil-militar” e a natureza da nossa última ditadura. **Crítica Histórica**, UFAL, ano 15, v. 15, n. 29, jan. 2024.

CASTRO, E.G. de. **A Torre sob vigia**: as Testemunhas de Jeová em São Paulo (1930-1954). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo-SP, p.173. 2007.

CATELA, L. da S. “Territórios de Memória” In: \_\_\_\_\_ . **Situação-Limite e Memória**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 2001, pp. 205-288. (Capítulo IV).

CAVALCANTE, R. de P. A Teologia Protestante de Rubem Alves: Proto-História da Teologia da Libertação. **Numen**, [S. l.], v. 23, n. 1, 2020. DOI: 10.34019/2236-6296.2020.v23.33138. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/33138>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. p. 295-315.

CHARTIER, R. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, 5 (11), 173-191, São Paulo, 1991, Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em 13 ago. 2024.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da Ditadura Militar à democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2024.

COMBLIN, J. **A ideologia da segurança nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORDEIRO, J. M. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 85-104.

Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/eh/a/CBJPzCHYdnpmDFMKrF4z5BC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 27 maio 2024.

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil**. José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1967.

CUNHA, A. L. A; PESSOA, F. C. da C. **Estudos de Enunciação**. Belém: EDUFPA, 2007.

DARNTON, R. **O Beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DINES, A. Prefácio. *In*: LAGÔA, A. **SNI, como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DREIFUSS, R. **1964 - A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981, 3a ed., 814 p.

FALCON, F. História e Poder. *In*: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FICO, C. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio Janeiro, 3 (5), Dez., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/HK5PxXm9dSBk9NKvt7P9kJq/?lang=pt>. Acesso em 11 maio 2025.

FICO, C. **Como eles agiam** – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª. Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2019.

FICO, C. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICO, C. **Reinventando o otimismo**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FIGUEIREDO, L. **Ministério do Silêncio**: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FIORIN, J. L. **O Regime de 1964**: Discurso e Ideologia. Ed. Atual, 1988.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17 ed. São Paulo: Ática, 2007. 432 p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 3ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRESTON, P. **Protestantes e a política no Brasil: da constituição ao impeachment**. 1993. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GONÇALVES, C.B. **Até aos confins da terra: o movimento ecumênico protestante no Brasil e a evangelização dos povos indígenas**. Dourados-MS: Editora UFGD, 2011.

ISHAQ, V.; FRANCO, P. E. Os acervos dos órgãos federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 29-42, jul/dez 2008. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/293>. Acesso em: 19 jan. 2024.

JOFFILY, M. A "verdade": sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal-RN. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2013. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/33-snh27>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LACERDA FILHO, M. **A experiência da clandestinidade política em relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979)**. 2011. 213 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca-SP, 2011.

LAGOA, A. **SNI, como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEENHARD, J. Caminhos teóricos para o estudo das religiões. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá-PR, v. 5, n. 14, p. 3-14, set., 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30229>. Acesso em 20 mar. 2024.

LEITÃO, A. M.; SILVA, D. C. S. da. Um histórico do fundo DEOPS-SP. **Quadrilátero: Revista do Arquivo do Distrito Federal**, Brasília, DF, v. 1, mar./ago. 1998.

LIEBERKNECHT, V. **“Conhece teu inimigo mas não deixa ele te conhecer”**: as seções de ordem política e social (sops) (1964-1982). 2011. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LIMA JÚNIOR, J. F. de. **Protestantismo e Golpe Militar de 1964 em Pernambuco**: uma análise da cruzada de ação básica cristã. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

LINDBERG, C. **História da Reforma**. Tradução de Elissamai Bauleo. 2.ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LYNCH, A. B. **Otro sacerdote polaco, la contracara del actual Papa**. 20 de agosto 2022. Disponível em: <<https://www.infobae.com/opinion/2022/08/20/otro-sacerdote-polaco-la-contracara-del-actual-papa/>>. Acesso em: 8 ago. 2025.

MACEDO, E. U. **Pentecostalismo e religiosidade brasileira**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-23102007-140542. Acesso em: 23 abr. 2025.

MARIANO, R. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, Brasil, n. 8, dez., pp. 68-95, 2008. Disponível em: [https://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2008/](https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/). Acesso em: 30 abr. 2025.

MARIANO, R. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10028>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MARSHALL, P. **Reforma Protestante, uma breve introdução**. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2017.

MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna**: dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2020.

MATHIAS, S. K.; ANDRADE, F. de O. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/> Acesso em: 12 mar. 2024.

MATTOS, D. D. de. **A Infame Academia**: a história da escola das américas sob a doutrina de segurança nacional na América Latina (1959-1989). 2013. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MENDES, E. D. P. de A. **Quebrando as regras**: um estudo sobre testemunhas de Jeová desassociadas. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MENDONÇA, A. G. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **REVISTA USP**, São Paulo, n.67, 2005. 48-67 p.

MIGUEL, L. F. “Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil”. **Diálogos Latinoamericanos**, Århus, n. 5, 2002, pp. 40-56. Disponível em: [https://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/5\\_di\\_lagos\\_latinoamericanos/lfmiguel.pdf](https://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/5_di_lagos_latinoamericanos/lfmiguel.pdf). Acesso em: 21 mar. 2024.

MOTTA, R. P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/zMNpct3W9cjrNbQdVWbZTs/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2025.

MOTTA, R. P. Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NOGUEIRA JÚNIOR, A. **Releituras**: Resumo Biográfico e Bibliográfico – Rubem Alves. Disponível em <http://www.leg.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/PensRubemAlves1>. Acesso em: 08 ago. 2025.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa?. **Novos Estudos**: CEBRAP, nº 31, outubro, pp. 25-40. 1991. Disponível em: <https://uenf.br/cch/lesce/files/2013/08/Texto-2.pdf>. Acesso em 16 ago. 2024.

OMETTO, A. M. H; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 5, p. 403-14, 1995. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rsp/article/view/24142/26107>. Acesso em: 03 ago. 2025.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p.

PADILHA, A. *et al.* A memória do alinhamento de evangélicos à ditadura militar. *In*: PADILHA, A. *et al* (org.). **As igrejas evangélicas na ditadura militar**: dos abusos do poder à resistência cristã. São Paulo: Alameda, 2022. p. 23-47.

PASCUAL, A. L. **Terrorismo de Estado**: a argentina de 1976 a 1983. 1997. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlando. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et. al. 2. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1995.

PEIXOTO, P. A. de S. **A Igreja de Genebra no Brasil** : a expansão do calvinismo no campo evangélico contemporâneo. 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

PERRUCCI, G. **Realidade e Protestantismo no Brasil**. Separata de Estudos Universitários: Recife, 1963.

PINTO, M. C. O Arquivo Nacional do Brasil e os arquivos da comunidade de países de língua portuguesa: relações com o universo digital. **ÁGORA**: Arquivologia em debate, Florianópolis,

v. 31, n. 62, p. 01-16, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/925>. Acesso em: 10 set. 2025.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, ano 10, 1992, pp.200-212.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Brasil, Autêntica Editora, 2008.

QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p.19-41: jan/jun 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/i/2012.v28n47/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RABUSKE, I. J. *et al.* Evangélicos brasileiros: quem são, de onde vieram e no que acreditam?. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IV, n. 12, Janeiro 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30275>. Acesso em 28 out. 2024.

RAMOS, T. R. O.; CORSO, G. K. Livros didáticos - fragmentos e retalhos de (in)formação literária? **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 32, n. 2, p. 241-254, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/uniletras/issue/view/271>. Acesso em: 17 set. 2025.

REIS, C. D. S. dos. **Ditadura, política e censura: Gazeta de Sergipe e Rádio Liberdade (1964-1969)**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

REMOND, R. Por que a história política?. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan/jun, 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1975>. Acesso em: 08 jan. de 2024.

ROLLEMBERG, D. Esquerdas revolucionárias e luta armada. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª. Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2019.

RORATTO, J. M.; CARNIELLI, B. L. O pensar e a criação de um organismo de Inteligência Federal no Brasil: antecedentes históricos. **REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**. Brasília: Abin, v. 2, n. 2, abr. 2006. Disponível em: <https://rbi.abin.gov.br/RBI/article/view/21>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RTV UNICAMP (ed.). **Unicamp perde Rubem Alves**. 2014. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/noticias/2014/07/19/unicamp-perde-rubem-alves>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SANTOS, A. F. dos. **Lutero entre a política e a religião**: uma análise preliminar das teses defendidas no documento *Disputatio pro declaratione virtutis indulgentiarum* (1517). São Cristóvão, 2023. Monografia (licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2023.

SANTOS, C. B.. Os Evangélicos e a Constituinte de 1987. In: 31º Simpósio Nacional de História - História, Verdade e Tecnologia, 2021, Rio de Janeiro. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História** [livro eletrônico] : história, verdade e tecnologia. São Paulo: ANPUH - Brasil, 2021. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/36-snh31?start=820>. Acesso em 29 jan. 2026.

SANTOS, E. P. **1964 em Sergipe**: golpe civil-militar, protestantismo e a Cruzada Cristo Esperança Nossa. 2017. 156 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SARAIVANETO, J. A.; NEVES JÚNIOR, J.; LANZA, F. **O Serviço nacional de Informações (SNI) no Estado do Paraná**: consolidação e diretrizes político-ideológicas (1964-1985). Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança, Marília-SP, v. 23, [s.n.], p. 1-26, maio, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/9831>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: **Brasil**: uma biografia. 2. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SILVA, B. M. R. da. **Serviço Social e ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2021. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2021.

SILVA, E. Protestantes no Brasil: entre a omissão e o engajamento político. **Esboços**, Florianópolis, v. 24, n. 37, p. 126-148, ago, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2017v24n37p126>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SILVA, F. C. T. da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª. Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2019.

SILVA, L. Q. **Caderno do educador**: história (Programa Escola Ativa). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 44 p.

SOARES, B.H.B. **“Não fazemos parte do mundo”**: as Testemunhas de Jeová na revista A Sentinela (2007-2013). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados-MS, p.276. 2018.

TAVARES, T. R. A religião vivida: expressões populares de religiosidade. **Sacrilegens**, [S.l.], v. 10, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26755>. Acesso em: 30 abr. 2025.

TEIXEIRA, I. M. C. **A implementação da Doutrina de Segurança Nacional no Exército brasileiro e a sua importância para a sociedade nos dias de hoje**. 2019. 44 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Militares, Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2019.

Testemunhas de Jeová (JW.Org.). **As Testemunhas de Jeová são protestantes?** Pennsylvania, c.2024. Disponível em: <https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/testemunhas-de-jeova-sao-protestantes/>. Acesso em 21 out. 2024.

VASCONCELOS, C. B. de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do legislativo. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 29, n. 49, p.333-358, jan/abr 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/i/2013.v29n49/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

VELIQ, F. Considerações acerca do campo religioso atual: diálogo ecumênico e inter-religioso. **Estudos de Religião**, v. 33, n. 1, 37-58, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/46884>. Acesso em: 26 maio. 2025.

VIEIRA, C. C. S. **Anistia de 1979 e Transição Política: Dos Projetos e Campanhas à Luta por Justiça e Reparação às Vítimas Sergipanas**. Dissertação (Mestrado em História). 115ff – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Maceió, 2015.

VILELA, M. A. F. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política**. 2014. 291 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

WATANABE, T. H. B. **De pastores a feiticeiros: a historiografia do protestantismo brasileiro (1950-1990)**. Dissertação – (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2006.

WOLFF, E. **Caminhos do Ecumenismo no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2018.

ZEFERINO, J. Estudos sobre Karl Barth e teologia pública. **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo, v. XVIII, n. 97, pp. 294-313, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/51826>. Acesso em: 03 ago. 2025.

ZEIN, S. Biografia do prof. Dr. Elias Boaventura. **Rev. Comunic**, Piracicaba, v. 21, n. 3, p. 29-33, dez. 2014. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238121X2014000300029&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238121X2014000300029&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 20 ago. 2025.